



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

ANO LXVII – SUP. "B" AO Nº 155 – TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
'CpkdrifF kpk - (RV-CE)*. ; +
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Anibal Diniz (25) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (26) Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26) PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudio Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudio Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES		
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2012.....	4	
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2012.....	19	
1.1.2.1 – Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		
Ata da 5ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2012.....	37	
Ata da 6ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2012.....	50	
1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2012	66	
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2012.....	75	
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2012.....	103	
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2012.....	133	
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2012.....	147	

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia doze de setembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro e João Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Assis Gurgacz, Lídice da Mata, Eduardo Braga, Tomás Correia, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em compromissos político-partidários em seu Estado, João Vicente Claudino, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em licença para tratamento de saúde, e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 41ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício SGP 5062/2012, de 14 de agosto de 2012, do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, informando a aprovação da Moção nº 4/2012, que dirige apelo a fim de que sejam concedidos às clínicas de vacinação os benefícios do Simples Nacional; e Ofício SGP 5066/2012, de 14 de agosto de 2012, do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, informando a aprovação da Moção nº 113/2011, que dirige apelo a fim de que sejam empreendidos esforços para que a fusão entre as empresas Citrosuco e Citrovita não seja aprovada pelo Governo Federal. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência esclarece que a reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discutir as diretrizes, implementação, e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º

do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. Comunica, ainda, que se encontram presentes o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração – Dirad, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica – Dipec. Após a exposição do Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Souza, Lindbergh Farias, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srãs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento.

Ofício SGP 5062, de 2012, de 14 de agosto de 2012, do gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, informando a aprovação da Moção nº 4, de 2012, que dirige apelo a fim de que sejam concedidos às clínicas de vacinação os benefícios do Simples Nacional.

Ofício SGP 5066, de 2012, de 14 de agosto de 2012, do gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, informando a aprovação da Moção nº 113, de 2011, que dirige apelo a fim de que sejam empreendidos esforços para que a fusão entre as empresas Citrosuco e Citrovita não seja aprovada pelo Governo Federal.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

A audiência pública de hoje busca discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

O convidado é o Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

S. Exª o Sr. Ministro Alexandre Tombini já se encontra na Secretaria da Comissão. Peço ao Senador Lindbergh Farias que conduza o nosso convidado ao plenário da Comissão.

Comunico que se encontram presentes também o fleumático Diretor Altamir Lopes, Diretor de Administração (Dirad); e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica (Dipec).

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a o Sr. Ministro Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido, por solicitação do Senador Lindbergh Farias. O interpellante dispõe de 5 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de 2 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Queria só, mais uma vez, agradecer a presença ao Ministro Tombini, que assiduamente vem à Comissão de Assuntos Econômicos, e dizer da nossa alegria de tê-lo mais uma vez aqui.

Ministro Tombini, já justifiquei a V. Ex^a que estamos hoje num dia atípico, aliás, numa semana atípica, um esforço concentrado atípico também aqui no Senado Federal. Normalmente, quando o Ministro Tombini vem aqui, a Casa está cheia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E eleições municipais também.

O importante é que o mercado vai acompanhar pela televisão, pelos canais do Senado Federal. Portanto, esta audiência é muito importante porque o País vai acompanhar, a imprensa toda está aqui presente e vai acompanhar essa exposição de V. Ex^a, sempre muito competente e sempre trazendo informações fundamentais para a economia brasileira.

Portanto, com a palavra o Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil para fazer a sua exposição.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; Ex^{ma} Sr^a Senadora, Ex^{mo} Sr. Senador, é sempre para mim uma grande honra retornar a esta Casa, a esta Comissão para prestar os esclarecimentos ao Senado Federal, às Sr^{as} e Srs. Senadores, em atendimento à Resolução nº 32, de 2007, do Senado Federal, que alterou o art. 99, do Regimento Interno desta Casa, para que o Presidente do Banco Central, aqui presente, discorra sobre os fundamentos econômicos, as formas de condução da política monetária e os resultados da economia brasileira e das ações do Banco Central do Brasil. Procurarei ser bre-

ve nessa apresentação, na introdução e certamente depois estarei aqui para os debates.

O resumo da minha apresentação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o seguinte: nas mensagens básicas, o Brasil apresenta sólidos fundamentos macroeconômicos, construiu, ao longo do tempo, algumas reservas de proteção da economia, como as reservas internacionais, a própria liquidez dos depósitos compulsórios do Sistema Financeiro Nacional no Banco Central. Esse arcabouço de políticas tem permitido ao Brasil transitar com segurança nesse ambiente de incertezas da economia global.

No cenário internacional, por sua vez – passarei em breves palavras – continua bastante complexo, com presença de alta volatilidade dos mercados e perspectiva de crescimento da economia global baixo em relação à sua média histórica. O ritmo de atividade no Brasil, atividade econômica, será mais intenso neste semestre, no segundo semestre de 2012, e no próximo ano. Há uma série de impulsos fiscais, monetários, que vão afetando a economia brasileira com defasagens e começamos a sentir o impacto dessas políticas neste momento. Esse processo deve se intensificar ao longo do ano e em 2013.

A inflação, por sua vez, segue em trajetória de convergência para a meta estabelecida para o Banco Central. Essa convergência é sujeita, ocorre de forma não homogênea, sujeita a algumas reversões temporárias. Vivemos, neste momento, uma pequena reversão temporária neste processo de convergência da inflação para a meta que ocorre e ocorrerá no futuro.

Em relação ao cenário internacional, como falei, as perspectivas para a economia mundial são de baixo crescimento num período prolongado, em função dessa crise, que era uma crise financeira na sua origem e hoje se transforma numa crise de dívida soberana, essas duas coisas combinadas, que são de dissipação por um longo período de tempo, o que faz com que convivemos, neste período, com uma economia global que cresce menos do que sua média histórica.

Na nossa percepção, no médio prazo, continua a economia internacional representando um viés desinflacionário para a inflação global e para a inflação no Brasil também.

Nos Estados Unidos, talvez o segmento do setor da economia global, que apresenta maior dinamismo no momento, tem um crescimento moderado, mas, ainda assim, a taxa de desemprego se mantém elevada e está aberta, pelo menos na avaliação dos analistas de mercado, a possibilidade de novos estímulos monetários e financeiros naquela economia.

Em relação à zona do euro, que está, neste momento, em contração econômica, as economias cen-

trais daquela área econômica já começam a sentir com mais intensidade os efeitos da crise. Entretanto, uma série de medidas recentes, do segundo semestre de 2011 para cá, tem reduzido, na nossa visão, a probabilidade de ocorrência de eventos extremos, eventos mais adversos no campo financeiro.

Em relação à China, a nossa visão é de que ela mantém um plano de desaceleração suave da sua economia, dentro de um processo de reorientação de uma economia mais voltada para o setor externo para uma economia, no futuro, mais voltada para o seu mercado doméstico.

Esse seria um resumo da economia internacional.

Na visão do Banco Central, isso pode também ser refletido nesses gráficos. No primeiro quadrante, lá em cima, à esquerda, temos a evolução, as perspectivas para a economia global de acordo com as expectativas de mercado, ou seja, em 2012 a economia global crescendo 2,3% – essa é a última projeção que temos – e crescendo um pouco mais no ano seguinte – 2013 –, na faixa de 2,7%, um crescimento baixo em relação à média dos últimos 10 anos.

Nós vemos ali, na linha azul, que o crescimento da economia vinha na faixa de 3,5%, um pouco mais, e hoje está na faixa de 2, dois e pouco.

Em relação à zona do euro, em cima ainda, à direita, nós vimos as revisões que os agentes de mercado fizeram sobre as perspectivas de crescimento daquela área. Nós vemos, na linha azul, as projeções para 2012 de uma contração econômica na faixa de 0,4%. Para o ano que vem, um crescimento baixo, da ordem de 0,6%. Vêm sendo revisadas ao longo do tempo, para baixo, as projeções de ambos os anos.

No gráfico de baixo, vemos os Estados Unidos, do lado esquerdo. Também há uma revisão do crescimento, sempre revisão para baixo. No momento, os agentes de mercado esperam um crescimento na faixa de 2,2% para 2012 e 2,1% para 2013, ou seja, um crescimento mais baixo do que a norma daquela economia ao longo da primeira década dos anos 2000, quando a economia cresceu na faixa de 3% a 3,5%. Agora está nesse novo patamar de 2, dois e pouco.

Em relação à China, nós vemos uma moderação naquelas taxas elevadas de crescimento na primeira década do século para um crescimento ainda elevado – 7,5% –, mas bastante mais moderado do que o pico de crescimento daquela economia.

Esse é um quadro em relação, talvez... O foco da economia global ainda continua, na nossa visão, na economia europeia.

Lembrando: algumas das medidas que foram tomadas fazem com que nós do Banco Central pensemos que a probabilidade de ocorrência de eventos

extremos tenha diminuído. Então, tivemos as operações de 3 anos do Banco Central para adequá-lo à liquidez do sistema financeiro, a LTRO. Foram feitas duas grandes operações – uma no final do ano passado e outra em fevereiro deste ano –, com 1,1 trilhão de euros de liquidez colocados no sistema. Isso estabilizou o sistema naquele momento. As facilidades, as modalidades, os fundos de estabilização da área do euro – IFSF e o ISM estão aí na faixa de 1,2 trilhão, também uma medida importante, mais de caráter estrutural, para aquela área econômica. Hoje acabou de sair a decisão da Corte Suprema alemã dando conta, na visão deles, de que o ISM, esse fundo de 500 bilhões de euros, é constitucional do ponto de vista daquele país. Essa notícia certamente deu mais tranquilidade aos mercados porque isso faz parte dessa estrutura, arquitetura financeira de começar a encaminhar a solução da Europa. Existe a decisão de se ter uma união bancária, onde haja um órgão supervisor comum dos bancos da zona do euro. Estão trabalhando no sentido de estabelecer isso até para que eventuais aportes, ajudas financeiras aos sistemas financeiros nacionais sejam feitos de forma direta, ou seja, separando a questão bancária da questão soberana, que é um círculo vicioso que se tenta quebrar. Essa é uma peça importante desse processo.

Há também dois programas, sendo o OMT o último programa anunciado pelo Banco Central Europeu, de compra de títulos soberanos até o limite até o limite temporal de 3 anos de vencimento dos títulos, compra de títulos dos governos soberanos. Para isso não haveria limite, desde que atendidas algumas condições. Isso também trouxe mais tranquilidade para o mercado.

Em nossa visão, esse conjunto não é solução definitiva para as questões europeias. Elas vão ter que passar pelo crescimento, pela dissipação, pela redução da relação da dívida/PIB, que aumentou muito naqueles países, mas, certamente, essas medidas competem para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos extremos naquela área.

Em relação à economia brasileira, dois temas, atividade econômica e inflação, começando pela atividade econômica.

Nós vivemos um ciclo econômico, com a economia crescendo aceleradamente no final de 2010 e começo de 2011. Políticas foram adotadas também para controle da inflação tanto no câmbio monetário quanto fiscal, políticas também para ajustar excessos no mercado de crédito foram adotadas, a economia brasileira iniciou um processo de desaceleração e veio o agravamento da crise internacional, no segundo semestre de 2011, de certa forma intensificando esse ciclo econômico, essa parte de redução da taxa de crescimento no ciclo

agravado pela crise econômica lá da segunda metade de 2011 e início deste ano.

A recuperação da economia nesse ciclo tem se materializado de forma gradual. Um segmento que vem sendo afetado já há algum tempo, antes, inclusive, de 2011, a indústria, começa a apresentar alguns sinais moderados de recuperação na produção.

Em relação à agricultura – isto é um resumo do que vou falar em seguida –, a safra de grãos, este ano, 2012, deve bater um novo recorde, apesar da forte queda no primeiro trimestre do ano.

O setor de serviços – nós estamos olhando a economia pelo lado da oferta: indústria, agricultura e serviços – continua crescendo – esta tem sido a norma na última década –, tem crescido acima do crescimento da economia. Essa tendência deve continuar ainda que... Tenderemos a ver um alinhamento maior entre o crescimento dos serviços e o restante da economia no futuro.

Continuam aí presentes importantes fatores de sustentação da demanda, o emprego cresce, a renda idem, e o crédito se expande, um pouco mais moderadamente do que antes, mas continua em processo de expansão.

Em relação à aceleração do crescimento. Isto é um quadro-resumo, esses são dados do mercado, não do Banco Central, mas mesmo o mercado reflete esse quadro. Ou seja, depois de um crescimento baixo no primeiro trimestre de 2012, isso é um crescimento contra o crescimento do trimestre anualizado.

O segundo trimestre também teve um crescimento um pouco maior, mas ainda bastante moderado. O segundo semestre anualizado já estará refletindo, de acordo com o mercado, taxas de crescimento anualizadas na faixa de 4%, 4,4%. É a última estimativa do mercado.

E no ano de 2013, há a perspectiva, aos olhos dos participantes de mercado, de um crescimento em torno de 4% para a economia brasileira. Ou seja, ela vai pegando velocidade ao longo do ciclo. Esses são dados, de novo, dos participantes de mercado.

Em relação aos impulsos já contratados, há um conjunto de estímulos bastante vigorosos que impactam a economia real com defasagens. Entre esses, posso citar alguns, como, por exemplo, a redução da taxa básica de juros desde agosto do ano passado, a melhoria das condições de liquidez do sistema financeiro – houve uma liberação de liquidez de depósito compulsório, que veremos em seguida –, condições melhores de financiamento para famílias e empresas – isto refletido nas menores taxas de juros aos consumidores, ao tomador final, tanto pessoa jurídica quanto pessoa física – e incentivos fiscais e tributários, que

vêm sendo adotados ao longo dos últimos meses, que vão ter efeitos, já têm alguns efeitos e terão mais efeitos sentidos na economia brasileira ao longo do tempo neste semestre e ao longo de 2013.

O gráfico, à esquerda, tem essa evolução da Selic desde agosto do ano passado, esses 500 pontos de redução na taxa básica, e, do lado direito, tem a evolução dos depósitos compulsórios. Também vemos aí uma redução desde o pico, lá em dezembro de 2011, R\$450 bilhões de liquidez retida no Banco Central; hoje estamos na faixa de R\$380 bilhões. Ou seja, houve uma redução significativa. Isso é liquidez que está no sistema, e não no Banco Central neste momento.

Em relação à melhoria das condições de financiamento, do lado esquerdo temos a evolução das taxas ao tomador final para pessoa física e, para pessoa jurídica, à direita. O que vemos aqui é uma redução do pico lá de outubro, setembro do ano passado. Já há uma melhora significativa.

Aqui neste gráfico à esquerda nós vemos aí 11 pontos de percentagem de redução nesse custo do tomador. Enquanto a taxa básica reduziu 500 pontos, ou 5 pontos de percentagem, essa taxa ao tomador final, aí nesse quadro, mostra uma redução de mais de 10 pontos de percentagem. Ou seja, não só foi refletida... Depois de algum tempo, diga-se de passagem, porque nós vemos que no começo de 2012 as taxas estavam ainda bastante altas, ou seja, não refletiam, digamos, a redução da taxa Selic, mas a partir de então, com o programa de redução dos spreads, essas taxas tiveram um impulso para baixo bastante forte e hoje a taxa ao tomador final caiu mais fortemente do que caiu a taxa básica da economia. O mesmo se aplica para as empresas. Então, melhores condições de financiamento.

Essa é uma taxa comparável internacionalmente, uma taxa de juros *prime*, ou seja, para empresas de primeira linha, também no pico de 17,5% em agosto de 2011. Está hoje na faixa de 12%, 12,4%.

Em relação aos fatores de sustentação ainda presentes, nós falamos dos impulsos. Agora, falando já um pouco de algumas variáveis que, digamos, sustentam essa aceleração da economia no ciclo econômico, temos as taxas de desemprego em nível historicamente baixo, a economia continua gerando empregos formais. A renda do trabalhador está em ascensão, logo, a massa salarial expande, nos últimos 12 meses, como veremos em seguida. O crédito também dá sustentação a isso. Ou seja, há fatores importantes que sustentam a demanda no período à frente, certamente com repercussões sobre a economia.

Taxa de desemprego, à esquerda, num nível recorde de baixa, 5,4%, dado de julho de 2012. E a geração de empregos formais na casa aí do 1,2 milhão

de empregos gerados nos 12 meses e encerrados em julho de 2012.

Nesse gráfico, nós temos o pessoal ocupado na linha azul, crescendo 2% nos últimos 12 meses... perdão, no período de janeiro a julho deste ano em relação a janeiro a julho do ano passado.

Nós temos o rendimento real, ou seja, o rendimento nominal descontada a inflação, crescendo na faixa de 4%, 4,3%, no período de janeiro a julho, comparado com o mesmo período do ano passado. Logo, a massa salarial real, combinação do emprego com a renda, vem crescendo aí na faixa de mais de 6%, 6,3% nesse período, ou seja, é um crescimento significativo, importante para sustentar a demanda que, diga-se de passagem, mesmo na fase pior do ciclo, primeiro e segundo trimestre deste ano, se manteve bastante resiliente na economia brasileira.

Isso se reflete aí nas vendas a varejo, que vêm crescendo, na venda do varejo geral, 7,5% nos últimos 12 meses, um crescimento robusto. E no varejo, no comércio ampliado, incluindo automóveis e construção civil, um crescimento de 5,6% nos últimos 12 meses. Nós vemos aí uma aceleração no período mais recente que reflete aí a recuperação na demanda das vendas e da produção do setor automotivo brasileiro, reagindo à economia em geral, mas em particular às políticas que foram adotadas nesse período.

Indústria. Na visão do Banco Central, há um ambiente hoje mais favorável para retomar a produção, os estoques em níveis mais adequados – veremos em seguida –, melhores condições de competitividade e já temos aí alguns sinais iniciais de recuperação moderada da produção na indústria.

Confiança dos empresários em alta.

Nível de utilização na capacidade da indústria volta a subir. Produção e crescimento nos últimos meses e o crescimento do emprego industrial confirmado inclusive por números divulgados hoje em relação ao emprego na indústria.

Nesses quatro quadrantes temos, começando lá em cima, os estoques da indústria, que se reduziram desde o pico lá do terceiro trimestre, quarto trimestre de 2011, que vêm se adequando. Concorre no período mais recente também a redução dos estoques da indústria automotiva, que vinha mantendo esse número elevado.

No gráfico de cima, à direita, temos a evolução da confiança da indústria. Depois de uma queda importante ao longo de 2011, início de 2012, tivemos alguma recuperação na margem.

O mesmo pode-se dizer para a utilização da capacidade, no gráfico abaixo à esquerda, que também

começa a apresentar um preenchimento maior pela produção da capacidade instalada na indústria brasileira.

E o nível de empregos industriais está recuperando-se um pouco no período mais recente, apesar de estar ainda em níveis elevados. O mercado de trabalho passou bem pelo momento mais desfavorável do ciclo econômico e continua, no período mais recente, apresentando dados um pouco melhores, inclusive.

Em relação à agropecuária, a produção de grãos, como falei no resumo inicial, deve bater novo recorde em 2012. Tivemos lá os fatores climáticos adversos no primeiro trimestre, que afetaram de forma expressiva a produção agrícola, fazendo, inclusive, com que o PIB agropecuário, no primeiro trimestre de 2012, recuasse 8,5%.

A produção, no segundo trimestre, já apresenta uma significativa recuperação em relação àqueles níveis da crise.

Em relação ao Plano Safra para o ciclo 2012/2013, o montante de recursos para o financiamento desse Plano Safra já é 7,5% superior ao Plano Safra anterior.

Aqui está um gráfico que resume o que acabei de falar em relação ao PIB agrícola. Depois de uma contração significativa no primeiro trimestre... É o primeiro trimestre contra quatro trimestres antes. Ou seja, o primeiro trimestre do ano anterior. E essa recuperação já ocorre no segundo.

Quanto às perspectivas do mercado – são participantes do mercado – de novo a nossa pesquisa Focus aponta uma recuperação do PIB agropecuário à frente. Em relação aos recursos que mencionei há pouco, vimos a evolução dos recursos para o Plano Safra 2012/2013, em um incremento de 107 para 115 bilhões de reais na programação.

Ali, ofereço às Srs Senadoras e aos Srs. Senadores a discriminação desses valores programados para este Plano Safra 2012/2013.

Em relação ao terceiro setor, digamos, olhando a economia brasileira pelo lado da oferta, depois de falar de indústria e de agricultura, quanto ao setor de serviços, a mensagem que eu gostaria de deixar é, simplesmente – reconhecendo um fato estilizado, que ele vem crescendo a taxas mais elevadas que a economia brasileira nos últimos 10 anos, e isso reflexo da própria transformação econômica e social do País, com cerca de 40 milhões de brasileiros ingressando na classe média, demandando serviços, e a oferta de serviços reagindo... Mas, olhando para frente, esperamos que o PIB, o Produto Interno Bruto do setor de serviços comece a evoluir de forma mais alinhada com o restante da economia. Ou seja, não esperamos taxas de crescimento tão diferentes para o setor em relação ao conjunto da economia.

Esse é o quadro do que aconteceu recentemente, no primeiro trimestre e segundo trimestre. Os serviços estão em azul e o PIB total em vermelho. Isso só para ilustrar o ponto que mencionei há pouco.

Bom, a segunda parte da apresentação será sobre inflação.

Eu gostaria primeiramente de resumir a nossa visão, a visão do Banco Central. A convergência ao centro da meta continua ocorrendo de forma não linear, sujeita a desvios transitórios na trajetória de convergência.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o que tem ocorrido no curto prazo e quais são as perspectivas na nossa visão.

No curto prazo, estamos lidando, no Brasil e no mundo, eu diria – o Brasil tem alguma questão particular – com um choque de *commodities* agrícolas, ocasionado principalmente por problemas climáticos em áreas produtoras nos Estados Unidos, principalmente em meados deste ano.

No *front* doméstico, tivemos também uma estabilidade dos preços dos produtos *in natura*. Não são as *commodities*, são os produtos *in natura* que têm refletido uma inflação mais elevada no curto prazo.

No cenário internacional, a nossa visão, apesar desse viés inflacionário, no curto prazo, no médio prazo, em função da própria economia global, que está crescendo abaixo de sua média histórica é de que o cenário, nos próximos 2 anos, na nossa visão, no médio prazo, continua sendo desinflacionário, com repercuções sobre o País também.

Em relação à inflação no Brasil, nós vemos o curto prazo afetado pelo choque de ofertas associadas a esses eventos climáticos, domésticos, externos; mas mantém sinais favoráveis em prazos mais longos.

Só para ilustrar, antes do crescimento do preço das *commodities* e dos produtos *in natura*, nós tínhamos uma expectativa de inflação que estava convergindo de forma bastante consistente para o centro da meta, até a pesquisa Focus de 6 de julho. Ou seja, antes de haver, digamos, a conclusão de que estávamos enfrentando choque de ofertas, essa convergência da inflação, a expectativa de inflação estava se dando de forma bastante consistente. As nossas próprias projeções, no relatório de inflação de junho, indicavam uma projeção do IPCA de 4,7% para este ano, ou seja, ao redor do centro da meta.

Com os choques desfavoráveis, o preço internacional das *commodities* agrícolas sobe 14% entre o dia 21 de junho e 19 de julho e o preço dos produtos *in natura* aumentam 14% entre junho e agosto deste ano. São esses dois eventos, esses dois episódios que gostaria de explorar um pouquinho na apresentação,

porque são questões de curto prazo que vêm afetando a inflação no Brasil e no mundo.

Essa era a expectativa antes dos choques, essa convergência, inclusive, nas previsões do mercado. Como falei, as nossas previsões eram ainda mais próximas do centro da meta, 4,7% no relatório inflação de julho. Ocorre esse choque. Eu chamaría a atenção para o lado direito deste gráfico, ou seja, aquela telinha que tem a seta verde. Estamos vendo aí a variação do ICBR, que é um índice de *commodities* do Banco Central que pega o índice de *commodities* internacional e ajusta para a estrutura de consumo do nosso Índice de Preço ao Consumidor (IPCA). Então nós vemos aí uma puxada, como mencionei na lâmina anterior, uma puxada para os preços dessas *commodities* agrícolas na faixa de 10,5%, nesse período de junho a agosto de 2012.

Quando olhamos para o lado esquerdo, vou voltar nessa figura, é um choque bastante diferente daquele que foi o choque da segunda metade de 2010, início de 2011, quando o crescimento do preço das *commodities* se deu de uma forma bastante acelerada num período relativamente longo.

Saindo das *commodities* agrícolas indo e para os produtos *in natura*, tomate, cenoura, batata, etc., ovos, nós vemos também, no acumulado de 12 meses, um crescimento na inflação desses produtos, dada a instabilidade no regime de chuvas, que afetou colheitas de importantes produtos do que os economistas chamam de alimentos *in natura*, que têm um peso relevante na inflação, refletem nos números da inflação brasileira.

A boa notícia em relação aos preços *in natura* é que eles oscilam muito, então, nos últimos 5 anos, nós vemos que eles sobem muito, mas também caem bastante. Então, os preços *in natura*, pela própria natureza desse tipo de produto, têm oscilações fortes. Então, essa questão dos preços *in natura* vai e volta, não deve ser objeto de grande preocupação, além da conta, em relação à inflação, ele tem essa dinâmica, essa dinâmica é respeitada, tem uma regularidade estatística. Não é preciso fazer uma regressão, só olhando essa figura nós vemos essa regularidade. Então, em relação a ele, é isso.

Como eu tinha mencionado, depois do início desse choque de oferta, tanto de *commodities* como de produtos *in natura*, nós vimos uma revisão para cima da perspectiva de inflação; isso tem afetado a inflação e a expectativa no curto prazo.

Comparado ao choque de *commodities* de 2010/2011, esse choque de 2012, até o momento, tem se mostrado um choque localizado. São, essencialmente, duas ou três *commodities* agrícolas importantes. Ele deve, na nossa visão e na visão, também,

de outros bancos centrais e organismos internacionais, ter uma duração mais curta. Vimos já uma virada, uma estabilização e uma virada dos preços, em um período mais recente. Deve ter uma magnitude menor do que foi lá atrás, em 2010 e 2011. Está ainda fresco na memória o tipo de repasse que houve para a inflação. O comportamento das cotações internacionais aponta, dá sustentação a essa visão, e outras instituições, tanto o Federal Reserve quanto outros organismos multilaterais, têm também, digamos, classificado esse choque agrícola como temporário e de efeitos relativamente contidos.

Aí estamos só comparando os dois. Nós vimos, lá naquele período de 2010/2011, uma variação muito forte, muito rápida. Chegou a 72%, depois houve um recuo, ao longo de 2001, início de 2012. Aqui na ponta nós vemos esse novo choque de 10,5%, ambos medidos em moeda estrangeira, em dólares, usando o índice de *commodities* do Banco Central.

Como conclusão, acho que a convergência para o centro da meta se dá, vai continuar, no País, de forma não linear, sujeita aí a reversões pontuais e temporárias, na nossa visão. O cenário internacional apresenta esse viés de curto prazo inflacionário, porém, no médio prazo, deve contribuir para a inflação ficar sob controle até se reduzir globalmente.

As políticas de oferta, as várias políticas de oferta que vêm sendo anunciadas pelo Governo tendem, sim, a contribuir de forma importante para a redução dos custos de produção, seja uma política de oferta, de ampliação da oferta, de redução dos custos da indústria, do setor de serviços e da agricultura. E, na nossa visão, ajudar a conter as pressões de preços no médio prazo, no País.

Já algumas considerações finais. Queria só revisar alguns dos aspectos, como o fato de o Brasil apresentar essa estrutura macroeconômica bem testada, com suas reservas, o que tem ajudado o País a navegar com segurança nesse cenário internacional de maior volatilidade e instabilidade. O ritmo da atividade econômica será mais intenso nesse semestre e no ano próximo. A inflação tem uma trajetória para a meta de forma não homogênea. As reformas adotadas vão, certamente, contribuir para um processo de crescimento sustentável nos próximos anos, um crescimento mais vigoroso com inflação sob controle. O Banco Central, naturalmente, sempre estará vigilante para atingir seus objetivos, mas não deixa de reconhecer a importância das políticas de oferta que estão fora do escopo das medidas que o Banco Central tem entre os seus instrumentos e que, certamente, ajudam no trabalho de estabilização econômica e de crescimento sustentável da economia.

Em termos de resultados, há um critério bastante concreto e objetivo: as captações brasileiras, o custo das captações. Vemos nesse título da dívida externa brasileira, o Global 2021, uma redução no custo expressiva ao longo dos últimos 2 anos. O mercado secundário, hoje, está mostrando uma taxa de 10 anos na faixa de 2,3% em moeda estrangeira para o País, ou seja, com pequeno *spread* sobre outras economias globais, economias do G-3. Houve essa emissão recente do Tesouro que ilustra bem, digamos, o momento da economia brasileira, a confiança que os investidores internacionais depositam nas perspectivas de crescimento e de estabilidade da economia brasileira. Foi uma emissão Global 2023, em setembro deste ano, este mês, portanto, de 2,7% de juros anuais com um papel de mais de 10 anos.

O investimento estrangeiro continua bastante forte na economia. Nos últimos 12 meses, encerrados em julho, o volume de investimentos diretos no País está na casa dos US\$66 bilhões. Se nós olharmos para a região da América Latina, veremos o segundo colocado em atração de investimentos, que é o México, segunda maior economia da região, atraindo menos de US\$20 bilhões. Isso dá um pouco da dimensão do País e da sua capacidade de atração de investimentos para o setor produtivo.

Para finalizar, tudo isso para continuar tanto a estabilidade da economia, a estabilidade monetária, quanto as perspectivas de crescimento sustentável nos próximos anos, digamos que sustentam esse processo de redução da pobreza e redução das desigualdades no País. Acho que podemos legitimamente pensar que esse processo continua no presente e continuará nos anos vindouros.

Eram essas as informações que gostaria de passar antes de iniciarmos o debate.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Tombini, pela exposição absolutamente didática, muito clara, como sempre.

Quero passar a palavra à Senadora Ana Amélia, a primeira Senadora inscrita.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Delcídio do Amaral, da mesma forma a gente ouve o Presidente Alexandre Tombini e vai para casa mais tranquila, não só pela forma como ele explica, mas pela confiança que ele transmite na crença de que, de fato, a nossa economia está engrenando e caminhando.

Queria cumprimentar também não só o Presidente do Banco Central, mas também o Dr. Carlos Hamilton

Vasconcelos Araújo e o Dr. Altamir Lopes, diretores que acompanham o Presidente.

Eu começo por uma das afirmações feitas pelo senhor aqui de que a atividade econômica vai se tornar mais dinâmica a partir do segundo semestre, em que nós já estamos, e no início do ano que vem. Quais são os fundamentos, as razões que o levam a essa situação?

O senhor falou também da questão da reação da agricultura, não propriamente pelo desempenho da safra, mas pela valorização das *commodities*, especialmente da soja, que é o principal item na nossa pauta de exportações.

Também imagino que isso tenha isso tenha sido o reflexo dessa melhora. Aí vem outro impacto, que vai na inflação. A soja, o farelo da soja e o milho, outra *commodity* que teve preços reajustados, são os principais insumos para avicultura e suinocultura. Na avicultura, hoje, aparecem apenas os ovos como subida de preço, mas a carne de frango, não. Então, esse aumento foi repassado, tem que ser repassado.

O senhor disse que haverá um controle de preço. O Governo vai chamar os produtores desse setor da área de alimentos para dizer: "Olha, não repassem preço!"? Como vai ser administrado isso? Tenho alguma informação nessa direção.

O senhor falou também que o Plano Safra vai ter um aumento de 7,5%, teremos R\$115 milhões para serem aplicados. Agora, desse total, Presidente Alexandre Tombini, quanto efetivamente foi usado do dinheiro que foi disponibilizado em 2011? Porque dizer que vai ter dinheiro é uma coisa; aplicar o dinheiro é outra coisa. Então, não chega... Eu queria ver o percentual dessa aplicação e qual é a perspectiva dessa.

Considerando o fato de que há ainda um problema de passivo, de dívida no setor agrícola, especialmente na Região Sul e no meu Estado do Rio Grande do Sul, que ainda não foi resolvido. Então, esse agricultor não terá acesso a crédito nenhum. Então, esse é um outro problema.

Queria dizer ao senhor que essa questão da inflação, se essas medidas que foram tomadas ontem, anunciadas pela Presidente Dilma Rousseff, como a redução do preço da energia, se já estão contabilizados aí nessa perspectiva de redução da inflação nesse processo.

Uma outra questão, e eu aí a saúdo também como muito correta, é a atitude do Banco Central nas ações para redução da taxa Selic. Mas há outro setor que o Banco Central não atua, não tem atuado. Diz respeito ao preço do juro cobrado pelo cartão de crédito. Nós pagamos cinco vezes mais do que os europeus e americanos quando usamos cartão de crédito. São os juros

mais altos do mundo. A média aqui no Brasil, Presidente Alexandre Tombini, está em 238,3% ao ano. Eu queria saber como é que... Eu até requeri uma audiência pública para debater esse assunto com os operadores de cartões de crédito, com os bancos, porque é uma situação, digamos, muito diferente daquela praticada pelas operações convencionais de crédito.

Há outro projeto de minha autoria, e eu queria saber da sua opinião. Hoje, se um tomador de empréstimo, em qualquer instituição financeira – incluo as oficiais –, num determinado momento tem um problema com a sua dívida, não paga, aí faz uma negociação com o banco e liquida a dívida, paga a dívida, esse cidadão nunca mais vai operar com essa instituição. Nunca mais! Mesmo tendo pagado. E aqui me ajuda o Senador Armando Monteiro. Há lista negra.

O mais incrível, meu caro Presidente Alexandre Tombini, numa violação ao direito do consumidor, não há, por parte da instituição financeira, qualquer informação a esse cliente que, num futuro, tenha condição de iniciar novas operações por causa da sua estabilidade financeira. Então, ele não recebe. Ele vai lá, pede, e o banco simplesmente não dá, mas não diz por que ele não vai receber e tal.

Então, eu queria saber do senhor... Estou fazendo um projeto que inclusive criminaliza não só o caso da instituição financeira, mas uma empresa de comércio que opera em crediário, porque é um direito do cidadão. Cinco anos é o limite para que essa lista negra seja mantida; depois disso, o banco ou a empresa de comércio, ou qualquer outra, terá que reiniciar e retomar as operações.

Eu queria ver... O Banco Central tem alguma recomendação? Isso cada instituição faz ao seu bel-prazer? Como isso acontece? E do ponto de vista do consumidor, eu queria saber. Porque no caso jurídico, quando se tem uma demanda jurídica, quando há um acordo – por causa da dívida é acordo – é líquido e acabado. Terminou, é fim. Não há outra demanda judicial. Então, no banco, por que – digamos – essa lista negra eterna? Ali a instituição mantém o nome do cliente, do devedor que já liquidou o seu débito com a instituição, este não podendo, mesmo estando em condições financeiras absolutamente saudáveis, iniciar operações. Eu penso que isso diga respeito ao direito do consumidor; é uma violação.

Presidente, eu recebi, casualmente – e queria informá-lo –, de um ex-bancário de Tocantins, no meu gabinete, essa situação que ele viveu. Esse ex-bancário do Estado do Tocantins me mandou isso, enviando a sugestão de como fazer. Então, eu queria ver, porque o projeto está sendo examinado, votado. Teve aqui o

apoio de vários Senadores que estavam presentes e vai para a Comissão de Defesa do Consumidor.

São essas as minhas questões para o senhor, renovando os meus cumprimentos pela sua exposição tão didática, como disse o nosso Presidente, e tão completa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, agora, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr.

Presidente desta Comissão, Senador Delcídio do Amaral; Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, tenho acompanhado, com muita expectativa, a diminuição do custo Brasil. Acho que o Brasil está dando um importante passo para se tornar um País de primeiro mundo. E nós temos que ser competitivos o suficiente, porque, nesse mundo globalizado...

Eu estive, recentemente, em Recife, no fórum do setor sucroalcooleiro, e vi que, ao mandar álcool de etanol para os Estados Unidos e trazer o álcool de milho de lá, o Brasil ganha um valor considerável, porque há a relação de uma taxa sobre um prêmio sobre o etanol brasileiro, que é tido como renovável e ecologicamente correto. Imaginamos toda essa logística, e, mesmo assim, ainda é economicamente viável.

Acompanho a redução das taxas de juros. Vi que houve uma redução considerável nas taxas de juros do setor agrícola e nós achamos isso prudente e inteligente, programas como esse do Brasil Maior, como esse agora dos modais de transporte, tudo isso em função. Mas tem algo que vi em que se está mexendo muito pouco, que é TJLP, Sr. Presidente. A minha pergunta é com relação à TJLP.

A TJLP é a base dos juros cobrados principalmente para os grandes investimentos, como os do BNDES, que já chegaram perto de R\$70 bilhões, somente neste ano, em concessões de empréstimos, cuja maior parte é, de fato, para grandes investimentos no Brasil, que levam ao desenvolvimento econômico sustentável deste País.

Por exemplo, a taxa Selic – nós acompanhamos os últimos 5 anos, por exemplo – quase que caiu pela metade; chegou perto de 14%; agora, 7,5%. No entanto, nos últimos 5 anos, acompanhamos a TJLP; houve agora, nos últimos 3 meses, uma redução de 0,4%, mais ou menos, caindo de 5,2% para 4,8% ao mês, mais ou menos. Isso é tímido em relação à queda nos juros brasileiros. Tendo os juros como um impacto na economia brasileira, no custo Brasil, principalmente, o que o Banco Central tem pensado para o futuro no que diz respeito à taxa de juros de longo prazo?

No mais, parabenizo V. Ex^a, Alexandre Tombini, pelo excelente trabalho na condução dessa Pasta, que

mostra a estabilidade do Brasil, principalmente frente a outros países, em especial aqueles da zona do euro. Todas as crises vividas na Europa nos últimos anos têm pouco afetado o Brasil, mas isso muito pela mão forte do Governo em segurar o seu orçamento e a economia com medidas efetivas, que têm feito a diferença em nosso País. Mas essa questão ainda da TJLP é algo que entendo que precisamos avançar um pouquinho mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Depois que todos os Senadores perguntarem, Ministro, V. Ex^a responderá.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Presidente Alexandre Tombini, hoje esta audiência está um pouco esvaziada porque este esforço concentrado não teve o êxito, não estão tão concentrado como deveria ser, mas também porque há uma certa concordância com o rumo tomado pelo Banco Central. Lembro-me aqui da agitação em agosto do ano passado: setores do mercado, setores deste Parlamento, a vinda do Presidente do Banco Central era motivo de uma presença assídua da oposição e de um debate intenso.

Primeiro, parabenizo-o pela condução. Setores expressivos do mercado – e volto a dizer – e também deste Parlamento e da oposição questionavam aquela posição de 31 de agosto. Acho que se desfez o mito e foi muito importante a Presidenta Dilma, na composição do Banco Central, ter optado por uma composição de funcionários públicos. Existia uma visão de que a posição média do mercado era a posição que valia, e ali o Banco Central, com seus dirigentes, com suas projeções, com seus números, decidiu optar por outro caminho. Fico pensando, nesse grau de desaceleração econômica do mundo e do Brasil, o que seria de nós se não tivéssemos optado pela redução da taxa Selic ali naquele período de 31 de agosto. De forma que agora há um certo consenso, poucos se levantam para questionar a política adotada por V. Ex^a e pela direção do Banco Central.

Mas vou entrar no tema do crescimento. Antes, quero destacar um outro ponto. Pergunto se há um impacto na inflação 2013 sobre o plano anunciado ontem pela Presidenta Dilma de redução das tarifas de energia elétrica. Acho que esta é outra característica do Governo da Presidenta Dilma: o Governo como um todo atuando de forma conjunta na questão da inflação. Lembro-me do ano passado, naquela crise do etanol, a Presidenta se mobilizou, colocou a Petrobras no meio, reuniu usineiros. Ou seja, o compromisso de

lutar, de controlar a inflação é do Banco Central, mas do Governo como um todo.

Eu queria começar sabendo desse impacto, se tem números em relação a 2013, o impacto dessa redução da tarifa de energia elétrica.

Mas, veja bem, a discussão é crescimento em todo o mundo. Acho que o Brasil tem uma grande oportunidade agora de discutir democraticamente, os empresários, o povo, sindicatos, os parlamentares, o Governo, o que fazer com o que nós vamos economizar dos pagamentos de serviços da dívida.

Eu queria primeiro fazer uma pergunta, Presidente Tombini: já existe uma projeção do que vai ser economizado com essa redução da taxa Selic no ano de 2012, 2013 e 2014? Sei que o impacto maior é de médio e longo prazo, mas aqui há uma discussão. Nós vamos diminuir pagamento de serviços da dívida. O que fazer com isso?

Eu advogo, Senador Armando Monteiro, que temos que utilizar uma parcela dessa oportunidade. Isso é uma janela de oportunidades para o Brasil, para desoneração tributária e para aumentar investimentos.

Há um consenso criado neste País de que, para melhorar a nossa competitividade, nós temos que fazer uma desoneração tributária ousada. A Presidenta Dilma está indo nesse sentido; mas avançar ainda mais nesse sentido. E há outro consenso, de que é necessário aumentar a nossa capacidade de investimento. Pois bem, esse não é um recurso que vai ficar livre para ser utilizado assim. Só há um jeito de utilizarmos esses recursos ou uma parte deles: se entrarmos no debate, com muita cautela, sobre o superávit primário. Porque hoje o déficit nominal do ano passado, se não me engano – que me corrija o Presidente do Banco Central – foi de 2,6; a previsão para 2012 é de 1,4, não é isso? A previsão do déficit nominal 2012: 1,4.

Qual é a tese que eu advogo, para mostrar aqui?

Acho que temos que ter um compromisso com a redução do déficit nominal. Temos que ter um déficit nominal, Presidente Alexandre Tombini, na minha opinião, sempre caindo. Esse é um compromisso de que não podemos abrir mão. Agora, eu advogado que dá para construir um consenso na sociedade, que uma parte desses recursos economizados... Ou seja, reduzir uma parte do superávit primário, com o compromisso direto de canalizar esses recursos em desoneração tributária e investimento.

Acho que essa é a pauta do crescimento. Acho que é melhor fazer dessa forma do que depois, em algum momento, chegarmos ao final do ano e dizermos que o superávit primário não foi possível ser alcançado. É envolver as pessoas. Acho que tem condições de, nesse momento, criarmos um clima de consenso

sobre essas oportunidades que podem existir a partir da exitosa redução de taxa de juros, da taxa Selic, que o Banco Central vem conduzindo.

Essa é a minha intervenção.

Parabenizo novamente V. Ex^a pelo trabalho e pela condução do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Presidente Tombini, meu caro Presidente Delcídio, companheiros, eu queria, Presidente Tombini, voltar a falar sobre os spreads.

Esta Casa, o Senado da República, fez um esforço na votação do cadastro positivo, inclusive discutindo algumas questões relativas ao próprio projeto do cadastro positivo, aquela questão da responsabilidade do consultante, etc. O fato é que, até hoje, o cadastro positivo não está sendo efetivamente operacionalizado. Há uma regulamentação que ficou, evidentemente, sob a responsabilidade da área econômica do Ministério da Fazenda, de modo que eu queria ter notícias de como anda efetivamente a questão da regulamentação do cadastro positivo, que era um dos instrumentos para que pudéssemos ter spreads mais compatíveis com esse novo momento da economia brasileira.

Indago de V. Ex^a sobre essa agenda dos spreads, que também passa por uma série de outras questões, como a questão da tributação. E aí, quando o nosso colega o Senador Lindbergh lembra que esse espaço fiscal, que está sendo conquistado com a redução do serviço da dívida pública em função da redução da Selic, pode ser utilizado também para reduzir a chamada cunha fiscal. Porque, do mesmo modo que a energia elétrica é um insumo básico, o crédito é um insumo básico. Diferentemente do que se supõe, quem é efetivamente penalizado com a cunha fiscal é o tomador do crédito, não é o banco, porque o banco repassa os tributos.

Então, por exemplo, não seria também impróprio considerar que, para o financiamento do investimento, que é, por assim dizer, mais benigno, a cunha fiscal deveria ser drasticamente reduzida?

Bom, então, essa agenda dos spreads eu sei que é desafiadora, é complexa, passa pelo próprio perfil do mercado financeiro no Brasil, há um grau de concentração bancária que tem se acentuado no Brasil; há, ainda, uma constatação de que os bancos brasileiros, que durante muitos anos puderam usufruir desses spreads fantásticos, ainda têm, pelo *benchmarking*, espaço para serem mais eficientes. Há pouco se divulgou um estudo que constata que os bancos brasileiros têm um nível de despesa operacional superior – e bem

superior – a instituições financeiras de outras regiões. Salvo engano, na média, as despesas operacionais sobre as ativos totais no Brasil alcançam 6%, quando, em outros países, isso chega a 3%.

Em suma, o que, nessa agenda dos *spreads*, V. Ex^a entende que poderíamos fazer para avançarmos mais? Eu creio que esse, agora, é um desafio que temos, impulsionar essa agenda.

E a outra questão que eu gostaria de discutir hoje é uma avaliação do Presidente Tombini sobre a própria recuperação do nível de atividade da economia. Quer dizer, nós iniciamos esse ciclo virtuoso de redução da taxa de juros, que foi iniciada em agosto do ano passado, até hoje, 500 pontos percentuais, ou seja, 5% da taxa Selic, e a economia ainda não dá sinais mais fortes de recuperação. Então, como o Presidente Tombini vê, por assim dizer, essa resposta lenta da economia brasileira? Eu sei que há variáveis importantes que têm contribuído: a expansão do crédito foi desacelerada, a política fiscal é menos expansiva, há ainda a questão do comércio internacional, o Brasil sofre com essa retração do comércio internacional. Mas, eu queria ouvir, Presidente Tombini, até que ponto a política monetária, a eficiência da política monetária – aí olhada não apenas sob a perspectiva de controle da inflação, mas na perspectiva de aceleração da atividade econômica – ela está ou não cumprindo os seus objetivos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Agora, com a palavra para responder às perguntas dos Senadores e das Senadoras, Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Começando pelas perguntas da Ex^{ma} Senadora Ana Amélia, eu registrei cinco ou seis perguntas na sua exposição.

Primeiramente, agradeço as palavras generosas na direção do Presidente do Banco Central, da instituição.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A economia está bem, só o nosso time que está mal, Presidente...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Continua, não é? Vai melhorar, vai melhorar.

Em relação a quais fatores sustentam a nossa visão de recuperação da economia, temos aí uma série de impulsos... Inclusive, procurei apresentar alguns deles, principais. Temos a redução da taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro Tombini, V. Ex^a poderia aumentar

um pouquinho o som, porque o pessoal lá atrás está reclamando e o pessoal está acompanhando pela televisão. Está meio baixo.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito bem. Então, em relação aos fatores que sustentam, há os impulsos de política, a redução da taxa de juros; a liberação de 50, 60 bilhões de liquidez para o sistema financeiro, para o sistema bancário; há as políticas tributárias que foram adotadas, algumas políticas pontuais, políticas também mais horizontais de redução, por exemplo, do peso dos encargos na folha de salários, estão agora entrando em fluuição em vários setores. Então, há uma série de estímulos de políticas que estão aí.

Houve, também, a questão da agricultura, que foi mencionada na minha apresentação e por V. Ex^a, que teve esse impacto climático no primeiro trimestre – não se repete; obviamente, ninguém tem bola de cristal, mas aquilo é um choque naturalmente. E, na ausência de um choque nos próximos trimestres, inclusive, no primeiro trimestre do ano que vem, nós temos aí esse segmento importante da economia também contribuindo para a recuperação.

Além disso, temos a questão da demanda, que continua evoluindo. Nós vimos aí o mercado de trabalho gerando empregos, 1,2 milhão de empregos. A renda real crescendo, a combinação de renda real com trabalho dá um crescimento sustentável para a massa salarial real, que vem crescendo na faixa de 6%, 7%, sustentando a demanda. A própria evolução da taxa de câmbio no País, que saiu de níveis mais apreciados, em 2011, para níveis mais depreciados da taxa de câmbio no período atual, isso também permite, por exemplo, que a indústria ocupe mais essa demanda com produção local do que vinha fazendo anteriormente. A própria adequação dos estoques na indústria, que estavam muito elevados.

Então, nós temos uma série de elementos que apontam no sentido de uma recuperação neste semestre; nós estamos vendo isso em alguns dados, indicadores antecedentes já demonstram uma recuperação mais vigorosa da economia no ano que vem. Naturalmente, vivemos em um mundo com grandes incertezas, grande volatilidade, crescimento baixo nas principais economias e isso, certamente, tem impactado, digamos, o mecanismo de transmissão, já adentrando numa questão colocada agora há pouco pelo Ex^{mo} Senador Armando Monteiro, onde nós vemos que a política monetária funciona. Quinhentos pontos de redução de taxa de juros certamente têm impacto.

Nós vimos aqui, também, a redução dos *spreads*, juntando a política monetária com o esforço de redução dos *spreads*, vimos até o momento uma redução significativa dos *spreads* bancários, tanto para pessoa

física quanto para pessoa jurídica. Isso, certamente, tem repercussão na economia.

O canal da confiança, em função desse momento por que passa a economia internacional, que pode melhorar – no curto prazo tem melhorado –, mas esse momento, realmente, deixou consumidores, investidores, bancos, tomadores de créditos mais cautelosos, fazendo com que os efeitos desses impulsos, que não perderam a sua eficácia, sejam mais defasados ao longo do tempo.

Então, nós não temos dúvida de que os efeitos virão e que já estão chegando com mais força, mas, certamente afetados por essa conjuntura internacional.

Em relação à questão mais específica da agricultura, acho que V. Ex^a acho menciona aí as condições de preço e também o câmbio que se move, permitindo uma expansão da renda agrícola maior do que no período anterior. Isso se reflete para a economia em geral, certamente o consumo e investimento podem ser beneficiados, naturalmente, pela ampliação da renda agrícola, que passa pela força dos preços, mas, também, pelo novo padrão que tem sido observado na taxa de câmbio mais recentemente.

Eu não falei em controle de preço. Acho que uma lâmina diz que a inflação está sob controle, mas controle no sentido de que ela continuará convergindo para a sua meta, não no sentido de proibições, enfim, de controles específicos de preços. Naturalmente, com a nossa expansão... Nós tivemos a queda da safra de milho, importante impacto na cadeia produtiva dos suínos, da avicultura, como V. Ex^a mencionou. Certamente, o mundo inteiro ficou apreensivo em relação aos desdobramentos disso. Nós vimos que o choque, na nossa visão, tende a ser mais temporário do que foi lá atrás, mas alguma coisa nós já vimos nos preços. Certamente, num esforço também, nós liberamos recursos adicionais para a segunda safra, a safrinha do milho, e vimos este ano no País que a safrinha foi maior do que a safra de verão. Enquanto a safra de verão ficou na faixa de 33 milhões de toneladas, a safrinha veio na faixa de 34 ou mais, batendo o recorde de produção de milho. Naturalmente, essa maior produção de milho no País nesse momento não fecha o gap que se abriu com a queda da safra americana de quase 100 milhões de toneladas, mas, certamente, cria um ambiente para que essa apreensão que eles sentem lá fora, porque sofreram uma quebra importante na cadeia, no Brasil não seja tão grande, em função da nossa resposta na produção e também no financiamento, por meio do qual recursos foram liberados para fortalecer a safrinha de milho, que realmente foi mais forte do que a safra de verão.

Nesse sentido é que sentimos um pouco mais de tranquilidade, mas temos visto, naturalmente, no curto prazo esses efeitos. Procurei demonstrar aqui a nossa visão em relação às perspectivas da inflação mais geralmente falando.

Em relação aos recursos liberados, eles têm sido liberados na faixa entre 90% e 100% do programado. Temos aqui uma liberação expressiva de recursos, na faixa de 94 a 95 bilhões na safra 2011/2012, inicialmente projetada para a faixa de 107.

Quando verificamos o volume, o estoque de recursos, saldos de financiamentos rurais, incluindo a exigibilidade dos depósitos à vista, poupança, BNDES, fundos constitucionais e recursos livres, encontramos um valor, em 30 de junho de 2012, na faixa de R\$180 bilhões em saldo para a agricultura. Esse montante é cerca de 20 bilhões superior ao fechamento da safra 2010/2011. Então, creio que o Governo tem procurado responder com a disponibilidade de recursos para o setor. Certamente, V. Ex^a acompanha isso muito de perto e sabe bem desses números.

Em relação à situação de produtores, também gostaríamos de ressaltar a liberação de recursos do Proagro. Este ano foi liberado cerca de R\$1,1 bilhão daquele seguro, a garantia da atividade agropecuária, o Proagro, sendo que cerca de 900 milhões do que foi orçado já estão pagos, sendo R\$740 milhões referentes às perdas devido à estiagem que nós mencionamos, especialmente no primeiro trimestre deste ano, mais concentrada na Região Sul. Houve o reconhecimento dessa quebra de safra e a repercussão sobre o produtor, o que vem sendo atendido.

Quanto às medidas recentes anunciadas em relação à redução dos custos da energia tanto para o setor produtivo, incluindo indústria, serviços e agricultura, quanto para o consumidor final, nós vamos divulgar as nossas projeções de inflação no final deste mês, no relatório de setembro. Vamos fazer um cálculo refinado dos potenciais impactos, tanto na questão da oferta, ampliada em função de redução dos custos, mas no médio prazo, mas também do impacto direto na conta do consumidor, porque aí se reflete. E existe um peso específico do IPCA que não é desprezível; é importante.

O que eu poderia dizer neste momento, também endereçando à questão apresentada pelo Senador Lindbergh, é que o impacto deverá ser significativo. Veremos os números refletidos nas projeções gerais da inflação no relatório de inflação, que, neste caso, inclui o final deste ano e 2013, e já entramos nas projeções para 2014, o que será ali refletido. Qualitativamente falando, deve ser um impacto expressivo, significativo.

A questão do cartão de crédito é certamente algo em que o País precisa avançar. Precisamos olhar a

nossa indústria nas suas peculiaridades. Temos hoje uma indústria de cartão de crédito, que é um meio de pagamento – além de ser um instrumento de crédito, é, sobretudo, uma forma de pagar, um meio de pagamento.

Então, nós temos, hoje, na faixa... Em 2011, o fluxo de pagamentos no cartão de crédito foi da ordem de mais de R\$420 bilhões. O Brasil tem uma peculiaridade que outras jurisdições não têm – não sei se todas não têm, mas certamente aquelas que V. Ex^a mencionou não têm – que é o parcelamento pelo lojista. Nesse caso, dos quatrocentos e vinte e tantos bilhões que circularam no Brasil via cartão de crédito, cartão de pagamento, em 2011, cerca da metade – duzentos bilhões e pouco – foi dividida naquele parcelamento dito sem juros. Existem controvérsias sobre se há ou não juros – essa é outra questão –, mas não há diferenciação de preço. Se a pessoa paga à vista, não há diferenciação de preço. Logo, é definido, digamos, como financiamento do lojista sem juros. Então, são 200 bilhões dos 400 bilhões, ou seja, 50% são financiados pelo lojista sem juros.

A média de prazo está na faixa de menos de 3 meses – acho que é de 3,6 meses a média dos financiamentos dos lojistas em cartão de crédito. Isso ocorreu em 2011.

Do pagamento à vista no cartão, os 400 bilhões que são pagos ou parcelados ou à vista no cartão... Nem tudo é pago com a parte financiada, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Esse é o pior. Exatamente. V. Ex^a está correta.

O prazo médio de pagamento da fatura está na faixa de 26 dias. O brasileiro utilizou, em 2011, esse instrumento, ele se programou. O prazo máximo seria de 40 dias. Ele paga com 26 dias na média, ou seja, ele administra os seus pagamentos, na média, pelo cartão, para usufruir, digamos, de um período entre a compra e o vencimento da fatura.

Agora, a porção realmente que V. Ex^a menciona e sobre a qual nós precisamos evoluir é a questão do financiamento. O financiamento é de 10% do total, ou seja, nós não estamos falando do problema de 400 bilhões; estamos falando do problema de 40 bilhões. Então, nós temos que olhar esse problema. São 40 bilhões de crédito, num crédito total na faixa de dois trilhões e alguma coisa, ou seja, é uma parcela bastante pequena, mas, certamente, para quem está com dívida no rotativo isso não faz diferença, porque as taxas são elevadas.

Então, certamente, feito esse quadro, contextualizado...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pessoa física.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Sim, pessoa física. É pessoa física, pequeno empresário.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Dois e duzentos é o crédito total. Aí seriam 40 sobre o segmento de pessoa física, só para relativizar.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – É. São 40 bilhões sobre os 400 que foram canalizados via cartão.

Então, contextualizando, estamos tratando de um problema bastante menor do que o cartão de crédito em geral. Uma parte dele é um benefício existente no País – não existe em outras jurisdições –, que é o financiamento pelo lojista, o parcelamento pelo lojista.

Portanto, essas coisas devem ser levadas em consideração. É preciso colocar o foco naquilo que, de fato, precisa ser trabalhado para evoluir no futuro, ou seja, 10%, por exemplo, em 2011, do chamado crédito rotativo, que não foi pago.

No passado, nós já elevamos para 15% o pagamento mínimo. Certamente, na programação, o pagamento deveria ser integral, porque financiar no rotativo gera taxas nesse valor. Nós gostaríamos de ter um pagamento mínimo muito maior, mas, certamente, no curto prazo, isso criaria um problema para as pessoas que estão nesse processo. Mas, certamente, é uma área em que precisamos evoluir.

Bem, a última questão...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Lista negra.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – ... que V. Ex^a menciona é a lista negra. Certamente, não há amparo legal regulamentar uma lista permanente, como foi dito, eterna de devedores, do ponto de vista do Direito do Consumidor que se aplica ao sistema financeiro já definido pelo Supremo Tribunal. Seria abusiva uma lista eterna de maus pagadores. Declarando com esse tipo de situação, nós temos que examinar do que se trata, porque isso não tem amparo legal e certamente não tem amparo regulamentar e do Conselho Monetário do Banco Central.

Muito bem. Acho que eram essas as questões.

A questão do Senador Sérgio Souza sobre a TJLP.

A TJLP, como ele reconheceu na sua intervenção, foi recentemente reduzida, também refletindo um pouco desse ambiente – juros mais baixos no mundo e certamente no País. Para esse trimestre, está valendo uma taxa 0,5% menor do que valeu para o trimestre anterior, ou seja, hoje, a TJLP definida pelo Conselho Monetário Nacional para esse terceiro trimestre de 2012 está na faixa de 5,5%.

Vamos avaliar a evolução da economia nacional, enfim, a questão da inflação no nosso caso. Certamente a cada trimestre nós temos que determinar essa taxa. O Conselho Monetário Nacional, o Banco

Central, é parte desse processo. Acho que a questão principal aqui é continuar desenvolvendo fontes de financiamento de longo prazo no País. Creio que esse novo ambiente que existe no Brasil... Do ponto de vista do Banco Central – só para deixar claro –, nós não aposentamos os ciclos monetários. Eles continuam conosco, vai haver aumentos de juros no futuro, reduções, etc., mas acho que é legítimo dizer neste momento que estamos num intervalo diferente. Nós conseguimos fazer um processo de convergência que nos parece – olhando neste momento – um processo estrutural. Isso vai refletir em vários segmentos da economia, gerando inúmeras oportunidades, alguns importantes desafios de viver num ambiente de juros mais baixos, mas, certamente, uma das oportunidades é o desenvolvimento maior do mercado de capitais para complementar, digamos, o financiamento de médio e longo prazo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Nós vemos aí uma grande avenida para desenvolvimento do mercado de capitais na área da renda fixa privada, ou seja, das debêntures, dos títulos corporativos de empresas que, num ambiente não só de juros mais baixos, mas também de redução da dívida/PIB, da redução do déficit nominal. Quem sabe até com um equilíbrio no futuro: papéis privados ocupando esse espaço dos papéis públicos. Certamente há muito crédito de excelente qualidade no setor privado brasileiro que teria demanda no futuro. Então, mais do que questão específica da TJLP, que tem evoluído, tem sido avaliada a cada trimestre, há essa questão maior de desenvolvimento do mercado de capitais para complementar as fontes de financiamento de médio e longo prazo do BNDES.

Bem, passando às questões do Senador Lindbergh Farias, queria primeiramente agradecer as palavras em direção ao Banco Central e à atual administração. Certamente, há grandes desafios nesse processo, mas a taxa de juros da economia, a taxa base, não foi reduzida por vontade do administrador, nem do Governo, nem do Banco Central; acho que quem reduz a taxa são as perspectivas de inflação. Nós conseguimos, mesmo no momento em que a inflação estava no pico, digamos, ver o ambiente internacional, medir o impacto de nossas políticas e reconhecer que deveríamos fazer uma reversão o mais rápido possível sob pena de ter uma situação mais séria na economia. Então, isso, de fato, foi visto. Não foi uma questão de vontade. Tivemos de ter mais resistência para, digamos, lidar com as reações naquele período, mas, como V. Ex^a mencionou, hoje já existe um grau de entendimento maior em relação ao que foi feito naquele período.

O Governo tem ajudado na criação de condições para que, em nossas projeções, nós vejamos espaço

para fazer o que foi feito. Isso tanto no âmbito fiscal, como foi mencionado, quanto em políticas que agora se intensificam pelo lado da oferta. Nós sempre dissemos que o Banco Central cuida do lado da demanda da economia – ele pode até dar sugestões, mas nós não cuidamos do lado da oferta – e o crescimento da combinação das duas coisas: sem demanda, não há consumo, não há investimento, mas, certamente, para crescer precisamos ter o investimento e a melhoria nas condições de competitividade. As medidas recentemente anunciadas vão todas nessa direção de impulsionar o crescimento sustentável, o crescimento com equilíbrio de preço, com maior oferta.

No período à frente, estamos realmente vendo essas medidas como muito positivas para o crescimento sustentável da economia; certamente refletem o nosso trabalho. Obviamente, esse é um processo, tem a implementação, mas há, creio, um reconhecimento de que, ainda que a economia global hoje enfrente grandes desafios – e vai demorar um tempo para sair dessa situação –, essa economia global sairá mais competitiva lá na frente em relação aos custos trabalhistas, que, por exemplo, na Europa, estão sendo reduzidos neste momento, ainda que os mercados não estejam totalmente convencidos em relação às medidas, ainda que seja difícil o processo, mas tem havido avanços na questão da redução dos custos. O custo de capital está lá embaixo, o custo trabalhista está lá embaixo. Então, acho que temos que nos planejar e saber que, daqui a 2 anos, eles estarão mais fortes, do ponto de vista competitivo, do que estavam quando entraram na crise. Então, essa é uma janela que devemos aproveitar para atuar no lado dos custos.

Há a questão do custo de capital, que evoluímos com segurança nestes últimos 19 meses, e a questão do custo da energia, que foi recentemente endereçado. Certamente a Presidenta da República conhece muito bem essa área e sabe da necessidade que havia para que o Brasil competisse em condições mais homogêneas com os grandes produtores mundiais, e um ajuste nesse custo está sendo feito. É importante do ponto de vista da oferta, do ponto de vista da inflação. Como já mencionei, Senador Lindbergh, vamos ter isso refletido nas nossas projeções.

V. Ex^a menciona o aproveitamento da situação, da convergência do País nesse período para, digamos, avançar no sentido de ter uma redução também horizontal. Imagino que V. Ex^a estivesse pensando na carga tributária, que é elevada e foi reflexo da necessidade de fazermos esse ajuste ao longo desse período. Certamente, se continuarmos convergindo, e creio que vamos continuar convergindo no sentido de estar mais em linha com nossos competidores, na questão

do custo de capital, do custo da energia e – por que não dizer? – da carga tributária também, aproveitando espaços, não sei se por ajustes nos parâmetros ou por contenção nas despesas, para transferir parte desse bom momento para a competitividade da economia em geral.

Então, acredito que V. Ex^a tem um plano bastante interessante e consistente em relação ao aproveitamento desse momento para fazer esse progresso na questão da competitividade.

Senador Armando Monteiro, também obrigado pelas palavras. A questão do cadastro positivo está em discussões intensas, a minha assessoria relata toda semana, e estamos chegando a um período próximo da regulamentação. Sem embargo, nesse período, enquanto as equipes trabalham intensamente na regulamentação do cadastro positivo – o Banco Central sempre defendeu esse instrumento como também redutor do *spread* bancário –, enquanto se discute, a questão dos *spreads* vem evoluindo. Temos reduzido, nos últimos meses, os *spreads*.

Cunha fiscal. Acho que já entrei um pouco na questão da cunha fiscal.

Recuperação da atividade. Também em resposta à questão da Senadora Ana Amélia, não creio que a eficácia da política esteja diminuindo. O que imagino, certamente, é que as defasagens se ampliam em função do quadro internacional, e esperamos agora um impacto maior na economia brasileira nos próximos períodos.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já aqui comentamos, e eu gostei muito do que disse o Presidente do Banco Central sobre a questão do cartão de crédito. Acabo de receber a informação de que a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços revisou para cima sua projeção de crescimento do setor de cartões de crédito, débito e redes de loja, como o senhor mencionou aí, para 21%, no ano de 2012.

Então, é um dado para mostrar a força que o setor tem quando você vê o crescimento da economia e o crescimento desse setor de cartões de crédito, de 21% de crescimento.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O Senador Suplicy justificava que estava na posse do novo Presidente do Ibama.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Presidente Alexandre Tombini, permita-me apenas cumprimentá-lo. Não vou, agora, fazer uma pergunta porque avaliei que era importante estar na posse do Prof. Marcelo Neri, que, inclusive, ressaltou a trajetória tão significativa, que tem sido objeto da dedicação dele e do Ipea, de o Brasil ter conseguido erradicar a pobreza significativamente, diminuir a desigualdade, dados que, inclusive, são objeto também de sua exposição. Ele ressaltou ali o dado que ele considera tão importante: nessa última década, aproximadamente, o Brasil conseguiu reduzir a pobreza absoluta em 42%. Tenho certeza de que V. Ex^a é parte desse esforço conjunto.

Então, quero apenas cumprimentá-lo.

Sigo amanhã para a Alemanha para exposição sobre a perspectiva da renda básica no Brasil e dos resultados que têm sido alcançados. Então, eu gostaria de deixar em suas mãos uma cópia dessa palestra para o 14º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network.

Meus cumprimentos e parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Quero também agradecer aqui ao Ministro Tombini, quero agradecer também ao Diretor Altamir Lopes, ao Diretor Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, mais uma vez, pela presença, dizer que foi muito importante essa vinda dos diretores, da diretoria do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos e destacar a clareza, o didatismo e, acima de tudo, a oportunidade de nós discutirmos, num momento importante para o País, essas questões relevantes da área econômica brasileira.

Não tenho dúvida nenhuma, Ministro Tombini, de que o Brasil precisa se preparar para os novos tempos que virão, porque a Europa, hoje, como V. Ex^a disse aqui muito bem, enfrenta dificuldades, assim como os Estados Unidos; a China, como V. Ex^a diz, está fazendo um *soft landing*, está fazendo um pouso mais suave, mas esses países, quando retomarem o crescimento, se o Brasil não implementar medidas como as que V. Ex^a tem implementado, como as que a Presidenta Dilma também tem implementado, na área de energia, na área de logística, nós vamos perder novamente a janela de oportunidades que, sem dúvida nenhuma, tem se apresentado ao País.

Então, acho que esse esforço, esse trabalho competente da diretoria do Banco Central e de todo o seu quadro de funcionários é crucial, porque as economias desenvolvidas estão em dificuldade, mas vão dar a volta por cima.

Tenho visto alguns movimentos nos Estados Unidos. É simplesmente inacreditável o que eles estão fazendo. Vou citar um exemplo específico. A área energética, Senadora Ana Amélia. Os Estados Unidos, de 2009 a 2012, engoliu duas produções anuais do Brasil de petróleo e gás – duas produções! –, com um programa competente de energia renovável, de *shale gas* ou óleo de xisto, ou também não só o gás de xisto, mas o óleo de xisto, dependendo, e, ao mesmo tempo, um vigoroso programa de inovação e de tecnologia. Portanto, na hora em que eles saírem da crise, vão avançar muito e com uma possibilidade de até mudar um pouco a questão geopolítica mundial, a partir do momento em que eles passarem a ter uma independência maior de outras fontes de energia. Então, são extremamente louváveis essas ações do Banco Central porque não podemos perder essa janela de oportunidades.

Portanto, quero agradecer e também registrar, Presidente Tombini: hoje são poucos os Senadores que vieram a esta semana de esforço concentrado, até porque as campanhas políticas agora vêm num crescendo, mas, de qualquer maneira, foi muito importante a presença de V. Ex^a e dos diretores do Banco Central.

Quero agradecer-lhes, mais uma vez, por esta oportunidade que o Senado tem de conversar com pessoas competentes como V. Ex^a e seus diretores.

Registro aqui que estamos dependendo hoje do plenário porque, num acordo costurado com a Senadora Ana Amélia, com o Senador Eduardo Braga, devemos votar hoje, no plenário do Senado, o projeto de lojas francas, o PLC nº 11, de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados. Portanto, um projeto muito importante para os Estados brasileiros que têm fronteira com os países vizinhos, e aí o Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia, o meu Mato Grosso do Sul, que vão ser diretamente impactados por esse projeto de extrema relevância para o País, especialmente para os Estados que fazem fronteira com os demais países da América do Sul. Trabalho competente da Senadora Ana Amélia.

Quero agradecer a oportunidade. Vamos aguardar a semana que vem, se teremos um novo esforço concentrado até em função do Código Florestal. Se isso acontecer, vamos pautar na terça-feira uma reunião administrativa, uma reunião deliberativa, melhor dizendo, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer a todos os senhores e senhoras. A reunião está encerrada.

Muito obrigado, mais uma vez, ao Ministro Tombini e à Diretoria do Banco Central.

(Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 35^a REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos, do dia vinte e nove de agosto de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Benedito de Lira, Paulo Bauer e das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta.

ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2010. Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais. Autoria: Deputado Celso Russomano. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009.** Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por “ad hoc”). Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009, com 5 (cinco) Emendas que apresenta.

Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, que lê o Relatório em substituição ao Senador Cícero Lucena. A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator (ad hoc) para reexame do Relatório. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011.** Altera a Lei

nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 596, de 2011.** Altera a Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, para autorizar a outorga de concessão de direito de uso de imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a entidades de assistência social. Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 596, de 2011, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 12 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, de 2011.**

Dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de nove a quarenta anos com a vacina antipapilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os Estados e Municípios brasileiros. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 13 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2011.** Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso. Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 54, de 2012.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater a questão dos serviços postais de entrega de correspondência e de encomendas, em seus aspectos conceituais, legais e pendentes de definição e regulação. Assim como o impacto das atividades deste setor na geração de

empregos diretos e indiretos na iniciativa privada e no setor público. Para a realização da audiência, sugiro que sejam convidados: o senhor Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do Sindicato dos Motociclistas na Grande São Paulo e Região – SINDMOTO; o senhor Antonio Silvio Juliani, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Distribuição – ABRAED; e o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, senhor Wagner Pinheiro de Oliveira. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 55, de 2012.** Requeiro, nos termos do Artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas diligências da Subcomissão CASFGTS na cidade de São Paulo-SP, com a finalidade de debater o Relatório Preliminar da Subcomissão, nos dias: 03 de setembro de 2012, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e 24 de setembro de 2012, no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 56, de 2012.** Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir o reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, sugiro sejam convidados: – Representante do Ministério da Saúde; – Sr. José Carlos de Souza Abrahão – Presidente da Confederação Nacional da Saúde; – Sr. Irineu Keiserman Grinberg – Presidente da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas; – Sr. Walter da Silva Jorge João – Presidente do Conselho Federal de Farmácia – CFF; – Sr. Paulo Azevedo – Presidente da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica; – Sr. Marcelo Abissarma – Representante do Conselho Federal de Biomedicina; – Sr. José Reinaldo Nogueira de Oliveira Junior – Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15 e 16. Usam da palavra os Senadores Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Eduardo Suplicy, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Wellington Dias e as Senadoras Marta Suplicy, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Às dez horas e dez minutos assume a Presidência o Senador Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo

Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 16, conforme pauta previamente divulgada, sendo cinco itens não terminativos e onze itens terminativos.

Eu quero comunicar aos membros desta Comissão que, no dia 30, quinta-feira, às 11h30, haverá aqui uma reunião deliberativa da Subcomissão da CASFGTS, presidida pelo Senador Cyro Miranda, que muito bem representa o Estado de Goiás. A reunião será destinada à apresentação do relatório preliminar, sendo a 7ª Reunião dessa Subcomissão.

Eu gostaria de comunicar aos membros desta Comissão que já se encontram presentes que estou apresentando um projeto a esta Casa com o objetivo de beneficiar milhões de brasileiros que usam remédios com frequência, para que possam comprar medicamentos com as receitas dadas por seus médicos, independentemente de onde estejam no País. Por quê? Hoje, se um médico dá uma receita, por exemplo, no Mato Grosso, essa receita não pode ser usada aqui no Distrito Federal ou no Estado de São Paulo pelo fato de o CRM de Mato Grosso não ser o mesmo CRM de Brasília. No caso desse projeto, a receita poderá ser utilizada em nível nacional, ou seja, em qualquer parte do território.

Entendo que o uso de medicamentos adequadamente prescritos é uma estratégia de grande valor terapêutico na manutenção da saúde individual e coletiva da nossa população, mas a legislação atual dificulta e até coloca em risco a vida de pessoas que precisam de remédios fora da unidade da Federação em que foram prescritos, o que geralmente leva à suspensão do tratamento.

Eu considero restritiva essa medida que impede a venda para portadores de receitas assinadas por médicos cujo registro no Conselho Regional de Medicina é diferente daquele em que se efetua a compra.

Acho isso um contrassenso. Onde está o direito do médico de exercer a sua profissão? Acho que é um projeto meritório.

Quero agradecer ao nosso ilustre Senador Paulo Paim o fato de o nosso projeto ter sido aprovado também na sua Comissão, na CDH, o projeto do Fundo de Amparo a Mulheres Violentadas. V. Exª já colocou na pauta o projeto, que foi aprovado. Quero agradecer a V. Exª a aprovação desse meu projeto, que, com certeza, vai criar um fundo que permitirá que as mulheres recebam um salário mínimo por mês para que elas possam ser inseridas também no mercado de trabalho.

Quero comunicar também que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal vai realizar, no dia 13 de setembro, no Auditório Petrônio Portela, o Seminário “Políticas Públicas para o Trânsito Seguro de Motos”, de autoria da Senadora Ana Amélia, que fez a solicitação a esta Comissão. Quero crer que vai ser muito oportuno pelo fato de que o índice de acidentes de moto no Brasil aumentou assustadoramente, e algumas providências terão que ser tomadas.

Foram convidados para a abertura do evento os Ministros da Cidade, Aguinaldo Ribeiro; do Trabalho e Emprego, Brizola Neto; e da Saúde, Alexandre Padilha.

Vão integrar as mesas de debates representantes do Departamento Nacional de Trânsito (Detran), do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), dos médicos, das autoescolas, dos fabricantes de motocicletas, dos prefeitos, dos sindicatos patronais e dos motociclistas profissionais, consultores e especialistas.

O número de acidentes envolvendo motocicletas aumentou tanto que já podemos afirmar que há uma doença epidêmica, um grave problema de saúde pública.

A iniciativa para a realização do seminário é da Senadora Ana Amélia, e os painéis vão discutir legislação, fiscalização, política de segurança e o processo de habilitação dos condutores das questões socioeducativas.

Quero registrar as presenças dos valorosos e competentes Senadores João Durval, Paulo Paim, Cyro Miranda, Paulo Davim, Ana Rita. Outros estão chegando para discutirmos todos os projetos hoje na pauta nesta Comissão. São dezesseis itens, cinco não terminativos e onze terminativos. A Comissão, com certeza, terá oportunidade de iniciar com o item 1.

ITEM 1 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2010 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tor-

nar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais.

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010.

A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom dia, Sr. Presidente Jayme Campos; bom dia, Sras e Srs. Senadores.

Ao justificar sua iniciativa, como já bem disse o Ex^{mo} Senador Jayme Campos, o autor alega a necessidade de se conceder aos empregados no setor de energia elétrica uma cobertura acidentária diferenciada, eis que trabalham em condições de maior periculosidade.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional na proposta.

Já em relação ao mérito, temos algumas restrições quanto à sua aprovação.

A Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito silêncio para que o Senador Cyro Miranda faça seu relatório, por favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), prevista pela Constituição Federal, tem sua sistemática regulada pelo art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991. Assim, para o financiamento da aposentadoria por invalidez e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, as empresas recolhem à Seguridade Social de 1 a 3% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados.

As empresas, além de contribuir com este percentual para o custeio do seguro contra acidentes do trabalho, devem garantir um ambiente de trabalho seguro, segundo as exigências do Ministério do Trabalho e Emprego, o qual exerce seu poder fiscalizador para assegurar aos trabalhadores que essas exigências mínimas sejam cumpridas.

A proposição sob análise pretende obrigar as empresas do setor elétrico a financiar o seguro contra acidentes pessoais aos seus empregados, além do pagamento previsto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, sob a alegação de que eles desempenham suas funções em condições de grande periculosidade e, portanto, não podem estar cobertos

apenas com um seguro que está disponível a todos os trabalhadores urbanos e rurais, indistintamente.

Os benefícios concedidos aos empregados do setor elétrico são os mesmos concedidos aos demais empregados. Os empregados que trabalham no setor de energia elétrica em condições de periculosidade já são contemplados com um adicional de 30% sobre o salário, que incorpora a remuneração para cálculo de benefício previdenciário decorrente da incapacidade laborativa. Esse benefício também já se encontra previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho, art. 193, §1º.

Fere, portanto o princípio da isonomia, conceder seguro adicional contra acidentes pessoais somente à categoria dos empregados no setor elétrico, em detrimento de outras que também exercem atividades de risco.

Ressalte-se, ademais, que nossa legislação trata a matéria de maneira adequada e equânime, sem privilégios a nenhuma classe de trabalhadores, abrindo espaço para a negociação coletiva, que compõe de maneira mais adequada os interesses e necessidades peculiares de cada categoria.

Assim sendo, Sr. Presidente, em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cyro Miranda.

Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 7, de 2009
– Não Terminativo –**

Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009, com as cinco emendas que apresenta.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A votação será simbólica.

Consulto o Senador Paulo Paim: V. Ex^a pode relatar esse projeto *ad hoc*?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim para relatar *ad hoc* o item 2 da pauta, à página 26.

V. Ex^a pode fazer o relatório já na fase da análise, tendo em vista que essa matéria já se encontra na Comissão e todas as Sr^{as}s e os Srs. Senadores dela já têm conhecimento.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Presidente. Seguindo sua orientação, vamos para a análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema.

Atualmente, nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 151, de 1967, as disponibilidades do Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e dos sindicatos, federações e confederações das categorias econômicas e profissionais deverão ser mantidas em depósito exclusivamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

Essa regra exclui apenas os depósitos dos sindicatos sediados em localidades onde não exista agência de um dos estabelecimentos, do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, e quando destinados a manter, nessas localidades, por período determinado, o pagamento de obras em realização ou de serviços prestados.

Segundo o autor, a Constituição Federal prevê, em seu art. 149, a possibilidade de a União instituir contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico e contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

Com base nessa última hipótese, foi criado um conjunto de 11 contribuições parafiscais, instituídas por diferentes leis, compondo o chamado Sistema S. Em geral, essas contribuições incidem sobre a folha de salários das empresas pertencentes à categoria profissional correspondente.

As receitas das contribuições ao Sistema S são arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que repassa os recursos a entidades de natureza privada que prestam serviços considerados de

interesse público. Esses recursos têm a finalidade de financiar atividades que visem ao aperfeiçoamento profissional (educação) e à melhoria do bem-estar social dos trabalhadores (saúde e lazer). Vale destacar que a criação desses organismos e de suas fontes de receita remonta a meados da década de 40.

Apenas quatro delas (Sebrae, Senar, Sest e Senat) foram instituídas após a Constituição Federal de 1988.

Dispõe o art. 164, §3º da Constituição Federal:

As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do poder público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Embora as entidades que fazem parte do Sistema S tenham personalidade de direito privado, pelo fato de administrarem verbas decorrentes de contribuições parafiscais e gozarem de uma série de privilégios próprios de entes públicos, estão sujeitas a normas semelhantes às da Administração Pública.

Assim, o entendimento corrente é o de que os recursos das contribuições transferidos para elas são públicos e, por isso, obedecem ao preceito constitucional citado.

Na mesma linha, as entidades do Sistema S seguem as normas fixadas no Decreto-Lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, Senai, Senac e das entidades sindicais”. Em princípio, esse diploma legal foi recepcionado pela Constituição Federal, não tendo havido sua revogação expressa.

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União, órgão encarregado de fiscalizar os repasses da União, exige que os recursos das entidades do Sistema S provenientes das contribuições parafiscais sejam mantidos e aplicados no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

De forma a atender à exigência da legislação em vigor e do órgão de fiscalização da União (TCU), as entidades que compõem o chamado Sistema S recebem e mantêm aplicados os recursos provenientes da arrecadação das contribuições de interesse das categorias profissionais em contas do BB ou da CEF.

Avançando no relatório, Sr. Presidente: pela sistemática em vigor, a contabilidade das entidades sindicais deverá ser segregada, pois a receita oriunda da contribuição sindical prevista na CLT deverá ser contabilizada de forma separada e harmonizada com as despesas geradas, para fins de prestação de contas.

Houve aqui uma série de emendas, Sr. Presidente.

Todavia, em face da necessidade de operacionalizar a divisão e distribuição da contribuição sindical, e também pela fiscalização imposta pelo TCU, é melhor que essa contribuição permaneça sobre o controle da CEF e do Banco do Brasil, que detêm toda a experiência necessária para não prejudicar as entidades sindicais, razão pela qual mantivemos a sistemática atual.

No que concerne às entidades sociais do Sistema S, a situação é diferente, visto que há a necessidade de prestação de contas, bem como a obrigatoriedade de gestão de contas em instituições financeiras controladas pela União.

O relatório é longo, Sr. Presidente.

Além disso, o projeto contém vício de inconstitucionalidade quando elenca, entre as entidades descritas no parágrafo único do art. 1º, instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC); Fundo Aerooviário, e, também, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), pois as três primeiras integram a Administração Pública Federal, e a última entidade, embora se trate de serviço social autônomo, tem características distintas das demais entidades do Sistema S.

Assim, o disposto nos incisos V, VI e VIII, constantes da proposição, seriam inconstitucionais por vício de iniciativa, uma vez que cabe à Presidenta da República iniciar tais matérias, razão pela qual propomos a sua supressão.

Por fim, a revogação pura e simples do Decreto-Lei nº 151, de 1967, enseja também a revogação dos seguintes dispositivos...

Sr. Presidente, o relatório é longo, o projeto é complexo. Seria ideal que eu o lesse com mais calma e, quem sabe, eu desse o parecer na próxima reunião. É um relatório de inúmeras páginas e apresenta uma série de emendas sobre o tema. Em tese, não sou contra, mas eu acharia bom que eu pudesse fazer a leitura com mais calma e dar o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador, então, vamos retirar a matéria, e ficaria com o Senador nomeado *ad hoc*, e V. Ex^a, na próxima reunião, daria o parecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na próxima darei o parecer, provavelmente acompanhando, mas com um pouco mais de segurança. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Entendo a preocupação de V. Ex^a.

Vamos retirar de pauta essa matéria e a apresentamos na próxima reunião.

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, eu gostaria de pedir inversão de pauta porque hoje temos dois projetos terminativos aqui de que tive o privilégio – e agradeço à Senadora Vanessa e ao Senador Moka – de ser a Relatadora, um que trata da vacina contra o HPV e outro que trata do cuidador de idosos.

São leituras não tão longas, mas são bastante extensas, são votos terminativos, e eu pediria aos colegas que estão nos gabinetes que estejam presentes para que nós possamos votar.

Se V. Ex^a permitir a inversão de pauta, eu gostaria de apresentar, primeiro, a vacina contra o HPV.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se V. Ex^as concordam com o pedido de inversão de pauta solicitado pela Senadora Marta Suplicy.

As Sr^as Senadoras e os Srs. Senadores que concordam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu concordo. Eu só sou Relator do próximo item, e o meu relatório é um minuto, e é simbólica a votação. Se a Senadora assim entender, porque eu tenho que ir para outras comissões, eu daria o meu voto em torno de dois minutos, e a votação será simbólica. E eu poderia me retirar, já que o seu terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos cumprir aqui. Fica acordado que o Senador Paim vai relatar o item 3 da pauta, que está na página 42. Após o relatório dele, que será breve, como bem disse, nós já colocamos em votação, se concordam.

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Paim, acho ótimo, só com uma condição: se você voltar para votar. Está bom?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto nos terminativos.

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Então, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Temos quórum suficiente para votar as matérias terminativas aqui. Imaginem com a presença do Senador Paulo Paim, que vai dar a honra de participar da votação da matéria de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É que vão votar um empréstimo do Rio Grande do Sul, e se a gente não estiver lá agora, já começou, aí vem aquele corte: “não se interessa pelo Estado”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos lá.

Item 3, página 42.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

Autoria: Senador Cyro Miranda.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para prosseguimento da tramitação.

A votação, comunico, será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como diz aqui na ementa, o objetivo do projeto do Senador Cyro Miranda é apenas disciplinar o descarte de medicamento de uso humano e de uso veterinário, para não virar poluição, para que não seja jogado em qualquer lugar. E aí a responsabilidade passa a ser também do laboratório. É essa a intenção do projeto. Na verdade, aponta na linha, inclusive, da reciclagem. Por isso, eu não precisaria ler todos os argumentos.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 148, do nobre Senador Cyro Miranda.

Feito o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para prosseguimento da tramitação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda, autor desta matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para agradecer ao Senador Paulo Paim pela brevidade e eficiência desse relatório. E a gente espera, com isso, contribuir muito para que eles não sejam descartados, inclusive, pela rede de esgoto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cyro Miranda.

Eu consulto a Senadora Marta Suplicy: V. Ex^a pediu inversão de pauta quanto ao item 12 ou ao item 13? Porque V. Ex^a tem duas matérias aqui: 12 e 13.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou começar com o HPV, que é o 238.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O 238, que é o item 12.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 12, decisão terminativa, página 160.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, de 2011
– Terminativo –

Dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de nove a quarenta anos com a vacina antipapilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os Estados e Municípios brasileiros.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Em 1º/07/2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto. Em 13/12/2011, é realizada audiência pública na CAS para instrução da matéria, em atendimento ao Requerimento nº 47, de 2011.

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir o seu relatório.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, pela gentileza da inversão da pauta, e aos caros colegas.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 238, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, assegura às mulheres entre 9 e 40 anos de idade o direito de receber, gratuitamente, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a vacina para imunização contra o papilomavírus (HPV).

A proposição estabelece direitos a serem assegurados à mulher durante o atendimento de prevenção do câncer de colo de útero.

Com relação às pesquisas científicas, o projeto de lei estabelece que elas não poderão ser realizadas

sem o consentimento expresso da mulher, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

Por fim, O PLS atribui à União a responsabilidade por desenvolver políticas públicas, ações de saúde e uma rede de serviços que contemplam a prevenção e o controle do câncer de colo de útero, assim como o provimento dos respectivos recursos orçamentários.

De acordo com a autora do projeto, Senadora Vanessa, o câncer de colo uterino é um grave problema de saúde pública, responsável por elevada taxa de mortalidade. Assim, considera que a vacinação gratuita contra o vírus HPV pode melhorar sobremaneira a qualidade e a expectativa de vida das mulheres brasileiras.

Na Comissão de Direitos Humanos, foi aprovado o parecer, que agora é terminativo aqui na CAS. Em dezembro, foi realizada, como mencionou o Senador Jayme Campos, uma audiência pública aqui nesta Comissão para debater o projeto. E não foram oferecidas emendas.

Vou fazer a análise.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS deliberar sobre proteção e defesa da saúde, bem como sobre competências do SUS. Não há impedimentos formais ou constitucionais. Há competência para legislar sobre esta matéria. Ela está apta para deliberação.

Os méritos do projeto, que já estavam bem destacados em sua justificativa, ficaram ainda mais evidentes na audiência pública.

Cerca de 90% dos cânceres do colo do útero são causados por esse vírus que hoje estamos aqui debatendo, que é o HPV, que, por sua vez, são sexualmente transmitidos. Mais de 30 tipos de HPV infectam o trato genital humano, sendo que 13 deles causam câncer. A infecção pelo vírus HPV é a doença sexualmente transmissível mais comum no mundo, com cerca 630 milhões de pessoas apresentando infecção genital e 6 milhões de novos casos a cada ano, segundo a OMS. E as mulheres são o grupo mais vulnerável. Estudos epidemiológicos indicam que 80% das mulheres no mundo entram em contato com algum tipo do vírus HPV. É um número elevado de mulheres: 80% das mulheres no mundo entram em contato com algum tipo do vírus. Em algum momento de sua vida, elas poderão desenvolver a doença. No Brasil, são aproximadamente 11 milhões de mulheres infectadas.

Deve-se ressaltar, todavia, que a infecção pelo vírus HPV não significa necessariamente uma sentença de morte. Do total de mulheres infectadas, menos de 10% desenvolvem o câncer de colo de útero, vitimando 26% desse grupo. Mas, mesmo assim, os números

são muito preocupantes. Só no Brasil, a cada ano, são quase 18 mil novos casos de câncer, levando à morte mais de 4.800 mulheres. Depois do câncer de mama, o de colo de útero é o segundo tumor maligno de maior incidência entre as mulheres brasileiras.

Atualmente, o combate ao câncer de colo de útero na rede pública de saúde se dá de forma preventiva. A mulher faz o exame do Papanicolau. Ele é realizado prioritariamente em mulheres entre 25 e 64 anos, segundo as novas diretrizes do Ministério da Saúde. Em 2011, quase 13 milhões de exames Papanicolau foram realizados pela rede pública, com uma cobertura superior a 70% do público-alvo feminino e em mais de 95% dos Municípios brasileiros.

No entanto, essa cobertura varia significativamente entre as regiões brasileiras, sendo as mulheres das regiões Norte e Nordeste as mais prejudicadas nesse sentido. Por exemplo, em média, 70% das mulheres brasileiras declaram terem feito exame Papanicolau nos últimos 3 anos, enquanto na região Norte, esse percentual cai para 50%. A desigualdade regional no acesso ao Papanicolau é uma triste realidade. Mas o problema não está apenas na não realização do Papanicolau em algumas regiões do País. Está também na execução da prevenção secundária, como nos foi colocado na audiência pública realizada. Ou seja, não adianta realizar o Papanicolau se as lesões identificadas não têm tratamento adequado antes que se tornem cancerígenas.

Isso acaba gerando, Sr. Presidente, só um desespero na mulher, porque ela faz um exame e depois percebe que não tem como se tratar. Por isso, essa vacina é boa, porque não deixa ter a doença, principalmente nesses Estados onde é mais difícil chegar o exame Papanicolau.

Daí a necessidade de fortalecermos o combate ao câncer de colo de útero com estratégias que antecedem até mesmo a infecção pelo vírus HPV, como é o caso da imunização por vacina. Mais do que isso, é importante estabelecermos na lei o direito das mulheres a essa imunização. Vale dizer que a vacinação contra o vírus HPV já faz parte do programa de imunização de 35 países, como o Canadá, Estados Unidos, México, Argentina, Peru, França, Alemanha, Itália, Espanha, Japão, Austrália. Agora chegou a vez de o Brasil entrar nesse grupo.

Ainda que o projeto original cumpra com o objetivo proposto, identificamos a necessidade de algumas alterações que justificaram a apresentação de emenda substitutiva.

A principal alteração consta do art. 1º, em que definimos as meninas entre 9 e 13 anos como grupo

prioritário para vacinação contra o vírus HPV. Algumas razões nos levaram a dispor dessa forma.

Primeiro, porque vacinar de 9 a 40 anos, vocês imaginam o impacto, Senador Durval, que seria para a rede pública. É muito difícil, é fazer lei para a gente saber que não vai ser cumprida.

Então, a ideia foi especificar a idade em que a vacina é mais efetiva e por onde poderíamos começar. A eficácia é muito alta nas mulheres sem evidência de infecção HPV e significativamente menor naquelas já expostas ao vírus. Tradução: para quem já teve o início da vida sexual, a vacina não é tão efetiva. E para as mulheres que não iniciaram a vida sexual, ela é quase 100% efetiva. Quer dizer, a gente pode até eliminar câncer de útero. É uma coisa fantástica, essa vacina.

Agora, o problema vai ser a gente conseguir vacinar todas as meninas de 9 a 13. Eu assustei quando vi na audiência pública e conversando com médicos e outros tipos de profissionais que deveria ser a partir de 9 anos, porque a ideia que a gente tem é de que a partir de 9 anos é um pouco cedo, Senador. Mas não é. Em algumas regiões do Brasil, infelizmente, nessas onde precisa chegar essa prevenção, não é cedo. É a hora que tem que começar.

Então, a OMS, inclusive, recomenda a vacinação para meninas de 9 a 13 anos exatamente pela elevada eficácia dessa estratégia nesse grupo de idade. Por quê? Porque o organismo está em formação. Então, coloca-se que tem muito efeito do que mais tarde também; inclusive, se não iniciou a vida sexual, se der vacina com 9, tem mais efeito do que se der com 25, mesmo que ambas não tenham tido relação sexual ainda.

Outra razão é a estratégia de vacinação, que tem se mostrado cada vez mais custoefetiva. Em 2006, o Ministério da Saúde divulgou estudo em que, devido ao preço muito elevado da dose, de cerca de US\$150,00, a vacina contra o HPV não era custoefetiva. Em 2011, na audiência pública realizada, o Secretário de Vigilância em Saúde nos informou que o Ministério da Saúde poderia adquirir a mesma dose ao preço de US\$14,00 pelo Fundo Rotatório da Organização Pan-Americanana de Saúde e que isso tornava a vacinação contra o vírus HPV custoefetiva. Em poucos anos, o preço dessa vacina desabou e a sua inclusão no Programa Nacional de Imunização (PNI) se tornou uma possibilidade concreta.

Aliás, considerando alguns dados apresentados na audiência pública, a imunização de meninas entre 9 e 13 anos parece ser até mesmo econômica para a saúde pública do País. Essa parece ser a conclusão lógica se confrontarmos o custo total de US\$42,00 por menina vacinada e o custo mínimo estimado de

US\$1.400 para o tratamento do câncer de colo de útero, caso a mulher não imunizada, infectada pelo HPV, venha a desenvolvê-lo posteriormente.

Vale dizer que o impacto orçamentário da vacinação contra o HPV para a faixa etária de 9 a 13 anos, segundo informado pelo Secretário de Vigilância em Saúde, seria de cerca de R\$600 milhões no primeiro ano de vacinação e de R\$150 milhões nos anos subsequentes, pois seriam vacinadas apenas as meninas que entrassem nesse grupo.

Preferimos, então, assegurar a vacinação desse grupo etário, a ser realizada no prazo de até 2 anos após a entrada em vigor da lei, para permitir as providências orçamentárias necessárias para esse fim.

Para as demais mulheres, optamos por seguir a nova sistemática de incorporação de tecnologia ao SUS, introduzida pela Lei nº 12.401, de 2011. Por essa sistemática, a introdução de novas vacinas dependerá da aprovação, pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, de protocolo clínico ou diretriz terapêutica que atestará sua eficácia e segurança.

Entendemos ser essa a melhor disposição legal, pois como relatado na audiência pública, a imunização contra o HPV nas demais faixas etárias tem se mostrado pouco eficaz, por se tratarem de mulheres em plena vida sexual.

Ademais, existe a possibilidade concreta do desenvolvimento de outras terapias, como o tratamento por antivirais, que tendem a ser mais adequadas para inclusão no SUS. Caso, com o aprimoramento tecnológico das vacinas e redução do seu preço, o Conitec conclua pela inclusão de novos grupos na vacinação, a lei estará amparada por essa iniciativa.

No mesmo art. 1º, introduzimos parágrafo que reitera a necessidade de se continuar a realizar os procedimentos de prevenção, como o exame Papanicolau, e outras ações de combate ao câncer de colo de útero, como um alerta de que a imunização não substitui esses procedimentos nem se basta a si mesma.

Em seguida, o art. 2º concentra no Poder Executivo Federal a responsabilidade de assegurar a vacinação contra o HPV, a despeito de alguns Municípios como Barretos, Itu e Araraquara, que são de São Paulo, e Campos, no Rio de Janeiro, e de o Estado do Rio de Janeiro já terem aprovado leis que garantam a vacinação contra o HPV, é fundamental concentrar essa ação na esfera federal, que conta com a capacidade técnica e escala necessária para conseguir a melhor vacina ao menor preço. Além disso, liberaríamos recursos municipais que poderiam ser dirigidos a outras ações de saúde pública.

Vale dizer que o Governo Federal conta com a reconhecida expertise do PNI, criado em 1973, que hoje

distribui mais de 260 milhões de vacinas segundo um calendário anual voltado, principalmente, para crianças, adolescentes e idosos, ou seja, detém um longo histórico de sucesso na política de imunização do País.

No §1º desse artigo autorizamos que a vacinação possa priorizar as regiões com menor cobertura de exames de prevenção contra o câncer de útero. Esse é um dispositivo importante que visa atacar a triste realidade e desigualdade regional no enfrentamento dessa doença, como já foi mencionado anteriormente.

O mesmo artigo do Substitutivo contém o §2º, que reforça a importância de se buscar, na aquisição da vacina, a autossuficiência na sua produção, por meio de acordos de transferência de tecnologia para os laboratórios públicos oficiais. Hoje o País conta com 20 laboratórios desse tipo que garantem que mais de 65% das vacinas usadas no PNI sejam produzidas nacionalmente.

O art. 3º é de grande importância, pois garante às mulheres direitos fundamentais durante os atendimentos de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de útero. Como envolve o aparelho reprodutivo da mulher, o atendimento deve ter o cuidado redobrado e prevê certas garantias à paciente. Mantivemos a quase totalidade da redação original do artigo que assegura o direito ao acolhimento humanizado, respeitoso, esclarecedor, em ambiente adequado às suas necessidades e que resguarde a privacidade, entre outros.

Entendemos, todavia, mais adequado incorporar aqui o que dispunha em artigo separado o projeto original: o direito da paciente a suas informações médicas. Criamos inciso com essa finalidade, que é acompanhado por parágrafo que exige consentimento expresso da mulher e o cumprimento da normatização infralegal do Conselho Nacional de Saúde.

Consideramos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Temos quórum para votar a matéria. Se V. Exª quiser ir ao voto de V. Exª, creio que conseguiremos votar essa matéria ainda agora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que coloquei, Sr. Presidente, tudo de mais importante. Acho que a matéria está madura para ser votada e me considero muito plena em ter feito essa redação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy, pelo belo relatório proferido nesta Comissão.

Está em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, acho essa matéria extremamente importante do ponto de vista da saúde pública. Preocupou-me no início, quando tomei conhecimento da matéria, a fai-

xa etária de cobertura; inclusive levei a sugestão de redução para a autora da matéria, Senadora Vanessa Grazziotin, e para a Relatora, Senadora Marta Suplicy, que, em audiência pública, conversando com profissionais da área, também concordaram com a minha preocupação, corroboraram-na, até porque a vacina não é terapêutica e, sim, profilática.

Portanto, se é terapêutica, perde o sentido ampliar a faixa etária de aplicação dessa vacina, até porque a eficácia da vacina em mulheres que já tiveram contato com o vírus do HPV perde eficácia. Portanto, como é vacina e o princípio da vacina é a profilaxia, é a prevenção, essa faixa etária de 9 a 13 é a mais adequada a essa princípio médico, a esse princípio de saúde pública, até porque não se faz as coisas no “achismo”. Tudo isso é balizado por trabalhos científicos, é balizado por diretrizes mundialmente respeitadas e observadas do ponto de vista científico, do ponto de vista clínico, e a OMS aponta para essa faixa etária.

Portanto, acho que, do ponto de vista clínico, do ponto de vista de prevenção, essa faixa etária atende sobejamente aos objetivos da matéria, da mesma forma que, se fizermos uma análise do ponto de vista de viabilidade econômica, essa faixa etária também atende, como foi bem colocado no relatório da Senadora Marta Suplicy. E a vacina não é barata. Imaginem o custo para o sistema se colocarmos de 9 a 40 anos, além da perda de eficácia.

Portanto, acho que matéria está enxuta, está perfeita do ponto de vista técnico e acho que realmente vem contribuir muito. Não devemos nos assustar pela faixa etária que foi colocada, aspecto também bem observado pela Relatora, Senadora Marta Suplicy, de 9 a 13 anos. A princípio, podemos nos assustar com a idade de 9 anos, mas é verdade; mas mesmo que essa criança não venha ter uma vida sexual ativa ainda na infância, ela estará imunizada e posteriormente será beneficiada por essa vacina.

Portanto, quero parabenizar a iniciativa da Senadora Vanessa e o relatório conciso e convincente da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011, que tem preferência regimental.

A votação será nominal.

Consulto como vota a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o ilustre Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota a Senadora Marta Suplicy. Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente, parabenizando a autora e também a Relatora, que realmente fez um relatório muito bom, enxugando-o e tornando-o viável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente, parabenizando o belo trabalho desenvolvido e destacando a importância disso para a saúde das mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para concluir a votação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada, por unanimidade, a matéria. Aprovada, em turno único, a Emenda 1-CAS, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Pedro Simon, e, pela ordem também, Senador Benedito de Lira.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu já havia solicitado à Secretaria da Comissão o requerimento que eu gostaria de submeter à apreciação e, se fosse possível, eu gostaria de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Entretanto, pela ordem também, antes de mais nada, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Consta da pauta da reunião de hoje o item 4, projeto de lei de que sou Relator.

Recebi uma solicitação da Liderança do Governo para que pudéssemos retirá-lo de pauta por mais uma reunião, a próxima reunião, por conta de alguns ajustes que precisam ser discutidos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu indago a V. Ex^a se está pedindo para retirar de pauta a matéria?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Para retirar de pauta, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está retirado de pauta o item 4, por solicitação do Senador Benedito de Lira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

Na reunião anterior, nós aprovamos aqui um requerimento de convite ou de convocação ao Diretor-Geral da ANS – Agência Nacional de Saúde, para um debate em torno de temas conjunturais e estruturais dos planos de saúde em nosso País.

V. Ex^a tem algum indicativo dessa audiência pública, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu informo a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, conforme informação da Secretaria da nossa Comissão, Dr^a Dulcídia, que nós tínhamos marcado. Ele pediu uma nova data e, naturalmente, nós estamos aguardando a outra data que o Diretor da ANS vai marcar para nós termos a presença dele aqui nessa Comissão.

Imagino que, nos próximos dias, no próximo esforço concentrado, nós possamos ter a presença aqui do Diretor da Agência Nacional de Saúde.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É exatamente isso que eu ia sugerir a V. Ex^a, aproveitarmos os dias 10, 11, 12 e 13 para termos esse debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido, até porque, no dia 11, nós estamos com data vaga e vamos solicitar a presença do Diretor da ANS.

Eu vou aqui, com a devida vénia, atendendo a solicitação do ilustre e valoroso Senador Pedro Simon, ler o requerimento dele aqui, que é extrapauta.

Eu consulto se há alguma manifestação contrária aqui. (Pausa.)

Não havendo, vamos ler aqui.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 54, de 2012

Com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO a realização de audiência pública nesta Comissão, para debater a questão dos serviços postais de entrega de correspondência e de encomendas, em seus aspectos conceituais, legais e pendentes de definição e regulação, assim como o impacto das atividades deste setor na geração de empregos diretos e indiretos na iniciativa privada e no setor público. Para a realização da audiência, sugiro que sejam convidados: o Sr. Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do Sindicato dos Motociclistas na Grande São Paulo e Região – SINDIMOTO; o Sr. Antonio Silvio Juliani, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Distribuição – ABRAED; e o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Sr. Wagner Pinheiro de Oliveira.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço a gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente.

É uma questão importante, que vem se arrastando, mas a verdade é que, pela falta de força, de conteúdo e autoridade das pessoas, não se está conseguindo resolver essa questão fora do debate.

Existe um setor na economia em uma situação realmente crítica. Ao mesmo tempo em que se expande e gera milhares e milhares de empregos diretos e indiretos, convive também com a completa insegurança jurídica, no que ampara a sua atividade. Refiro-me aos serviços postais privados de entrega de encomendas e mercadorias.

É um setor, Presidente, que hoje invade praticamente todas as grandes cidades, o serviço de entrega postal, de encomendas e mercadorias. Agora, o aspecto jurídico da regulamentação, é essa a discussão.

Esse setor contempla centenas de empresas que geram, só na grande São Paulo, mais de 250 mil empregados motorizados, especialmente motociclistas de entrega.

Há um vácuo legal, no entanto, na definição do que seja exatamente entendido como carta, correspondência ou encomenda.

Tal indefinição tem grande interpretação divergente no âmbito do Poder Judiciário, que ora decide reconhecendo a legalidade e a legitimidade da atuação das empresas privadas na entrega de encomendas, ora define que tal atividade está dentro do rol das prerrogativas do exercício pleno e exclusivo das empresas da ECT.

Dessa forma, é importante ressaltar qual é a responsabilidade que depende dessa geração de emprego, o que são os Correios e deve ser dos Correios, o que essas empresas podem levar adiante e devem continuar.

Para a definição em torno dessa matéria, que envolve, só na grande São Paulo, repito, 250 mil empregos, é que estamos propondo a realização, no âmbito da Comissão, de uma reunião, de um debate interno, para que nós possamos encontrar a solução. Eles estão discutindo, debatendo; os Correios dizem uma coisa, a imprensa diz outra, um julga de um jeito, outro julga de outro, e não sai solução. Então, a fórmula que todos acham possível é, no âmbito desta Comissão, com a seriedade, com a independência que nós temos, os dois lados exporem, e nós vamos apresentar proposta de entendimento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Está em votação o requerimento do Senador Pedro Simon.

As Sr^as e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos marcar a data, Senador Pedro Simon, para a realização desse evento, dessa audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, com a maior brevidade possível, até porque é justíssimo e, sobretudo, importante para o bom desempenho do trabalho desses profissionais.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 20/10/2011, é realizada audiência pública na CAS para instrução da matéria, em atendimento aos Requerimentos nºs 42 e 50, de 2011-CAS;
- Em 1/06/2012, foi realizada Diligência na Cidade de São Paulo, para debater a matéria, em atendimento ao Requerimento nº 45, de 2012-CAS;
- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir seu relatório.

V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

Não quero abusar da gentileza de V. Ex^a, mas também tenho um requerimento – é só votação –, e eu queria perguntar ao senhor se faço antes ou depois, que é o de fazer uma diligência em São Paulo sobre o FGTS na Federação das Indústrias e no Dieese. É um debate, uma audiência pública. Está aí para votar, e é um requerimento que preciso apresentar, porque será segunda-feira. Faço isso depois?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a lê o relatório, e depois coloco em votação o requerimento, extrapauta, que V. Ex^a está propondo.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Vem à apreciação desta Comissão, para decisão terminativa, o PLS 284, de 2011, de autoria do Senador Waldemir Moka, que visa regulamentar o exercício da profissão de cuidador de idoso.

O projeto original busca dar segurança jurídica ao exercício da profissão, dispondo sobre suas funções, área de atuação e requisitos mínimos para o seu exercício.

Em defesa de sua proposição, o autor afirma que a população brasileira está envelhecendo e, nessas condições, segundo ele, cresce exponencialmente a importância do cuidador de idoso, profissional que auxilia o idoso no desempenho de suas atividades cotidianas.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

A matéria sobre a qual se pretende deliberar – regulamentação do exercício da profissão de cuidador de idoso – encontra-se no campo temático desta Comissão.

Não há impedimentos formais ou constitucionais com relação à iniciativa e à competência para legislar essa matéria.

Quanto ao mérito, somos inteiramente favoráveis à aprovação do projeto. Trata-se de uma importante iniciativa legislativa que afeta a saúde e a qualidade de vida dos nossos 20,6 milhões de idosos e de seus familiares.

Olhando para o futuro, constatamos que o grupo dos idosos é o que mais cresce na nossa sociedade. Em 2050, o Brasil contará com 63 milhões de idosos, ou seja, 164 idosos para cada 100 jovens, invertendo a situação que temos hoje. Hoje nós temos, para cada 100 jovens, 32 idosos.

E não estamos inventando nada: o cuidador de idoso já é uma realidade no nosso mercado de trabalho. No Brasil, hoje, há mais de 10 mil profissionais identificados como cuidador de idoso na Carteira de Trabalho. E são mais de 200 mil se incluirmos os com outra identificação e mais os informais.

Todos eles se encontram sem proteção da lei que disciplina as condições de exercício da profissão. Ser apenas reconhecidos pela Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, que é um ato administrativo, é insuficiente para conferir ao cuidador e ao idoso a cobertura legal necessária.

Por isso essa iniciativa do Senador Moka, que é médico, assim como de Deputados Federais autores de proposições que hoje tramitam na Câmara, ocorreu.

Em relação ao texto original, de nº 284, nós julgamos oportunas algumas alterações para aperfeiçoá-lo. Foram fundamentais, para tanto, as diversas manifestações colhidas na audiência pública. E também colocamos na consultoria pública do Senado, e foi muito profícua a interação com os internautas. Tivemos 159 mensagens com muitas sugestões. Posteriormente, foram essenciais também os debates que nós fizemos em 1º de junho em São Paulo, já com a primeira versão do Substitutivo. Foi feita uma audiência aqui e, então, inserimos as sugestões que mais interessavam ao projeto. Com o projeto pronto, nós levamos uma audiência pública, onde pudemos ainda lapidar mais o projeto.

Os depoimentos escrutinaram a profissão sob os seus diferentes aspectos: sua abrangência, competência, formação profissional, limites quanto ao procedimento de saúde, inserção em política pública, direitos trabalhistas e responsabilidade criminal.

A razão da grande complexidade do tema é a diversidade que admite o exercício da profissão, porque o profissional pode fazer várias coisas, Senador Jayme. Ele pode se restringir a cuidados com higiene, alimentação e mobilidade do idoso, mas também pode necessitar de cuidados especializados no caso do idoso com doenças mais graves, como o mal de Alzheimer.

O cuidador pode ser contratado pelo próprio idoso, pode ser contratado pelos seus familiares, mas pode também – e disso eu não tinha ideia quando comecei a relatar – ser empregado de empresas dos mais variados portes e áreas de atuação, que, hoje, quando realizam um evento, já contratam um cuidador de idoso para acompanhar o idoso, para prestar assistência.

Os idosos assistidos também – e esse é um problema complicado com que nós tivemos de quebrar a cabeça – pertencem a diferentes classes sociais. Então, você não pode fazer um projeto que vai atender só a quem tem e um que vai atender a quem não tem, e sem renunciar a alguns princípios importantes.

O primeiro é que a lei que regulamenta a profissão é tanto para o cuidador do idoso, mas tem de ser também para o idoso de quem ele cuida. Então, nós buscamos conferir a segurança jurídica ao profissional, mas com as salvaguardas necessárias ao idoso.

O cuidador deve ter ciência de que os atos de imperícia, negligência e imprudência contra o idoso serão vigorosamente punidos. Por isso ele deve sempre refletir se está capacitado para o exercício de certas funções e buscar a qualificação necessária.

Queremos também que o serviço de cuidado ao idoso seja acessível a todos os idosos, de todas as

classes sociais, e não transformar a profissão em um luxo de poucos. Não podemos restringir excessivamente a qualificação profissional. Também não podemos gerar custos trabalhistas ao empregador, sob o risco de inviabilizar esse serviço para o idoso de menor renda. Além do resultado perverso de exclusão dos idosos mais pobres, isso poderia agravar o atual problema da informalidade da profissão.

Aliás, os idosos de mais baixa renda necessitarão de uma atenção especial do Poder Público, que, por meio de suas equipes públicas de saúde e assistência social, deverá levar esses cuidados aos mais carentes.

O Substitutivo que elaboramos resguarda esses princípios e é resultado de amplo debate com a sociedade nesses 12 meses de relatoria.

Eu gostaria de destacar, então, os principais pontos: primeiro, tivemos o cuidado de coibir desvio de função e possível confusão de atribuições do cuidador doméstico. Infelizmente, é comum que esse cuidador acabe realizando tarefas na residência da família. É natural que atividades relacionadas à limpeza e alimentação do idoso sejam realizadas pelo cuidador, mas elas devem se restringir, exclusivamente, ao idoso.

Consideramos importante também não limitar a atuação dos cuidadores de pessoas idosas às instituições de longa permanência ou ao âmbito familiar. Na audiência pública, por exemplo, nos foi relatado como alguns espetáculos de música e de teatro têm contratado cuidadores. A profissão hoje tem expandido cada vez mais seu escopo de atuação, e é muito bom que seja assim. Se nós vamos ter um número muito maior de idosos neste País, temos que começar a nos preparar para dar conta dos idosos, que não vão ficar em casa; vão querer sair, ter lazer, etc.

Condicionamos, também, a administração de medicamentos e a realização de outros procedimentos de saúde à autorização e orientação do profissional de saúde habilitado, responsável pela prescrição do remédio ou do tratamento.

O que eu achei que poderia funcionar, Sr. Presidente? O bom senso. O cuidador vai ser autorizado a administrar os remédios que a família administra. Se a família pode administrar o que o médico indicou, o cuidador vai poder administrar exatamente e unicamente esses remédios. Isso já é uma realidade sem autorização de ninguém. Já ocorre dessa forma.

Dispõe na lei uma lista de medicamentos ou procedimentos previamente autorizados, eu achei que seria um desastre, um engessamento indesejável em um campo que está sempre evoluindo e que não deveríamos engessar dessa forma.

Ao tratar das exigências para o exercício profissional, mantivemos como requisito o ensino funda-

mental. Eu pensei muito sobre isso, porque o ensino fundamental é fundamental mesmo. A gente gostaria que fosse uma pessoa com maior preparo. Mas as audiências públicas me levaram a perceber que o ensino fundamental é o necessário para a função, e a qualidade mais importante para o exercício da profissão de cuidador não é na escola que se aprende, Senador Durval. É o amor à profissão, é a paciência com o idoso, é o carinho, é a delicadeza, é a vontade de estar ali. E isso não adianta, não se vai aprender na escola mesmo. Isso vai ser o empregador que vai avaliar se ele tem ou não.

Ao tratar das exigências para o exercício profissional, mantivemos como requisito fundamental necessário até a leitura e compreensão de instruções mínimas. Determinamos, ainda, que o cuidador de pessoa idosa deve qualificar-se em curso de natureza presencial ou semipresencial ministrados por entidades reconhecidas por órgãos públicos federais, estaduais ou municipais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Marta Suplicy, nós temos quórum para votar matéria. Se V. Ex^a reduzir um pouquinho o seu relatório, nós conseguiremos votar ainda na manhã de hoje.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Deixe-me ver.

Chegou o quórum.

Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar que, no meu relatório, ficou faltando a palavra “presencial” em referência à natureza presencial ou semipresencial do curso no texto substitutivo. Ontem mesmo, encaminhamos a esta Comissão uma nova versão do relatório com essa pequena correção, que acredito ser muito importante.

Acho que o principal foi colocado, Sr. Presidente. É algo extremamente importante. Eu parabenizo o Senador Moka pela iniciativa que tomou e acredito que vamos prestar um grande serviço aos idosos brasileiros, grupo do qual todos faremos parte daqui a pouquinho, mas, hoje, todos já temos pais, mães e parentes que estamos tendo que cuidar, lidando com essa questão.

Muito obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Encerrada a leitura, coloco em discussão a matéria relatada pela Senadora Marta Suplicy.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – o Senador Ricardo Ferraço está pedindo vista.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vou pedir, então, vista coletiva, Sr. Presidente.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Espere aí, deixe-me conversar com o Senador um momentinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Concedo a palavra à Relatora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Presidente em exercício, Senador Casildo Maldaner.

Senador Ferraço, como estamos em um período em que não estamos nos reunindo semanalmente, eu gostaria de saber quais são os óbices ou quais as avaliações que V. Ex^a tem para que pudéssemos votar hoje. Eu agradeceria, principalmente porque temos quórum. Então, gostaria de ouvi-lo e, se der, convencê-lo a não pedir vista. Se não der, paciência. Mas eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, se assim o desejar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Desejo, e o faço com extrema alegria e prazer, minha querida Senadora Marta Suplicy.

O projeto é, no todo, meritório, evidentemente muito meritório, porque enfrenta, de maneira muito prática, um dado efetivamente novo na sociedade brasileira e a necessidade de contemplarmos esse segmento social, de que um dia espero fazer parte, até porque só faz parte dele quem está vivo.

Mas quero fazer uma análise com um pouco mais de atenção com relação a alguns detalhes, sobretudo uma observação sobre onde termina e onde começa essa atividade, onde termina e onde começa a profissão do enfermeiro.

Nós estamos regulamentando uma profissão que tem uma transversalidade com outra profissão, que é a profissão do enfermeiro. Existe um conflito muito grande estabelecido. Portanto, por mais uma semana, acho que temos toda a condição de estabelecer e colocar luz para que isto que nós estamos debatendo aqui, da maior importância... E V. Ex^a foi absolutamente competente, sensível e abordou e enfrentou todos os temas, inclusive esse tema importante sobre ter ou não ensino fundamental, porque nesses casos, efetivamente a doação, a entrega, o comprometimento, o carinho, a cessão são coisas muito mais importantes que a formação profissional simplesmente.

Mas eu tenho de fato algumas dúvidas, alguns questionamentos que eu gostaria de aprofundar ao longo desses dias. Na semana de 10, 11, nós teremos de novo esforço concentrado. Então, esse prazo, eu

julgo mais do que suficiente para fazer essa avaliação e, nesse prazo, na medida em que há vista coletiva, regimentalmente, nós temos que devolver para concluir a votação.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu fico com muita pena de V. Ex^a estar pedindo vista neste momento, porque foi debatido com os enfermeiros. Esse lobby dos enfermeiros já vem há muito tempo e é o que tem impedido de ser votado o projeto de cuidador de idoso. Houve conversas com eles, foram feitas audiências públicas, foram feitas discussões profundas, e o cuidador de idoso, Senador Ferraço, não interfere em nenhum momento com o serviço de enfermagem. Ele vai administrar exatamente os mesmos remédios que administra a família. Isso foi conversado com médicos. A Associação Médica é absolutamente a favor. O Senador Moka, nosso colega, é médico, ele apresentou este projeto. E não há nenhum sentido ficarmos aqui discutindo a questão de enfermagem quando é absolutamente claro, quando é absolutamente conversado, e a gente sabe que é uma tentativa de não sei nem o quê, porque quem vai trazer um cuidador de idoso não é quem vai trazer um enfermeiro, Senador. Um cuidador de idoso não faz o que um enfermeiro faz. Um enfermeiro é uma pessoa que faz uma universidade. Um cuidador de idoso é uma pessoa de ensino fundamental. Ele é uma pessoa absolutamente limitada nas suas funções.

Então, Senador, fico... não sei muito o que vai ser esclarecido com esse pedido de vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senadora, eu tenho uma máxima na minha vida, primeiro, em minha atividade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. PMDB – SC) – A Senadora Marta Suplicy e o Senador Ricardo Ferraço fizeram as observações, e está solicitando a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu não tenho, na minha vida política, qualquer tipo de viés corporativista. Mas tenho como máxima também que, na dúvida, eu não ultrapasso.

V. Ex^a firmou um juízo de valor, e eu a cumprimento por isso, mas eu não firmei. Portanto, desejo firmar juízo de valor para que eu possa exercer o meu voto com convicção. Exatamente isso que estou pedindo, que, aliás, é uma prerrogativa de todos os Senadores.

Em que pese V. Ex^a ter firmado juízo de valor, eu não firmei ainda.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não sou eu, Senador. A Associação de Gerontologia, a As-

sociação de Geriatria, são associações que vão muito além da minha competência, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tudo bem, o senhor tem direito a pedir vista, só fico aqui muito impactada porque não...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas o processo democrático é assim, Senadora.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu sei que é, eu sei que é.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O processo democrático é assim, não inventaram coisa melhor do que a democracia, porque as pessoas precisam ter oportunidade para exercer as suas convicções.

Então, eu peço vênia a V. Ex^a para que eu possa, até o dia 11, firmar juízo de valor e me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Paulo Davim deseja se manifestar sobre o tema também?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E a Senadora Ana Rita, igualmente? Senão nós vamos... Parece-me que o quórum já está caindo. Já está caindo, estamos com praticamente...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Serei objetivo, Sr. Presidente. Quero apenas externar minha visão sobre esse assunto. Li, conheço, acompanho pacientes que precisam de cuidadores. Na minha casa, minha mãe, antes de falecer, tinha uma cuidadora. Acho que não podemos fugir da realidade. O cuidador de idosos é uma realidade no Brasil e no mundo. Até porque não fomos nós que criamos, isso surgiu nos Estados Unidos quando começaram a implantação do *home care*. Foi como surgiu a figura do cuidador. O envelhecimento da população naturalmente vai cobrar do Poder Público a regulamentação dessa profissão.

Imagine só, a presença do cuidador funciona como uma prevenção dos acidentes domésticos com idosos. O idoso fratura muito o colo do fêmur, todo mundo conhece aquele idoso que caiu em casa e fraturou o fêmur, que caiu e fraturou a costela. A figura do cuidador, comprovadamente, diminui os acidentes domésticos com idosos, além de ajudar em tarefas habituais, costumeiras, de todos nós, como alimentação e higiene. A higiene é profilática. Uma das coisas interessantes é o famoso pé diabético. O diabético tem uma tendência a exacerbar as infecções, até pela baixa umidade. No Brasil, sobretudo nas regiões mais pobres, existe uma legião de sacis-pererês, de amputados. Uma unha encravada em um idoso diabético que não tiver uma higiene rígida, um trabalho de assepsia

muito bem feito, vai infectar, levar à gangrena gasosa e à amputação do famoso pé diabético. A presença do cuidador, o zelo com a higiene corporal do idoso evita isso. Evita fraturas, acidentes domésticos, dá melhor qualidade de vida, evita a desnutrição do idoso. Como nós temos idosos desnutridos! Não é por falta de alimentos, mas pela incapacidade de alimentação, incapacidade motora para a alimentação. E o idoso já tem imunidade baixa, o idoso tem a comorbidade, ou seja, doenças que aparecem, que surgem com a idade, como a hipertensão, a diabetes, que já aumentam a mortalidade do idoso, e mais a desnutrição, os acidentes domésticos e a depressão. A vida moderna tira da residência, do lar do idoso os que fazem parte do seu habitat natural: filhos, netos etc., que vão trabalhar, vão estudar. E o idoso sofre de solidão. A presença do cuidador diminui a depressão do idoso. Enfim, essa figura é uma figura extremamente necessária para a população que envelhece no Brasil. A gente não pode fechar os olhos para isso. A gente precisa regularizar, é necessário. É uma demonstração de maturidade da nossa sociedade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pois não, com muito prazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não quero que fique a impressão de que estou contra. Muito ao contrário, não é isso.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Claro, claro. Estou apenas externando a minha posição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou apenas exercendo o meu direito, está certo, de, não tendo firmado juízo de valor, pedir vista, que é, naturalmente, uma prerrogativa cotidiana. Não estou entendendo a razão desse patrulhamento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Por favor! Vou firmar o meu juízo de valor e na próxima semana, como determina o Regimento, estarei devolvendo com as minhas manifestações. Agora, peço um pouco de cuidado e de atenção para não parecer...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não interprete minhas palavras como qualquer tipo de patrulhamento, apenas estou externando o meu posicionamento para que, na próxima reunião, quando formos apreciar, minhas palavras sirvam, inclusive, para parâmetros de observação, para checar se a veracidade da finalidade...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Servirão com certeza.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu tenho o maior respeito à sua opinião, longe de mim qualquer tipo de patrulhamento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senadora Ana Rita, é sobre esse tema? Se não for, baseado no art. 132, vamos conceder vista coletiva, que é o direito regimental.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador, quero ser rápida, mas, preservado o direito do Senador Ricardo Ferraço em pedir vista, considero que este projeto é altamente importante. Havia uma expectativa aqui na Comissão de que o projeto realmente fosse aprovado nesta manhã de hoje.

Eu gostaria também de colocar meu posicionamento: acho que o projeto vem consolidar uma prática já existente nas nossas famílias. Vejo que o cuidador de idosos, em hipótese alguma vai substituir o papel do profissional de saúde, embora ele vá ter todo o cuidado com a atenção à saúde do idoso. Mais do que isso, conforme foi dito pelo Senador Paulo Davim, é uma atuação também preventiva.

Eu vivencio isso na pele. Eu tenho que cuidar da minha mãe e tenho que ter atenção à minha futura sogra. São duas idosas. No dia a dia é muito difícil, para quem tem pessoas na família, depender de um cuidador de idoso. E não é fácil achar hoje no mercado pessoas preparadas para cuidar do idoso.

Então, o projeto, na minha opinião, vem possibilitar que nós possamos definir melhor o papel do cuidador de idosos e preparar esse profissional. É uma pessoa de ensino fundamental que vai ter orientações adequadas para cuidar do idoso. Isso é fundamental. Acho que o projeto vem no momento certo, no momento adequado, no momento em que estamos nos preparamos para uma sociedade na qual teremos uma grande maioria de pessoas idosas, conforme foi dito aqui hoje.

Hoje temos uma proporção de 32 idosos para 100 jovens; futuramente, até 2050, teremos 164 idosos para 100 jovens, conforme foi dito pela Senadora Marta Suplicy. Então, é o momento de nos preparamos para um futuro que já está presente aqui. A realidade da pessoa idosa hoje nas famílias é uma realidade muito forte, muito presente. É preciso que os nossos idosos sejam cuidados.

Mais do que isso, Sr. Presidente, o cuidador de idosos, Senadora Marta, cumpre um papel que é muito importante, que vai além até de administrar cuidados com a saúde: é o de dialogar com o idoso. Quantos idosos ficam em casa literalmente sozinhos, entrando em depressão porque não têm com quem dialogar, com quem conversar, porque a família toda precisa trabalhar para sobreviver? Esse idoso fica sozinho muitas vezes, ou apenas com pessoas que têm outros afazeres do-

mésticos. Então, o cuidador é aquela pessoa também que vai dar atenção, que vai cuidar, que vai dialogar, que vai fazer companhia, que vai estar presente com ele. É muito importante.

Eu gostaria de expressar essa opinião, porque acho que o projeto é altamente positivo, altamente importante, e a realidade nos exige ter um olhar preferencial para a pessoa idosa do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Concedemos vista coletiva, com base no art. 132. A matéria continua em discussão na próxima reunião, o pedido de vista não encerra a discussão. Na devolução de vista, a matéria é debatida novamente e vai para discussão.

Nós temos aqui matérias para votar, mas, infelizmente, caiu o quórum. A Senadora Angela Portela estava insistindo numa matéria que já foi lida, mas infelizmente não vai dar para votar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho um requerimento de solicitação de audiência pública que não requer quórum qualificado para o exame da matéria. Se for possível V. Ex^a colocar em votação, eu ficaria agradecida.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Está com preferência, Senadora Ana Amélia, um requerimento da Senadora Marta Suplicy. Em seguida, faremos o de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Passo a ler o requerimento da Senadora Marta Suplicy.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 55, de 2012

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas diligências da Subcomissão CASFGTS na cidade de São Paulo-SP, com a finalidade de debater o Relatório Preliminar da Subcomissão, nos dias: 03 de setembro de 2012, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e 24 de setembro de 2012, no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para encaminhar, se assim desejar, naturalmente.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Esta Subcomissão foi criada aqui na CAS, e nós estamos fazendo, fizemos já umas quatro ou cinco audiências públicas, e agora eu gostaria de levar à Fiesp ao Dieese para que fosse debatido também por essas instituições, que me parecem de grande credibilidade, para que pudéssemos apresentar definitivamente o relatório.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem.

Feito o encaminhamento, coloco em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Na sequência, vamos colocar o requerimento da Senadora Ana Amélia.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 56, de 2012

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir o reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para tanto, sugiro sejam convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Sr. José Carlos de Souza Abrahão – Presidente da Confederação Nacional da Saúde;
- Sr. Irineu Keiserman Grinberg – Presidente da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas;
- Sr. Walter da Silva Jorge João – Presidente do Conselho Federal de Farmácia – CFF;
- Sr. Paulo Azevedo – Presidente da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica;
- Sr. Marcelo Abissamra – Representante do Conselho Federal de Biomedicina;
- Sr. José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior – Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar, se assim desejar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas para explicar a razão desse requerimento dessa audiência pública, Sr. Presidente Casildo Maldaner, Sr^as e Srs. Senadores.

A situação é complicada, porque desde 1994 os preços da tabela do SUS não são reajustados para análises clínicas, e me valho aqui de um comentário de um artigo do Dr. Dácio Eduardo Leandro Campos, Presidente do Conselho Regional de Biomedicina da 1ª Região. Ele declarou: os hospitais que atendem ao SUS, em especial os filantrópicos, vivem na penúria e miséria, vilipendiados pelas diárias irrisórias que recebem nas internações e pelos valores pagos pelos procedimentos e cirurgias. Biomédicos, bioquímicos e médicos patologistas, profissionais legalmente habilitados ao exercício das análises clínicas, estão pagando para fazer exames com as exigências que se impõem num serviço de qualidade.

Vou repetir: os biomédicos, bioquímicos e médicos patologistas, profissionais legalmente habilitados ao exercício da análise clínica, estão pagando para fazer exames com as exigências que se impõem num serviço de qualidade. E aí, repito que desde 1994 os preços da tabela do SUS não são reajustados, salvo os procedimentos hormonais, que tiveram, nesse caso, um reajuste de 11% nos últimos 2 anos.

É lamentável que os Ministros e Presidentes nas últimas duas décadas, na área da saúde, não tenham tomado nem tomem providências e não façam aí uma cobrança em relação a essa defasagem, o que compromete a qualidade. Mais ainda, agravado pelo fato de que, no setor de análises clínicas, Sr. Presidente, está ocorrendo no Brasil um fenômeno preocupante, que é a concentração de grupos econômicos muito fortes operando nesse setor, o que pode promover uma oferta de preço menor, com quebra de qualidade na prestação desses serviços que interessam muito a saúde pública em nosso País. Isso é outro problema, mas agora estou tratando exclusivamente, nesta audiência, da questão do reajuste das tabelas do SUS numa área fundamental para a saúde pública dos brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com certeza será tema de muito debate e grande validade essa audiência pública, que vai acontecer, por causa da defasagem enorme que existe.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desde 1994.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Desde 1994? Minha Nossa Senhora!

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento proposto pela Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, em função até do quórum regimental para votar as matérias delibe-

rativas, encerro a presente reunião, convocando outra no horário regimental.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 5^a REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 4/2012-CAS, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezesseis minutos, do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cyro Miranda**, reúne-se a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a presença da Senadora Marta Suplicy e dos Senadores Paulo Paim e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4^a. Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** com a finalidade de tratar do tema “a mudança de taxas de remuneração das contas vinculadas do FGTS”, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Subcomissão, com alterações aprovadas em 22.03.2012. Presentes os seguintes oradores, representantes das entidades com assento na composição do Conselho Curador do FGTS: **Roberto Mamoru Fugimoto**, Conselheiro e Representante do Banco Central do Brasil – BACEN; **Luigi Nesse**, Conselheiro e Representante da Confederação Nacional de Serviços (CNS) e **Antonia Maria Thaumaturgo Cortizo**, Conselheiro e Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT. Fazem uso da palavra a Relatora da Subcomissão, Senadora Marta Suplicy, e o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e oitoq minutos, lavrando eu, Dulcidia F. Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das Notas Taquigráficas.

Senador Cyro Miranda, Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CASFGTS – Presidente

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propõo a dispensa da leitura da ata e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de discutir a mudança de taxas de remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Subcomissão, aprovada em 22/03/2012.

Passo a palavra para a nossa Relatora, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de colocar para deliberação a possibilidade de, reduzirmos as audiências que tínhamos feito no primeiro ciclo, dez, para cinco. Acho que temos condição de fazer o trabalho com cinco audiências públicas neste primeiro semestre, trabalhando com conselho curador e, no segundo semestre, com a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto ao Senador Paulo Paim, nosso Vice-Presidente, se está de acordo também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Totalmente de acordo. E somando agora, de forma mais permanente, as tardes das quartas-feiras ao trabalho desta tão importante Subcomissão, que vai tratar da poupança dos trabalhadores, que é o seu Fundo de Garantia.

Naturalmente, vou acompanhar aqui os trabalhos e dar a minha contribuição em tudo aquilo que for possível, concordando com os encaminhamentos feitos tanto pelo Presidente como pela Relatora.

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador, aqui, nós temos um problema. V. Exª falou da quarta-feira. As quartas-feiras são um problema grande na medida em que é o dia de maior trabalho aqui na Casa. Então, nós gostaríamos da sua compreensão para que voltássemos para a quinta-feira, às 14h ou 14h30m, desculpe-me, às 11h. Eu sei que V. Exª tem a presidência da Comissão de Direitos Humanos às 9h, mas, em virtude de ser quarta-feira um dia em que está se tornando muito difícil fazermos com tranquilidade os trabalhos aqui e de a quinta-feira ser um dia muito mais leve, gostaria de saber dessa possibilidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quinta-feira à tarde é difícil porque há o deslocamento também. Pode ser?

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Para mim seria melhor, mas parece que aí nós teremos quórum baixo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Na quinta-feira, se começarmos às 14h30m, nós teremos problemas logo em seguida. A partir das 16h, nós começamos a ter problemas.

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Porque há voos que saem nesse horário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nós queríamos ver se haveria a possibilidade de compatibilizar com a sua agenda nos dias em que não houvesse audiência pública porque, quando a reunião da Comissão é deliberativa, acho que duas horas são suficientes, das 9h às 11h. Agora, quando tem, às vezes, audiência pública, eu sei que fica um pouco mais difícil e a sua presença, que, para nós, é importantíssima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, eu gostaria muito de participar. Onze e meia, é possível?

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então vamos para as 11h30m. Eu acelero lá, pelo menos às quintas,

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – E não é toda a semana, são mais cinco até o final do semestre. .

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Para ter uma ideia, a próxima só será no dia 16 de maio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bom. Onze e meia é possível? Iniciamos às 11h30m, Estarei aqui.

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Fechado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Então, agradeço a compreensão do Senador Paulo Paim e da Senadora Marta Suplicy, e convido os expositores a tomarem assento à mesa dos nossos trabalhos. .

Convidado o Sr. Roberto Mamoru Fugimoto, Conselheiro e representante do Banco Central; Luigi Nese, Conselheiro e representante da Confederação Nacional de Serviços e Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, Conselheiro e representante da União Geral dos Trabalhadores.

Agradecendo desde já a presença dos nossos ilustres convidados, passo a palavra ao Sr. Roberto Mamoru Fugimoto, Conselheiro Representante do Banco Central do Brasil (Bacen), pelo tempo de dez minutos e, se houver necessidade, com prorrogação de mais cinco minutos.

Com a palavra o Sr. Roberto Mamoru.

O SR. ROBERTO MAMORO – Boa tarde, senhoras e senhores, em nome do Sr. Ministro Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini, agradeço ao convite formulado por S. Ex^a, o Sr. Senador Cyro Miranda, Presidente da Subcomissão Temporária do FGTS da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para participarmos na condição de Conselheiro Titular Representante do Banco Central, do debate acerca da mudança da taxa de remuneração das contas vinculadas do FGTS.

Senhores, o FGTS tem sido destaque cada vez maior nos últimos tempos no cenário nacional, particularmente nos últimos 10 anos com a evolução exponencial do seu patrimônio, bem como da alocação de recursos para as áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

Embora representantes da Caixa já tenham mencionado anteriormente nesta Comissão, vale mencionar os grandes números do FGTS de forma sintetizada.

No orçamento de 2011, foram R\$37,6 bilhões para habitação; R\$4,8 bilhões para saneamento, R\$4 bilhões para infraestrutura.

Em 2012, há uma previsão orçamentária de R\$27 bilhões para habitação; R\$5 bilhões para saneamento; R\$4 bilhões para infraestrutura, totalizando R\$36 bilhões.

O patrimônio líquido do Fundo é de R\$41 bilhões. São mais de R\$313 bilhões ativos totais, posição de 2010. São mais de R\$114 bilhões de disponibilidades líquidas. São mais de cem milhões de contas ativas, considerando contas inativas chegam a mais de 630 milhões de contas. São quase cinco milhões de contas inativas com algum saldo.

Esse é o tamanho do FGTS e a responsabilidade do Conselho Curador do FGTS para administração do Fundo.

Como é de conhecimento de todos, os recursos dos trabalhadores depositados no FGTS são regidos segundo a Lei 8.036, de 1990, e alterações posteriores.

E os assuntos atinentes ao Fundo são intensamente debatidos e decididos no âmbito do Conselho Curador pelo voto dos Conselheiros, cujo colegiado é composto de forma tripartite: representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo Federal. No total, constituímos um colegiado com 24 integrantes.

Assim, gostaria de, em rápida apresentação, destacar em síntese três tópicos:

FGTS e o Crédito Imobiliário. No sumário seria: FGTS e o crédito imobiliário no Brasil. Estímulo a um mercado imobiliário e mudanças.

Esse gráfico demonstra a evolução do crédito imobiliário *vis-à-vis*. Esse primeiro gráfico.

Então, a linha vermelha é a evolução de operação de crédito habitacional. E a linha azul são as operações de crédito total.

Ou seja, há uma evolução muito grande de operações de crédito habitacional nesse período, que vai de 2005 a 2011. Então, há uma evolução realmente exponencial de crescimento das aplicações.

Agora, esse outro gráfico demonstra as operações de crédito com relação ao PIB. Embora, todo esse crescimento verificado nos últimos tempos ainda representa menos de 5% do PIB, em cerca de 10% do crédito total do sistema financeiro.

Assim, em comparação com outros países, as operações de crédito imobiliário no Brasil... Nós temos aqui comparação com Holanda, Irlanda e outros países, um pouco acima da Rússia apenas. Mas em relação ao PIB, o Brasil ainda, em termos de crédito imobiliário, é bem pequeno em aplicações de crédito imobiliário.

Esse gráfico é apenas uma representação ilustrativa da população economicamente ativa em um pouco menos de 24 milhões de trabalhadores, o déficit habitacional, que está em torno de 6 milhões de habitações. E esse gráfico demonstra o percentual do censo demográfico da população, entre homens e mulheres, da população economicamente ativa.

Esse outro gráfico demonstra mais ou menos também da forma do outro gráfico a evolução das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia. Essa parte em amarelo, a parte inferior, são operações apenas da Caixa Econômica. Como evoluíram as operações da Caixa Econômica de 2006 para cá.

Essas aqui, em azul, são outras instituições financeiras que evoluíram nas aplicações do crédito imobiliário. E esse em verde a evolução das aplicações do FGTS.

Então, realmente, essa curva é bastante acentuada de 2008 para cá. O crescimento da tangencial, da curva de crescimento aqui, é muito grande.

Esse gráfico também é mais específico quanto ao programa Minha Casa Minha Vida, que é esse quadro em azul aqui, o crescimento das aplicações. E o vermelho, das demais aplicações. Então, as concessões de financiamento habitacional com recursos do FGTS saltaram 245% no período de 2008 a 2011.

O financiamento do programa Minha Casa Minha Vida totaliza 43,4 bilhões no período de 2009 a

2011. É uma alocação de recursos bastante substancial para essa área.

Esse gráfico é ilustrativo também, mas demonstra a participação dos depósitos de poupança no crédito imobiliário; o FGTS nos totais do crédito imobiliário no País. Esse, em azul, são as letras de crédito imobiliário, e esse alaranjado é o CRI corporativo. E tem outro FIDC, que é bem pequenininho aqui. São as participações das aplicações totais de crédito imobiliário no País.

Esse gráfico demonstra as aplicações do FGTS em habitação no período de 2009/2010. Então, o fomento indireto para aplicações em habitações, compra de título, somou R\$5,86 bilhões, ou seja, 15% de 2009 a 2010. O FI-FGTS aplicou R\$7,8 bilhões no biênio 2009/2010. E aplicações em CRI, em 2011... Não houve aplicações em 2009/2010, mas R\$1,5 bilhão até maio do ano 2010.

Bom, aí entra a questão do estímulo ao mercado imobiliário. No âmbito do Banco Central e no âmbito do Governo, discutimos muito acerca da forma de estimular o mercado imobiliário. E, talvez, uma das necessidades que vimos de estímulo ao mercado do crédito imobiliário no País seria uma criação de fundo com recursos privados do FGTS, para aumentar a liquidez do mercado secundário. Isso resultaria em aplicação e alocação de recursos. Baseado em estimativa de crescimento desse título, resultaria em recursos adicionais da reaplicação de recursos, de retorno de recursos da aplicação, que seriam alocados novamente no ciclo virtuoso das aplicações de crédito imobiliário.

Então, essa alocação de recursos para garantir risco de crédito também seria algo interessante talvez para diminuir os riscos operacionais de inadimplência, de forma que a taxa e as reaplicações dos recursos possam ter melhor efetividade nas aplicações. Assim, a alocação desses recursos com risco de crédito seria algo similar como hoje o FGTS vem fazendo. Então, isso resultaria em maior número de financiamentos concedidos com o mesmo volume de recursos.

Aumento do retorno dos recursos da conta vinculada, estímulo ao mercado: poderia ser via aumento do retorno dos recursos da conta vinculada.

Aqui, temos a possibilidade de investimentos pelo trabalhador de parte da conta vinculada em aplicações de risco, tais como ações, cotas, fundos e administrados pelo FGTS, conforme já foi feito em algumas oportunidades. Talvez também essa distribuição da parte do lucro operacional do FGTS entre os titulares da conta vinculada seria também uma forma de estimular o mercado e reaplicação dos recursos do FGTS.

Aí entramos no tópico final: mudanças. Até coloquei, de propósito, a interrogação não por duvidar, mas para termos um ponto de reflexão: se vamos alterar

esse indexador, que é a TR. E esse indexador seria aplicado também nas operações ativas e passivas. Ou seja, se aplicarmos um índice de preço, por exemplo, na remuneração da conta do trabalhador, certamente esse mesmo índice seria aplicado para os financiamentos habitacionais.

Na verdade, os recursos dos trabalhadores, com um aumento de remuneração, também significaria um pagamento maior dos próprios trabalhadores nos financiamentos que eles tomam dos recursos do FGTS.

Ao alterar esse indexador, como já em outros estudos – na verdade, o Banco Central sempre está em estudos, não só em relação aos financiamentos imobiliários, créditos imobiliários, FGTS, depósitos de poupança –, temos que ver também como vamos resolver o estoque das operações ativas. Hoje, temos um casamento entre ativo e passivo. Se alterarmos o indexador do passivo, poderá resultar num custo do aumento do *fund*. Ou seja, haveria um descasamento das operações do ativo e passivo. E alguém vai ter que bancar isso.

Próximo, por favor.

Mudança também dentro da distribuição de lucros. Distribuição de lucros: o FGTS pode resultar, graças a Deus e à administração rigorosa da Caixa Econômica e dos nossos conselheiros, representantes da sociedade civil e do governo, das instituições financeiras, em renunciar ou mesmo diminuir o volume de operações subsidiadas a populações de baixa renda. Hoje o FGTS tem atuado muito fortemente no atendimento à população de baixa renda. Agora, ao distribuir para todas as contas vinculadas, atingiria também as pessoas ou trabalhadores de alta renda que têm depósito na conta vinculada. Então, por isso coloquei essa interrogação da população de baixa renda. Não seria somente para a população de baixa renda que seria distribuído esse recurso, mas também aqueles que têm, digamos, uma renda até bastante elevada.

Bem, o FGTS, como sabemos, é regido pela Lei nº 8.036, hoje tem uma remuneração de TR mais 3% ao ano. Dessa forma, todas as operações do FGTS, naquele montante que citei dos grandes números, são regidos por essa lei. No geral o passivo, ou seja, a remuneração na conta do trabalhador tem uma remuneração de TR mais 3%.

Então, assim temos itens, entre outros, importantes a considerar.

Posso continuar mais um pouquinho?

Temos itens, entre outros importantes, a considerar na questão da possibilidade de mudança. Estamos verificando nos últimos meses a queda da taxa de Selic. Aumentar essa taxa de 3% significaria, talvez

nesse momento, navegarmos na contramão da queda da taxa de Selic. É um item a ser considerado.

Para fazer a alteração, a mudança dessa forma de remuneração é, lógico, do passivo – isso resulta numa mudança do ativo também – entendemos, que essa solução teria de ser algo que não seja prejudicial aos próprios trabalhadores.

É uma equação de difícil solução, com muitas variáveis importantes.

Pessoal, essa é a minha apresentação.

Obrigado, Senador Presidente, obrigado, Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Roberto Fugimoto.

Passo a palavra ao Sr. Luigi Nese, conselheiro representante da Confederação Nacional de Serviços.

O SR. LUIGI NESE – Boa tarde, Senador Cyro Miranda, boa tarde, Senadora Marta Suplicy.

Quero agradecer à Comissão pelo convite, para que possamos pelo menos apresentar algumas ideias, algumas propostas com relação ao assunto remuneração do Fundo de Garantia para os trabalhadores.

A primeira transparência, por favor.

Só queria relembrar um pouco – acho que todos sabem, mas é bom relembrar – por que foi criado o Fundo de Garantia. Ele foi criado em 1966, pela sua estabilidade. Quer dizer, esse dinheiro que está aí é um dinheiro do trabalhador, pago pelo empregador, quer dizer, é um dinheiro que não é nem do Estado nem da empresa, é um dinheiro do trabalhador. Nesse aspecto é que nos focamos a nossa colocação. Em vista disso, foi criado com os objetivos a seguir: assegurar recursos aos trabalhadores durante o período de desemprego, elevar a poupança do trabalhador, elevando as suas condições financeiras e aposentadoria, elevar a poupança nacional gerando recursos financeiros para investimento em projetos em longo prazo, especificamente com maior ênfase na habitação e no saneamento.

Eu só queria relembrar esse dispositivo para que a gente possa colocar essas questões hoje com relação a essa remuneração do dinheiro do trabalhador.

Próximo, por favor.

Um histórico: até 1971, era correção monetária mais juros. Naquela época, inclusive, era por faixas de salários que eram feitos. Então, nós tínhamos alternativas em relação às faixas salariais.

De 1972 a 1989, a correção monetária mais juros; de 1989 a 1994, correção monetária mais juros de 3%; e depois, a partir de 1994 até a presente data, com TR mais 3% ao ano.

Então, essa era a colocação que existia e que existe hoje.

Próximo, por favor

Fiz um graficozinho para apresentar exatamente os comparativos entre a inflação, poupança e remuneração do FGTS.

Nós podemos ver aí que praticamente o trabalhador está perdendo os recursos que ele destinou para sua remuneração de estabilidade. A estabilidade era essa. Todo mundo lembra que havia certa rotatividade, de nove em nove anos, porque, com dez anos, haveria estabilidade. Então, as pessoas demitiam os funcionários para que eles não entrassem na estabilidade. Então, isso foi criado exatamente para diminuir essa rotatividade e criar uma remuneração ao trabalhador com relação a isso.

Estou dando ênfase ao trabalhador, como empresário que sou, mas é importante saber que quem está pagando essa conta é o empresário também. Então, acho que tem de ter uma relação muito estreita entre empregado e empregador, porque esse dinheiro depois volta para ele de outra maneira, através de construção de casas e de saneamento básico, o que seria o mais importante também.

De 2007 para cá, a remuneração foi negativa e acumulou uma perda de 5,7% até dezembro de 2011. Quer dizer, o trabalhador perdeu do patrimônio dele 5,7%.

Próximo, por favor

A relação dos rendimentos dos depósitos da poupança. Acumulou uma perda de 14%. Se nós fizéssemos essa comparação com a poupança, o trabalhador perdeu 14% do patrimônio dele, hoje, em relação àquilo que ele devia receber.

Eu concordo com a colocação feita pelo Banco Central. Temos de pensar as mudanças e temos de verificar isso. Mas acho que aí há uma saída em relação a isso. Não é preciso aumentar os custos do financiamento nesse aspecto. Acho que temos de focar um pouco – é minha posição em relação a isso – no spread que hoje é cobrado pela Caixa Econômica Federal. Eu acho que, como a Caixa Econômica Federal não tem concorrente e o Banco Central está propondo certa concorrência em relação a isso – e acho saudável essa concorrência –, acho que, pelo volume de dinheiro que está lá, pela taxa remunerada sobre os recursos do fundo, acho que ainda existe um spread. Podemos diminuir as taxas de remuneração para administração do fundo, inclusive os próprios spreads para conseguir esses recursos e melhorar os recursos para o trabalhador.

Próximo, por favor.

Evolução nominal do real em relação a isso.

De 1994 para cá, a remuneração do fundo de garantia foi de apenas 0,9% ao ano. Esse valor é inferior

ao aumento da produtividade do trabalho na economia brasileira, que foi de aproximadamente de 2,1%. Quer dizer, em relação a isso, também há uma diminuição da remuneração do fundo em relação à economia brasileira como um todo. A economia crescendo, a remuneração dos recursos do trabalhador não está na mesma proporção, o que poderia também ser um indicador para quem sabe melhorar a rentabilidade do fundo.

Por favor, o outro.

Evolução da remuneração nominal também. A remuneração está negativa na maior parte dos meses desde 2000. De 2007 em diante, a situação ficou recorrente.

Quer dizer, isso também demonstra que precisamos e podemos melhorar. podemos fazer com que a remuneração desses recursos seja aplicada e remunerada para o trabalhador. A ênfase também com relação a tipos de aplicações também tem de ser verificada. Acho que hoje há algumas aplicações que são feitas para infraestrutura e outras para construção de moradias.

Acho que temos de direcionar esses recursos aos objetivos iniciais do fundo, que é habitação e saneamento. Há uma pesquisa, um levantamento feito pela Getúlio Vargas, de que o saneamento básico só vai alcançar um índice razoável daqui a 112 anos. Para fazer com que o saneamento básico chegue a um ponto razoável para o País, em índice internacional. Então, temos que investir muito em saneamento básico porque, investindo nisso, estaremos investindo menos em saúde, já que há doenças decorrentes da falta de saneamento básico.

E essa posição é nossa, da Confederação. Temos feito alguma proposição a respeito disso. Com relação à remuneração, temos feito o seguinte: se tiver que ter algum indexador pode ser até usada a caderneta de poupança como indexador. Ou seja, 0,90% da caderneta de poupança para indexar as remunerações de trabalhador seria uma coisa razoável para que isso possa acontecer e para que o trabalhador não perca o patrimônio, tal como está acontecendo hoje.

Senadora, essas foram as minhas primeiras considerações e eu fico à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço e muito obrigado porque o senhor vem ao encontro a proposta desta Subcomissão. O senhor realmente conseguiu traduzir o que nós pensamos e porque propusemos essa subcomissão.

Passo, então, a palavra ao Sr. Antonio Maria Cortizo, Conselheiro e representante da União Geral dos Trabalhadores.

O SR. ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Exm^a Sr. Senador Cyro Miranda, Exm^a Sr^a Se-

nadora Marta Suplicy, a UGT, a exemplo dos demais, também agradece a esta Comissão o convite formulado ao Conselho Curador para que aqui manifestasse os nossos pontos de vista.

Pouco tenho a falar porque já foi amplamente discutido pelos dois antecessores, com dados inclusive interessantes do Banco Central. Queria ter tido o cuidado de anotá-los. Mas eu gostaria, dentro do tempo que me é disponível, fazer um breve histórico da presença da UGT nesta Comissão.

Em 2007, a UGT juntamente com o Instituto FGTS Fácil elaborou uma proposta que levou para a sociedade civil. E a sociedade civil conseguiu, por meio da Comissão de Legislação Participativa, aprovar um projeto de iniciativa popular.

Naquela Comissão, esse Projeto levou o número 71 e a sua relatora foi a Deputada Luiza Erundina, que, por sinal continua. Ela aprovou, relatando pela sua proposta de transformá-lo em projeto de lei. Isso ocorreu em seguida, em 2008, e tomou o número 4566 da Câmara dos Deputados, cujo Relator é o Deputado Roberto Santiago.

Aqui, nesta Casa, Senador e Senadora, também há um projeto que traça o mesmo caminho, de autoria de um Senador que sempre esteve ao lado dos trabalhadores, que está aqui presente, que é o Senador Paulo Paim. O projeto de S. Ex^a é exatamente quase igual ao projeto de iniciativa popular que tramita na Câmara dos Deputados. Ambos os projetos continuam nas duas Casas deste Congresso Nacional ainda sem uma solução por parte de nenhuma delas.

Feito esse breve histórico, devo dizer a V. Ex^as que, no projeto originalmente de iniciativa da UGT e do Instituto FGTS Fácil, propusemos, naquele momento, trocar a TR pelo IPCA. Seria essa a fórmula que entendíamos que a poupança do trabalhador deveria ser mais bem remunerada. Não tocamos no assunto dos juros de 3% ao ano embora os juros da poupança no Brasil seja de seis por cento. Hoje, como os senhores sabem, é apenas 3% ao ano e mais a taxa referencial que ela é ditada pelo Banco Central.

Números estarrecedores.

De 2003 a 2012, ano em que estamos, a diferença entre a TR e o IPCA, pasmem, é de R\$123 bilhões. Eu disse bilhões, não disse milhões. Isso é o que deixou de entrar no Fundo de Garantia, que é o patrimônio do trabalhador. É o fundo ao qual pertenço, em que tenho conta vinculada, aqueles que não são servidores públicos. Esses R\$123 bilhões, como é que foi feito esse cálculo? Os R\$98,698 bilhões são exatamente a diferença entre a TR e o IPCA. O restante, os R\$24,8 bilhões se referem a quê?

O cálculo é feito não é aleatoriamente, mas projetado dos 40% de multa quando o empregado é demitido. Como é que se chega a esse cálculo dos R\$24 bilhões? De acordo com os dados do Ministério do Trabalho – eles têm a RAIS – para cada 100 trabalhadores que saí das empresas, 63 são demitidos sem justa causa. Ou seja, 63% de R\$97,9 bilhões, 40% da multa dá o que eu disse: R\$24.800 bilhões. Eu disse são números estarrecedores.

Mas a UGT está aqui nessa Audiência Pública para levar mais uma vez a sua preocupação com relação a esses dados, que são reais; não são dados fictícios, são fáceis de verificar, haja vista, como eu disse, estão nas próprias RAIS e da própria Caixa Econômica.

Ano passado, por falar em Caixa Econômica, a Caixa Econômica fez uma proposta, uma proposta à UGT – estou respondendo por ela – e também o Instituto FGTS Fácil, que assessorava a UGT nesse aspecto da parte técnica com relação aos números do FGTS. A UGT concordou com a proposta da Caixa Econômica, mas ficou apenas na proposta.

Qual era a proposta da Caixa Econômica?

A proposta era: do patrimônio líquido, 50% deveria ser distribuído entre as contas vinculadas. Isso foi, inclusive, *en passant*, dito pelo representante da Confederação Nacional de Serviços, neste instante. Essa distribuição aumentaria o patrimônio do Fundo para o trabalhador, o que significa que haveria menos fraude com relação a essas contas vinculadas do trabalhador. Com isso nós concordamos, ao invés da troca da TR pelo IPCA como está originalmente proposto no Projeto nº 4566 lá na Câmara dos Deputados e o projeto do nobre Senador Paulo Paim aqui no Senado Federal. Mais ainda, para que concordássemos com isso, pediríamos apenas alguns detalhes para beneficiar o trabalhador. Quais eram esses detalhes?

Que, no Fundo de Garantia, ao invés de o empregador ter (diga-se de passagem, mau empregador) o direito de ficar – meus companheiros trabalhadores que estão aqui presentes talvez não saibam disso – 30 anos devendo o Fundo, que seja de um ano. O empregador pode ficar 30 anos, mas um belo dia, depois de 30 anos, quebra, entra em falência, e aí? Onde é que está meu Fundo? Ficou no fundo. Em lugar nenhum, em lugar nenhum. E acabou-se. A massa falida vai pagar o quê? Não tem mais nada. E o trabalhador perdeu todo aquele dinheiro que ele teve 30 anos para que fosse depositado.

Então, qual era a nossa proposta em contraproposta à Caixa Econômica, que trocava a nossa proposta TR por IPCA, por distribuição da participação do lucro líquido do Fundo de Garantia? Nossa proposta é que não passe de um ano o débito com relação ao mês de

competência. Por exemplo: se, no mês de janeiro, ele tem que recolher em fevereiro, em janeiro do ano seguinte, completado doze meses, aí então ele tem que depositar. Caso contrário, o que é que deve acontecer? Dívida ativa, a inscrição dele na dívida ativa. Garanto que aí o Fundo vai andar, e vai ter mais dinheiro ainda para as Prefeituras, para os Governos Estaduais, para a infraestrutura, para saneamento, para o sistema financeiro da habitação, porque o dinheiro vai entrar lá.

Outro aspecto que pedimos para que fosse feita essa troca.

Que o fundo – isso também é muito importante, e é desastroso; eu até me sinto mal de falar isto aqui no Senado Federal – seja aplicado, única e exclusivamente, no que está na lei, na sua criação, na Lei 5.107.

Senador, foram aplicados R\$7 bilhões ao BNDES para emprestar dinheiro para empresas com dinheiro do trabalhador, dinheiro do Fundo de Garantia! Isso não pode ocorrer! Não está previsto na lei! Em nenhum instante, há previsão legal para que se tire dinheiro do Fundo de Garantia, que é a minha poupança, a minha pessoal mesmo, de Antonio Cortizo, que tem conta vinculada. Tirar o meu dinheiro e dar ao BNDES para emprestar dinheiro para empresas, incluindo empresa estrangeira!? Isso me revoltou!

Então, eu peço aos senhores que analisem com bastante carinho, com bastante cuidado o que está ocorrendo com relação à aplicação do Fundo de Garantia.

Teria muito mais coisas realmente para falar, mas esses são os pontos que considero mais importantes, mais cruciais com relação ao Fundo de Garantia.

E com um detalhe também: sou a favor, pessoalmente, a minha Central a que pertenço também é a favor, e creio até que toda a sociedade é a favor do Minha Casa, Minha Vida. Claro! Claro, porque os nossos irmãozinhos que têm quase nada para sobreviver têm de ter o direito a seu teto, à sua habitação. Não tenha dúvida. O que não estou sendo a favor é que saia do Fundo de Garantia, a fundo perdido, para o Minha Casa, Minha Vida. Eu disse “fundo perdido”. Ele entra na rubrica das contas do Fundo de Garantia chamadas “despesas”. Aquela mesma rubrica que é paga à Caixa Econômica Federal para administrar o fundo.

Não sou contra o Minha Casa, Minha Vida, mas sou contra a utilização a fundo perdido.

Quanto à utilização, também para o Minha Casa, Minha Vida, no Sistema Financeiro de Habitação, que tem retorno para o fundo, correto. Corretíssimo.

No ano passado, em 2011, de acordo com dados oficiais que recebi da Suvuc – Superintendência do Fundo de Garantia da Caixa Econômica Federal –, foram despendidos R\$5,3 bilhões para o Minha Casa, Minha Vida, a fundo perdido.

Acredito, Srs. Senadores, que nem a própria Presidenta Dilma vá aceitar que se tire da poupança do trabalhador R\$5,3 bilhões para colocar a fundo perdido aqui. Isso é um assunto do Tesouro Nacional. Isso é política de Estado do Governo.

Então, essas são as considerações que eu tinha a fazer, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Antonio Maria Cortizo. O senhor não imagina a valia das suas palavras, sobre as quais depois, no final, vamos fazer as considerações.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marta Suplicy, nossa Relatora, para suas perguntas.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu queria primeiro agradecer a participação dos Srs. Roberto Fugimoto, Luigi Nese e Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo.

Acho que esta é a terceira audiência pública, e claro que vão se repetindo um pouco as ideias. Mas é interessante como também vamos assimilando algumas coisas novas, e vão sendo colocadas novas questões.

Eu gostaria de ressaltar que as questões colocadas pelo representante do Banco Central, as mudanças são questões em que nós estamos pensando também, mas a mim interessaria muito saber, por exemplo, alguma reflexão que o senhor ou a sua equipe já possa ter feito a esse respeito, porque esses problemas nós já estamos levantando. Nós estamos buscando soluções. Temos pensado em alternativas. E a minha ideia, como Relatora, é que nós temos uma oportunidade única de pensarmos um instrumento fantástico que temos e que está absolutamente fora do momento que vive o País. E ele tem de ser reinventado! E reinventado para quem ele foi feito. Agora, são muitas as questões – e eu gostaria muito que nós tivéssemos esse enfoque, Sr. Presidente, em todos os convites que fizermos, porque como vamos convidar o Conselho, o Conselho subsidiará esse tipo de questão que estamos pensando e tendo várias idéias de propostas.

Mas gostei, porque V. Ex^a trouxe também algumas questões, já da nossa preocupação. E o Sr. Luigi Nese, da CNS... Em relação a não mexer nas aplicações, ao fato de irem para o Minha Casa, Minha Vida. Nós concordamos. Agora, um dos motivos de fazermos esta audiência são os números: temos 27 projetos e a maioria deles – não a maioria – mas eles se dividem entre mexer na taxa e abrir o fundo. Eu concordo com V. Ex^a de que não devemos fazer um grande leque, essa é uma questão importante.

Não sei se eles terão a palavra novamente. Vão? (Pausa.)

Então, que reiterasse depois o porquê, segundo V. Ex^a, deveríamos restringir. Porque já tem umas aberturinhas hoje, infelizmente. Eu gostaria de ouvir a sua reflexão sobre isso, porque muitos dos Senadores que fizeram projetos dizem: “pois é, ficam lá os recursos, e o trabalhador que precisa pagar uma faculdade para o filho não tem o dinheiro, e o dinheiro está lá, mal remunerado”. Talvez eles mudassem esse discurso se os recursos fossem bem remunerados. Aí, voltamos à questão de sempre: nós vamos aumentar a remuneração, mas serão os empréstimos dos usuários, que são os mesmos, na mesma roda, no mesmo círculo?

Então, uma das formas como temos refletido é a seguinte: se temos uma remuneração melhor, os que retiram o dinheiro talvez tendam a deixá-lo mais porque serão mais beneficiados. Ou, se fizermos algum tipo de lucro, nós poderíamos também ter a idéia de que as pessoas poderiam deixar o dinheiro mais, porque o dinheiro renderia mais e o lucro ser melhor; ela não ficaria com aquele dinheiro alocado, ele teria uma remuneração anual. Como está hoje, o fundo da maioria dos associados é muito baixinho, eles têm muito pouco, porque a maioria retira recursos para a casa própria. Então, em um dos cálculos que fizemos em uma audiência pública, dariam R\$2,00 ou R\$3,00, de distribuição de lucro, o que não seria de interesse. Estou pensando em outras formas de criar interesse para que dinheiro fique no fundo.

Outra questão que V. Ex^a mencionou foi a possibilidade de usar a poupança como indexador. Em todas as análises que fizemos até agora, me pareceu a mais interessante, porque, como vantagem, ela evita perda inflacionária – e não sei qual dos três apresentou um gráfico onde se via uma perda gigantesca pela inflação. Então, a conta acabaria recebendo, em 2011, 7,13%, portanto, mais que a inflação, que foi de 6,5%. Então, aí teríamos algo mais equânime.

Bom, mas há uma desvantagem: poderia ter um impacto sobre os empréstimos da casa própria. Mas ele seria menor se absorvido pelo resultado financeiro do FGTS. Então, a questão que se coloca é: como absorver isso sem grande impacto. Parece que a gente quer fazer uma mágica, mas é mais ou menos isso que a gente quer fazer. Vamos tentar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Diminuindo o spread, talvez a gente consiga. São várias idéias que apareceram hoje, Senador.

Em relação ao representante da UGT, o Sr. Cortizo, são muito interessantes as suas avaliações. Não sei se nós podemos colocar isso ou não, mas também acho importante que o fundo seja somente no que é configurado. Eu acredito que ele teve uma finalidade.

E, acerca dessa retirada dos recursos do trabalhador, entendo que o trabalhador que ali tem os seus recursos se sinta muito indignado, porque, além de ganhar pouco, o dinheiro ainda é levado para outros interesses. Temos que pensar como seria possível; se é possível e se teria que ter muitos entendimentos para serem colocados. Mas, acho que podemos avaliar.

A outra questão. Gostei muito disso e acho que dará para colocar, que a dívida não possa acumular; dívida de um ano vai para a dívida ativa. Acho que aí diminuiria e teríamos uma vantagem: aumentar o Fundo. Isso porque se a proporção que V. Ex^a colocou é essa, acho que 63% ou algo assim, não me lembro bem...

O SR. ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Seria com relação à demissão, à multa. Na verdade, são R\$98,6 bilhões. Essa é a diferença que não volta.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – É, mas eu acho que isso já melhoraria bem o próprio Fundo, porque o que estamos aqui tendo como desafio é como aumentar esse Fundo, sem ter um grande ônus.

O SR. ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Já entrariam os R\$98 bilhões.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Já entram os R\$98 bilhões, já não é mal. Então, todas essas brechinhos, se nós conseguimos captar todas, podemos ter um avanço.

Outra questão, do Fundo perdido da rubrica. Também achei que é algo que vamos ter que ver como fazer.

Agradeço. Para a compreensão nossa da questão, conseguimos progredir. Depois, gostaria de ouvir o comentário novamente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora.

Como somos três, vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim, faço as minhas perguntas também e passamos para o debate final.

Senador Paulo Paim, por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, quero mais uma vez cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa desta Comissão. Essa é uma polêmica desde todo tempo que eu estou aqui no Congresso, e estou aqui há 27 anos no Congresso, sem sair – não saí para nada.

De fato, Senadora Marta Supilcy, relatora, por que os Senadores e os Deputados apresentam esse projeto, até desvirtuando a questão do Fundo? O Fundo não rende, eu tenho dívidas que me cobram 10% ao mês, de juros, e o meu fundo está lá parado, com uma remuneração pífia, é natural que a pressão popular faça com que os Senadores e Deputados apresentem algumas alternativas que lhe permitirão não

se endividar tanto, já que a poupança dele não está sendo retribuída a ele em matéria de rendimento. Por isso existe o fato.

Tenho certeza absoluta de que se fosse um rendimento decente, todos os Senadores e Deputados retirariam os seus pedidos de projeto em aprovação que desvirtuam da posição original, muito bem levantada aqui pelo Dr. Luigi, como também levantada pelo Cortizo, enfim, o Dr. Roberto Fugimoto também levantou as razões do Banco Central.

Eu apontaria com a maior tranquilidade que se pudéssemos caminhar, de forma bem objetiva, até na linha da poupança – não precisava nem ser o projeto que nós apresentamos; porque o trabalhador, como foi colocado pelo Dr. Luigi, o trabalhador iria sentir “Bom, o meu dinheiro está depositado lá; se ele estivesse na minha mão e eu pudesse, eu ia também botar numa poupança”, que é um investimento garantido, sem risco, muito mais do que essa questão da participação nos lucros, como foi dito pela Senadora Marta Supilcy – dariam R\$2,00, R\$3,00, R\$4,00, R\$5,00 para cada um, o que não significa nada; mas a simbologia de eu saber que o meu dinheiro está rendendo como se eu o tivesse aplicado na caderneta de poupança é muito, muito positiva. E com as correções, claro, que o nosso amigo Cortizo apresentou e que a Senadora – pelo menos eu percebi – estaria disposta a acatar.

O que é triste para os trabalhadores é ver o seguinte: dinheiro do Fundo de Garantia vai para a Copa; então, aprova lá na Câmara, aqui tentamos derrubar, não conseguimos; felizmente, foi vetado. O dinheiro do Fundo de Garantia é usado para inúmeras outras atividades, inclusive como é o caso do BNDES, para compra e privatização de empresas estatais.

O mesmo governo, e são os governos, ao longo da história, que dizem que o Fundo de Garantia não pode ser usado pelo trabalhador para pagar uma dívida dele, particular, em que ele paga até 10% ao mês, usa o dinheiro que deveria ir para a casa própria, sim, para outros fins os mais variados, até – e eu fui contra aqui, na época em que isso foi levantado – para comprar ação. Lembram que foi liberado? Eu fui contra. Eu achava que o Fundo de Garantia tinha de ficar mesmo para construção da casa própria, com uma remuneração decente, e não se desvirtuar da questão original, e com um rendimento em risco, inclusive, porque não se sabe onde aplica nem o rendimento que poderia vir daquele momento, de uma forma meio desorganizada. E permitia-se para algum tipo de rendimento e para outros não se permitia. Por isso que a minha posição particular... Primeiro que o Governo não dá o bom exemplo. O Governo, se quisesse dar o bom exemplo de o Fundo de Garantia não ser desvirtuado,

não deveria permitir que o Fundo de Garantia fosse usado para tudo e mais um pouco, inclusive essa do fundo perdido – confesso que eu não sabia –, 5 bi. E lhe confesso, como ex-sindicalista, que eu não estava atualizado com essa informação desses 30 anos, que é outro disparate.

Por isso que só posso cumprimentar a todos os painelistas. Vou torcer muito e tentar me somar para que a gente consiga centralizar, ter foco no Fundo de Garantia, que ele seja para saneamento básico e casa própria. E se tivesse só isso, o rendimento correspondente à poupança, seria um estímulo enorme, e, claro, com essas duas correções, dos tais 30 anos e uso para Fundo de Garantia do dinheiro do trabalhador, e que o Governo deixasse de usar o dinheiro para outros fins a não ser aqueles que aqui foram muito bem colocados.

No mais, cumprimentos a todos. Estamos aí nos somando nessa caminhada. Espero eu que a gente consiga, efetivamente, Senadora Marta, aprovar o seu relatório e moralizar o Fundo de Garantia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Realmente, para os nossos convidados aqui, com muita alegria eu digo que esta audiência está sendo uma das mais produtivas e ricas em termos de dados – dados práticos –, porque vem ao encontro do que pensam cinco Senadores, capitaneados pela Senadora Marta, que já tinha um projeto e que esbarrou justamente no indexador; se indexar, vai-se criar a situação difícil de encarecer a casa. Então, nós resolvemos fazer esta Subcomissão e reunir mais de 72 projetos, entre Senado e Câmara, que formam uma colcha de retalhos, juntando isso e fazendo um projeto só.

Eu sou como o Dr. Luigi, venho da área empresarial, então sou prático. Analisamos custo, despesas e como ter maior lucratividade. Vamos falar um pouquinho de despesas.

Chamou-me muito a atenção aqui o que nos foi dito pelo Sr. Fugimoto, que nós temos cem milhões de contas ativas, sendo um total de 630 milhões de contas. Agora, a Caixa Econômica cobra por conta. Foi-nos dito aqui que há uma taxa de cobrança por conta. Nós temos aqui cinco milhões de contas ativas, mas sem movimentação. Isso representa um custo. As inativas, para administrar... O que nós podemos fazer para mudar isso? Qual é o custo, quanto o Fundo está pagando por essa administração? Primeiro. Por que não há concorrência entre mais bancos? Até o Banco do Brasil faz concorrência frente à Caixa, certo? Ou outros bancos. Por que não vamos criar modelos diferentes? Será que não se pode administrar por um custo menor?

O que nos chamou a atenção, Sr. Cortizo, foi justamente quando nós apuramos que, de 2003 a 2011, ainda o trabalhador perdeu 93 bilhões. Agora, nós temos que normatizar tudo isso. Foi aquele Plano Verão e Collor, que já se esgotou; desse dinheiro, este ano, foram usados 2,9 bilhões para fazer frente ao corte do Orçamento. Também ele sai e o trabalhador não está vendo a cor disso. Como é que não há uma normatização para que se tirem 5 bilhões a fundo perdido? Isso não é problema do Fundo.

Eu quero relembrar o que foi dito aqui pelo Sr. Luigi. Eu fui um dos primeiros optantes do Fundo de Garantia, em fins de 1966.

Eu lembro que o trabalhador, quando ele ia atingir 10 anos, ele ia mandado embora antes, porque, senão teria de ser pagamento em dobro. Então, foi feito isso para lhe dar uma poupança, para quando ele fosse aposentar, ele ter um dinheiro, uma reserva. Bom, aí surgiram, então, as premissas básicas: saneamento básico e habitação. Habitação, diretamente, é um bem que ele adquire. E saneamento básico? Saneamento básico é problema só do fundo? Quanto está custando para o Fundo saneamento básico? É lógico que a população toda se beneficia do saneamento básico, mas não é um bem como é a casa própria.

Então, eu acho que nós temos que fazer análise. Temos que fechar várias torneiras. E aquele cidadão que faz o fundo para ter uma poupança no final e não compra a casa própria? Ele perdeu quanto? Foi demonstrado para nós, o Sr. Luigi falou para nós aqui quanto ele perdeu. Já 24%.

O SR. LUIGI NESE – Quatorze por cento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Quatorze por cento. Vinte e quatro em relação à poupança.

O SR. LUIGI NESE – 14% em relação à poupança.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perdão.

Então, se ele tivesse na poupança, ele teria 14% a mais.

Então, esta é a nossa função, de reunir todos esses dados e disciplinarmos isso. Isso não pode continuar assim.

Então, há várias questões. Esta Comissão não tem, se tivesse as respostas, nós não estaríamos fazendo estas audiências públicas. Como a Senadora Marta estava falando aqui, nós temos que provocar as pessoas a virem com soluções. Hoje, pela primeira vez, se começou a mostrar soluções.

E não é possível que um dinheiro que seja bancado por lei, uma obrigação do empresário e um dinheiro que é do trabalhador seja usado dessa maneira. Por que um fundo de pensão é administrado diferente?

Vejam a rentabilidade dos fundos de pensão, Previ, Petrobras, qualquer outro fundo. São auditados, têm regras severas e têm de ter muita lucratividade. Virou um papel, uma ação. E o trabalhador, coitado, banca tudo isso.

Então, eu vou passar a palavra a cada um dos senhores, para, dentro do que foi dito aqui, nos auxiliar nessas soluções, porque a ideia é terminarmos mais ou menos por volta de setembro, outubro, concluirmos com um projeto, a Relatora vai, então, fechar e fazer, então, um projeto que abrange todas as questões. E por uma trava, uma trava séria também daí para frente, do Fundo de Garantia, que ninguém é dono dele muito mais do que os próprios empregados.

Eu passo, então, à palavra ao Sr. Fugimoto, para, dentro do que foi dito, as suas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, Sr. Presidente, se me permitir um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Mário Avelino, aqui ao lado, é Presidente do Instituto Fácil, que cuida do Fundo de Garantia. Ele pediu que eu formulasse uma pergunta por escrito, que é fácil, entendo eu, para o Dr. Roberto: por que a TR rende tão abaixo da inflação? Se puder responder, eu estou fazendo a pergunta a pedido do Mário Evelino. só isso.

O SR. ROBERTO MAMORU FUGIMOTO – Senador Paim, eu sou analista do Banco Central há 32 anos e trabalho na área do Departamento e Normas do Sistema Financeiro. A TR é calculada na forma da lei. Entre os maiores 30 bancos, a média das taxas aplicadas em CDB, em renda fixa. E é lógico, não sou especialista em TR, em assuntos da política econômica do Banco Central, mas eu só posso dizer que dos estudos, pelo menos, como analista, de que participei, sobre alguns temas que levam em consideração a TR, vi que a TR é um índice que reflete não só a parte das operações ativas, das passivas da instituições financeiras, como depósito de poupança e FGTS, mas a TR é referenciada em várias outras operações ativas. É um índice bastante complicado de se definir. Agora, lembro bem que TR não é um índice de inflação. Isso nunca... Na época da formulação da Lei 8.177, é uma média de taxa

Na época da formulação da Lei nº 8.177, houve uma média de taxa de juros e não um índice de inflação. É apenas isso que eu posso dizer, até onde eu conheço.

Com relação à proposta, Senadora Marta Suplicy, pelo menos no meu conceito de dezoito anos de assessoria técnica ao FGTS como representante

do Banco Central no Grupo de Apoio Permanente ao Conselho e nos últimos oito meses como conselheiro titular do banco, representando o Banco Central no Conselho, a melhor forma talvez seja o projeto de lei que a senhora apresentou sobre distribuição de lucro, de tal sorte que essa distribuição de lucro não comprometesse a disponibilidade líquida e o fluxo de caixa do FGTS. Imagino que, ao distribuir toda a disponibilidade líquida, o fluxo de caixa do FGTS... A senhora sabe que, em 1993, 1994, o FGTS encontrou-se falido. E o Conselho... Nós do Banco Central, representantes do grupo técnico naquele Conselho, trabalhamos muito para que o FGTS tivesse um equacionamento dos ativos e passivos, implantando inclusive o plano de contas do FGTS. Até então, em 1993, 1994, não existia nem plano de conta do FGTS. O Conselho definia as aplicações sem saber muito o que estava no ativo e no passivo nem qual era a disponibilidade.

É lógico que, no decorrer do tempo, isso evoluiu muito, e, hoje, em função desses trabalhos no passado, nós temos um FGTS com um lucro operacional bastante razoável.

Essa questão que eu citei na apresentação relativa ao estímulo do mercado imobiliário com a diminuição da inadimplência, com a securitização desses créditos do FGTS, inclusive a diminuição de risco de crédito operacional, talvez fosse uma forma de aumentar a rentabilidade do FGTS para que pudéssemos destruir parte desse lucro operacional. Talvez seja essa a forma...

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Com licença. Posso, Presidente?

Talvez devêssemos pensar no assunto para que, nas próximas audiências, os senhores trouxessem subsídios para aumentar o fundo, sem ser através da taxa de juros. Já vimos que a taxa de juros é complicada e que a poupança pode ser um caminho, mas, aqui hoje, nós identificamos algumas outras possibilidades que nós não tínhamos aventado. Se estimulados, os próximos palestrantes poderão vir com alguma coisa mais aprofundada, estudada nessa direção, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Concordo plenamente, porque o que acontece nós sabemos. Precisamos saber como solucionar.

O SR. ROBERTO MAMORU FUGIMOTO – Concluindo, então, esta proposta do Conselheiro Cortizo de colocar em dívida ativa a inadimplência é uma solução que também aumentaria o próprio patrimônio do fundo e a rentabilidade decorrente disso, para que parte do lucro operacional seja distribuída talvez não em 630 milhões de conta, mas em contas normalmente ativas ou não. Essa é outra questão que tem que ser

estudada. Pulverizar isso em 630 milhões de contas é algo que tornaria a situação irrisória.

Eu trabalhei muito tempo na área de depósito de poupança, no direcionamento de depósito de poupança. Sempre pensamos nas operações ativas e passivas. Então, quando se fala em índice de preço para aplicação com o mesmo índice de poupança – TR mais 6% –, com a taxa Selic caindo, quiçá nós tenhamos uma taxa de juros da poupança igualada à do FGTS. Por que não? Por que não? Então, são coisas que...

Com a atual situação macroeconômica vivida pelo Brasil, é possível que tenhamos uma taxa de juros do mercado um pouco mais baixa do que aquela vigente nos últimos trinta, quarenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Roberto Fugimoto.

Passo então a palavra para o Sr. Luigi Nese, da CNS.

O SR. LUIGI NESE – Completando as informações, uma das coisas que eu queria falar para o Cortizo refere-se a essa rotatividade que ele comentou das pessoas que estão sendo demitidas.

Eu acho que, se houver uma melhor remuneração do Fundo de Garantia, essa rotatividade diminuirá, assim como o gasto com seguro-desemprego.

Eu faço parte também do Codefat. Lá nós temos esse problema em função disso. Se houver uma melhor remuneração... Muitas pessoas buscam sair, aliás, pedem ao empresário para sair e ser demitida, com o objetivo de levantar o dinheiro do Fundo de Garantia para poder pagar as suas contas.

Então, uma das coisas que podemos fazer é também proporcionar que determinadas necessidades do trabalhador sejam contempladas no processo de retirada. Essa rentabilidade do fundo acima pode ser canalizada para que o trabalhador retire esses recursos em determinados momentos em que ele precisar em vez de pedir a demissão para poder pagar as suas contas. Isso é uma realidade.

(*Falha na gravação*)

Ele pega uma parte disso para poder viabilizar e pagar as suas contas. É corriqueiro o que acontece em relação a isso, em função inclusive das altas taxas de juros existentes nos bancos para pagar as contas e, provavelmente, dos juros cobrados pelos próprios banqueiros.

Outra coisa que, nesse aspecto, pode melhorar é a taxa de administração da Caixa Econômica Federal. Eu posso fazer uma comparação com o FAT. O Banco do Brasil cobra 0,10% para administrar um fundo de reserva que destinamos para eventualmente pagar despesas; 0,10%. Quando falamos 0,10% sobre R\$200 bilhões é uma massa de dinheiro enorme. Eu

já perguntei para alguns administradores de fundo: se eu desse R\$250 bilhões para o fundo, quanto ele pagaria de taxa de administração. Ele disse: "No máximo, no máximo, 0,2%. Para mim, esse percentual estaria ótimo para pagar essa taxa de administração". Então, isso tem que ser levado em conta. A Caixa cobra 1% do ativo. Esse 1% é limpo, porque todas as outras despesas são debitadas no fundo e não na taxa de administração.

Eu estou fazendo essa crítica à taxa, mas a taxa é uma instituição centenária que tem que ser respeitada e tem que ser louvada por aquilo que fez e vem fazendo. Entretanto, acho que estamos no momento de repensar nesse processo do Fundo de Garantia e repensar, como o Banco Central colocou, na abertura da possibilidade de haver concorrência nessa administração – eu acho que o Banco do Brasil e outros bancos privados podem fazer isso – além de criar alternativas. Por exemplo, hoje nós temos o Fidc da Caixa, o Fundo de Garantia que financia atividades de infraestrutura da casa própria. Eu acho que essas atividades de infraestrutura aprovadas lá no Conselho, no meu modo de ver, deveriam ser aprovadas com uma liberalidade maior, e os financiamentos deveriam ser concentrados no saneamento básico.

Hoje, muitos projetos de financiamento não são feitos, não são autorizados, não são administrados pela Caixa porque não são bem concebidos. Nós precisamos encontrar alguma forma de financiar até os projetos das pequenas prefeituras para que elas possam apresentar, quando quiser pedir os recursos para saneamento básico, um projeto baseado no procedimento normal existente. Hoje, muitos projetos não são aprovados por falta de infraestrutura dos próprios projetos das pequenas prefeituras que não têm infraestrutura nenhuma para fazer isso.

Canalizando, Senador Cyro, o benefício do saneamento básico é indireto para o trabalhador, porque, se houver saneamento básico, ele vai ter menos doença. Então, indiretamente ele será beneficiado com isso.

Acho que nós temos que trabalhar num processo de saneamento básico, inclusive fazendo com que – esta é uma ideia que vamos sugerir – cada nova cidade autorizada pelo Congresso tenha obrigatoriamente um projeto de infraestrutura, de saneamento básico, um projeto urbanístico, ou seja, antes de haver qualquer aprovação de um novo Município, essa seria uma condição *sine qua non* para eventualmente criar um novo Município.

Com relação ao rendimento, eu acho que o trabalhador se sentiria satisfeito se pudéssemos atrelar a caderneta de poupança; pelo menos a nossa posição é de 0,9 da caderneta de poupança. Isso estaria

muito próximo aos recursos que ele gerenciaria E não é necessário fazer a transferência para o tomador dos empréstimos.

Eu ainda acredito que existe uma condição de a Caixa diminuir o seu *spread*, a sua taxa de administração para compensar essa perda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Luigi.

Passo a palavra ao Sr. Antonio Maria Cortizo.

O SR. ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Muito obrigado, Senador.

Eu serei breve no encerramento. Direi apenas que há três pontos importantes que devem ser resumidos para a nossa Senadora Marta Suplicy, Relatora dessa matéria.

Primeiro: nós da UGT concordamos com a proposta feita pelo Governo via Caixa Econômica Federal, já que a instituição é do Governo, de que sejam distribuídos 50% do lucro líquido para as contas vinculadas lá. Com isso, não se está absolutamente onerando mais nada. Ao contrário. Está-se aumentando o fundo do trabalhador.

Segundo: que não seja mais de 30 anos o prazo para que o empregador possa recolher, depositar o Fundo de Garantia. Que o prazo seja de um ano apenas e, a partir daí, a dívida ativa. Isso também vai contribuir para que o fundo aumente.

Terceiro foco: que não seja utilizado o Fundo para outras finalidades a não ser aquelas previstas desde a sua constituição, Senadora: habitação, em primeiro lugar – esse é o individual do trabalhador –, infraestrutura e saneamento básico. Eu entendo que, embora seja coletivo, há essa necessidade, porque se trata da saúde do trabalhador. Onde não há saneamento também não pode haver saúde. Então, eu acho que é primordial o investimento lá.

Senadora, havendo apenas a participação do lucro líquido na conta do fundo, portanto não mexendo na TR, não mexendo nos juros – observe que isso é importante –, não se estará mexendo tampouco nas prestações dos mutuários. Ficará mantido o equilíbrio das prestações dos mutuários e também o equilíbrio do financiamento público para os investimentos em saneamento e em infraestrutura.

Era isso que eu queria dizer a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Cortizo.

Tenho certeza de que colhemos muitos subsídios para esse projeto. Concorda, Senadora Marta? Concorda, Senador Paim? Nós estamos sendo alimentados agora por muita coisa. Se não conseguirmos chegar ao ótimo, nós vamos chegar ao bom.

É preciso estancar, em primeiro lugar, essa sangria. Isso tem que parar. E o Fundo tem que ter normas, tem que ser normatizado. Não pode emprestar dinheiro para o BNDES, emprestar para empresa. Para mim, isso foi uma novidade. Eu não sei nem como fizeram isso. Também a fundo perdido? Vamos ver. Por que a fundo perdido? Uma coisa é emprestar a taxa zero, mas a fundo perdido? Ele vai embora? Morre? Não é justo! Esse dinheiro tem uma finalidade.

Repetindo as palavras da Senadora Marta Suplicy, vamos pedir para que, nas próximas audiências, já venham como os senhores hoje aqui nos apresentaram: com parte de soluções. Nós vamos ver o que é viável. Vamos ter de conversar também com o Governo, porque isso é bem complexo, mas acho que conseguimos chegar a um...

Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, só este dado aqui, que eu achei interessante.

Quando o Cortizo fala em R\$5 bilhões, foi somente em 2011. O Minha Casa Minha Vida já recebeu, ao fundo perdido, R\$24,7 bilhões. Alguma coisa está errada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Está errada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Todos nós defendemos o Minha Casa Minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Lógico.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agora, não ao fundo perdido do nosso FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Porque é fazer gentileza com o chapéu alheio, não é? Aí, fica complicado.

Também, Senador Paim, temos que ter uma acuidade muito grande, porque o trabalhador, quando ele começa a sua vida, pensa num pecúlio lá, na frente. Essa frustração... Aí, começam as regrinhas: “Olha, me demite, eu te devolvo daqui, porque eu preciso desse dinheiro”.

Mas acho que estamos começando a achar um caminho.

Vou colocar, antes, em votação as alterações no cronograma de audiências públicas propostas aqui, nas datas e nos horários das reuniões, e no plano de trabalho também, porque alteramos o número de reuniões desta Subcomissão.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estejam. (Pausa.)

Aprovado.

Na próxima reunião, agendada para o dia 17 de maio, quinta-feira, às 11 horas e 30 minutos, será entregue aos Srs. Senadores membros desta Subcomissão

e demais interessados o plano de trabalho aprovado nesta reunião.

Agradeço a presença dos Srs. Roberto Fujimoto, Luigi Nese e Antonio Maria Cortizo. Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. Boa tarde.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 6^a REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 4/2012-CAS, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos, do dia vinte e oito de junho de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cyro Miranda**, reúne-se a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a presença das Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5^a. Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** com a finalidade de tratar dos temas: “FI-FGTS e alternativas para aplicação dos recursos” e “critérios de saques das contas”, em atendimento ao III Plano de Trabalho, aprovado em dia 25 de abril de 2012”. Presentes os seguintes oradores, representantes das entidades com assento na composição do Conselho Curador do FGTS: **Quênia Cerqueira de França**, Secretário Executivo – Conselho Curador do FGTS; **Alexandre Cordeiro Macedo**, Secretário-Executivo – Ministério das Cidades, Conselheiro Suplente – Ministério das Cidades; **Esther Bemerguy de Albuquerque**; Conselheira Titular – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e **Antonio de Sousa Ramalho Júnior**, Conselheiro Suplente – Força Sindical. Fazem uso da palavra a Relatora da Subcomissão, Senadora Marta Suplicy, e o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu,

Dulcidia F. Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das Notas Taquigráficas.

Senador **Cyro Miranda**, Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CASFGTS – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6^a Reunião da Subcomissão Temporária de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propõo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destinasse à realização da audiência pública com a finalidade de tratar temas do Fundo de Investimento – Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, alternativas para aplicação de recursos e critérios de saques das contas, em atendimento ao terceiro plano de trabalho desta Subcomissão.

Convidado para compor a Mesa, o Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Conselheiro Suplente do Ministério; o Sr. Quênia Cerqueira França, Secretário Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e o Sr. Antonio de Souza Ramalho Júnior, Conselheiro Suplente da Força Sindical.

Concedo a palavra ao Sr. Quênia Cerqueira de França pelo tempo de dez minutos. Se necessário, prorrogaremos.

O SR. QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA – Bom dia a todos.

Saudo aqui o Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, a Senadora Marta Suplicy, os demais companheiros de Mesa e do Conselho Curador, o representante suplente do Ministério das Cidades, Secretário Executivo Alexandre Macedo, e o Conselheiro da Força Sindical Antonio Ramalho Júnior.

Vou apenas fazer breves considerações. O Ministério das Cidades e talvez o Ministério do Planejamento trarão mais informações acerca dos temas que debatemos hoje aqui.

Queria apenas ressaltar a importância do tema desta Comissão e mais uma vez parabenizar essa iniciativa. É importante reservar esse espaço para a discussão desse fundo tão importante, tão relevante para a sociedade. É um fundo com um patrimônio de R\$300 bilhões, e tem superado a cada ano os seus patamares históricos de investimentos, de aplicação

e de benefícios diretos aos trabalhadores. Nesse espaço, podemos fazer um debate mais profundo acerca de todos os projetos do fundo e acerca da sua missão institucional.

O Conselho Curador é o órgão máximo de deliberação do FGTS. É a instância máxima decisória. É um colegiado extremamente qualificado, responsável, curador. Realmente é mais do que um colegiado de aprovação de normas, um colegiado para definir critérios de aplicação. É um colegiado que tem uma responsabilidade muito grande, um zelo enorme com este patrimônio, com a correta aplicação de cada centavo dos trabalhadores.

Então, parabenizo a iniciativa de, nesse momento inicial dos trabalhos, convidar os conselheiros, convidar o Conselho Curador para vir aqui. Com isso, teremos a oportunidade de mostrar o nosso papel, a nossa responsabilidade com esse fundo.

Em relação aos temas, rapidamente, recebemos muitas propostas de possibilidade de saque, que é um dos temas hoje relacionados ao FGTS. O plano de trabalho aqui até reúne vários desses projetos de lei.

Então, uma consideração importante que nós temos que fazer é para que essas possibilidades de saques, essas propostas não maculem e

Em relação aos temas rapidamente nós recebemos muitas propostas de possibilidade de saque, que é um dos temas hoje relacionados ao FGTS. O plano de trabalho aqui até reúne vários desses projetos de lei. Então, uma consideração importante que nós temos que fazer é que essas possibilidades de saques, essas propostas não podem macular e não podem fugir do objetivo inicial do FGTS. O FGTS foi criado como uma proteção ao trabalhador, como uma substituição ao regime de estabilidade que vigorava, como uma proteção ao trabalhador pelo rompimento do seu vínculo empregatício, seja por demissão, seja por aposentadoria, e também como possibilidade de prover recursos à sociedade brasileira em áreas com muita demanda de investimentos. Então, é importante a gente sempre ter isso em mente em relação às possibilidades de saque, para que esses saques não prejudiquem a missão institucional e histórica do FGTS.

Em relação a isso, os números inclusive apontam hoje que o Fundo cumpre sua obrigação. A maior parte dos saques, que, no ano passado, atingiram R\$70 bilhões, é justamente para a sua missão institucional de proteção ao trabalhador no momento de uma demissão, de aposentadoria, no rompimento do contrato de trabalho. A segunda maior motivação de saque é para a casa própria, para que o trabalhador adquira a sua casa própria. Sabemos como é importante a aquisição na nossa sociedade de um bem, especialmente

a casa própria, que concede cidadania a todos que podem comprar.

O Fundo hoje já cumpre esse papel institucional ao disponibilizar para a sociedade brasileira expressivos valores relacionados a sua missão, a sua missão de proteger o trabalhador no rompimento do vínculo empregatício e em situações excepcionais, como o caso de doença, como caso de calamidade. O Fundo tem cumprido esse papel. Temos, então, que ser bem cuidadosos com as propostas que movem, que tragam possibilidades adicionais de saque, porque, além de talvez fugir do seu compromisso histórico, ainda prejudicam a constituição de um Fundo – as saídas de recursos de um fundo prejudicam os compromissos deste fundo, se não são relacionadas ao seu objetivo original. Essa é sempre uma preocupação que nós temos na análise de todas as propostas relacionadas ao saque.

Em relação ao FGTS, um breve comentário, esse fundo criado em 2007 ampliou, dentro da prerrogativa e também da missão histórica do FGTS de aplicar em habitação, saneamento e infraestrutura, as possibilidades de aplicação do FGTS em infraestrutura, trazendo novas áreas. Foi um marco legal a Lei nº 11.491. Ela trouxe possibilidades de aplicar em portos, em saneamento – já tinha essa possibilidade em saneamento, mas, agora, havia outros instrumentos, instrumentos mais de mercado, próprios do FI – em rodovias, enfim. Esse é um fundo muito importante.

E aqui eu já queria apenas esclarecer um fato mencionado, se não me engano, na última audiência. Alguns dos que estavam aqui levantaram dúvidas sobre aplicações e destinação de recursos do FGTS para empresas internacionais ou para o BNDES, afirmando que estariam sendo feitas sem, digamos, certo cuidado.

Quero enfatizar que o fundo foi criado com o amparo legal existente para todas as aplicações. As aplicações não são definidas diretamente pelo Conselho Curador do FGTS. Foi constituído um comitê de investimento que, após análise criteriosa no âmbito da Caixa, com base nas diretrizes emanadas do Conselho Curador e do Comitê de Investimento, aprova a adesão a determinados projetos, na medida em que estejam de acordo com a política do Fundo.

Então, só para trazer esse informe de que houve sim uma aquisição de debêntures do BNDES, mas foi no âmbito da política do Fundo, dentro da prerrogativa do Fundo, dentro da base legal do Fundo. Então, foi um recurso do FGTS para aquisição dessa debênture e de outros investimentos. É necessário esse esclarecimento para que nós não coloquemos em dúvida essa política tão importante do FI-FGTS, que tem comitê próprio, tem uma regulamentação própria e tem tam-

bém compromisso sociais importantes nessas áreas que são bastante graves em infraestrutura.

De certa forma, em linhas gerais, a respeito desses temas, vou deixar que os outros painelistas apresentem com mais profundidade.

Quero também dizer sobre o que talvez seja uma preocupação constante em todas as Mesas, sobre o que é um benefício maior para os trabalhadores e sobre o que é até objeto do projeto de lei da Srª Senadora Marta Suplicy, que é tentar possibilitar o aumento da remuneração dos trabalhadores.

O Conselho Curador tem perseguido beneficiar o trabalhador quotista. O Fundo tem a sua missão, que é proteger esse trabalhador e prover, e esta é sua missão social, recursos para toda a sociedade, mas tem se empenhado em várias iniciativas que privilegiam o trabalhador que tenha conta vinculada. O próprio FGTS vem nessa direção ao permitir... A gestão do FI-FGTS vai perseguir investimentos que tenham uma rentabilidade maior do que o da conta vinculada. O Conselho Curador até estabelece como meta que o FI persiga uma rentabilidade média de TR+6 no objetivo também de que esses trabalhadores um dia pudessem participar deste Fundo e pudessem, assim, auferir melhores rendimentos. Isso está na lei. Foi no amparo da Lei, mas aguarda um regulamentação da CVM.

Essas e outras iniciativas o Conselho Curador tem feito para privilegiar o quotista, sempre ciente de que este equilíbrio deve ser mantido: a proteção ao trabalhador não pode também desvirtuar a função social do FGTS.

O SR PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Quênio Cerqueira de França.

Antes de tecer um comentário, gostaria de convidar a Srª. Esther Bemerguy, Conselheira Titular do Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão. Muito obrigado pela sua presença também, Srª Esther.

Por sugestão da nossa Relatora, Senadora Marta Suplicy, quero fazer uma proposta aos convidados. Já estamos na quarta oitiva com palestrantes e debates e entendemos não tudo, mas o suficiente do Fundo de Garantia para que façamos uma inversão: os senhores tiram as nossas dúvidas e nos dão sugestões.

Então, vou passar a palavra a cada um dos senhores, na sequência. Peço que sejam extremamente breves para que possamos, nas perguntas, ter o tempo suficiente para nos entendermos, se assim for concordado.

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Srs. Convidados, exatamente como o Cyro Mirando colocou, como Relator, nós finalmente conseguimos entender na medida do que dá para entender, mas ficaram dúvidas pontuais. Então, eu gostaria de poder ouvir dos

senhores e, como as dúvidas são três páginas, vocês vão ter um tempo grande para responder. Então, peço para enxugar, como o Senador sugeriu, para depois a gente poder falar mais, porque ainda não sabemos bem como caminhar.

O SR PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito!

Então, para sua apresentação sucinta, eu passo a palavra ao Sr. Antonio de Sousa Ramalho Júnior, Conselheiro Suplente da Força Sindical.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO JÚNIOR – Bom dia a todos! Bom dia, Senadora Marta Suplicy! Bom dia, Senador Cyro Miranda, Sr. Quênio Cerqueira, nosso Secretário Executivo, Esther, Alexandre e todos aqui presentes.

Como trabalhadores, entendemos e vemos a Subcomissão do FGTS como uma atitude muito importante desta Casa, porque, como os trabalhadores são o maior patrimônio que este Fundo pode ter para a sociedade brasileira, nós temos um interesse muito grande na questão da nossa rentabilidade dos quotistas, na questão da estabilidade dos empregos, até para que nós, trabalhadores, não tenhamos que nos dispor de auxílio de seguro desemprego, na questão de nós, quotistas, como profissionais formais, podemos disponibilizar as nossas carteiras em uma oportunidade maior de rendimento através de Fundos de Investimento, como recentemente foi feito com a Vale, com a Petrobras.

É uma luta constante, Srs. Senadores, para nós, representantes do Conselho Curador, como bancada dos trabalhadores, de ver protegida, para qualquer projeto ou qualquer resolução, a questão da formalidade dos recursos.

Aproveitando a oportunidade, Srs. Senadores, quero dizer que aprovamos, em 15 de maio, na reunião do Conselho Curador, uma resolução muito importante, que é a Resolução nº 688, que, em suas diretrizes, tem a principal ferramenta para proteção da formalidade dos trabalhadores na construção em pequenas obras. Com esta Resolução, nós acreditamos que, em todo o Brasil, passarão para a formalidade mais de um milhão de trabalhadores, mas quero aproveitar esse espaço aqui e dizer que é uma pena que ainda, acredito, por algum motivo burocrático do Ministério do Trabalho e Emprego, esta resolução tão importante para os trabalhadores não tenha sido publicada no seu *Diário Oficial*. Já se passaram quase 40 dias. Com isso, só quem ganha são as pessoas que agem na ilegalidade, na informalidade. Ainda tenho fé que, se, por falta de caneta, o Sr. Ministro ainda não teve tempo de assinar ou ainda, por algum motivo burocrático, ele não conseguiu entender a importância desta resolução,

chegue através desta própria Casa o pedido para que ele publique com mais urgência possível.

Quero aproveitar também esse espaço, Srs. Senadores, para colocar uma sugestão, na nossa visão de trabalhadores sobre o FGTS, sobre o Fundo do Conselho Curador, e pedir um apelo, tanto ao Ministério das Cidades quanto ao agente operador Caixa Econômica Federal, para que, após a aprovação dessa resolução que é tão importante para nós, trabalhadores, labutem o mais depressa possível para que a formalidade chegue à ponta.

Não tenho mais o que desejar. Tenho palavras simples. Não sou técnico. Sou um dirigente sindical, jovem dirigente sindical, ainda aprendendo bastante. Me coloco à disposição de todas as senhoras e todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Antonio de Sousa Ramalho Júnior. Obrigado pela sua brevidade.

Eu passo a palavra em seguida ao Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, Secretário Executivo do Ministério das Cidades e Conselheiro Suplentes dos Ministérios.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Bom dia a todos, Presidente da Comissão, Senador Cyro Miranda, Senadora Marta Suplicy, meus companheiros de Conselho, Antonio. Gostaria de cumprimentar todo mundo, os convidados que estão presentes aqui.

Dante da necessidade da brevidade que se tem em relação à matéria, eu acho que vou até dispensar a apresentação, porque ia, na verdade, apresentar como funciona, em geral, o FGTS e o Fundo de Investimentos do FGTS, colocar algumas diferenças que eu julgo importante mostrar – são instituições distintas, com patrimônios distintos. Acho que posso deixar isso para as perguntas ou apresentar depois, se for o caso, como vocês preferirem. Como já é a quinta reunião, vocês já devem ter visto isso algumas vezes. Então, eu posso dispensar.

Quero agradecer a oportunidade. Endosso as palavras do Quênia, que realmente fez um breve panorama do FGTS, da importância social que tem esse fundo, da importância inclusive para aplicação dos recursos na infraestrutura do País, na moradia, no saneamento, um viés social que é de extrema importância para o Brasil e para a economia do Brasil.

Então, vou dispensar a apresentação e estou aberto às perguntas para tentar esclarecer as dúvidas que, porventura, existirem ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, pela sua colaboração. Tenho certeza de que,

durante as perguntas, se se fizer necessário o senhor passar a sua apresentação, mesmo nas perguntas, o senhor poderá fazê-lo.

Com muito prazer, concedo a palavra à Srª Esther Bemerguy de Albuquerque, Conselheira Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para se apresentar.

A SRª ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy, nossa Relatora e todos os meus colegas do Conselho Curador do FGTS.

Na realidade, eu tinha, também, uma apresentação aqui para fazer, mas, – você pode passar só um primeiro *slide* – o Senador apresentou urgência de encerrar a Mesa para começar o debate.

Como Secretária do Ministério do Planejamento, o meu papel no Conselho Curador e aqui também é um pouco ampliar o escopo sobre o qual essas decisões serão tomadas. Então, eu quero dizer da relevância que tem hoje para o PPA 2012/2015, na programação dos próximos quatro anos, o setor de infraestrutura. São mais de R\$4,541 trilhões estimados para os próximos quatro anos. Nossa programação é essa, nosso planejamento plurianual é esse, sendo que, é claro, a maior parte desse planejamento diz respeito às políticas sociais, que representam a parte mais significativa – R\$2,580 trilhões; 56% dessa programação é dedicada às políticas sociais. Nós sabemos o quanto essas políticas tem sido responsáveis pela redução das desigualdades sociais, não só as desigualdades sociais como também a redução das desigualdades regionais. Ou seja, é um amplo processo; essas políticas conformam um sistema de proteção social também importantíssimo e fundamental para o trabalhador. Só para vocês terem uma idéia, em termos de transferência de recursos às famílias, nós saímos de 6,8% do PIB, em 2002, para 8,6%, em 2011. Então é um significativo sistema de proteção social, que foi fortalecido ao longo dos últimos dez anos e que representa quase 57% dos recursos estimados para o PPA nos próximos quatro anos. Em infraestrutura, são 26,3% dessa programação. Mais de R\$1 trilhão estão estimados para infraestrutura nos próximos quatro anos.

Pode passar, por favor.

Aqui, mostrando como esses recursos são financiados, quais são as fontes de financiamento desses recursos do PPA: 68,2% vem do orçamento fiscal e da segurança, diretamente; 25% são fontes extraorçamentárias, incluindo também o FGTS; 6,8%, dos investimentos das estatais.

Quero mostrar mais um gráfico, por favor, que é muito importante porque esse gráfico mostra a prio-

ridade dentro do setor de infraestrutura, a prioridade que o Governo dá para a moradia. Moradia digna leva 32% dos recursos de infraestrutura no cômputo geral de todas as infraestruturas estimadas para o PPA 2012/2015.

Adiante, por favor.

Qual é o objetivo principal dessa infraestrutura? A infraestrutura não é um conjunto de obras apenas para o Governo Federal. Não! Ela é a universalização do acesso dos serviços básicos. O FGTS está, como uma das fontes de recursos, ajudando a construir desenvolvimento urbano; gerando impactos positivos no meio ambiente, porque há um conjunto de obras, especialmente aquelas de saneamento, que impacta diretamente o meio ambiente; promovendo a descentralização territorial da infraestrutura – isso, é claro, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento –, a redução das desigualdades sociais, o uso sustentável dos recursos, o crescimento e a geração de emprego e renda; tornando as cidades melhores; e possibilitando maior competitividade. Esses são os grandes objetivos da infraestrutura.

Pode passar, por favor.

O FGTS como conhecemos tradicionalmente contribui com moradia, saneamento, mobilidade urbana; o FI-FGTS, com energia, rodovias, ferrovias, portos e hidrovias. O planejamento de médio e longo prazo aponta não só para um compromisso com a sustentabilidade, principalmente da matriz energética e da matriz de transporte, mas também para requisitos de segurança que as nossas cidades precisam para enfrentar desastres naturais. Esse conjunto de infraestruturas que estão programadas e que o FGTS também ajuda a construir tem um forte papel indutor do desenvolvimento nacional. Acho que isso não pode ser esquecido dentro desse debate também.

Pode passar, por favor.

Eu queria que você fosse lá para os últimos *slides*.

Trouxe aqui como essa infraestrutura está distribuída no território nacional, quais são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE – Tenho desde a habitação, se vocês quiserem olhar.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Voltando um pouquinho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE – Então, a habitação. (*Pausa.*)

O PAC, e todo mundo já sabe, teve R\$95 bilhões estimados na programação.

Então, vamos para a moradia e urbanização. Não vou me deter nos objetivos, mas, nos investimentos.

São R\$228 bilhões, entre 2007 e 2014, sendo que, se incluirmos o sistema brasileiro de poupança e empréstimo, chegamos a R\$594 bilhões investidos em moradia e urbanização.

À frente, por favor, para olharmos os mapas.

Os Municípios onde temos o foco da urbanização concentram 94% dos domicílios em assentamentos precários – a carteira é R\$21 bilhões. Então, está espalhado em todo o território nacional. É claro que o volume de recursos, nos grandes centros, é alto porque esses grandes centros concentram os domicílios em assentamentos precários, que é o foco do nosso projeto de urbanização.

À frente, por favor.

A moradia para baixa renda também é um investimento em escala nacional. Abrange 80% dos mais de 5 mil Municípios brasileiros, que abrigam 93% da nossa população. A carteira é R\$39 bilhões.

À frente, por favor.

Saneamento, também, com investimento de R\$71,8 bilhões. Essa é a nossa carteira 2007/2014.

À frente.

Mostra aqui que abrange todo o território nacional. Oitenta e um por cento dos nossos Municípios, 91,5% da população, estão em uma carteira de R\$58,7 bilhões.

Achei importante mostrar para vocês a dimensão dos recursos do FGTS que estão sendo investidos nessa programação tão importante para o País.

Mais à frente, por favor.

Mobilidade urbana, R\$48 bilhões.

À frente, por favor.

O transporte é uma matriz fundamental para o País. Estamos buscando com os novos investimentos em transportes dar sustentabilidade ambiental para essa matriz mudando a prioridade da matriz do eixo rodoviário para o eixo ferroviário. É isso que o nosso planejamento pretende atingir até 2014, numa expansão de R\$113 bilhões e com recursos para manutenção de R\$37 bilhões.

O rodoviário, praticamente, hoje, recebe recursos para a manutenção, para a duplicação de vias, não para a expansão. A expansão está muito concentrada no ferroviário e no hidroviário, para justamente mudar as características dessa matriz.

À frente, por favor.

Energia elétrica. São R\$216 bilhões programados entre 2007 e 2014.

À frente.

Também uma intenção de continuar com uma matriz ainda mais limpa e sustentável. O FGTS está ajudando na construção disso. Você está vendo que, nos outros recursos, houve uma expansão de 8% para 16%, e aí são fontes eólicas, fontes de biomassa. En-

tão, o investimento todo é direcionado para dar ainda maior sustentabilidade a nossa matriz, que é a mais sustentável no mundo inteiro.

Pode passar, por favor.

A crise européia continua. Ontem, nós tivemos um importante lançamento do PAC Equipamentos justamente para fazer frente a essa crise. Ela não é uma crise que será fácil de vencer. Nós estamos com uma crise internacional desde 2008. Em alguns momentos, com maior gravidade; em outros momentos, com menor gravidade, mas a crise européia, hoje, está, efetivamente, muito forte, e nós temos que continuar com as nossas políticas anticíclicas, e as políticas de infraestrutura são fundamentais nesse processo.

Pode passar, rapidamente, por favor.

Esse foi o PAC Equipamentos, lançado ontem, de R\$8,4 bilhões, que vem se somar à LOA de 2012, que é de R\$42 bilhões. Então, são R\$51 bilhões de investimentos que tem o objetivo de construir essa política anticíclica no País nesse momento.

À frente, por favor.

Só para mostrar que, na realidade, a tendência hoje é da TJLP ser reduzida. Ontem, ela foi reduzida para 5,5% ao ano, porque, se não fosse essa redução da TJLP, tendo em vista a redução que já estamos fazendo da Selic, os Fundos de Financiamento do BNDES não seriam mais nem competitivos. Então, na medida em que os juros caem, há um conjunto de outras possibilidades de financiamento da infraestrutura e, inclusive, uma competição entre os diferentes fundos.

Pode passar, por favor.

Aqui é só para mostrar o quanto os juros já caíram – 39% para pessoa física, 25% para pessoa jurídica.

Passe à frente, por favor.

Temos mantido o nosso objetivo principal de reduzir a taxa de desemprego. Então, apesar da crise, apesar dos problemas que estão sendo enfrentados no mundo inteiro, nós estamos reduzindo a taxa de desemprego.

À frente, por favor.

Aumentando a massa salarial e o índice de preços caindo, a tendência é, num momento de crise, de retração, que o índice de inflação caia.

À frente, por favor.

O aumento do crédito, das fontes de financiamento, da infraestrutura e do investimento público constrói um círculo virtuoso do investimento fundamental para que o País se mantenha no ritmo adequado de crescimento, gerando um mercado interno forte, redistribuição de renda e, fundamentalmente, emprego.

Então, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Esther, pela sua apresen-

tação. Tenho certeza de que muito contribuiu naquela parte de dados de Municípios, moradia, saneamento para que a gente faça as perguntas.

Passo a palavra para a nossa competente Senadora e Relatora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Primeiro quero agradecer a presença do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, Secretário Executivo do Ministério das Cidades. Eu até brinquei com ele. Ele é bem executivo, porque, se fosse político, ficaria repetindo as mesmas coisas, porque político tem que marcar o território... (Risos)

Mas agradeço a cooperação.

Quero agradecer também a presença do Sr. Quênia Cerqueira de França, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS, da Srª Esther Bemerguy de Albuquerque, Conselheira titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Sr. Antonio de Sousa Ramalho Júnior, Conselheiro Suplente da Força Sindical.

Eu teria, primeiro, um comentário sobre a exposição da Srª Esther.

Eu não tenho dimensão de quanto o Planejamento coloca para habitação. Eu gostaria que a senhora fizesse um comentário depois, porque me pareceu bastante forte o recurso para a habitação em relação ao recurso de infraestrutura para um País que está sem portos à altura, sem aeroportos à altura, sem estradas à altura, sem comunicação norte-sul à altura. Eu gostaria que a senhora fizesse... Não tem tanto a ver com o estamos fazendo, mas tem. Eu digo isso também como Senadora, que tem que pensar o País. Impactou-me isso. A mobilidade brasileira é muito aquém e atrapalha muito a nossa economia. Nós estamos pondo a maior parte do recurso do Planejamento em habitação, o que é muito bom. Eu, como petista, então, acho maravilhoso. Mas é uma pergunta que me ficou. Por isso, fiquei tão interessada em entender melhor os seus dados.

Eu vou fazer as perguntas. Vou ler para ir mais rápido, porque sintetiza mais. Essas perguntas são para todos. Respondem as que acharem mais pertinentes. São as seguintes:

– Qual o risco que as aplicações em quotas do FI-FGTS podem ter para o trabalhador, em especial quando comparadas com outras experiências do passado, como os FPMs da Vale e da Petrobras?

– Há garantia de rentabilidade mínima para o trabalhador?

– Ele poderia sacar essas aplicações na hora que ele quisesse?

– Por que a possibilidade de os trabalhadores aplicarem até 30% dos seus saldos no FI-FGTS ainda não está funcionando?

– Não seria uma boa ideia permitir que os trabalhadores aplicassem parte de seus recursos diretamente em títulos públicos federais, por meio do Tesouro Direto, que é um investimento seguro e também serve para financiar o investimento público?

– Não deveríamos também permitir que os trabalhadores pudessem aplicar diretamente parte de seus saldos em títulos imobiliários, como as letras hipotecárias e letras imobiliárias, que têm um rendimento maior e servem para financiar os empréstimos da casa própria?

Agora, outro leque de perguntas que vão ser sobre a ampliação dos critérios de saque das contas. Isso foi mencionado já por alguns dos expositores.

Nós temos visto, através dos depoimentos, que a baixa rentabilidade das quotas vinculadas faz com que o trabalhador busque de todo jeito sacar o saldo do FGTS. Também há a prática da falsa demissão sem causa para permitir esse saque. Essa, hoje, é uma realidade que a gente observa e que é uma coisa ruim. Por isso, também, dentre os diversos assuntos do FGTS, esse é, de longe, o que mais fundamenta proposições no Congresso.

Nós temos hoje 12 projetos tramitando no Senado e, pasmem, 126 na Câmara, dos assuntos mais diversos: despesa com educação; tratamento de saúde, vários tipos de doença; compra e reforma de imóvel; contribuição à previdência privada; pagamentos de tributos, IPTU, taxas municipais; amortização de dívidas, em caso de desastre natural; casamento; nascimento de filho. É uma lista interminável.

Eu vou ter que tratar disso no meu relatório, porque nós temos que dar uma resposta a essas questões. Cento e vinte e seis emendas propostas são muita coisa. É algo que está no núcleo do trabalho que nós vamos ter que propor.

A pergunta que eu quero fazer é a seguinte: quais as razões aceitáveis, que poderíamos aceitar, sem comprometer o fluxo financeiro do FGTS?

Outras questões:

– Não deveríamos reduzir o prazo, hoje, de três anos para que o trabalhador sem vínculo empregatício possa sacar o seu saldo do FGTS?

– O prazo de um ano, como propõe alguns projetos, seria adequado, em vez de três como é hoje?

– Nesse contexto, não seria mais adequado reservar uma parcela do rendimento do fundo ou, quando for implementado, do lucro distribuído e permitir que o trabalhador pudesse sacá-lo livremente, em vez de a gente ficar listando critérios para que ele possa sacar? Pode nessa situação e não pode naquela. Vamos dar o recurso e ele usa onde ele quer. Talvez essa fosse uma solução melhor.

Nós ouvimos em audiências públicas passadas que trataram de alternativas para aumentar a remuneração das contas dos trabalhadores no FGTS, que cerca de R\$5,6 bilhões de recursos do fundo são utilizados a fundo perdido, como despesa do fundo, para conceder subsídio aos mutuários do *Minha Casa Minha Vida*. Entendo que a concessão desses subsídios é que tem permitido às pessoas de renda mais baixa poder adquirir uma casa melhor, de maior valor, no âmbito do programa. Isso nós achamos muito bom para a população. Mas vocês não acham que esse subsídio deveria ser assumido pelo Governo Federal por meio de seu Orçamento e não pelo FGTS e, por conseguinte, pelos trabalhadores quotistas? Porque, na verdade, nós estamos tirando dinheiro do trabalhador, que é um dinheiro que está sendo... Não posso dizer desviado, mas é o dinheiro dele e ele não está podendo palpitar sobre isso. Se conseguíssemos reduzir ou até zerar essa despesa do FGTS com os subsídios, nós poderíamos repassar esses recursos para as contas vinculadas dos trabalhadores, aumentando, com isso, em até 1,5%, elevando de TR + 3% para TR + 4,5%. Seria muito mais dinheiro na mão do trabalhador.

Cyro, acho que o Governo não vai gostar muito, mas a gente pode fazer o relatório que a gente achar que for o melhor para o trabalhador. Nós temos que defender o trabalhador.

Outras questões:

– Com a recente mudança da regra de cálculo da poupança, que, para níveis da taxa Selic inferiores a 8,5%, passará a remunerar com a TR + 70% dessa taxa Selic, deveríamos começar a pensar, também, em alguma alteração da taxa de remuneração das contas vinculadas do FGTS. Hoje é TR + 3%. Quero saber se os senhores concordam com isso.

– De que forma a continuidade do processo de redução da Selic – o que, aliás, é ótimo para o País –, eventualmente, alcançado níveis de 6%, 4%, pode afetar financeiramente o FGTS? Quer dizer, é possível fazer isso sem afetar?

Última pergunta: Foi-nos dito que a cobrança das contribuições atrasadas do FGTS, mesmo a execução de empresas inadimplentes, é um grande problema para o fundo. Isso realmente é uma realidade que atrapalha, é um peso muito grande? Se for, que mecanismos podemos introduzir na lei para resolver esse problema? Se, realmente, a inadimplência é um problema que nos pareceu – podemos estar enganados – tão grande, deveríamos, neste projeto, dar uma resposta para confrontar esse problema que é uma realidade e para o qual hoje estamos sem instrumentos.

Eram essas minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Vou pedir permissão para me associar a duas das suas perguntas, porque, assim, nós ficamos com as perguntas feitas.

V. Ex^a falou em reduzir para um ano a retirada do fundo de garantia para aquele trabalhador que pede a demissão. Hoje são três anos, mas ele só pode retirar na data do aniversário dele. Se ele faz três anos em março e aniversário em dezembro, só pode retirar em dezembro. Eu tenho um caso concreto no meu gabinete. Ela, em março, adquiriu o direito de retirar, mas faz aniversário só em dezembro. Nesse meio tempo, se adquirir um novo emprego, perde a chance de ter retirado. Temos recebido do trabalhador muitas solicitações sobre isso.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, que horror!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ainda tem mais essa.

Então, eu queria colocar isso para que a gente pudesse debater.

Acho que outra questão a Sr^a Esther e o Sr. Alexandre podem me responder. Quanto foi liberado e pago para *Minha Casa Minha Vida* neste ano? Ainda não sei.

As outras perguntas minhas todas se encaixam com as da Senadora Marta Suplicy. Então, não vou ficar aqui repetindo nem querendo fazer algum remendo aqui ou ali. São essas duas que eu complementaria.

Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Podemos começar. Vamos fazer o seguinte. Vamos inverter. Vamos de lá para cá. Agora, vocês é que vão ter que entrar em sintonia para que a gente não... a não ser que complemente a resposta de um e de outro.

Sr^a Esther, quer começar, então, alguma delas?

A SR^a ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE – Eu vou começar sobre a questão que a Senadora Marta nos colocou e pediria que o Alexandre, que é do Ministério das Cidades, também complementasse, porque, além de ele ter dados mais atualizados, pode dar uma dimensão dos outros investimentos.

No *Minha Casa Minha Vida*, entre 2011 e 2014, só para a gente ter uma ideia, o atendimento é de R\$2,6 milhões. Então, o número de beneficiários, o número de pessoas que demandam hoje moradia é ainda muito elevado. Temos que fazer um esforço extraordinário, realmente, para atender essa população. O programa *Minha Casa Minha Vida* vem resolver um déficit histórico, um passivo muito grande, e é uma prioridade de Governo, como eu mostrei para vocês, inclusive no PPA 2012/2015.

Outro ponto é que o Brasil também está investindo muito em transporte. As dimensões são distintas. Acho que é um pouco difícil comparar, mas vou dar uma ideia para vocês: entre os 16 maiores projetos de investimento em transporte no mundo está a Ferrovia Norte-sul – são US\$6,7 bilhões. Entre os maiores investimentos do mundo estão dois investimentos portuários brasileiros: o Porto de Santos, de US\$ 2,9 bilhões; e o Superporto de Açu, no Rio de Janeiro. Então, há um esforço muito grande do Brasil também na área de transportes, seja na construção de uma matriz que seja rodoviária, ferroviária, com transporte também em hidrovias, um esforço extraordinário. Como mostrei para vocês, não só a maioria dos nossos investimentos está entre os maiores esforços no mundo nessa área, como também se destina, no seu planejamento, a mudar o perfil da matriz de transporte, transformando essa matriz que está excessivamente focada em rodoviário numa matriz ferroviária e numa matriz hidroviária, o que exige também um esforço muito grande, porque são dois modais em que não houve, ao longo dos últimos anos, um investimento forte. E nós temos também um passivo muito grande com relação ao modal ferroviário e hidroviário. Então, está sendo feito, sim, também um enorme esforço nessas áreas.

Agora, gostaria de pedir ao Secretário Alexandre que complementasse com relação ao *Minha Casa Minha Vida*, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Secretário Alexandre, por gentileza.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Um dos dados interessantes do *Minha Casa Minha Vida*, até para não perder a minha característica de ser bem objetivo em algumas coisas, acho que o que se está discutindo aqui é a natureza social do Fundo de Garantia. Quando a gente resolve deixar de aplicar o recurso em determinado local, a gente vai poder utilizar esse recurso para aplicar em outro. E o que a gente precisa saber é o que é melhor para o País. Qual é a forma de se defender mais o trabalhador e o povo brasileiro? De modo geral, é fazer a distribuição de renda, de riquezas do nosso País como tem que ser feita.

Em primeiro lugar, com relação ao *Minha Casa Minha Vida*, tem alguns dados interessantes. Nós temos estudos que são feitos com relação ao déficit habitacional, que é de aproximadamente seis milhões de unidades no Brasil inteiro. E nós temos como meta do *Minha Casa Minha Vida* 2,4 milhões até finalizar o programa, no caso o *Minha Casa Minha Vida* 2. No *Minha Casa Minha Vida* 1, de 2009 a 2010, nós tivemos aproximadamente um milhão e cinco mil unidades contratadas. E 48% dessas unidades, ou seja, 482 mil unidades, estão distribuídas para aquelas pessoas

que possuem renda de zero a três salários mínimos. E esses recursos todos foram do OGU, foram recursos do Orçamento Geral da União. E, em 9%, ou seja, 88 mil casas, utilizaram-se recursos do FGTS. Isso para a população de zero a três salários mínimos.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Espera. Eu quero ver se entendi, porque esses dados são muito fortes e vão na direção contrária do que a gente estava pensando. São muito importantes esses dados. Quarenta e oito por cento do que foi utilizado em habitação vieram do Governo, do Orçamento Geral.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Exatamente.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E para a renda de zero a três. E 88 mil...

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – São 48%, que representam 482 mil unidades...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tá. 482 mil unidades.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – ...e que vieram do Orçamento Geral da União.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tá.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – E 88 mil unidades, que representam 9%, do FGTS.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito pouco. Então, acho que 9%, se for retirado desse montante, não vai ser um impacto tão grande. Quer dizer, poderia ir para a mão do trabalhador, sim, em vez de... Nove por cento – está entendendo o que estou falando?

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Estou entendendo, mas esses 9% a gente entende como...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quantito é em dinheiro?

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Em recurso aqui, não tenho esse dado, mas posso buscar.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas vamos lá: 9%.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Vamos seguir para entender. Olha só: nós temos, então, no *Minha Casa Minha Vida 2*, uma meta de total de investimentos de R\$125 bilhões, sendo subsídio – R\$72 bilhões – e financiamento – R\$53 bilhões –, sendo que, no subsídio, divide-se em subsídio do OGU, R\$62 bilhões do Orçamento Geral da União, e R\$10 bilhões dos recursos do FGTS, de subsídio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sr. Alexandre, com licença. Eu tenho um dado aqui de que, em 2011, os descontos do Fundo foram a fundo perdido; totalizaram cerca de R\$5,6 bilhões ao programa *Minha Casa Minha Vida*. Confere?

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Do FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Do FGTS.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Confere.

Isso aqui que estou dizendo são as metas do *Minha Casa Minha Vida 2* até 2014. Então, hoje já foi concedido de benefício cinco. Isso de subsídio do FGTS. Ou seja, alcançamos metade da meta que é destinada para o programa *Minha Casa Minha Vida*. E o que a gente pode trazer de importante nesses dados? Desses R\$5,4 bilhões, um percentual de 70% foi destinado para os cotistas do Fundo de Garantia. Setenta por cento das pessoas que foram beneficiadas...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esse dado é fundamental.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – ...com os descontos e com os subsídios são já cotistas do Fundo de Garantia. Esses cotistas, temos uma média de R\$8 mil dados para cada um dos beneficiários, chegando ao máximo de R\$23 mil de subsídio.

E temos um dado mais importante ainda, que é interessantíssimo dizer – até a Caixa Econômica apresentou aqui: nós temos aí uma disparidade muito grande com relação a quem detém a maior quantidade de recursos das cotas do Fundo. Sessenta e seis por cento das contas têm saldo de até um salário mínimo, detendo 4,5% do total. E nós temos aí 0,4% das contas que são acima de 100 salários mínimos, detendo 19,1% do saldo. Isso mostra que 70% dos subsídios foram concedidos para as pessoas que são cotistas do Fundo; foram, evidentemente, aplicados justamente para cumprir o papel social a que está destinado, atendendo a população de mais baixa renda, justamente para poder acabar com o déficit habitacional, que é de seis milhões de unidades no Brasil.

Então, entendo que essa análise é importante ser feita para que a gente tenha a real dimensão do que o Fundo de Garantia pode representar na sociedade brasileira. Então, o Fundo de Garantia hoje estaria concedendo, para a meta até 2014, dez bilhões de subsídios, e a União, com o Orçamento Geral da União, estaria contribuindo com R\$62 bilhões. E isso vem a complementar justamente o programa para que a gente consiga tentar minimizar o nosso déficit habitacional.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, só vinte e pouco por cento do usuário. Se foram sessenta ponto do Governo, essas porcentagens... Quer dizer, o usuário da casa, o comprador da casa está contribuindo, nessa porcentagem, com uma parcela infinitamente menor.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – É. Na verdade, é o seguinte: para quem está comprando a casa, quando vai financiar, nós temos diversos pro-

gramas, diversas modalidades: uma, financia a casa toda; outra, financia parte; outra, concede o benefício total da casa. No caso do FGTS, parece-me que o percentual de financiamento – não tenho certeza desse dado – é muito superior ao percentual do benefício. O benefício médio hoje que é concedido é de R\$8 mil por beneficiário, podendo chegar a R\$23 mil. E aí temos valores das casas que se encaixam em cada um dos programas, podendo chegar até a R\$85 mil. Se não me engano, esse é o dado hoje que a gente tem da nossa casa mais cara. Então, se você receber, por exemplo, um benefício de R\$8 mil, numa casa que vale 8 mil, você recebe de benefício aproximadamente 9%, e o restante é financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Alexandre.

Passo, então, a palavra ao Sr. Antonio de Souza Ramalho Júnior, para ver quais as questões que gostaria de responder.

O SR. ANTÔNIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Obrigado Senador, Senadora, pela oportunidade.

Antes de começar a responder as perguntas, eu gostaria de deixar ressalvada aqui a questão do FGTS como um todo.

O Fundo de Garantia, hoje, precisaria passar por um processo de democratização, que não há, incluindo a questão da paridade até nas representações, pois fica com uma grande desigualdade, porque, afinal de contas, o Governo tem o voto da maioria, o voto de minerva.

A outra coisa que eu gostaria de expor aqui para os Srs. Senadores é que existe, até dentro do próprio Conselho Curador, por alguns representantes do Governo, e não vou dizer apropriação, uma maior força para que o dinheiro dos trabalhadores tenha prioridade muito maior, ou seja, o trabalhador está em segundo plano e os projetos sociais que o Governo vem desempenhando são a prioridade. Como trabalhadores, acreditamos que todos os projetos que foram colocados, como o *Minha Casa Minha Vida 1*, *Minha Casa Minha Vida 2*, e outros projetos sociais habitacionais são de grande interesse, sim, como um todo, da própria sociedade e do próprio trabalhador, mas o grande problema, Srs. Senadores, é que o nosso trabalhador mesmo, o cotista, não consegue ter prioridade nessas ações governamentais. Em se tratando de financiamento imobiliário, hoje, não pelo agente operador Caixa, mas pelo agente financeiro Caixa, se colocam outras questões para que o trabalhador consiga seu financiamento imobiliário: vinculação com créditos, com empréstimos pessoais, com cartão de crédito. Criam, de certa maneira, uma série de dificuldades e, se o trabalhador que for utilizar seu dinheiro do fundo

de garantia não aderir a toda essa linha de créditos bancários, acaba a sua avaliação de financiamento ficando em segundo plano.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Deixe-me ver se entendi: uma demanda seria desburocratizar tudo isso.

O SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Exatamente.

Senadora, quando falamos da questão da inadimplência grande que há no FGTS, eu não acredito.

A própria Caixa Econômica Federal já dispõe de um recurso que se chama CRF, Certificado de Regularidade do FGTS, que é um certificado emitido quando o empregador possui pelo menos um trabalhador registrado e está com o depósito de seus trabalhadores em dia. O que precisamos fazer para tentar diminuir essa questão da inadimplência? A Resolução nº 688, que citei, inclui o CRF para liberação dos créditos imobiliários, o que é muito importante. Temos absoluta certeza de que isso não vai minimizar totalmente a questão da informalidade, porque, infelizmente, vivemos num País em que algumas pessoas manipulam, ou seja, podem registrar cinco trabalhadores numa obra e os outros cinco ficarem sem o registro, mas acreditamos que foi um avanço ter o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia como exigência. Após amplo debate dentro do próprio Conselho Curador e do GAP, conseguimos avançar nessa Resolução, até entendemos que, após a publicação desta, podemos trabalhar uma instrução normativa, através das pastas competentes, para que seja calculada uma quantidade mínima de trabalhadores que possam ser registrados para construir uma obra, por exemplo. Vamos supor, uma obra de 150m², tem que ter, no mínimo, sete trabalhadores com vínculo direto. Isso possibilita maior controle e formalização. Essa seria uma das maneiras de combate à inadimplência.

Com relação ao rendimento para os cotistas, Senadora, eu, como trabalhador, acho que o melhor seria se fosse o INPC de um período de maio a 31 de abril mais 3% ou mais TR. Essa seria a melhor visão para os trabalhadores em questão de rendimento. Acreditamos que, se as nossas contas tiverem um melhor rendimento, a probabilidade de saque, Srs. Senadores, diminui, porque vai compensar deixar seu dinheiro do FGTS aplicado, guardadinho, como uma poupança, como uma garantia, porque vai ter uma rentabilidade até maior do que a poupança. Então, isso, para nós, trabalhadores, seria melhor. Pelo próprio funcionamento do FGTS, as ações do FGTS teriam mais força e mais poder até mesmo de próprios recursos. Essa é uma das nossas sugestões.

Sabemos que estão tramitando nas Casas 126 projetos que pedem a liberação do saque para educação, e até para financiamento de construção de igreja, enfim, para uma série de coisas. A Lei nº 8.036 estabelece como primeira finalidade do FGTS garantia habitacional, infraestrutura e saneamento básico. É uma grande prioridade resolver esses problemas sociais que o nosso País enfrenta, principalmente saneando os débitos habitacionais. É inadmissível, na minha opinião, a gente tentar desvincular alguma coisa que fuja dessa questão. Temos que priorizar, sim, a questão da habitação, porque ela gera emprego, atende o cidadão. O trabalhador, seja ele quem for, pai, mãe de família, chefe de família, mãe e chefe de família, precisa ter um teto digno para morar. Esse é o grande sonho de todos nós, brasileiros. Em várias cidades do nosso País, encontramos favelas, casas irregulares, com qualidade mínima para as nossas crianças e para os nossos cidadãos. A questão principal é a proteção, é a destinação dos recursos do fundo de garantia, do FGTS, e a fiscalização para que esse dinheiro do Fundo não seja utilizado para incentivar a informalidade.

Até pouco antes dessa Resolução, o que ocorria, Srs. Senadores? Quero até me alongar para explicar nos mínimos detalhes.

Existem várias construções de casas, sobradinhos, condomínios fechados que são feitos por investimento próprio, ou seja, o investidor se utiliza de recurso próprio, compra seu terreno, constrói sua casa, esses condomínios, com 100% de mão de obra informal. Infelizmente, não temos estrutura governamental dentro do Ministério do Trabalho para uma fiscalização atuante nisso. É uma pena, mas, após esses imóveis prontos, o que ocorre? Vai ser vendido para um camarada que vai utilizar o seu fundo de garantia para o financiamento. O que ocorre? É o dinheiro formal, do trabalhador formal, incentivando a informalidade. É isso que ocorre hoje. A gente percebe é que não há interesse pelos agentes financeiros, nem pelo próprio agente operador Caixa Econômica Federal, é isso que sentimos pela bancada dos trabalhadores, de inibir, através de processo, esse tipo de ação. Não há esse interesse, Srs. Senadores. Não há!

A grande luta para os trabalhadores, na nossa opinião, não é só ter um rendimento plausível para as suas contas do FGTS. É, principalmente, fazer com que esse Fundo não seja utilizado para a informalidade ou para incentivar e investir em formalidade.

Desculpa, estou aproveitando a oportunidade. É a minha primeira vez na Casa. Até fiquei com medo e brinquei aqui com o Secretário Executivo ontem para que ele não me deixasse sair preso daqui, do Senado, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Só para corroborar com o senhor, tem um dado interessante que vai na mesma linha. Um trabalhador que, em 2000, tinha R\$500,00 em sua conta passou a ter cerca de R\$855,00, em 2011, sem considerar depósitos subsequentes, quando deveria possuir R\$1.010,00, considerando apenas a atualização pelo IPCA.

O SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Senador, isso já explica como é que está essa relação de investimento para nós, trabalhadores.

A questão também das falsas demissões é um grande problema que nós, trabalhadores, e a sociedade enfrentamos, até mesmo o próprio movimento sindical. O movimento sindical é contra essas manobras que são feitas e que em nada contribuem para o trabalhador positivamente. É uma falsa ilusão ainda aplicada por muitos, uma forma de se fazer uma negociação, liberando-se a multa dos 40% hoje do FGTS. Há uma negociação paralela com vários trabalhadores, mas acredito que isso vem diminuindo com a atuação do movimento sindical como um todo na questão de orientar os trabalhadores, na questão de mostrar os direitos, o acesso à informação. Acho que isso vem diminuindo. É outra bandeira de luta que podemos acabar.

Recentemente, se não me falha a memória, V. Ex^{as}s podem me corrigir, Srs. Senadores, foi aprovada e sancionada uma lei em que o trabalhador, para fazer o saque do FGTS, aliás, para ser beneficiado pelo saque do seguro desemprego, no período inferior a 10 anos, vai ter que passar por curso de capacitação profissional. Vi algo sobre isso e gostaria, se alguém puder esclarecer, de saber se essa lei foi sancionada ou não.

Mas o que eu queria dizer? Que a proposta era muito boa. Quando você vincula o trabalhador, quando ele está no período de receber o seguro desemprego, através de subsídios do próprio Senai ou do Governo Federal... A gente tinha que utilizar bastante o Sistema S para isso, Senai, Senac, principalmente, que, infelizmente, não tem gratuidade nenhuma nos seus cursos. O Senai ainda tem um pouquinho, pelo menos São Paulo ainda tem um pouquinho. Então, esse trabalhador, para receber o seu seguro desemprego, teria que fazer curso de atualização e capacitação profissional, seja subsidiado pelo Governo, seja amparado pelo Sistema S. Isso é fantástico, por quê? Porque a gente consegue evitar que aquele nosso trabalhador que está na formalidade, por uma razão ou outra, force uma demissão, ou seja demitido, se for o caso, acabe recebendo o seguro desemprego e trabalhando, na informalidade, nessas pequenas obras, ou seja, ele recebe o seguro desemprego e acaba recebendo por fora, em se tratando do setor da indústria da construção.

Existe um grande vício, um grande problema para os nossos trabalhadores, que é o caixa 2, que a maior parte das construtoras possui. O caixa 2, que não é um dinheiro formal, paga em regime de tarefa, incentiva o trabalhador a um regime de tarefa de produção. O trabalhador recebe um salário oficial em carteira, míni-mo, por convenção coletiva, e três vezes mais esse valor por fora. O que ocorre com isso? O Estado perde, o trabalhador perde, porque não tem seguridade e estabilidade pelo valor real. O Estado perde porque não houve contribuição sobre esses valores que foram pagos por fora para o imposto de renda, para melhoria. Acredito que tenha que melhorar nessa questão

Vou dizer uma coisa para os Srs. Senadores. A maior parte das construções que são realizadas em regime de tarefa utilizando o caixa 2 está dentro do *Minha Casa Minha Vida*. Posso afirmar aqui. Como prova, é só convidar qualquer um de V. Ex^{as}s para visitar uma obra e perguntar para o trabalhador na ponta se ele recebe ou não dinheiro por fora.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de alguma sugestão específica.

O SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Bom, Senadora, a minha sugestão específica seria uma democratização maior no fundo...

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – A outra parte está clara. Esse o problema que o senhor colocou é gigantesco. Gigantesco! Tem alguma idéia do que poderia ser feito, em relação ao fundo, para que pudéssemos dar alguma...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O que a Força Sindical orienta?

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – A posição da Força que o senhor representa.

O SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Então, a nossa sugestão, a nossa contribuição, Srs. Senadores, seria que, em se tratando especificamente dessa questão do *Minha Casa Minha Vida* 1 e 2, a CIT, que é um Departamento do Ministério do Trabalho de fiscalização que já dispõe de um recurso que é disponibilizado por nós, Conselheiros, para fiscalizar as obras públicas, priorizasse todas as obras, e não apenas uma amostra, do *Minha Casa Minha Vida*. Aí, sim, acho que teríamos uma grande fiscalização...

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Para saber como é que elas estão sendo financiadas? O empreendedor, o tipo de mão de obra que ele está utilizando.

A SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Exatamente. Se ele está utilizando mão de obra formal ou se ele está se utilizando de manipulação de caixa 2 em regime de tarefa, e, aí, sim...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ela não faz objeção em utilizar os recursos para o *Minha Casa Minha Vida*, a Força Sindical?

O SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Não. Não temos objeção à utilização de recursos para o *Minha Casa Minha Vida*. Só temos a grande preocupação, como Força Sindical, seja o *Minha Casa Minha Vida* ou outro nome qualquer de projeto, de que não se coloque o projeto em primeiro plano e se deixe o trabalhador em segundo plano. Essa é a posição da Força Sindical. Acreditamos que o FGTS tem que priorizar. Estamos trabalhando um plano de gestão dentro do FGTS e, dentro dos critérios de avaliação, colocamos o trabalhador como nota máxima, como primeiro critério de avaliação. Há tentativa do Governo de igualar projetos sociais e trabalhador no mesmo nível. Acreditamos que os projetos sociais têm que ficar num segundo plano: primeiro, priorizar o cotista e, segundo, os projetos sociais.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – O senhor estaria dizendo que seria mais interessante distribuir parte desse lucro, que era a proposta que a gente está pensando em incrementar.

O SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Sim, sim.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – A Força seria favorável.

O SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Exatamente. Favorável.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Posso?

O SR. ANTONIO DE SOUZA RAMALHO JÚNIOR – Pois não, senhor.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Acho que o Antonio Ramalho está certo em grande parte das colocações que ele fez. O Governo também pensa assim, porque é Governo do trabalhador, e o objetivo desses programas e do FGTS é beneficiar os trabalhadores, não tenho dúvida disso. Evidentemente, existe outra característica importante dos recursos do Fundo de Garantia, que é a social, e isso, conforme se disse, fica em segundo plano, só que tem alguns dados que devem ser mostrados, por exemplo, na hipótese de distribuição maior dos lucros.

Temos, hoje, um patrimônio líquido do fundo de garantia de aproximadamente R\$45 bilhões. O FGTS pode usar 80% desse valor. Hoje, a utilização está na faixa de R\$26 bilhões. Esses R\$26 bilhões, se fossem divididos pelos 100 milhões de contas ativas, hoje, no FGTS, dariam apenas R\$260,00 de lucro para distribuir para os trabalhadores. Esses R\$26 bilhões, se usados em infraestrutura, têm um benefício muito maior para os próprios trabalhadores, porque a gente entra

naquele círculo virtuoso da economia: gera empregos e aumenta a quantidade ainda de recursos do próprio fundo de garantia. Para se ter uma ideia, em 2011, o Programa *Minha Casa Minha Vida* gerou 2 milhões de empregos formais, para os quais foram pagos os recursos para o FGTS, as suas contribuições, o que aumentou o Fundo. Esses dados têm que ser levantados.

Quando se faz um programa social, está-se pensando, evidentemente, no trabalhador, na casa própria dele, na possibilidade de o trabalhador ali naquela região aquecer a economia e outros empregos, fazendo com que – e estou contando apenas com a formalidade, não estou contabilizando nada informal – esses outros empregos aqueçam ainda mais aquela região e possam reverter recursos para o próprio Fundo. Então, esse é um dado importante. A quantidade de emprego formal gerada pelos programas sociais, principalmente pelo *Minha Casa Minha Vida*, tem que ser levada em consideração porque é daí que saem os recursos para o Fundo de Garantia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sr. Luciano, o senhor tem razão, mas eu queria só pontuar aqui também. O senhor nos falou que 66% dos mutuários têm um salário mínimo de R\$622,00. Se o senhor distribui R\$220,00, são 33%, 34% a mais no seu rendimento, quer dizer, isso também é uma bola de neve.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO – Não tenho dúvida, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O que nos preocupa e o que levou a esta Subcomissão, a Senadora Marta já vinha há muito tempo batalhando por isso, é que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi instituído para quebrar a regra da estabilidade de emprego. Era para ser, na verdade, no fundo, uma poupança também, porque, ao se aposentar, ninguém consegue viver com um salário mínimo. Então, essa poupança vinha complementar.

É lógico que temos que observar que é benéfico habitação, infraestrutura, saneamento básico, mas ele perdeu muito com isso e vai se frustrar, ao chegar no final da vida dele e se aposentar, e ver que tem uns minguados na sua conta.

Então, temos que pegar o princípio com que foi criado, entender o cunho social que ele tem e chegar a um resultado melhor. Esse é o grande drama que estamos enfrentando. Com a colaboração dos senhores, entendemos um lado, entendemos o outro também, mas vamos ter que procurar um caminho.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Claro. Sem dúvida, Senador. Estou fornecendo esses dados para que se chegue realmente à melhor solução, evidentemente.

É claro que uma pessoa que recebe um salário mínimo e que ganha R\$260,00 a mais. Esse valor não é por mês, mas no ano. Isso é no final. Então, tem o somatório dos 12 meses do salário, e isso tem que ser abatido desse valor total. Esse trabalhador, quando vai receber um benefício social oriundo do *Minha Casa Minha Vida*, pode receber até R\$8 mil de desconto no próprio benefício. Então, o subsídio que é dado pelo próprio Fundo de Garantia retorna para ele como R\$8 mil de desconto na casa que ele vai comprar. Isso também tem que ser levado em consideração, porque, se eu reduzir a quantidade de recurso que vou destinar para esses programas sociais, com certeza, vou reduzir o benefício que vou dar para o trabalhador; com certeza, vou reduzir esses dois milhões de empregos; com certeza, vou reduzir o próprio recurso do Fundo, porque deixo de ter mais empregos formais.

Então, essa matemática e esse estudo é muito sério. Quando a gente pensar em investir ou deixar de investir em alguma coisa, a gente tem que estar com isso na ponta do lápis, para poder saber qual o impacto real que isso tem na economia e na própria saúde do Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O senhor tem razão. Agora, precisamos continuar gerando emprego. O mutuário, antes de tudo, é um cidadão. Então, o que queremos é que o Governo se comprometa mais e o Fundo menos com essa história, sem deixar o prejuízo de ter o *Minha Casa Minha Vida* e o seu financiamento. Ainda tem o trabalhador da classe média, que não se beneficia de um lado, nem do outro. Ele é o maior contribuinte não em número, mas em valor, porque 66% tem um salário mínimo. Então, os quase 40% ou 30%, que seja, têm um prejuízo grande.

Passo, então, a palavra agora ao Sr. Quênio para fazer as suas observações e também nos responder algumas das perguntas que ainda estão no ar.

O SR. QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA – Ok.

Selecionei, aqui, vários aspectos. Vamos tentar aqui responder, uma por uma, todas as dúvidas levantadas.

Primeiro, em relação ao FI-FGTS, a questão da garantia para o trabalhador. A lei não prevê garantia ao trabalhador. Será um investimento que ele fará ao optar por sacar o recurso da sua conta vinculada e se beneficiar dos rendimentos do FI. Ele vai fazer uma opção, assim como fez nas aplicações na Bolsa e da Vale. É uma aplicação que não tem garantia de um retorno mínimo. Há também observações a respeito da possibilidade de saque, ou seja, em que momento ele poderia sacar. Até acredito que sejam esses, talvez, os dois maiores imbróglis para a CVM regulamentar.

Hoje, o trabalhador tem a proteção do Fundo, tem a garantia de TR + 3%. Ele vai poder aplicar num fundo gerido pelo FGTS. Diferentemente de outros fundos, é uma versão extremamente conservadora, é uma gestão que tem acompanhamento do Conselho Curador. O próprio agente operador responde pelo risco. Então, tem todo um zelo nas aplicações, mas não existe garantia para o trabalhador. Esse talvez seja um dos maiores impedimentos, dos maiores dificultadores para essa regulamentação.

Em relação à possibilidade de aplicar em outros investimentos, foi citado o Tesouro direto ou letras imobiliárias e até mesmo em ações.

É importante colocar que, em 2010, recentemente, houve uma nova capitalização da Petrobras. Aos trabalhadores que já tinham feito essa opção em 2000, foi dada a oportunidade de novamente fazer. Então, estamos falando de trabalhadores que já tinham o conhecimento desse mecanismo, porque a aplicação em Bolsa é algo que requer conhecimento. São trabalhadores que já tinham esse conhecimento, já tinham experiência, já tinham até auferido maiores rendimentos do que na conta vinculada. De 90 mil trabalhadores que poderiam fazer essa aplicação, apenas 25 mil fizeram. Então, é importante levarmos em conta a escolha também por maior proteção do trabalhador neste momento. Esse dado mostra que não é tão simples assim e não seria um benefício tão grande para os trabalhadores permitir uma saída indiscriminada do recurso para essa finalidade, para uma aplicação de risco.

Por outro lado, assim como...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PT – SP) – Aliás, estão muito tristes os trabalhadores que têm aplicação na Petrobras, porque, anteontem, perderam cerca de 25%.

O SR. QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA – Pois é.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Era sobre isso que a gente estava conversando.

O SR. QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA – Pois é. Havia uma grande expectativa nesses 90 mil, pois a sensação seria que eles iriam aderir porque, inclusive, tiveram rendimentos maiores do que os da conta vinculada, mas só 25 mil aderiram. Então, é importante a gente perceber isso também.

Em relação a outras possibilidades de saque, a Senadora perguntou se, de antemão, poderíamos eleger aquelas que poderiam se coadunar mais com os objetivos do Fundo. Uma questão crucial é a quem se destina esse saque. Olhando essa concentração, esses dados que o Alexandre trouxe, 65% têm apenas um salário mínimo. Se formos olhar até quatro salários

mínimos, esse número chega a 83%. Então, sempre o foco de análise nossa é para quem se destina.

Vou citar um exemplo só para fins ilustrativos: projeto de lei para pagamento de faculdade. Sessenta e cinco por cento da população sacaria todo o seu recurso e pagaria um mês essa faculdade. Então, que benefício seria esse? Ele sacaria todo o seu benefício do FGTS e pagaria um mês? Essa medida beneficiaria cotistas do FGTS? Sim, uma porcentagem mínima de trabalhadores tem os maiores saldos e poderia se utilizar dessa prerrogativa legal para ajudar nos custos da educação, mas seria um expressivo saque, em termos de valor para o Fundo, em prejuízo da sua missão social, para benefício reduzido da população.

Sempre analisamos isso. É para tratamento de doença? São necessidades legítimas. Não quero me colocar no papel do cidadão de escolher por ele a sua necessidade. Cada um vai saber a sua maior necessidade, se, naquele momento, é a saúde ou é a educação. Não queremos nos colocar no lugar, mas são prerrogativas que desvirtuariam o Fundo. Sairia uma quantidade enorme de recursos, mas o benefício seria para um pequeno público. Então, sempre é um foco de análise nosso esse aspecto.

Em relação à redução do prazo de três anos para um ano, por exemplo, uma alteração nesse sentido, dados esses números tão expressivos, não afetaria o Fundo e seria um benefício muito grande para o trabalhador. Acredito que seja possível aprofundarmos essa discussão de antever o acesso desse trabalhador a esse recurso, sem prejudicar o Fundo, porque, hoje, felizmente, ele está num estágio que talvez permita essa concessão sem prejuízo da sua missão.

Em relação ao desconto, acho que o tema já foi ricamente explicado pelo Alexandre. É sempre a questão também que eu acho que é fácil. Gosto de também ter um pouco de objetividade porque minha formação é matemática. Sou professor de matemática.

Eu não queria que esta Casa e que nos esforçássemos em colocar uma discussão entre o desconto e uma melhor valorização das contas como se fossem coisas antagônicas, como se fossem aspectos que não pudesse convergir, por quê? Porque, por melhor que seja a possibilidade de aplicação, por maior que seja o percentual de juros que se queira creditar à conta vinculada, para um trabalhador que recebe R\$500,00, nenhum rendimento vai permitir que, ao longo da sua vida, chegue a R\$23 mil, que é o que ele recebe hoje. Então, se tivermos que fazer uma escolha e destinarmos todo esse recurso para benefício do trabalhador, ele vai receber esses R\$200,00, como o Alexandre falou, e deixar de receber R\$8 mil. Realmente é uma temática difícil, mas não podemos colocar esses bene-

fícios como antagônicos, porque os números revelam que, hoje, 70% dos trabalhadores que têm acesso à política de descontos recebem um benefício que jamais teriam por qualquer correção que se colocasse, jamais teriam em nenhuma aplicação financeira. Esse dado é importante.

Em relação à questão da poupança, até que ponto essa queda de juros afeta o FGTS?

Aqui é importante revelar a política do FGTS. Esta política nunca foi uma política financeira, extremamente financeira, de perseguir melhor rentabilidade financeira, porque a sua política de juros, assim é determinado na lei, tem que ser suficiente para a cobertura dos seus custos e para o crescimento do Fundo, para a expansão do Fundo, para o aumento de seus benefícios também.

O Fundo pratica taxas históricas. Há anos, o Fundo pratica taxas de financiamento para habitação, por exemplo, a 6%. Só agora estamos num ciclo que está permitindo que os bancos se aproximem dessas taxas, mas o Fundo já as pratica há anos, porque o Fundo não persegue um benefício financeiro, ou seja, quando se aumenta a Selic, aumentam-se as taxas de juros do FGTS, TR + 10%; quando cai a Selic, não. O Fundo há anos pratica essas taxas.

É uma conta muito simples. Hoje, o custo do FGTS, que, basicamente, envolve sua obrigação com os trabalhadores de TR + 3%, com a administração e com outros encargos do Fundo, é aproximadamente TR + 5%. Então, as aplicações, hoje, do Fundo, coerentemente, convergem para a TR + 6%. Isso, historicamente. Hoje, o Fundo, no conjunto de todas as suas taxas, de todos os seus incentivos, tem taxas próximas à TR + 6%, que são suficientes para a cobertura desses custos em TR + 5% e ainda permitem essa margem para gerar patrimônio, para gerar subsídio, para gerar outros investimentos. Esse é o equilíbrio que a gente tem hoje. Um aumento numa remuneração dos trabalhadores farçaria aumentar essa taxa, hoje, de TR + 6% para TR + 7%, TR + 8%, na contramão desse ciclo virtuoso que temos de perseguição de taxas de juros menores.

Então, estamos num momento único da nossa economia e com perspectivas muito boas de redução da taxa de juros. Essa rentabilidade financeira – não vamos aumentar a rentabilidade do trabalhador para TR mais alguma coisa – será cada vez mais difícil de ser auferida por qualquer instrumento de aplicação. Não queremos conviver mais com uma Selic de 20% para ter rendimentos financeiros, não queremos isso. Temos que perseguir rendimentos ao trabalhador e benefícios de outra natureza, não só acreditando que

o único benefício que ele pode ter é um aumento na remuneração das suas contas.

Ainda tem dois aspectos que eu queria colocar em relação à dívida: a fiscalização do FGTS e a inscrição em dívida ativa.

Realmente, há um volume muito grande, infelizmente, de devedores. O nosso esforço de recuperação está aquém do que esperávamos, e isso poderia ser resumido em dois aspectos: aspectos burocráticos e aspectos legais. É realmente morosa essa recuperação. Temos um grupo permanentemente estudando para que consigamos vencer alguns aspectos e possamos retornar esses valores que forem inadimplidos ao trabalhador. Eu não saberia antever agora, mas, por exemplo, há também medidas que talvez precisemos fazer na lei mesmo para dinamizar esse esforço de cobrança. Por exemplo, a União, hoje, já tem encaminhado para que os processos de inscrição em dívida ativa e os processos de execução judicial só sejam feitos a partir de determinado patamar, porque um estudo do IPEA recente mostrou que a execução de cada processo onera em R\$23 mil. Então, é antieconômico cobrar por essa esfera judicial, que é morosa, que é lenta, qualquer valor. Tem que dispor de mecanismos mais ágeis para valores menores, como um protesto, como outros tipos de execução mais rápidas e menos onerosas. Nesse aspecto, a Lei pode ser reformulada, a nossa Lei nº 8.036. Temos grupos que estão analisando no sentido de tentar apresentar uma proposta para que esses valores possam ser flexibilizados para termos mais rapidez na recuperação desses valores para o FGTS e, especificamente, para o trabalhador.

Quero dizer também que o FGTS destina para a Secretaria de Inspeção do Trabalho, anualmente, 10 milhões, 12 milhões para a modernização da fiscalização. Então, são recursos que não são destinados para pagamento do fiscal ou para outro tipo de demanda, mas para a modernização, para que esse sistema seja mais ágil e possamos ter uma fiscalização cada vez mais eficaz. Nesse sentido, temos melhorado, sim, o nosso retorno para o FGTS, mas, claro, há problemas que também que temos que enfrentar: falta de auditores, fiscais e outros problemas da própria administração. No Ministério, temos sido prestigiados pelo Ministério do Planejamento com disponibilização de concurso, mas é sempre, até diante até do crescimento das empresas, dentro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA – Pois é. Então, é sempre uma... A gente vai estar sempre demandando mais auditores, mais pessoal, porque temos cada vez mais empresas, mais trabalhadores. O exercício, hoje, da fiscalização busca um exercício

de inteligência. Tem um planejamento. É inconcebível fazer uma fiscalização batendo à porta de cada obra para fazer algum tipo de inspeção. Essa modernização que o FGTS patrocina é para isso, para que, quando o auditor saia a campo, ele já saia com uma destinação prévia, com um foco de informalidade e, assim, melhore os resultados do Fundo. Não é possível imaginarmos que teremos auditores suficientes para estar em cada obra ou batendo à porta de cada obra. O esforço é para que trabalhemos com inteligência cada vez mais e que vamos a campo sabendo daquela informalidade, mas que tenhamos outros mecanismos para inibir a informalidade que não só o esforço fiscal.

Quero citar um dado apenas que talvez não tenha sido considerado, inclusive lá, no Conselho Curador, estudamos isso recentemente. Temos um estudo do Dieese sobre a rotatividade, que é algo inerente ao nosso mercado de trabalho, em que temos grandes forças que são a construção civil e a agricultura, que se caracterizam muitas vezes por contratos pequenos, contratos de trabalho com um prazo reduzido. Então, a maior parte das contas com um pequeno valor, R\$500,00, esteja assim não porque não tenha conseguido acumular ao longo da sua vida, para que o Fundo tivesse justamente a sua função de dar uma segurança à aposentadoria, mas porque esse trabalhador, por motivos do nosso mercado de trabalho, já sacou o Fundo várias vezes. Pela rotatividade, esse trabalhador já foi ao Fundo e já se beneficiou em vários momentos da proteção do Fundo. A cada rompimento do contrato de trabalho, a cada momento em que necessitou para a casa própria e tudo, ele sacou. Se olharmos o saldo hoje remanescente é, de fato, pequeno, mas esse trabalhador já teve acesso, boa parte dos trabalhadores já teve acesso. Talvez, aqueles que menos sacam são aqueles que têm empregos mais estáveis, salários maiores, necessidades menos urgentes. Então, essa disparidade fica cada vez maior, mas não é porque esse trabalhador tenha tido um benefício menor. Não! Ele teve um benefício, só que ele foi socorrido talvez pelo FGTS em outros momentos e já teve a oportunidade de se beneficiar da proteção social do Fundo.

Então, desculpe se não passei por todos os pontos. Foi o que pude anotar. Quis também ser objetivo.

São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Quênio.

Passo a palavra a nossa Relatora Marta Suplicy, para dizer se quer acrescentar ou se está satisfeita com as respostas.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, estou bastante satisfeita, Senador Presidente da nossa Comissão, com a exposição.

Quero agradecer de novo ao Alexandre, à Miriam, ao Antonio e ao Quênio, que deram contribuições importantes e elucidaram algumas dúvidas que ainda pendiam. Temos já suficiente informação do Conselho Curador para fazer um relatório, Senador Cyro. Hoje foram tiradas as últimas dúvidas que ainda cabiam e que estão relacionadas. Também acho que qualquer coisa agora posso procurar individualmente.

Tem uma observação só que o Sr. Alexandre Macedo me fez, não querendo alongar nossa reunião, mas acho importante, porque o que estamos falando aqui não é só para nós ouvirmos ou para a platéia ouvir, mas é para a televisão também. Então, acho que é importante essa informação sobre a classe média que deposita no Fundo. É uma coisa que o Senador Cyro perguntou, e eu também tinha essa questão, só para encerrar.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Só para esclarecer, esses benefícios que são concedidos pelo Fundo de Garantia não são só para a classe baixa. Temos descontos e programas que são destinados para a classe média, para a classe alta trabalhadora. O Fundo de Garantia não é apenas para o trabalhador que recebe um salário pequeno, mas também para o trabalhador também que tem um salário maior. Dentro dos programas de políticas públicas, temos algumas situações que vai beneficiar o próprio trabalhador de classe média, como o desconto na taxa de juros, que, se não me engano, é 2%, quando comprova que é quotista do Fundo. Então, é importante dizer que a classe média, a classe alta não estão excluídas dos benefícios das políticas públicas.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É isso.

Bom, só quero agradecer a colaboração de todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito bem.

Agradeço as valorosas contribuições que os Srs. Quênio, Alexandre e Antonio e a Sr^a Esther nos deram hoje. Elas, certamente, vão contribuir e muito para esse relatório da minha colega. Tenho o prazer de tê-la como Relatora, pela inestimável contribuição que a Senadora Marta Suplicy tem dado para esse tema Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Tenho certeza de que vai culminar não talvez no projeto ideal, mas no possível, no aperfeiçoamento do Programa de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, marcando para agosto, em uma

data a ser agendada em comum acordo, os trabalhos administrativos.

Muito obrigado, uma boa tarde e uma boa semana a todos.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 2012.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia sete de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Benedito de Lira, Ana Amélia, Tomás Correia, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Magno Malta, Kátia Abreu e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 5: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Paulo Paim ao **Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que ‘Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências’. (Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais)”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 6: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria da Senadora Ana Rita ao **Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ivan Valente, que

“Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 706, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer é favorável, com as emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa”, que **tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, para ampliar o número de atletas a serem contemplados pelo benefício”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável ao PLS 332, de 2009, com a emenda oferecida e pela rejeição do PLS nº 134, de 2010, que tramita em conjunto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Edson Ezequiel, que “Estabelece o fornecimento periódico de um kit de saúde dentária aos alunos da rede pública de educação fundamental e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Vicente Claudino e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. Neste momento, a **Senhora Senadora Ana Amélia** requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 15, o que é aprovado. **Item 15: Requerimento da Comissão de Educação nº 38, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, que requerem “... nos termos regimentais, a realização de audiência pública, para discutir o movimento grevista dos professores federais, com as presenças dos representantes das seguintes entidades: 1. Ministério da Educação – MEC; 2. Ministério do Planejamento, Orçamento

mento e Gestão – MPOG; 3. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES; 4. Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação nas Universidades Brasileiras – FASUBRA; 5. União Nacional dos Estudantes – UNE". O Requerimento é aprovado. Logo após, a Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Item Extra-Pauta: Requerimento da Comissão de Educação nº 39, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "Em aditamento ao Requerimento nº 38, de 2012 – CE, de autoria das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, que trata da realização de Audiência Pública para discutir o movimento grevista dos professores federais, requeiro que sejam incluídos os seguintes nomes: – Reitor Carlos Edilson de Almeida Maneschy – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); – Sr. Eduardo Rolim de Oliveira – Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES-FEDERAÇÃO); – Representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE". O Requerimento é aprovado. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável, com a emenda nº 1-CAE. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer pelo encaminhamento do projeto à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, é aprovado. **Item 14: Requerimento da Comissão de Educação nº 40, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que requer "... nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública

nesta Comissão de Educação, com objetivo de discutir 'Ética e Prática Profissional: Diversidade Sexual e Direitos Humanos'. O Requerimento é aprovado. **Item 16: Comunicado da Presidência**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Relatório Final da CPI do Ensino Superior Privado, criada pelo Ato nº 23 de 2011 para apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia do relatório poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão, onde estará disponível em meio digital". A Matéria vai ao arquivo. **Item 13: Requerimento da Comissão de Educação nº 41, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aníbal Diniz, que requer "... com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011, do Senador Zeze Perrela, que altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que específica. Para participar da audiência, requeiro sejam convidados: 1. Ary Graça Filho – Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), Presidente da Confederação Sul-Americana de Voleibol (CSB), Presidente da União Pan-Americana de Voleibol (UPV), e Vice-Presidente da Federação Internacional de Voleibol (FIBV); 2. Eduardo Serrano da Rocha – Presidente da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste (LCFN); 3. Antônio Aquino Lopes – Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre (FFAC); 4. Antônio Carvalho – Presidente do Brasília/Instituto Viver Basquetebol (Uniceub/BRB/Brasília), tricampeão do Novo Basquete Brasil (NBB); 5. Hélio José Maffia – Presidente do Sindicato dos Treinadores de Futebol Profissional do Estado de São Paulo (SITREFESP); 6. Cláudio Duarte – Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul (SIAPERGS); 7. Virgílio Elísio da Costa Neto – Diretor de Competições da CBF; e, 8. Weber Magalhães – Vice-Presidente da CBF para a região Centro-Oeste". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 676, de 2011; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2011; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010 e Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Vice-Presidente**

te, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião às doze horas e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando a todos com um cordial bom-dia e havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós temos vários itens na pauta de trabalho desta reunião. Inicio e abro os trabalhos com o item 5.

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 18, de 2006

– Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. (Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais).

Autoria do Projeto: Senador Pedro Simon

Relatoria do Projeto: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– O substitutivo de autoria do Senador Paulo Paim ao PLS 018/06 foi aprovado na reunião do dia 03/07/12

2– Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, não cabem mais votação e discussão da matéria. Ela está definitivamente adotada pela Comissão e seguirá o caminho regimental.

Passamos para o próximo item.

ITEM 6

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 67, de 2011

– Terminativo –

Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Autoria do Projeto: Deputado Ivan Valente
Relatoria do Projeto: Senador Ciro Nogueira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– O substitutivo de autoria da Senadora Ana Rita ao PLC 067/11 foi aprovado na reunião do dia 03/07/12

2– Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, não cabem mais votação e discussão da matéria. Ela está adotada pela Comissão e segue o caminho regimental.

A pauta agora tem vários itens e vários assuntos. Vejo que o relator do item 1 encontra-se presente, por isso vamos fazer a leitura deste relatório.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 706, de 2007

– Terminativo –

Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Favorável, com as emendas nº 01-CCJ e nº 02-CCJ

Observações: Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

Concedo a palavra ao eminente Senador João Vicente Claudino para apresentação do seu relatório.

O SR. JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidir, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 706, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Em seu art. 1º, o Projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, para dispor sobre a proporção de mestres e doutores, bem como a de professores com regime de trabalho em tempo integral nas universidades. Assim, pelo menos ¼ do corpo docente teria de possuir titulação de doutorado, metade no mínimo precisaria ter o título de mestrado ou doutorado e 2/5 deveriam trabalhar em tempo integral. O art. 2º estipula que a Lei, por ele proposta, entrará em vigor no primeiro dia do terceiro ano subsequente à data de sua publicação. O Projeto recebeu parecer pela aprovação da CCJ, com duas emendas que aperfeiçoam sua redação.

Na análise, conforme a LDB, as universidades precisam ter seus quadros formados por pelo menos 1/3 dos docentes com titulação acadêmica de mestrado ou de doutorado e 1/3 em regime de tempo integral.

Estabelecidas em 1996, essas determinações passaram a ser cobradas apenas em 2004, por efeito do prazo de oito anos, conferido pela própria Lei. Na ocasião das discussões finais da LDB no Senado Federal, surgiu grande polêmica em torno da titulação a ser exigida dos professores universitários.

O Senador Darcy Ribeiro, Relator da matéria, ampliou a exigência do Projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, ao prever a maioria dos professores em tempo integral e com titulação de mestrado ou doutorado. No entanto, na votação final, prevaleceu o entendimento defendido pelo setor privado de que a exigência era excessiva e foi aprovado um texto que exigia maioria de mestres, doutores ou especialistas. A Câmara dos Deputados, então, restaurou seu texto, que veio a se tornar Lei. Desde então, o quadro de pós-graduação no País alterou-se substancialmente, o contingente de mestres e doutores cresceu de forma significativa.

De acordo com informações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES –, entre 1998 e 2008 titulararam-se na pós-graduação stricto sensu, 46.700 estudantes, destes, 10.711 no doutorado; em 2010 formaram-se 12.000 doutores e 41.000 mestres.

Desse modo, não há mais dificuldade de contratação de mestres e doutores. Ressalvam-se determinadas áreas de conhecimento, mas como situação localizada, que não compromete o conjunto dos cursos de uma universidade. Portanto, não é demais exigir que a

maioria de seus professores sejam formados em nível de mestrado ou doutorado. Igualmente, não constitui exigência de difícil cumprimento ter 2/5 do corpo docente com contrato de tempo integral.

Outro aspecto que merece atenção é estabelecimento da proporção de doutores no âmbito de uma universidade. Tal proporção não está explicitada na Legislação atual, basta contratação de um único doutor para que se considere atendida a exigência legal, desde que o texto de titulação especial seja complementada com mestres.

A norma proposta pela iniciativa em apreço vem finalmente preencher essa lacuna. Cabe destacar também que o Projeto tem a prudência de conceder prazo razoável para que as novas determinações entrem em vigor.

Já as emendas da CCJ apenas apuram a técnica legislativa da proposição, ao evitar limitação de gênero e tornar mais clara a cláusula de vigência.

Em suma, o Projeto representa um avanço na qualificação do corpo docente das universidades e merece ser acolhido por esta Comissão.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 706, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador João Vicente Claudino.

Não havendo quem queira discuti-lo e sendo visível a falta de quorum para a votação da matéria, fica sobrestada a discussão até que tenhamos as condições regimentais para a apreciação, continuidade da discussão e a votação da matéria.

O Item nº 2 da pauta trata de Projeto de Lei cuja relatoria cabe ao Senador Pedro Simon. Tendo em vista sua ausência, nós vamos ao item seguinte da pauta.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2009
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa.

Autoria: Senador Expedito Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, para ampliar o

número de atletas a serem contemplados pelo benefício.**Autoria:** Senador Marconi Perillo**Relatoria:** Senador Paulo Paim**Relatório:** Favorável ao PLS nº 332, de 2009, com a emenda oferecida, e pela rejeição do PLS nº 134, de 2010, que tramita em conjunto
Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda

Com a palavra o eminente Senador Paulo Paim para a apresentação do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu já havia retirado de pauta em outra oportunidade. Era a minha intenção, no dia de hoje, ler o relatório. Eu retirei de pauta a pedido do Ministério do Esporte e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, mas, somente neste momento – e eu falei a eles que eu comentaria aqui –, recebi o parecer do respectivo Ministério. Mas, entendendo que o Ministério aqui é contra e não adianta, no meu entendimento, eu só aprovar e ter todo o movimento para derrubar, depois, na Câmara ou mesmo o veto, atenderei, mais uma vez, o pedido do Ministério. Vou retirar de pauta para ver se é possível construir o entendimento. Se não for possível, votaremos, então, na próxima oportunidade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ok.

Considerando a manifestação do nobre Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E só dizer que sou simpático à ideia de que o técnico também tenha espaço nessa discussão do Bolsa Atleta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Considerando, então, as argumentações e observações de V. Exa., a matéria será retirada de pauta e reincluída na próxima reunião desta Comissão.

O Item nº 4 trata de projeto de lei cuja relatoria cabe ao Senador Inácio Arruda. Sabendo que ele se encontra a caminho desta Comissão, desta reunião, deixaremos a matéria para o momento seguinte.

Nós temos, agora, o item 7, que trata de matéria não terminativa.

O Senador Cristovam está aí? (Pausa.)

Também está ausente o Relator, Senador Cristovam Buarque. Por isso, deixamos a matéria sobrestada até que ele chegue à Comissão ou que se designe um relator *ad hoc*, de comum acordo com o mesmo.

O Item 8 também tem a relatoria do Senador Inácio Arruda, igualmente ausente. É matéria não terminativa. Devemos aguardar.

O item 9 é matéria não terminativa, e o Senador Benedito de Lira, Relator, solicitou à Mesa que designássemos Senador *ad hoc*. Por isso, consulto se o Senador João Vicente Claudino, que já fez a relatoria aqui de uma matéria, assumiria essa função. (Pausa.)

Diante da manifestação de concordância de S. Exa., vamos analisar o item 9, que trata do projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2011
– Não Terminativo –

Estabelece o fornecimento periódico de um kit de saúde dentária aos alunos da rede pública de educação fundamental e dá outras providências.

Autoria: Deputado Edson Ezequiel**Relatoria:** Senador Benedito de Lira, que, agora, passa a ser substituído pelo Senador João Vicente Claudino**Relatório:** Pela rejeição**Observações:**

1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 12/06/12 e 26/06/12

Com a palavra o eminente Senador João Vicente Claudino, para leitura do relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de autoria do Deputado Edson Ezequiel, o Projeto de Lei da Câmara PLC nº 49, de 2011, tem o propósito de determinar a distribuição periódica aos alunos das escolas públicas de ensino fundamental de um kit, designado como kit saúde dentária, composto por escova de dentes, fio dental e creme dental. Esse é o art. 1º do projeto.

A proposição determina que as escolas públicas articulem o recebimento dos kits com a programação de atividade sobre a importância da higiene bucal e sobre técnicas de escovação dos dentes (art. 2º).

As despesas decorrentes da aplicação da lei que o projeto originar correrão por conta dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) (art. 3º).

Análise.

A despeito do mérito da proposição, que busca proporcionar ao estudante de ensino fundamental os meios para ele cuidar de sua higiene dentária, faz-se necessário apontar suas falhas de técnica legislativa e de conteúdo.

Quanto à técnica legislativa, o tema não constitui matéria de lei, que deve tratar de normas gerais e abstratas. As disposições do projeto sob análise têm

natureza técnica e específica, objeto de normas infra-legais, como portarias e resoluções normativas emanadas dos órgãos técnicos do Poder Executivo.

Caso se tratasse de matéria de lei, chamaria a atenção o fato de a norma haver sido elaborada para originar lei “avulsa”, o que contraria disposição da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que normatiza a elaboração das leis, determinando que um mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei. De fato, não parece haver sentido na aprovação de uma lei nova, quando já existem em vigor leis que cuidam das atribuições do SUS e também dos benefícios e programas destinados aos estudantes das escolas públicas de ensino fundamental.

Quanto ao conteúdo, ressaltamos que o objetivo e a viabilidade do projeto mereceriam diversos reparos. Lembramos que o SUS já conduz hoje o Programa Brasil Sorridente, que busca melhorar a saúde bucal dos brasileiros. No portal do Ministério da Saúde na Internet, lê-se, a respeito do programa, que, nos anos 90, o Brasil avançou na prevenção de cáries em crianças, mas a situação de adolescentes, adultos e idosos permanece como foco especial de atenção.

Assim, a principal restrição ao mérito da proposta advém da inadequação de o Poder Legislativo legislar sobre matérias de caráter executivo ou operacional. Aliados a esse problema maior, há diversos outros, de caráter subsidiário, a serem apontados no projeto.

Há também considerações a fazer sobre a viabilidade do projeto sob análise. Lembrando que as normas de Direito Administrativo engessam os gestores públicos e diminuem sua agilidade e flexibilidade, não nos parece adequado nem desejável responsabilizar o Poder Público pelo suprimento permanente de itens de primeira necessidade e que precisam ser repostos periodicamente – escovas de dente, por exemplo, têm vida útil estimada em cerca de apenas um mês.

Por tudo isso, em nossa opinião, não necessitamos de uma lei nos moldes da proposição sob análise.

Quanto ao voto, Sr. Presidente, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório, coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, coloca-a em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que se manifestam pela aprovação do relatório apresentado pelo eminentíssimo Senador João Vicente Claudino permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, de 2011 – Terminativo –

Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA para Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAM.

Autoria: Deputado Lira Maia

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– Na reunião do dia 03/07/12, a matéria foi lida e iniciada a discussão

O Item 10 da pauta prevê a discussão de projeto de lei cuja relatoria cabe ao Senador Flexa Ribeiro. A matéria já foi lida e iniciada a discussão no dia 3 de julho, mas, como é matéria em caráter terminativo e não temos o quórum necessário, deixamos a continuidade da sua discussão e votação para a próxima reunião.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2010 – Terminativo –

Denomina Viaduto Deputado José Fernandes de Lima o viaduto localizado na BR-101, entroncamento com a rodovia estadual PB-040, na entrada principal da cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Autoria: Deputado Rômulo Gouveia

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável

Observações:

1– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03/12, 03/04/12, 15/05/12, 22/05/12, 29/05/12, 12/06/12, 26/06/12 e 07/03/12

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2011 – Terminativo –

Denomina a Escola Técnica Federal localizada na cidade de Porto Nacional – Tocantins de Senador Antônio Luiz Maya.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela rejeição

Os Itens 11 e 12 são de matérias cuja relatoria cabe aos Senadores Wellington Dias e Ricardo Ferraço, ambos ausentes, participando, pelo menos o Senador Ricardo Ferraço, da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde estive até há pou-

co minutos – a Senadora Ana Amélia também –, e o Senador Inácio Arruda acaba chegar de lá. Portanto, essas matérias também não serão apreciadas, pela ausência dos Senadores.

Eu devo retornar, por condição de Regimento, ao item cuja relatoria cabe ao Senador Inácio Arruda, mas a Senadora Ana Amélia já havia me sinalizado da necessidade de se ausentar. Se todos estiverem de acordo, nós faremos uma pequena inversão de pauta, colocando primeiro o requerimento da Senadora.

Consulto se os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras concordam com esse procedimento. (Pausa.)

Não havendo quem conteste a sugestão da Mesa, com a palavra a Senadora Ana Amélia para justificar o requerimento que consta da pauta como Item 15. Eu não irei fazer a leitura, até para abreviar o tempo em favor de V. Exa., a quem concedo a palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O requerimento firmado pela Senadora Vanessa Grazziotin, eu o endosso plenamente, inclusive tenho uma adição de convidados para o requerimento.

Requeiro nos termos regimentais a realização de uma audiência pública para discutir o movimento grevista dos professores federais, com as presenças dos representantes das seguintes entidades: Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Federação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras, União Nacional dos Estudantes.

Esta é a proposta original da Senadora Vanessa Grazziotin.

E eu acrescentaria, também, o Reitor Carlos Edilson de Almeida Maneschy, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; e o Eduardo Rolim de Oliveira, da Federação do Sindicato de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – Proifes; e um representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Sinasefe.

Então, este é o requerimento com a adição, que passo à Mesa para registro e aprovação, se assim for o entendimento dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, eu coloco em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O requerimento e também o aditamento ao requerimento aqui apresentado pela Senadora Ana Amélia estão aprovados.

Voltamos à nossa pauta, ao Item 4, cuja relatoria cabe ao Senador Inácio Arruda, e que tem caráter terminativo. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 114.

ITEM 4 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, de 2010 – Terminativo –

Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável, com a emenda nº 01-CAE
Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/11, 23/08/11, 22/05/12, 05/06/12, 26/06/12 e 03/07/12.

Com a palavra S. Exa., candidato a prefeito de Fortaleza, nobre Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de fato tive que deixar por uns instantes o corpo a corpo em Fortaleza em função da importância das matérias que estamos examinando neste momento no Senado e posso dizer no Congresso Nacional, porque algumas medidas provisórias em comissões mistas terão que ser apreciadas por todos nós.

Mas, o projeto do Senador Acir Gurgacz é uma importantíssima iniciativa. Ele trata dos livros que hoje estão impressos nas novas mídias.

A antiga mídia vinha de Gutemberg, que estabeleceu a máquina impressora. Por isso que a mídia impressa era a tecnologia da época.

Hoje, a tecnologia de alta velocidade nos meios eletrônicos absolutamente sofisticados precisam adaptar o livro, porque senão aquelas vantagens, inclusive tributárias, que o livro conquistou, por ser um bem necessário à formação das pessoas, seja o livro didático, sejam os livros da nossa literatura e da História, eles precisam acompanhar esse avanço veloz da tecnologia.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que o nosso parecer é absolutamente favorável ao Projeto do Senador Acir Gurgacz e também acompanhamos a emenda que apresentada na Comissão de Assuntos Econômicos, para que a gente possa aprovar definitivamente essa iniciativa tão significativa do Senador Acir.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discuti-la, e tendo em vista que é matéria que tramita em caráter terminativo, nós sobrestamos a discussão e a votação até que a Comissão encontre número regimental para fazê-lo.

Agora, passamos ao Item 8, que cabe, também, a relatoria ao Senador Inácio Arruda. Trata de matéria não terminativa.

O objeto desse item é discutir e votar o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006. Ele estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos.

Esta deve ser, com certeza, uma das ementas mais longas, sem vírgulas e pontos que eu já li aqui nesta Comissão.

A autoria é do Senador Cristovam Buarque, a relatoria é do Senador Inácio Arruda.

O relatório é pelo encaminhamento do Projeto à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

V. Exa, Senador Inácio Arruda, tem a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque. Esta é uma matéria daquelas que buscam de fato cuidar das pessoas, das pessoas que buscam também contribuir também com a pesquisa no nosso País.

Vou direto à análise.

O PLS nº 78, de 2006, estabelece punições para as violações às diretrizes e normas que tratam da realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Cuida, portanto, de regulamentos de pesquisa.

Esse tema, no entanto, não está entre as matérias de proposições sobre as quais compete à Comissão de Educação opinar. Com efeito, ele não se enquadra em nenhum dos incisos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, que relacionam as matérias sobre as quais compete à Comissão de Educação opinar, *in verbis*:

Art. 102. À Comissão de Educação, Cultura e Esporte compete opinar sobre proposições que versem sobre:

I – normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional, salário-educação;

II – diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas;

III – formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Os incisos IV e V foram revogados.

Inciso VI: outros assuntos correlatos.

Em vista do fato de que esta Comissão não tem, Sr. Presidente, competência regimental para opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006, e, com base no que dispõe a alínea d do inciso V do art. 133 do Regimento Interno, o voto é pelo encaminhamento da matéria à apreciação da Comissão de Ciência e Tecnologia, para continuar sua tramitação.

Parabenizo o Senador Cristovam. A matéria é importantíssima, precisa ser apreciada pelo Senado Federal, mas a competência é da Comissão de Ciência e Tecnologia. Por isso, nosso voto é pelo encaminhamento da matéria à Comissão pertinente, se assim considerar a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Então, o nobre Senador Inácio Arruda...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – ... e o relatório apresentado.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os que estiverem de acordo com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será, então, encaminhada à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Os demais itens da pauta, 10, 11 e 12, não poderão ser apreciado diante da ausência dos Srs. Senadores que têm a incumbência de relatá-los. Por isso, iremos ao Item 14 da pauta, que trata de requerimento apresentado pela eminentíssima Senadora Marta Suplicy, que acaba de chegar e que sempre nos concede a palavra quando preside a sessão do Senado. Por isso, com muito prazer, concedo agora a palavra a V. Exa. para apresentação do seu requerimento.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Paulo Bauer.

É um requerimento de audiência pública na Comissão de Educação para tratar de uma audiência sobre ética e prática profissional, diversidade sexual e direitos humanos.

Nós tivemos muitas discussões, debates públicos e na imprensa acerca de ética profissional, principalmente em atividades que me são muito caras, como a psicologia, que é a minha profissão original. E acredito que seria interessante, na área de Educação, aqui nesta Comissão, se pudéssemos levar mais a fundo o que significa a ética profissional em diferentes profissões, mas focado nessas áreas que estou requisitando.

Conversei com o Presidente Requião sobre a adequação dessa proposta vir para esta Comissão; ele concordou e até acertamos uma data, caso fosse

aprovado aqui na Comissão. A data seria este mês, dia 29, às 15 horas.

Então, o que tenho a dizer é isso e gostaria que fosse aprovado pela Comissão de Educação algo que considero bastante importante, e por que não dizer, contemporânea neste momento que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O.k.

Apresentadas as razões e o requerimento que sustenta essa proposta, eu a coloco em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada, e aproveito para felicitar a eminentíssima Senadora Marta Suplicy pela iniciativa. Acho que, efetivamente, é um assunto que cabe muito à área educacional. Talvez tenhamos a necessidade de discutir essa matéria hoje porque nos tempos passados faltou, exatamente no âmbito da educação, aprofundar mais a discussão da matéria, criar uma consciência a respeito dela, porque, como sempre digo, muitas das coisas que no Brasil deram certo a partir do momento em que elas tiveram a educação como participante.

Apenas para registrar, eu sempre menciono: hoje, quase todas as crianças brasileiras são contra o fumo. Por quê? Porque na escola se fala mal do cigarro. Todas as crianças no Brasil, e agora já os adultos, são defensores do meio ambiente, porque lá atrás houve um dia em que na escola se falou em defender o meio ambiente, não matar pássaros, não caçar animais, não maltratar animais. Isso nasceu dentro da escola. E por que não lembrarmos do cinto de segurança, que foi objeto de uma norma legal que ninguém obedecia e que só passou a ser praticada no País pela quase integralidade dos motoristas e usuários de veículos depois que as crianças se tornaram defensoras dela. E criança, não é porque a criança defende, é porque ouve na escola e leva para casa. Se a escola é o lugar, a educação é o caminho.

Por isso felicito V. Exa. pela iniciativa.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – V. Exa. me permite, Sr. Presidente? Lembrei-me de duas situações. Uma faz bastante tempo, foi no governo do Senador Cristovam, aqui em Brasília, da educação para o uso das faixas de pedestre. Aqui foi o primeiro lugar a se parar nas faixas de pedestre, e o impacto que teve para a diminuição da violência no trânsito.

A outra foi quando o prefeito, em São Paulo... A colocação de projeto de dengue nas escolas, e as crianças saíram pelos bairros para ver onde tinha pneu, caixa d'água sem tampa, e o impacto e diminuição que conseguimos da dengue, pela escola.

Realmente, a questão da educação nós sabemos quão vital ela é, como V. Exa. colocou também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por isso que eu felicito V. Exa. pela iniciativa e certamente teremos uma grande audiência pública que vai trazer esse tema para o âmbito da Comissão e para a educação como um todo.

Não havendo mais assuntos a tratar, eu apenas aqui comunico aos Srs. e Sras. Senadoras o recebimento do relatório final da CPI do Ensino Superior Privado, criada pelo Ato nº 23, de 2011, para apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo.

As Sras. e Srs. Senadores que desejarem uma cópia do relatório poderão se dirigir à secretaria dessa Comissão, onde estará disponível em meio digital.

Também informo que no ciclo de audiências públicas Educação e Federalismo teremos a primeira audiência, cujo assunto e finalidade é: Educação Básica – Responsabilidade do Governo Federal.

As observações que precisam ser mencionadas são que a autoria do Requerimento nº 73, de 2011, é de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti.

O tempo de exposição do Tribunal de Contas da União será dividido entre os dois convidados.

Os convidados são o Sr. Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; o Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU); o Sr. Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano, Secretário de Controle Externo do TCU; o Sr. Fernando Antonio Rezende Silva, Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e o Sr. Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC).

Eu não havia declarado encerrada esta sessão. Por isso, vou conceder ao eminentíssimo Senador Aníbal Diniz a oportunidade de aqui justificar e apresentar seu requerimento que faz parte do item 13 da pauta e que será imediatamente submetido à votação.

ITEM 13 REQUERIMENTO N° , DE 2012

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011, do Senador Zeze Perrela, que altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro

como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica. Para participar da audiência, requeiro sejam convidados: 1. Ary Graça Filho – Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), Presidente da Confederação Sul-Americana de Voleibol (CSB), Presidente da União Pan-Americana de Voleibol (UPV), e Vice-Presidente da Federação Internacional de Voleibol (FIBV); 2. Eduardo Serrano da Rocha – Presidente da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste (LCFN); 3. Antônio Aquino Lopes – Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre (FFAC); 4. Antônio Carvalho – Presidente do Brasília/Instituto Viver Basquetebol (Uniceub/BRB/Brasília), tricampeão do Novo Basquete Brasil (NBB); 5. Hélio José Maffia – Presidente do Sindicato dos Treinadores de Futebol Profissional do Estado de São Paulo (Sitrefesp); 6. Cláudio Duarte – Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul (Siapergs); 7. Virgílio Elísio da Costa Neto – Diretor de Competições da CBF; e, 8. Weber Magalhães – Vice-Presidente da CBF para a região Centro-Oeste.

Autoria: Senador Aníbal Diniz.

Senador **Aníbal Diniz**, V. Ex^a tem a palavra para informar e justificar o requerimento que apresenta.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quando recebi a designação para a relatoria do Projeto de Lei nº 531, de autoria do Senador Zeze Perrella, a intenção, inicialmente, era a de apresentar um relatório favorável à sua proposição, dada a absoluta pertinência da preocupação que ela apresenta no sentido de que todos os atletas contratados tenham seguro já feito pelas equipes que os contratam. Ocorre que há muitas equipes no Brasil, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, que não dispõem sequer de condições para a contratação dos seus atletas. A dúvida é: essas equipes estariam em condições de cumprir esse requisito?

Então, ainda que haja mérito na proposição do Senador Perrella, a gente achou por bem fazer uma proposição de audiência pública em que a gente possa ouvir dirigentes esportivos, tanto o dirigente da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), quanto o da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste, o Presidente da Federação de Futebol e os presidentes de federação dos demais esportes. A gente também propôs aqui a oitiva do Diretor de Competições da Confederação Bra-

sileira de Futebol (CBF), o Sr. Virgílio Elísio da Costa, e do Vice-Presidente da CBF da Região Centro-Oeste, o Sr. Weber Magalhães. Gostaríamos que pudéssemos ouvi-los um pouquinho, para nivelar essa questão sobre como ficaria a situação desses clubes que já funcionam com extrema dificuldade. Precisamos saber se eles teriam, digamos assim, as condições objetivas de arcar com a exigência proposta no Projeto de Lei nº 531, em emenda ao art. 45 da Lei Pelé, exatamente no que diz respeito à obrigatoriedade de seguros tanto para os atletas quanto para a equipe técnica das equipes desportivas.

Então, nesse sentido, apresentei esse requerimento de audiência pública e gostaria de levá-lo à apreciação dos componentes da Comissão de Educação. Caso houvesse concordância, eu me sentiria muito mais seguro para apresentar um relatório, ouvindo a opinião desses dirigentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, eu a coloco em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Não há mais itens na pauta.

Agradeço a presença de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, bem como a dos demais participantes da sessão que integram a plateia e também as assessorias, principalmente a assessoria da Mesa, que é sempre muito diligente.

Justifico que o Senador Requião, hoje, não pôde estar aqui presente e que, por isso, pediu que eu transmitisse um abraço a todos.

Declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para a próxima quinta-feira, às 10 horas da manhã, horário regimental.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 2012 AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte minutos do dia nove de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador

Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Ana Amélia, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Aníbal Diniz, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, Tomás Correia, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de **Primeira Audiência Pública** do “**Ciclo de Audiências Públicas Educação e Federalismo**”, atendendo ao Requerimento nº 73/2011-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti, destinado a debater o tema “**Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?**”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda**; **Senhor Fernando Antonio Rezende Silva, Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – FGV**; **Senhor Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – TCU**; **Senhor Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU** e **Senhor Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino – Ministério da Educação – MEC**. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, informa ao Plenário que o tempo de exposição do Tribunal de Contas da União será dividido entre os dois convidados. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento e a Senhora Senadora Ana Amélia. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 73, de 2012, desta Comissão, de autoria de diversos Senadores, Cássio Cunha Lima, Mozarildo Cavalcanti, eu próprio, para a realização desta audiência com a finalidade de debater Educação e Federalismo: Educação de Base é Responsabilidade do Governo Federal?

Para dar início, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Nossos convidados são: Marcelo Barros Gomes; teremos também o Márcio Holland; Fernando Antonio Rezende Silva e Binho Marques. (Pausa.)

Quero, inicialmente, agradecer a todos os convidados que encontraram tempo e se prontificaram a estar aqui, não apenas porque qualquer audiência feita aqui no Senado tem uma repercussão – esta aqui vai ser transmitida pela televisão, pela rádio, pela nossa Universidade do Legislativo – mas também porque o tema que estamos debatendo, em que sou envolvido muito diretamente, é verdade, creio que, independentemente desse envolvimento, tem uma importância grande.

Todos nós estamos sabendo, vendo, enfrentando, eu digo mesmo, a fragilidade e a vergonha: a fragilidade nacional por falta de educação e a vergonha nacional por falta de educação e pela desigualdade como a educação é distribuída, conforme a renda da pessoa, e não conforme o talento da pessoa.

No Brasil, chega-se a doutor não apenas e sobretudo pelo talento, mas sobretudo pelo fato de que, na primeira infância, teve-se condições de uma boa educação.

Vergonha que se mostra até no resultado dessas Olimpíadas, pelo menos até aqui, quando a gente sabe que a maior parte de um bom atleta se faz logo cedo, e sempre nas escolas. Dificilmente se consegue fazer um grande atleta depois dos 15 anos de idade, como, aliás, em qualquer atividade; é muito difícil. E, antes disso, é a escola que é o lugar da atividade.

E essa vergonha e fragilidade, pelo que se tem visto, ela não consegue ser superada deixando toda a responsabilidade, quase, da educação sobre os ombros de pobres prefeitos, que não têm muitos recursos financeiros, e ainda menos recursos locais, de professores.

Imaginem se o Banco do Brasil fosse municipal e todos os seus funcionários fossem escolhidos no

Município. Como é que a gente ia conseguir uma unidade? Eu digo o Banco do Brasil, mas vale para Caixa Econômica, Ministério Público, todas as atividades federais diferenciadas daquelas municipais.

Apesar disso, há muitas contestações à ideia de um sistema nacional de educação. Muitos acham que isso seria um desvio da concepção federal que nós temos no Brasil. É para debater isso, com toda a abertura, querendo-se encontrar se esse é ou não o caminho, que nós trouxemos essas pessoas, que têm altíssima experiência no que se refere aos aspectos federativos e também nos aspectos educacionais.

Por isso, sem perder mais tempo, vou passar a palavra ao Márcio, a quem nós vamos marcar 15 minutos; mas, se precisar de um pouco mais, não vamos aqui cortar o seu tempo.

Então, por favor, Márcio.

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Cristovam Buarque! Bom dia a todos da Mesa, a todos na audiência, aos jornalistas e à sociedade presente!

Gostaria, em primeiro lugar, de dizer, caro Senador que tem uma história marcada pela discussão sobre educação, tem uma contribuição extraordinária no debate, que quando eu falo de educação é humanamente impossível dividir a figura de Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda da figura de professor universitário. Eu não consigo fazer isso. Eu sou professor universitário. Eu gostaria de me apresentar como o que eu sou: eu sou professor universitário. Já fui professor universitário em instituição pública de ensino, fui formado por instituições públicas de ensino, da infância à universidade; cresci e prosperei – digamos assim; assim é esperado das pessoas, da humanidade – prosperei à custa do ensino público brasileiro. Sou professor em programa de pós-graduação; sou atualmente pesquisador inclusivo do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) desde 2000, pesquisador cadastrado, nível 1; eu ainda tenho orientandos de doutorado – este ano tenho algumas teses de doutorado sendo defendidas, de mestrado. Portanto, é muito difícil separar as pessoas.

Então, quando eu falo de educação eu falo de uma ampla perspectiva da educação no País. A gente costuma falar, quando fala de agricultura, da porteira para dentro e da porteira para fora; eu costumo falar de educação da porta para dentro e da porta para fora, da sala de aula e das políticas públicas.

O Brasil, caro Senador e caros presentes, a avaliação que eu faço e os números que tenho aqui mostram que o Brasil, digamos, progrediu muito na educação. Educação é uma das políticas públicas mais extraordinárias, mais importantes para um modelo de

desenvolvimento econômico de qualquer país – tem se mostrado, assim tem sido –, mas também é uma das políticas que mais tomam tempo para transformar. Ninguém espera que uma política educacional mude um país inteiro em uma década, em um semestre, em um mês.

A mudança da educação... Aliás, eu já estive com o Senador uma vez quando eu era visitante da Universidade de Berkeley, o Senador esteve lá visitando – acabei de lembrar esse evento – e disse que era preciso mudar os fundamentos ontológicos, alguma coisa assim, culturais do País. Lembrei de alguma coisa em 2005 – veja lá! O próprio Senador reconhece isto: na educação, quando você faz uma mudança, um programa educacional, um investimento educacional, você precisa tomar tempo, muito tempo. Você não muda toda a cultura educacional e a política educacional em uma década, em uma semana, em um mês.

O Brasil tem feito avanços que são marcados, as estatísticas e os números – posso citar alguns – demonstram isso. Isso não quer dizer que vamos ficar parados pelos avanços tomados. Temos ainda um passo a mais a tomar.

Posso citar alguns números, mas a essência da minha fala, posso resumir da seguinte forma: em primeiro lugar, a crença nossa, de todos nós, e aí acho que provavelmente estaremos num lugar comum do papel da educação para o modelo de desenvolvimento e de crescimento econômico. Toda a literatura assim prega e assim a gente acredita: a educação é um dos fatores determinantes do crescimento econômico, não é o único fator, não é um fator isolado em si e por si, ele caminha junto com outros fatores e estimula e motiva outros fatores, como fatores institucionais, entre outros; alterações na qualidade das instituições, nas regras da sociedade, um vem junto com o outro.

É muito difícil imaginar – é isso o que diz a literatura – as pessoas desejando estudar mais, se escolarizar mais, porque a educação não pode ser medida mais como anos de escolaridade. Educação é mais do que isto que a literatura internacional chama de *years of schooling*. Ela é mais do que anos de escolaridade. Ela tem qualidade implícita, que deve ser mensurada também. E ela vem junto. Então, deve haver estímulos para a pessoa adicionar mais educação ou anos de escolaridade, se ela assim o desejar. O País precisa ter estabilidade econômica. Você precisa ter ganho de rendimento para você ter o que a gente chama de ganho marginal da educação: “Para cada ano de escolaridade, eu vou ganhar quanto a mais?” Não é isso?

O Brasil é um dos países que tem um dos maiores retornos marginais de investimento em educação. A população, para cada ano de escolaridade, ganha

cientemente mais em relação à média geral dos países, e a maioria dos estudiosos de diversos países convergem nisso.

Então, o Brasil tem muito estímulo para educar. Muito estímulo para educar. Isso é fundamental. Agora, esse estímulo para educar tem que estar acompanhado de estabilidade macroeconômica. Tem que haver importante estabilidade e ganho real dos trabalhadores. Portanto, tem que haver política macroeconômica estável. E não adianta imaginar a educação em si por si, como algo pairando no ar. Isso não existe.

Segundo, ela precisa acontecer concomitantemente com ganhos de produtividade e de rendimento do trabalho, se não o próprio setor produtivo não vê motivos para empregar trabalhadores mais escolarizados. É preciso haver, obviamente, ganhos de rendimento para que todos nós olhemos para a frente e digamos: "Se eu estudar um pouco mais, eu vou ganhar ainda mais. Para cada ano de escolaridade, quanto eu ganho a mais?"

Do outro lado, a minha segunda intervenção, dado que ela é de quinze minutos – talvez já tenha passado da metade, só com essa introdução –, é que precisamos ficar atentos ao que chamamos de mudança demográfica do País. Políticas educacionais não podem acontecer pairando no ar, se eu não olhar qual é a demografia do País e qual é o movimento demográfico brasileiro.

O Brasil, em particular, está passando por uma transição demográfica extraordinária, que está fazendo todos nós repensarmos as políticas públicas a partir dessa mudança demográfica e a qualidade das políticas públicas a partir dessa mudança demográfica. Ela não é qualquer coisa. É óbvio que eu não vou detalhar, com meus quinze minutos, essa mudança demográfica, vocês a conhecem, ela aconteceu, ela está acontecendo e ela vai continuar acontecendo. É só observar algumas pirâmides do IBGE, que tenho aqui, e vocês vão encontrar em qualquer... No Censo Demográfico de 1970 até 2050. Vocês vão ver que essas pirâmides estão mudando sistematicamente.

Isso quer dizer o quê? Quer dizer que a preferência da sociedade ou das pessoas por educar-se está mudando. Isso tem um significado, que posso elaborar oportunamente. A discussão demográfica também está associada a crescimento populacional. A taxa de crescimento populacional brasileiro nos anos 50 era de 3%. Hoje é de 1,17%. Ela é decrescente, e com o envelhecimento da população brasileira. Essa população mais envelhecida provavelmente está desejando outras políticas, porque a educação, como diz o próprio Senador, é fundamental na infância. Aliás, um assunto importante da educação é: não dá para falar de edu-

cação se não se segmentar a educação por características da educação. Existe a educação da primeira infância, que é particular e especial e exige políticas públicas claras para isso, que não é a mesma política pública para a educação universitária. Elas são diferentes e têm características diferentes.

Então, não é apenas aumentar o gasto em educação, falar em educação. É desenhar políticas públicas adequadas por características da faixa etária. Isso não é tão simples. Eu os convidaria a uma outra variável importante: a diversidade regional do País. Ou seja, esse negócio está ficando tridimensional, se não quadridimensional.

Para a educação efetivamente dar resultado, os desenhos da políticas públicas educacionais por características da população, por características regionais é fundamental. Portanto, não é mero aumento do gasto em educação.

Destacaria os resultados em geral – alguns deles –, para demonstrar que não é só uma mensagem de otimismo de si por si, mas demonstrar que o Brasil tem obtido excelentes resultados educacionais, e nós devemos continuar nessa direção. E digo mais: talvez eles não tivessem acontecido se nós não tivéssemos também resolvido problemas macroeconômicos diversos. Se a sociedade estivesse desconcertada macroeconomicamente, talvez não haveria estímulos hoje para estarmos aqui, o Ministério da Fazenda, por exemplo, interessados em discutir essa agenda. Eu estaria muito mais preocupado em resolver um problema de inflação de 2.000%, uma taxa de juros de 500%, ou coisa parecida, ou uma dívida, ou um desequilíbrio de balanço de pagamentos. Essa seria a nossa agenda. Mas essa não tem sido mais a nossa agenda. A nossa agenda tem sido crescimento, investimento, infraestrutura, educação. Ela tem mudado sistematicamente. Isso é um sinal de que nós prosperamos. Nós, toda a sociedade, prosperamos através de políticas públicas qualificadas.

Para se ter uma ideia, vou dar apenas alguns números, Senador, longe de serem exaustivos, a proporção da população com 10 anos ou mais de idade com qualificação profissional saiu, em 2003, de 14% para 25%. A população brasileira com 25 anos ou mais em nível educacional com ensino médio completo ou superior incompleto saiu de 16% para 25%. E a população sem instrução fundamental ou ensino fundamental incompleto caiu 20 pontos percentuais. A população com ensino superior saiu de 6,8% para 10,8%, isso em intervalo curto de tempo, dentro da década. Dentro da década. Isso aconteceu sistematicamente no País, e em todas as regiões brasileiras. Este gráfico mostra que isso aconteceu em todas as regiões brasileiras

quase igualmente, se não com mais intensidade nas regiões do Nordeste, Norte, entre outras.

O número de matriculados em ensino profissional dobrou no Brasil nos últimos anos. O número de vagas nas instituições de ensino superior dobrou nos últimos anos: de 124 mil para 240 mil. O percentual da população com 11 anos ou mais de trabalho saiu de 44% para 60%. O número de titulados em doutorado – porque educação tem um pouco do *output*, do resultado... É a tal da pirâmide educacional que conhecíamos, aquela coisa clássica: os cidadãos fazem o ensino básico, não fazem o ensino médio; os poucos que fazem o médio, não conseguem ir para a universidade; os poucos que conseguem ir para a universidade raramente têm um título de doutorado. Não sei se vocês se lembram dessa história no Brasil. Isso é uma história presente no Brasil até os anos 90. Para se ter uma ideia, de 2002 para 2012, nós redobramos o número de titulação em doutorado no Brasil. E doutorado toma cinco, seis anos no mínimo – não sei se isso está claro. Ou seja, deve estar sendo gestado um processo ainda mais crescente do que esse num futuro próximo, porque as políticas públicas para isso demoram, tomam tempo. Estamos falando de um programa que demora 10, 12 anos.

Então, em todos os níveis... Taxa de analfabetismo no Brasil: nos anos 40, era de 56% da população com 15 anos ou mais; hoje é de 9,6%. Em 1990, 20% – recentemente.

O resultado disso, dessa melhoria educacional brasileira é transferida diretamente para rendimento. A renda *per capita* do brasileiro aumentou consistentemente. Uma coisa está associada à outra. Os pesquisadores de educação não sabem dizer a causalidade. Há um debate sobre isso. Mas, de qualquer forma, elas são correlacionadas: melhorou a educação no Brasil, melhorou o rendimento médio do trabalhador sistematicamente, em termos reais, o que sustenta o rendimento. Não sei se está claro. O rendimento médio real do trabalhador brasileiro tem crescido e tem sido sustentado por melhoria na sua escolaridade; se não ele cairia, ele seria vulnerável. Para se ter uma ideia, o PIB *per capita* no Brasil saiu de US\$2,8 mil, em 2002, para US\$13,3 mil em 2012.

E o tempo acabou, e eu não fui na metade.

Gasto em educação no Brasil, total em educação no Brasil, saiu de uma média de 4,5% para 5,8% do PIB; nós estamos falando em percentual do PIB, que cresce, PIB que cresce nesse período consistentemente, mais do que a média dos 30 anos anteriores.

O orçamento em educação, a preço constante – eu poderia colocar preço corrente também – saiu de R\$30 bilhões para R\$69 bilhões. O Brasil foi um dos

países que teve um dos maiores crescimentos de gastos em educação em relação ao PIB no mundo. São dados da OCDE; uma das maiores variações de crescimento no mundo neste período de tempo.

Em termos de taxa de mudança nem se fala. O gráfico, inclusive – infelizmente eu não tenho tempo que me permita mostrar isso também –, tem que mudar a escala. O Brasil é um dos países que teve uma das maiores variações de crescimento de gastos em educação no mundo. Na média da OCDE, nós estamos... Se você pegar a média da OCDE e ponderar pela renda *per capita*, não se esqueça disso, ou seja, você tem que ponderar o gasto em educação pela renda *per capita* do país, você não imagina que nós vamos ter um gasto em educação, por habitante, igual a um gasto em educação, por habitante, num país em que a renda *per capita* é de US\$70 mil. Isso está claro. Não faz o menor sentido essa estatística. Quando você pondera pela renda *per capita*, o Brasil tem um gasto médio em educação, por aluno, por ano, por renda *per capita* – que é o dado mais preciso – acima da média da OCDE.

Bom, traduzindo, eu tenho que encerrar esta minha exposição, pular um pouco alguns eslaides, dizendo que, primeiro, nas minhas conclusões, educação importa, e muito, para o crescimento e para o desenvolvimento econômico. Quando falo em crescimento, não estou falando meramente a variação do PIB. Estou falando da variação do PIB ao longo de décadas – não sei se está claro –, não é somente o PIB em si, mas o ganho real do trabalhador, que tem que ser consistente no tempo, tem que dar continuidade nesse processo. Não adianta a gente fazer todo um programa de distribuição de renda, como tem sido feito no País, e não ter a sustentação na escolaridade, porque a empregabilidade está associada à escolaridade; quanto mais anos de escolaridade você tem, mais você diversifica o seu portfólio de empregabilidade. Sei lá, se eu não me der bem como economista, talvez eu seja um professor de inglês básico, alguma coisa assim. De repente, eu posso ser um bom professor de reforço de matemática ou de finanças pessoais. Isso é só para ilustrar, não sei se está claro. Cada ano de escolaridade permite a você ter uma trava no seu rendimento médio real, de modo que ele não é reversível, ele é fundamental.

Segundo, o Brasil tem prosperado, com os números claros, nos seus resultados em educação no País, lembrando, como eu disse, que não é uma política pública de curíssimo prazo, com resultados de curto, curíssimo, nem médio prazo. Parafraseando o Senador, em 2005, é preciso transformações epistemológicas e antológicas de toda uma sociedade, de toda uma cultura; é preciso alterar métodos educacionais,

treinar professores, qualificar nova geração de professores. A educação está mudando claramente hoje. Ela não é simplesmente pó e giz, ela é motivacional na sala de aula, ela tem um sentido diferente do que a gente imagina: chegar, pegar um livro texto e ensinar. Não é mais assim hoje em dia. Então, tem toda uma mudança de características do processo educacional que tem que ser alterada ao longo de anos no Brasil. Eu tenho várias experiências a respeito disso, inclusive com outros países. No Brasil, um professor pega um livro texto, abre a primeira página e o objetivo dele no final do semestre é concluir a última página do livro. Isso está errado, esse não é o processo educacional. O professor que deu aula do livro texto, ele tem que saber fazer o livro texto. Não sei se está claro. O professor brasileiro aprende minimamente partes do livro texto e ensina pedaços do livro texto. Todo mundo sabe disso. Então, exige uma transformação do processo de aprendizado brasileiro, que vai tomar muito tempo no Brasil.

E finalmente, os gastos em educação no Brasil têm sido sistematicamente crescentes e têm dado resultados.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Márcio, como o tempo se esgotou, eu quero lhe dar mais cinco minutos. Mas para tentar trazer para o tema central desta Mesa.

Nós temos três perguntas: quais as vantagens da federalização? Quais as desvantagens da federalização? E quais as dificuldades da federalização?

Para nós, é muito importante saber o que a Secretaria de Política Econômica pensa sobre isso. Aumentar o número das 425, se não me engano, escolas federais para 200 mil, no Brasil, ao longo de vinte, trinta anos, isso traz vantagens? Quais? Traz desvantagens? Quais? E quais as dificuldades para fazer isso?

Você quer os cinco minutos agora ou ao final de todos?

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Se me permitir, eu preferiria no final, porque, veja só, têm autoridades aqui da área de federalismo, o Prof. Fernando Rezende, que vai elaborar isso. Provavelmente, a primeira pergunta dele é o que é federalismo. Não é isso, Prof. Fernando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – E temos aqui o MEC, que também vai expor. Então, oportunamente, eu queria ouvir a todos aqui presentes.

A Secretaria de Política Econômica elabora propostas e sugestões de política econômica a partir do que a sociedade pensa em grande parte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está bem.

Então, eu vou passar para o Fernando Rezende. Mas, já que o Márcio antecipou que ele vai perguntar o que é o federalismo... Eu não sei responder o que é o federalismo, mas eu sei responder o que é federalização da educação. Federalização, o que nós temos entendido, é aumentar o número de escolas federais no Brasil, até um dia chegar ao ponto de dizer: todos os professores têm uma carreira nacional, como têm os do Ipea, como têm os do Congresso, como têm os do Banco do Brasil. Isso é a federalização, a carreira do professor deixar de ser municipal, ser federal.

Segundo, as escolas serão de qualidade, mandadas pelo Governo Federal, em horário integral, nas edificações, nos equipamentos. Então, federalização seria as escolas serão do tipo das escolas técnicas, do Colégio Pedro II, dos institutos de aplicação, que quando a gente vê a nota do Ideb, tem a melhor média; a melhor média não é das particulares, a melhor de todas deve ser particular, a segunda também, a terceira, mas a média das particulares está abaixo da média das federais. Então, federalização, a gente tem usado aqui neste sentido, fazer com que a responsabilidade pela educação de base seja federal.

Prof. Fernando.

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – Prof. Cristovam Buarque, meus colegas, todos os presentes, bom dia.

Eu vou deixar a provocação do Márcio para o final, não vou entrar nessa conversa agora, não.

Eu vou tentar resumir, no início, o que pretendo argumentar aqui. Colocaram os eslaides aqui na tela, então, de repente, a gente pode se valer deles daqui a pouco.

A questão que tem me preocupado é a seguinte: o federalismo fiscal brasileiro, que ao fim e ao cabo, é o elemento central da discussão da implementação das políticas públicas nacionais, ao longo de 47 anos, acumulou grande e severas distorções. E eu quero dizer aqui, para quem nasceu recentemente, que o federalismo fiscal brasileiro foi criado na Emenda Constitucional nº 18, de 1965. De lá para cá, a essência do regime que foi instituído naquele momento não foi alterado. Foram alterados percentuais, foram criados novos regimes de transferência, foram modificadas as competências tributárias, mas a essência está lá. Só que os alicerces foram sendo devidamente abalados.

Em 1988, eu acompanhei os trabalhos da Constituinte no Capítulo Tributário e Orçamentário – eu comecei a trabalhar cedo, deixo aqui essa ressalva – e o assunto praticamente não foi debatido. Houve um aumento grande das transferências, houve um aumento da competência dos Estados e dos Municípios

etc. Eu não estou discutindo aqui o mérito; estou discutindo os fatos.

O importante é que a acumulação dessas distorções ao longo do tempo criou dois problemas muito importantes para as políticas públicas nacionais: um, é que não se estabeleceram condições satisfatórias para uma eficiente gestão das políticas públicas, que afetam todas aquelas que foram transferidas à responsabilidade dos Estados e Municípios, inclusive a educacional; o outro, não fez com que a Federação brasileira assegurasse um princípio federativo que é inserido em algumas constituições, entre elas na alemã, que é assegurar a todo cidadão brasileiro, independentemente de onde ele nasceu e de onde ele vive, condições equivalentes de possibilidades de ascensão social, ou seja, a isonomia das oportunidades de ascensão. Não é isonomia de renda, é isonomia de oportunidades. E obviamente o acesso à educação, como mostrou o Márcio nos números que ele apresentou e como o Senador Cristovam tem enfatizado em todos os seus pronunciamentos, a educação é um bem essencial à isonomia de oportunidades. O cidadão teve a infelicidade de nascer num lugar onde as capacidades financeiras do Estado ou do Município não lhe dão condições de ter um padrão educacional igual àquele que nasceu em outro lugar onde a capacidade financeira é muito grande, obviamente nós criamos uma situação de iniquidade que se acumula e se perpetua historicamente.

Eu vou explicar agora em poucas palavras as razões dessa questão. Não vou passar aqui os dados de gastos em educação, que o Brasil está mais ou menos em padrão equivalente... Acho que esse negócio vai me atrapalhar. Padrão equivalente à média, em porcentagem do PIB, Brasil, setor público, gasta mais ou menos o equivalente ao que gasta a maioria dos países. O importante é que há diferença grande entre o gasto público e o gasto privado. E há uma diferença importante é que dados da OCDE também ressaltam é que o gasto público em educação é proporcionalmente muito maior no ensino universitário do que no ensino fundamental. Então, essa é uma questão importante do debate, creio eu.

Podemos voltar a esse debate no final.

E não preciso também falar nos dados que vários estudos já demonstraram: em relação ao gasto, o desempenho dos estudantes brasileiros, pelas pesquisas promovidas pela Unesco etc., é muito aquém do encontrado em outros lugares. Alguns analistas dizem que a explicação para isso é exatamente esse diferencial entre gasto público e gasto privado no que diz respeito aos níveis de ensino que são atendidos pelo Estado brasileiro.

Por que eu afirmei logo no início que as distorções que o federalismo fiscal brasileiro acumulou ao longo dos anos não criaram condições suficientes para uma gestão eficiente do recurso? Em razão do fato de que as capacidades financeiras dos Estados e Municípios, que são medidas, por exemplo, pelo tamanho do orçamento em relação ao número de habitantes, orçamento *per capita*, incluídas no orçamento todas as fontes principais de receitas tributárias, próprias, as transferências de toda ordem e outras receitas patrimoniais, elas são muito grandes na Federação brasileira. Então, variam de um máximo de quase R\$4 mil *per capita*, dos quais se aproxima aqui o Distrito Federal, a um mínimo de R\$700 *per capita*, encontrado, se não me falha a memória, no Estado do Maranhão.

Por que é assim? Porque não modificamos as regras que determinavam, na Constituição de 1967, por exemplo, a repartição do Fundo de Participação dos Estados na Federação. O tema está sendo discutido agora no Congresso – estou acompanhando isso de perto numa outra comissão instituída aqui no Senado. Mas não é só isso. A repartição dos *royalties* do petróleo, a repartição de todas as outras transferências que são feitas a Estados e Municípios. E como essas transferências foram instituídas em momentos distintos da história brasileira e com razões e finalidades específicas, inexiste uma lógica comum que trate o regime de transferências à luz dessas questões que estamos discutindo aqui.

Então, é evidente que um cidadão que tem acesso a um padrão educacional que equivale a 25% do orçamento de um Município que é muito pequeno vai ter 25% disso garantido para aplicar em programas educacionais. O outro que tem um orçamento *per capita* que é 30, 40 vezes maior que o anterior tem acesso a um padrão de gasto em educação 30 ou 40 vezes maior do que aquele.

No caso dos Municípios, eu vou mostrar em seguida uns dados que estão na tela que nos dizem o seguinte: 2% da população brasileira vive nos 10% dos Municípios de maior capacidade orçamentária. Por quê? Porque de repente estes 10% dos Municípios têm a felicidade de ser confrontantes à exploração de petróleo na plataforma continental brasileira, têm uma indústria qualquer importante, automobilística, petroquímica instalada no seu território, e isso lhe dá uma cota de participação no imposto estadual muito grande. Esses fatores todos levam a essa situação.

Nós criamos, no Brasil, um regime de garantias financeiras para os direitos sociais. Na Constituição de 1988, isso foi muito bem definido. Mas é um regime de garantias financeiras que se associa ao tamanho do orçamento. Isso é histórico no Brasil. A Lei Calmon,

de meados de 1980, não me lembro bem a data, mas entre 1984 e 1985, criou o percentual do Orçamento público que tem que ser aplicado em educação. Agora, como esse percentual é aplicado sobre essas disparidades existentes, nós criamos esta situação em que a capacidade de financiamento dessas políticas fica na dependência do tamanho do orçamento sobre a qual ela se aplica. Essa é uma questão em que precisamos prestar atenção e precisamos discutir. Ora, se é assim, e se há acentuadas disparidades na capacidade de financiamento, no caso específico dos programas educacionais, entre os Estados e entre os Municípios, nós criamos uma situação na qual a qualidade da gestão desses programas fica condicionada ou grandemente dependente de os entes federativos se unirem, se associarem para cooperar na gestão dessas políticas.

Hoje em dia, o Brasil é quase todo composto, a população se concentra cada vez mais em grandes regiões metropolitanas, em aglomerações urbanas de porte médio no interior do Brasil afora, o que significa que se tem, naquele espaço territorial, populações que estão sendo atendidas por entes federativos diferentes. Ou, dito de outra maneira, inexistem regras e mecanismos que procuram incentivar ou induzir a cooperação dos entes federados na gestão dessas políticas.

Discutiu-se aqui no Brasil, votou-se e implantou-se uma lei de consórcios que não tem instrumentos efetivos para ser de fato aplicada. Do que é que se trata, a meu juízo, para discutir o tema da eficiência da gestão e da isonomia de oportunidades? Trata-se, e isso tenho defendido em alguns trabalhos e em um livro que acabei de publicar recentemente, trata-se de discutir novo regime de repartição de recursos fiscais na federação que busque corrigir as distorções que se acumularam em 47 anos. Significa dizer que precisamos tratar da reforma do federalismo fiscal brasileiro. Claro. Mas esse é um tema complicado. Não por acaso estão os Estados discutindo há dois anos como vão reformar o FPE depois da decisão do Supremo que diz que a regra vigente é inconstitucional. Mas, na medida em que a gente trate dos assuntos de forma mais integrada, trate do conjunto das questões envolvidas nesse tema, que não significa simplesmente discutir reforma tributária ou reforma parcial de alguns instrumentos, acho que criamos situações possíveis para...

Eu queria passar rapidamente aqui para reforçar o que estou dizendo.

Este é o quadro das disparidades entre os Estados. Não vou entrar em detalhes; obviamente, depois, para quem tiver mais interesse, acredito que estes esboços estarão à disposição para todos aqui no Senado.

Este é o quadro da disparidade entre os Municípios. Reordenam-se os Municípios pelo tamanho da

população no eixo horizontal e por orçamento *per capita* no eixo vertical. Significa que você tem Municípios com muito pouca população com receitas por habitante muito maiores do que Municípios que concentram grande número de habitantes.

Este é o quadro que mencionei antes, com um gráfico que mostra exatamente, lá em cima, 98%; quer dizer, 2% da população vivendo nos 10% dos Municípios de maior capacidade orçamentária. E essa diferença se reproduz; por via das vinculações de percentuais uniformes orçamentários, ela se reproduz pela maneira como se distribui a capacidade de financiamento da educação entre os Municípios brasileiros. Da mesma maneira como está dito aí, já que o percentual é o mesmo para todo mundo e se aplica *a posteriori*.

E isso tudo se soma a esse dado que é muito importante, quer dizer, a essência em função da descentralização das políticas públicas no Brasil, que acho é um fato não só brasileiro, mas universal, mostra que aquilo que representa as políticas públicas que tratam da prestação de serviços diretamente à população foi progressivamente transferido à responsabilidade dos Estados e Municípios. Parte com apoio financeiro do Governo Federal, parte com vinculação de receitas orçamentárias estaduais e municipais. É claro, e eu esqueci de dizer antes, que, no caso da educação, a solução adotada com o Fundef, depois transformado no Fundeb, amenizou as disparidades, no caso do financiamento educacional. Mas ela amenizou só no interior do Estado, e a complementação federal não é suficiente para tratar das disparidades que existem entre os Estados brasileiros

Por que eu disse que nós precisamos rediscutir o regime de garantias? Porque o regime de garantias foi fixado em cima do Orçamento. O Orçamento oscila em função da conjuntura econômica. Se a conjuntura econômica vai mal, a arrecadação cai e os recursos para financiar programas essenciais também caem na mesma proporção.

Uma tese que eu tenho defendido é a de que repete a garantia deveria ser fixada em razão da população, e não em relação ao Orçamento. Se você fixa um piso em que o Governo não poderia gastar menos do que x reais *per capita*, corrigido pela inflação no programa x da educação, da saúde, você tem um regime de garantia muito mais eficiente, porque você estabelece um piso e, não obstante, se a situação econômica e a conjuntura da receita forem favoráveis, pode gastar mais. Mas se a conjuntura é adversa, o piso está garantido. Então, na medida em que você faz essa opção pela vinculação orçamentária, você cria...

A regra universal no regime das transferências, que nós precisamos discutir no Brasil, e nós estamos

tentando discutir essa questão federativa na Comissão, é adotar o que se chama universalmente de um regime de equalização de receitas. E o que é um regime de equalização de receitas? Dito rapidamente, é o regime no qual, dadas as capacidades tributárias que a Constituição assegura e dado o fato de que a renda e a produção são concentrados territorialmente, as disparidades de bases de tributação são concentradas no território.

O regime de equalização busca fazer o seguinte: qual é a disparidade entre um Estado a e um Estado b que vem determinada pela base tributária? E, aí, estabelece uma regra que diz o seguinte: independentemente da situação, ninguém, nenhum Estado ou Município, pode ter uma receita orçamentária *per capita* inferior a um determinado piso. E o alcance desse piso seria garantido exatamente por um regime de transferências do Governo Federal. Todo mundo que está abaixo desse piso deve chegar aqui, como um piso mínimo para garantir essa situação.

Nós simulamos em um outro estudo – e está até em um livro do qual vou deixar uma cópia com o Senador –, o que seria a mudança decorrente de um regime de equalização, no caso brasileiro. Ali embaixo é receita *per capita*. A base é a curva azul. A curva vermelha é de quanto você elevaria os Estados que estão abaixo desse padrão com um regime de equalização, dado o montante atual do Fundo de Participação dos Estados, por exemplo.

No caso dos Municípios, veja que a aplicação de um regime de equalização corrigiria aquela diferença anterior. Onde era 10% acima, passa a ser 25% da população, em 10% dos Municípios. Então, se quiserem, depois, poderemos discutir isso em mais detalhes.

Eu queria só ressaltar para concluir que a proposta de equalização não é nenhuma novidade. Quer dizer, no regime de 1965, a ideia estava lá. Só não era aplicada da forma como se aplica hoje, modernamente, nas federações conhecidas. Mas não seria muito difícil a gente trazer aqui agora.

A conclusão, que já tinha dito antes, é que precisamos colocar no debate nacional – obviamente, nada como alguma coisa que possa ser implantada da noite para o dia – a discussão do que deve ser o nosso federalismo fiscal à luz da necessidade de se construir um regime que seja condizente com a criação de condições propícias para uma gestão eficiente das políticas públicas e para aderir ao princípio de que o cidadão não pode ser penalizado, do ponto de vista das suas chances de subir na vida, por ele haver nascido em um lugar onde a capacidade fiscal da jurisdição política que lhe atende ou que lhe presta o serviço é insuficiente para atender ao mínimo indispensável.

Não sei se seria o caso de fazer uma primeira resposta às perguntas que o Senador mencionou no final, das vantagens da federalização e das desvantagens, porque aí poderia propiciar um debate em torno da mesma...

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Professor.

Quero passar a palavra agora ao Marcelo Barros Gomes.

Eu gostaria de informar que o Tribunal de Contas escolheu fazer a divisão entre dois. Então, passo a palavra, primeiro ao Sr. Marcelo Barros Gomes.

O SR. MARCELO BARROS GOMES – Obrigado.

Senador, o papel do Tribunal de Contas da União, fundamental, é assessorar o Congresso nos debates de política pública. Eu acho oportuna essa participação.

Relevante para o debate, Senador e colegas da Mesa, é que o Tribunal, recentemente, fez a análise das contas do Governo, e estamos agora divulgando esse relatório, essa conclusão de *accountability* do Governo no período.

O tema escolhido pelo relator foi Sustentabilidade do Crescimento. Passo ao senhor as fichas-síntese, Senador Cristovam, das principais conclusões das contas de Governo de 2011. Existe uma janela de oportunidade para que esse crescimento se prolongue por um tempo necessário para que o Brasil possa, finalmente, em sua história, sair, vamos dizer, desse patamar de subdesenvolvimento e atingir um PIB *per capita* compatível com a condição de País desenvolvido.

As contas desse ano trouxeram restrições a esse crescimento. São restrições vinculadas a gargalos de infraestrutura; restrições vinculadas à questão de ciência e tecnologia, principalmente, o baixo percentual de aplicação em ciência e tecnologia não só governamental, público, mas também de empresas comparadas no mundo. No Brasil, as empresas investem muito pouco em ciência e tecnologia. São gargalos vinculados à própria questão da condução da política econômica. Um dos pontos do desenvolvimento regional, um dos pontos fundamentais trazidos nas contas é a questão do patamar educacional do País, como forma de superar desigualdade e restrições. Então, as contas de Governo, nesse ano, trouxeram esse tema, que acho oportuno para o debate. Passo ao senhor.

Outra publicação são os temas decorrentes, que se vêm verificando na prestação de contas de Governo nos últimos cinco anos, de 2007 a 2011.

Então, eu diria que existe uma questão de governança pública relevante a ser superada no País para que, finalmente, as palavras eficiência, efetividade, eficácia passem além do conceito; sejam um atributo

constante das políticas públicas nacionais. Um dos exemplos aqui desse sistema em destaque é a total ausência ou insuficiência de indicadores de eficiência e eficácia para acompanhamento das políticas públicas.

Não se pode conhecer o que não se mede, não se conhece, o que não é medido. Então, há que se fornecer indicadores robustos das políticas públicas e esse acompanhamento tem sido muito difícil, porque, se a eficiência é uma relação custo/produto ou eficiência do processo, não temos sistemas que tragam esses indicadores. Efetividade é o resultado final da política pública, então, inexistem também indicadores de efetividade que possam mensurar a atuação do Governo no período. Não para dizer que a atuação teve impacto ou não teve, mas simplesmente que existem esses indicadores.

Outra questão aqui são as prestações de contas de convênio, restos a pagar, e esse livro aqui, Senador Cristovam, trata desses temas que a gente acredita que, se superados, podem aumentar a probabilidade de governança e de alcance de políticas públicas.

Na contas de Governo, essa vai ser a minha vertente, o capítulo IV que trata da função de educação ele tenta para todas as funções de Governo apresentar a execução do gasto, os resultados da atuação governamental no exercício e as ações de controle externo. Com relação ao orçamento: 77% desse orçamento que foi autorizado em R\$2,01 trilhões; empenhado 81%, R\$1,68 trilhão, 77% correspondem a encargos especiais e Previdência; outras funções: 20%. A educação é a quarta função, em termos de gasto, totalizando R\$58 bilhões ou 3% dos empenhos. Outras funções: Saúde 4%, Assistente Social 3%, Defesa Nacional 2% e Trabalho 2%.

Com relação aos valores liquidados, há que se destacar que, com relação à participação do PIB, a função Educação realmente foi a que mais recebeu recursos e as despesas empenhadas mostram que, ao longo do tempo, foi a função que mais cresceu em termos de gasto governamental, na ordem de 140%.

Outras funções que tiveram diminuição: Indústria (-34%), Desporto e Lazer (-19%), Habitação (-15%), Organização Agrária (-13%), Comunicações (-7%) e Urbanismo (-3%).

Mas na maioria das funções houve aumento e a educação realmente recebeu recursos bem acima da média de outras funções.

Um fenômeno que se verifica é o aumento sistemático das transferências para a educação básica. Apenas no último ano houve aumento da ordem de 33%, apesar do ensino superior ser a competência principal da União, é fundamental a participação da União nessa descentralização e transferência para a

educação básica, e ela tem aumentado ao longo do tempo. Se juntarmos todas as outras subfunções, elas são maiores que o ensino superior.

Com relação ao Fundeb, houve também, a partir de 2009, devido o percentual de 10% um aumento também substantivo dos valores do Fundeb, da ordem de 57%, chegando ao montante aproximado de R\$9,1 bilhões. Essa é uma análise numérica, não diz sobre o método se é suficiente ou não para aportar recursos para as políticas, mas o fato é que realmente vem crescendo.

Com relação aos mínimos constitucionais previstos para a aplicação na função Educação para Manutenção do Desenvolvimento do Ensino, foi acima do previsto constitucionalmente, 19,36%, o mínimo constitucional é 18%. Então, atendeu e superou. Essa também foi análise do Tesouro e do próprio Tribunal de Contas da União.

Contudo, falando um pouco do impacto, acredito que, do ponto de vista orçamentário, acredita-se que realmente o Governo tenha aportado mais recursos, é uma questão fática, mas quando fomos analisar no TCU algumas questões cuja causa parece ser a qualidade ou a questão da educação, algumas coisas surgem, que eu gostaria de trazer aqui para o debate.

A primeira é a persistência das desigualdades regionais. Apesar do crescimento PIB *per capita* ser inegável, as desigualdades regionais persistem de forma sistemática nos últimos anos a partir, inclusive, da estabilidade econômica de 1995 a 2008. Então, esse gráfico mostra que não houve mudança relativa das desigualdades do País ao longo do tempo de forma significativa. Segundo o Ipea, nesse ritmo, em 2074 somente é que o Nordeste chegará a 75% do valor da média PIB *per capita* nacional. Aqui não se discute o avanço da renda *per capita*, mas sim a comparação regional da riqueza.

Relevante também a correlação entre essa desigualdade apontada, persistente, o Nordeste não chega a 40% da média nacional de quarenta e poucos por cento PIB *per capita* da média nacional PIB *per capita*, e parece vinculada à questão educacional – e os índices educacionais mostram que existe uma correlação quase que direta entre as desigualdades e o tempo de escolaridade.

Este gráfico do IBGE mostra a proporção de pessoas com 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo. Então, o Nordeste ali tem a metade da Região Sudeste. Contudo, se os R\$26 bilhões em políticas de desenvolvimento regional forem aplicados, a grande conclusão do estudo é que as desigualdades permaneceriam. Ou seja, a efetividade da política de desenvolvimento regional, se tudo funcionasse bem, não

alcançaria o seu objetivo almejado, primeiro, pelo ritmo e, segundo, pelo ataque das causas da desigualdade.

Então, o que o Tribunal está concluindo nesse estudo de desenvolvimento regional e desigualdade regional é que a educação – alguns autores até falam, o Prof. Alexandre Rands – deve ser o foco, o fundamento da alavancagem econômica por um lado e inclusão com mais igualdade.

Os impactos do sistema educacional também revelam uma posição aí não muito agradável do Brasil em relação a outros países em matérias fundamentais de leitura, matemática. É um dado relevante, a gente entende que há progresso, mas lentos. Esse indicador da OCDE mostra que nesse quesito nós estamos muito aquém.

Com relação à educação profissional, rapidamente, esse levantamento da Fundação Dom Cabral mostrou que uma restrição da sustentabilidade do crescimento é a própria oferta de mão de obra qualificada. É um programa muito importante do Governo, educação profissional, para atender a esse déficit em procura de técnicos.

Sem dúvida, conforme o meu colega Dr. Márcio falou, é uma questão de médio prazo. Educação não se mede num ciclo orçamentário ou mesmo num PPA, mas houve um esforço muito grande na expansão da rede federal de ensino profissionalizante, que saltou de 354 escolas e que se espera, em 2014, alcance 562. É um programa robusto, um caminho concreto do Governo para a melhoria da qualificação de mão de obra, com algumas restrições.

Quando fizemos as auditorias, vimos que existe uma necessidade de ampliação do quadro de professores e técnicos, principalmente nos Estados fora do eixo Sul-Sudeste, políticas de combate à evasão, integração entre rede federal e setores produtivos locais.

As contas do Governo trazem muito mais informações sobre as restrições do crescimento sustentável. Citei alguns exemplos aqui. E o Sérgio vai...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer a exposição do Marcelo e passo para o Sérgio Ricardo, que continuará a apresentação do TCU.

O SR. SÉRGIO RICARDO DE MENDONÇA SALUSTIANO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Cristovam, participantes da Mesa, senhoras e senhores.

Dando continuidade à apresentação do Marcelo, nós vamos fazer breves reflexões sobre os desafios do controle, com uma eventual federalização da educação básica ou, mesmo antes, um aumento significativo de programas de nível nacional coordenados, operacionalizados pelos órgãos do Ministério da Educação.

Como todos nós conhecemos, o sistema de controle do Brasil, de acordo com a estrutura disposta na Constituição, basicamente se compõe de um controle externo cuja função é do Poder Legislativo, exercida com o auxílio do TCU, e cada Poder independente possui o seu próprio sistema de controle interno, sendo que o TCU também exerce o controle externo sobre o Legislativo na questão da execução administrativa, dos atos administrativos.

Essas prerrogativas e competências estão dispostas no art. 70 da Constituição, que diz que o Congresso Nacional é o titular do controle externo e cada Poder vai ter o seu próprio sistema de controle interno.

O art. 71 atribui as competências do Tribunal de Contas da União, como o executor principal do controle externo, e o art. 74, por sua vez, dispõe sobre as competências do sistema de controle interno de cada Poder.

A Lei 10.180, que dispõe sobre a organização dos sistemas de planejamento, orçamento, controle, contabilidade etc., vai definir o que seria o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, que seria composto por estes órgãos: Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central, e os órgãos setoriais, no caso, aqueles que estão afetos a alguns órgãos da estrutura da Administração Federal, no caso, Relações Exteriores, Defesa, AGU e Casa Civil.

Não obstante essa definição constitucional e legal do que seria um sistema de controle interno, o que se verifica na prática da gestão pública é que o sistema de controle interno, na verdade, não se resume a esses órgãos centrais de controle, no caso, a Secretaria Federal de Controle e seus órgãos seccionais.

O controle interno permeia todos os órgãos em todos os níveis de atuação de cada um desses órgãos dentro da estrutura da Administração. Tal como na administração privada, na Administração Pública, também o controle interno é tido e é reconhecido como essa soma de procedimentos, métodos e rotinas para se garantir a boa execução dos recursos, a salvaguarda desses recursos, verificar a exatidão e a conformidade das informações, garantir eficiência na aplicação desses recursos e também verificar o cumprimento das políticas ao alcance de metas, com – claro! – o objetivo de corrigir eventuais disfunções e ser uma fonte de informação para retroalimentação do sistema de planejamento.

Então, dentro desse conceito científico da teoria da administração, que é plenamente aplicável na Administração Pública, o controle interno está em todos os atos e processos administrativos do órgão, desde a execução do ato, a execução da despesa pelo agente público, pelo servidor público, até o mais alto nível de

controle a ser exercido dentro de um Poder pelo próprio controle externo.

Tanto é assim que, quando nós vamos para a legislação infraconstitucional, vemos que esse entendimento da teoria científica da administração está plenamente incorporado nesses normativos legais e regulamentares.

Já na Lei 4.320, que dispõe sobre as normas gerais de Direito Financeiro, estava lá expresso também, além da distinção do controle interno e do controle externo, estava já explícito que o Poder Executivo exercerá os três tipos de controle na época definidos, como de legalidade, conduta funcional e acompanhamento e execução de programas, sem prejuízo das atribuições dos tribunais de contas. E também que a verificação da legalidade dos atos se dá de forma prévia, concomitante ou subsequente, ou seja, de uma forma plenamente abrangente, em todas essas etapas em relação a todos os seus atos. Ou seja, um conceito de controle externo sistêmico e não apenas aquele previsto na Lei 10.180, que se restringe aos órgãos da CGU.

Também reforçando essa ideia, o Decreto-Lei 200, que trata da organização da Administração Pública, já no seu art. 13, reforçava essa ideia de que controle se exerce em todos os níveis e em todos os órgãos, desde a chefia competente, no nível mais próximo à execução do ato, da despesa do programa, passando pelos órgãos executores, os órgãos supervisores, até os órgãos superiores de contabilidade e de auditoria.

Atualizando, para não parecer que são disposições legais já bastante distantes do dia de hoje, o Projeto de Lei Complementar 135, que visa à substituição da Lei 4.320, vai mais além, reforça e deixa mais clara essa ideia de que o controle interno, na verdade, é obrigação de toda a Administração Pública, em todos os seus níveis e deve ser exercido em relação à totalidade dos atos.

Portanto, desse conjunto normativo, se pode afirmar que, na verdade, o controle interno é um instrumento de gestão, é indissociável no caso da gestão de recursos públicos. Não há como se dissociar, achar que gestão administrativa é uma coisa e controle é outra coisa dissociada da gestão. Essa ideia realmente não encontra amparo na prática administrativa, muito menos na doutrina. E para o auditor interno independente, que nesse caso se caracterizaria como um controle externo, a instância executora do ato, esses controles externos é que são ponto de partida de avaliação para as decisões de auditoria a serem executadas.

Então, dentro dessa perspectiva e considerando esses níveis de controle em nosso atual sistema – partindo do TCU, que é o órgão de controle externo no conceito constitucional, passando pela Secretaria

Federal de Controle, o órgão supervisor, o órgão executor, até chegar a um agente executor, seja ele um servidor público, seja ele um agente privado ou mesmo um órgão menor –, dentro essa estruturação e dessa perspectiva do controle interno, o que se tem é que quanto mais o controle é exercido por esses níveis inferiores, mais efetivo ele vai ser, do ponto de vista principalmente da conformidade, ou seja, da verificação de legalidade, legitimidade e economicidade. Por quê? Porque, como visto anteriormente, é um controle bastante abrangente que é prévio, é concomitante e também subsequente. Ele também tem condições de ser mais abrangente tanto em termos de extensão dos exames feitos como na profundidades com que esses exames são feitos com relação aos atos. E por estarem mais afetos a atos específicos, programas específicos, o foco, claro, não é uma limitação, mas é um foco na conformidade.

Por outro lado, em sentido inverso, quanto mais se sobe nesses níveis de controle, obviamente mais o órgão controlador vai estar distante da execução do ato, lá da ponta da execução da obra, da execução da despesa, da compra etc. Isso, evidentemente, gera uma necessidade de que esses órgãos superiores de controle em cada nível tenham que atuar com seletividade, porque é impossível para eles, por questões de limitação operacional, abranger a verificação exaustiva de todos os atos. Então, eles vão atuar com critérios de seletividade considerando relevância, considerando materialidade, considerando eventuais impactos que essas fiscalizações possam ter em relações a aspectos mais gerais da Administração Pública ou dos programas fiscalizados.

Com isso, o foco desses níveis superiores de controles é o aperfeiçoamento da gestão. Embora não seja excludente a verificação de conformidade, mas o foco da atuação desses órgãos de controles superiores deve ser fazer avaliação de eficiência, de eficácia, de efetividade buscando induzir aperfeiçoamentos da gestão.

Então, dentro desse panorama rápido que se traça, é importante frisar que o grande desafio em uma eventual evolução para a federalização da educação básica ou mesma para a ampliação significativa dos grandes programas governamentais voltadas para a educação básica na perspectiva do controle é o fortalecimento e a evolução do controle. Ele é geralmente intempestivo, é basicamente formal e documental e, também, basicamente declaratório.

Só para terminar, em relação a acompanhamentos e fiscalizações *in loco*, ou seja, aquele tipo de controle que seria mais efetivo, pois estaria verificando, na ponta, se realmente aquele recurso estaria sendo

utilizado e com qualidade, as fiscalizações feitas são irrisórias por insuficiências operacionais e acontecem apenas em casos extremos de denúncias ou em casos mais graves.

Então, era só para evidenciar o desafio que está colocado na gestão desses recursos, principalmente no que se refere aos controles internos envolvidos.

Grato.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Dr. Sérgio.

Antes de passar a palavra ao Prof. Binho, gostaria de convidar a Senadora Ana Amélia para presidir por um momento esta reunião, enquanto eu vou à Comissão de Relações Exteriores votar alguns assuntos.

Prof. Binho.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Secretário Binho Marques, pelo tempo dado aos demais expositores.

O SR. BINHO MARQUES – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Quero saudar todos os presentes e, também, os colegas que falaram anteriormente.

Sou Secretário de uma secretaria muito nova no Ministério da Educação chamada Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, mas que poderia também ser chamada de secretaria de assuntos federativos. Então, ser convidado para este debate é muito importante, Senadora, para nós, da Sase, do Ministério da Educação, porque tudo que foi dito, debatido aqui tem absolutamente tudo a ver com a nossa matéria-prima, nosso objetivo de trabalho.

Essa Secretaria foi constituída há um ano para, exatamente, buscar um caminho para superar os problemas que foram colocados por todos aqui que me antecederam. Acredito que vocês vão poder acompanhar aqui, na minha fala, que muito do que foi dito aqui colabora no sentido de demonstrar que o caminho que estamos adotando e seguindo, no Ministério da Educação, está de acordo com as falas anteriores do Prof. Fernando, dos amigos do Tribunal de Contas da União, enfim, com os números apresentados pelo Márcio.

Acho que, antes de mais nada, a gente tem que parabenizar o Senador Cristovam por ter escolhido este tema do federalismo para debater os projetos, as propostas que estão sendo construídas atualmente para melhorar, aperfeiçoar, ampliar a educação no Brasil. Impossível imaginar qualquer proposta, em qualquer serviço público, mas, especialmente, na educação, que tem uma complexidade um pouco maior, sem discutir os aspectos do federalismo. A gente pode ver muito bem, na fala do Prof. Fernando, as limitações e as possibilidades, ao mesmo tempo em que são colo-

cadas a partir da constituição das características do federalismo do Brasil.

A gente tem uma característica geral do federalismo no mundo que nos permite perceber a complexidade do que significa a palavra federalismo. Em outras palavras, o federalismo não é exatamente algo que se escolhe, não é uma opção que é dada, mas é uma situação que é criada a partir de, praticamente, limitações. Ou você tem territórios muito grandes, ou tem diferenças políticas e econômicas muito graves, ou tem que considerar diferenças culturais. Isso é que faz que, no mundo inteiro, você tenha sistemas com um federalismo ou não. E esse é o caso do Brasil.

Então, se a gente tem essas características gerais, como governo central e governos regionais, distribuição de poderes e funções entre governos, um conjunto de direitos e deveres dos Entes federados, autonomia de ambos para legislar etc., todos esses que estão listados aí, a gente percebe que a complexidade do federalismo já nos diz que qualquer iniciativa, qualquer projeto em qualquer serviço público a ser realizado, especialmente na educação, implica pactuação. É algo que depende de uma contratação, de um acerto. Ele necessariamente implica uma arena intergovernamental de negociação.

Então, esse assunto que está sendo debatido nesta Comissão é de extrema importância, exatamente pelos aspectos que foram colocados anteriormente aqui, porque, se há essas características complexas no mundo, no Brasil há o aspecto também de que temos três esferas de Poder, de Governo que são autônomas. Quer dizer, o poder que é dado aos Municípios no Brasil, a autonomia e as atribuições que foram especialmente delegadas a eles a partir de 1988, fazem que o nosso sistema seja... Se o federalismo já é um sistema complexo, o nosso sistema é um pouco mais complexo do que os demais. Então, muitas vezes, a gente toma atitudes precipitadas diante das dificuldades que foram colocadas aqui porque o Brasil... As razões históricas do federalismo no Brasil fizeram com que tenhamos uma educação marcada pelo que já foi dito: um fosso enorme entre as condições que existem de um Município para outro, de um Estado para outro, de uma região para outra. Existe uma desigualdade educacional que é a marca da educação no Brasil.

Por outro lado, nós não temos na educação o que nós temos na saúde. A saúde tem um sistema, tem o SUS. Nós não temos o SUS da educação. Então, se essas desigualdades pudessem ser reparadas, minimizadas, a gente poderia iniciar um processo de superar as iniquidades a partir de um sistema, mas essa possibilidade na educação não existe. O agravamento da situação que é dado pelas características

do federalismo no Brasil e com relação às políticas públicas da educação não é amenizado. Os problemas, digamos assim, se tornam muito mais complexos e de difícil superação pelo fato de não termos um sistema nacional de educação, conforme o Senador Cristovam citou aqui anteriormente. Então, acho que esse é um aspecto extremamente importante, que precisamos levar em consideração.

A razão desse encontro, pelo que entendo da motivação do Senador Cristovam, que muito admiro, que foi Ministro da Educação no período em que fui Secretário da Educação, é responder a esta pergunta: como assegurar uma educação com qualidade para todos num país heterogêneo, desigual e com tensões intergovernamentais? Quer dizer, o nosso debate acho que gira em torno dessa questão, de responder a esta pergunta: como podemos garantir aquele princípio básico – foi dito aqui pelo Prof. Fernando –, que não aconteceu no federalismo no Brasil, de que todo cidadão precisa ter condições iguais, acessos iguais aos serviços?

E o nosso federalismo, na realidade, fez com que as diferenças, as desigualdades fossem exacerbadas nessa sua constituição, especialmente no caso da educação. A gente vê que a educação no Brasil, já no Império, mesmo com o Governo unitário, já transfere para as províncias a responsabilidade pela educação primária. E essa situação vem até há pouco tempo, como pudemos observar nos números anteriormente apresentados aqui. Só recentemente é que o investimento na educação superior se equipara ao investimento na educação básica por parte do Governo Federal. Quer dizer, até há pouco tempo, o recurso federal era praticamente todo dedicado ao ensino superior. Então, essa iniquidade só se agravou no caso da educação. Então, todos nós ficamos procurando uma resposta a essa pergunta.

E o que acontece? Acho que aí acontece a grande armadilha: nós temos uma oscilação de política pública, de programa, de projetos, que ora tendem demais para a descentralização, ora tendem demais para a centralização. E não significa que com repasse de recurso. É só a transferência de responsabilidade, o que é ainda mais grave. Tende-se a uma descentralização que é, no Brasil, um estágio avançado de municipalização, sem a equivalente transferência de recursos – aspecto que foi muito bem apresentado aqui pelo Prof. Fernando.

Bem, são muitas as iniciativas para se superar isso. Então, como o Prof. Cristovam está aqui nos cutucando para discutir sobre as possibilidades da federalização da educação, eu trouxe aqui uma de suas iniciativas, que é o PL 320/2008.

A preocupação do Senador Cristovam é a mais justa que se possa imaginar. Quer dizer, nós temos um País com essas desigualdades alarmantes, que causam profunda indignação em qualquer pessoa, especialmente nas pessoas que comprehendem o papel da educação no desenvolvimento da Nação, e, além das desigualdades, temos um resultado, nas provas nacionais, nas provas internacionais, que é muito aquém do que nós queremos. Nós queremos que isso aconteça de maneira mais acelerada.

Então, acredito que essa inquietação levou o Senador Cristovam... E aqui estou trazendo um exemplo de como é difícil, como é complexo superar um problema. Estou trazendo uma proposta de solução levantada pelo Senador Cristovam Buarque, para avaliarmos as dificuldades entre aquilo que nós queremos e as possibilidades de que essas coisas se efetivem.

O Senador vai me corrigir depois, mas a leitura que fiz do seu PL é que ele tem três aspectos fundamentais, que são um piso salarial e um piso de formação para os professores; um piso de equipamentos e edificações; e um piso de conteúdo.

O que significa isso?

Isso significa o melhor dos mundos, na minha opinião. É o que nós queremos. Para nós que somos apaixonados pela educação e queremos ver um País mais justo especialmente, com os brasileiros tendo realmente um papel autônomo, sendo protagonistas, com o fortalecimento da democracia, isso é essencial. Ou seja, ter, como foi dito também pelo Prof. Fernando, as condições de acesso aos serviços públicos iguais para todos, em qualquer lugar do País. No menor Município, no maior Município brasileiro, haver as mesmas condições. Para isso, é necessário pelo menos que se estabeleçam pisos mínimos. Abaixo deles não pode acontecer. Abaixo deles é o inaceitável. São as condições que nós queremos: um salário de professor cujo valor nenhum lugar do Brasil pode estar abaixo – pode estar acima. Da mesma forma, para as condições materiais das escolas. E, da mesma forma, para o conteúdo, quer dizer, o aluno tem direito a aprender, o aluno tem direito ao aprendizado. Esse direito, esse patamar mínimo de condições de aprendizagem deve estar em qualquer escola: uma escola rural, uma escola urbana, uma escola na Região Norte, uma escola na Região Sul. Então, esse é o princípio, acredito, do Senador Cristovam.

Eu que acompanho o mandato do Senador sei que, em algum lugar, houve um momento em que, para explicar o seu projeto, ele fez uma comparação com agências do Banco do Brasil. “Por que o Banco do Brasil pode colocar, em qualquer lugar do País, uma agência com o mesmo padrão de qualidade?”

Em qualquer lugar do País, num Município pequeno ou grande, há uma agência do Banco do Brasil que pode ter a mesma qualidade de atendimento, mesma infraestrutura, mesma qualidade dos serviços. Por que não podemos fazer o mesmo para a educação? E o Senador Cristovam estabeleceu um parâmetro que é o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Então, ele pegou o Pedro II, e até citou aqui no começo, que é um dos colégios que tem uns dos melhores indicadores do Brasil, melhor índice de qualidade, que é o Ideb.

E considera o Senador: "O meu projeto, então, significa pegar o Pedro II como padrão e espalhar pelo Brasil, significa criar condições, federalizando, e o Governo Federal assumindo a responsabilidade para que nós tenhamos essa escola no Brasil inteiro."

Como, então, propõe o Senador realizar isso?

Bem, eu acho essa ideia fascinante, empolgante, apaixonante, mas o primeiro aspecto sobre o qual eu queria apontar dificuldades, Senador, é o seguinte: o Banco do Brasil é uma empresa; o Ministério da Educação não é uma empresa. Então, como empresa, a gente pode contratar, demitir, a gente tem padrões operacionais extremamente rígidos, aos quais não podemos fugir, e é claro... Bom, eu estou aqui com o Márcio, da Fazenda, e ele pode me ajudar. Eu acredito que as operações no banco são menos complexas que uma operação numa escola. Ele, que é professor e também é do *métier*, vai poder me ajudar a comparar uma agência bancária e uma escola. Então, nesse aspecto, começa já a dificuldade. Os três objetivos são extremamente importantes, necessários, e nós estamos de acordo. Mas, quando queremos transformar os nossos objetivos em resultado, começa o grau de complexidade. Então, esse é um aspecto que eu gostaria de colocar.

O segundo aspecto é que.. Eu, por acaso, vi essa matéria no jornal *O Globo*, que já coloca a dificuldade de expansão do próprio Pedro II. Quer dizer, o Pedro II entrou num processo recente de expansão em que passou a ter 14 unidades. A gente não chegou ainda em unidades pelo Brasil inteiro. Apenas 14 unidades. E só com o fato de o Ministério da Educação expandir o Pedro II para 14 unidades, já começa a cair a qualidade. Então, essa matéria mostra que 4 das 14 unidades já tiveram uma queda drástica no índice. E aí cita o caso de Engenho Novo, que em 2007 tinha 5.4 de Ideb e em 2009 foi para 4.3; e aí cita as demais que tiveram queda. Por quê? Porque o Ministério da Educação tem dificuldade de contratação, dificuldade em construir escolas, dificuldade na lógica na estrutura dos Ministérios – é o Tribunal de Contas da União que pode me ajudar nisso, porque morremos de medo deles –, ou seja, sabe qual é a dificuldade, a diferença

entre uma estrutura ministerial, a lentidão, as regras e as regras de uma empresa, mesmo sendo uma empresa pública, como é o Banco do Brasil.

Além disso, outro aspecto que o Senador propõe é um plano de carreira nacional, que também é outra ideia muito interessante. E ele fala de um salário médio de R\$4 mil.

Bem, sobre essa questão do salário, eu queria levantar dois aspectos. O primeiro, pode parecer muito um salário médio de R\$4 mil, mas, se a gente for observar, não é tanto assim. Eu trouxe aqui uma tabela de 2010, da CNTE, que não mente – é mais provável ela diminuir do que aumentar os salários –, que traz o piso salarial dos professores de nível superior de 40 horas, e coloca o G6, os seis melhores salários pagos pelos Estados. Aqui tem a relação deles – Distrito Federal, Maranhão, Roraima, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Acre. Esses partidos aí do governo eram de 2010, não são mais os mesmos em todos os lugares, exceto no Acre, graças a Deus.

Mas, o que acontece? Se o piso salarial é esse, isso significa que a média do piso salarial já é praticamente de R\$4 mil e tem uma carreira em que, no mínimo – normalmente, as carreiras têm uma dispersão enorme –, o final da carreira é o dobro do piso, no mínimo. Normalmente, elas têm 150% de dispersão, algumas têm 200% de dispersão. Então, essa média salarial já existe hoje. O problema não é a média salarial, o problema é a carreira. Porque, se pegarmos o que é gasto com a carreira, veremos que normalmente é muito. O problema é que constroem carreiras que não sobrevivem à primeira ameaça de greve. Elas começam a ser distorcidas e cria-se uma dispersão porque o salário inicial sempre é muito baixo e não atrai os melhores profissionais. Então, a média salarial não resolve o problema porque ela não ataca o problema da construção de uma carreira que seja atraente, para que se tenha um melhor salário no início.

Outro aspecto que também acho delicado é uma associação entre salário e qualidade. Embora o salário seja extremamente importante, ele não é um elemento sobre o que a gente possa dizer: aumentou-se o salário, automaticamente, aumentou-se a qualidade.

O dado seguinte mostra os mesmos Estados que pagam os melhores salários e o resultado deles pelo Ideb.

Aquele é o salário de 2010 e esse é o Ideb de 2009. Quer dizer, deve ser muito parecido. Os melhores salários não significam os melhores resultados de rendimento. Ali são os seis melhores salários. Apenas o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul ficaram entre os seis melhores rendimentos. Mas a gente tem também o Maranhão, que está em segundo lugar em valor

de salário, mas está em vigésimo lugar em qualidade de ensino, no ensino médio em que ele é responsável. Roraima está em 12º; Amazonas, em 16º; e o Acre, em 11º. Então, os melhores salários não têm uma relação direta com a qualidade do ensino.

O terceiro aspecto que gostaria de levantar com relação a esse PL do Senador Cristovam serve como um exemplo para a gente discutir. A gente tem o impulso de resolver o problema, mas as soluções não são simples; elas são complexas e exigem estudos mais aprofundados para a gente tomar uma decisão. Trata-se do art. 8º, em que se diz o seguinte: escolas com esse novo plano de carreira, com essa estrutura financiada pelo governo federal, ou seja, escolas federalizadas serão administradas de forma descentralizada. Esse é um aspecto que faz com que a gente imagine que o projeto privilegia salário, professores e infraestrutura. Mas, quando se trata daquilo que o Banco do Brasil faz, que é definir exatamente quais são os protocolos, como devem acontecer – e aí, no caso, seria em relação a sala de aula –, fica descentralizado, fica no Município ou no Estado. Como a gente vai garantir o controle de qualidade, chamado pelo Senador de piso de conteúdo, o piso do conteúdo se, na hora do conteúdo, na hora da administração, ela é descentralizada. E aí a gente não está falando de uma descentralização simples – e o Prof. Fernando sabe disso –, a gente está falando de 5.566 sistemas municipais de ensino, cada um agindo de uma maneira diferente, uma dispersão sem tamanho. Estamos falando de 27 sistemas estaduais de ensino, que são os Estados mais o Distrito Federal. Esse é um aspecto que leva a uma outra reflexão.

Atualmente, muitos pesquisadores estão chegando à seguinte conclusão: estruturar aulas, estabelecer um controle indireto do que acontece na sala de aula, pode ter um impacto maior sobre o aprendizado dos alunos que a maioria dos investimentos tradicionais. Às vezes, a gente fica brigando muito por dinheiro – é o debate do PNE: vamos passar de 5% para 10% do PIB – e não para para discutir o que está sendo feito com o recurso atual, e aí a gente não vai ter tempo para discutir isso aqui.

Fui Secretário de Educação durante doze anos – fui Secretário Municipal durante quatro e fui Secretário Estadual de Educação durante oito –, depois, fui Governador do meu Estado e sei o quanto é possível melhorar com o dinheiro que já existe, e a gente está discutindo já o aumento, que é importante. Eu considero que o recurso para a educação não é suficiente, mas a gente tem gastado pouca energia para discutir o que se faz com o recurso que já existe. Mas, mesmo assim, a gente sempre pensa em gastar em infraestrutura, em melhoria de salário, nisso e naquilo, e às

vezes se esquece de gastar com as técnicas, as metodologias, ou seja, com o que impacta diretamente na sala de aula. E é o que diz a maioria dos estudos.

Um deles, da Fundação Lemann, é sobre os sistemas que se chamam sistemas estruturados, que as empresas privadas vendem para as prefeituras e que o sistema privado de educação também utiliza. Gostando ou não desses sistemas, as opiniões são as mais divergentes – e eu não estou aqui fazendo juízo de valor, como foi dito aqui também; eu apenas estou mostrando os fatos.

A Fundação Lemann fez um estudo, está fazendo em anos seguidos, e mostra que, com um pequeno ajuste na estruturação da sala de aula, das metodologias, no acompanhamento do professor, na entrega de materiais didáticos mais adequados, há mudanças rápidas e significativas na qualidade do ensino. Então, ele tem o resultado de Matemática e Língua Portuguesa que, resumindo, diz o quê? Diz que, em dois anos, é possível se ter um ganho de meio ano. Ou seja, tem-se um resultado rápido, uma alteração rápida na qualidade do ensino com ações que realmente chegam à sala de aula, que estejam presentes na orientação do professor, que estejam presentes no material mais adequado na mão do professor.

Sobre esse assunto, para não ficarmos só com essa avaliação, vou trazer a do Ideb; vou trazer aqui dois casos: o Município A e o Município B, que não vou colocar o nome aqui para não criar dificuldade. Mas são Municípios reais, informações que tirei do Inep. Então, o Município A tem um Ideb de 8,2, que é altíssimo. Aí, você vai investigar e percebe que metade dos professores desse Município não tem formação adequada, não tem licenciatura e que não existe plano de carreira nesse Município, que não há plano municipal de educação, que as escolas não têm tempo integral, que a política de formação continuada não está bem implementada e que a infraestrutura é precária. E aí há outro Município que é exatamente o oposto, que é o Município B. Ele tem o Ideb baixíssimo, que é de 2,6, mas tem mais da metade dos professores com licenciatura, tem plano de carreira, PNE, e metade das escolas com atividade em tempo integral e várias outras coisas. Ou seja, não estou dizendo que uma coisa é certa e a outra é errada, só estou dizendo que é complexo, é difícil estabelecer quais são os elementos que garantem a qualidade do ensino.

Estou colocando tudo isso aqui para vocês para dizer que precisamos gastar energia, tempo e dinheiro com estudos, com mais pragmatismo ao olhar a condição das escolas e saber exatamente o que muda a qualidade do ensino antes de a gente propor alguma

coisa que pode não ser exatamente a medida que vai trazer a grande diferença.

Então, retornando de certa forma a pergunta. Como a dinâmica federativa pode ser aperfeiçoada em prol da educação? Bem, na nossa opinião, no Ministério da Educação – especificamente estamos discutindo muito isso na Sase, na Secretaria em que eu trabalho – que nós precisamos não olhar para o federalismo vendo só o seu aspecto negativo. Nós devemos partir do princípio de que o Brasil não é um país que tem o federalismo por acaso, é um país gigante, com grandes diferenças. Então, nós precisamos tirar proveito dessa situação e corrigir as falhas que existem.

Então, no nosso caso, no caso da educação, no caso do Ministério da Educação, a gente está investindo muito para poder reforçar o regime de colaboração e isso junto com a construção de um sistema nacional de educação. Por isso, foi criada a secretaria da qual eu faço parte.

Quer dizer, se a gente não tem um sistema nacional de educação, a gente não tem parametrização, a gente não tem regulação, a gente não tem como avançar no sentido de fazer uma melhor redistribuição de recursos, esse é um grave problema. As desigualdades educacionais são enormes ainda, apesar de todos os avanços. Então, nós precisamos avançar nesse sentido. A colaboração também entre os sistemas pode contribuir muito nesse sentido.

Bem, no mundo todo, as reformas educacionais tentam fugir dessa polarização entre centralização e descentralização. Acho que esse deve ser o nosso caminho, a gente não ficar oscilando entre uma coisa e outra e achar que as coisas precisam acontecer de maneira conjugada. Alguns aspectos precisam ser centralizados e outros precisam ser descentralizados. O problema é que às vezes a gente erra no foco, a gente centraliza o que não é para centralizar e a gente descentraliza aquilo que não pode ser descentralizado. Então, no mundo todo, três aspectos são importantes nas reformas educacionais quando dão certo. Uma é ampliar os mecanismos de escolha dos gestores; o segundo, descentralizar os mecanismos de gestão e de financiamento, mas, por outro lado, centralizar o poder de definir parâmetros de qualidade, currículo e avaliação de sistema. O que tem acontecido normalmente é que a gente inverte a bola, a gente centraliza o que não é para centralizar, que são os recursos financeiros, a gestão e a gente descentraliza a gestão da qualidade, a gestão do currículo, a gestão da avaliação. Então, o que tem acontecido nesse sentido... Desde o governo Itamar – viu, professor Cristovam? –, eu tenho acompanhado muito, porque, como eu fui Secretário de Educação, desde 1993, passei a

acompanhar o governo Itamar, o governo Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula, do qual o senhor foi Ministro, e agora estou no Ministério da Educação com a Presidente Dilma, então, considero que estamos no caminho certo. Acho que pelo que está colocado aqui, nas reformas que dão certo, nós estamos no caminho certo desde o governo Itamar, quando realizou a Conferência Nacional de Educação para Todos. Foi lá que foi discutido um fundo para a educação, que no governo Fernando Henrique virou Fundef, que melhorou muitíssimo e reduziu muitíssimo as desigualdades. Então, a gente está no caminho certo desde o Fundef, que reduziu desigualdades.

Então, com relação à descentralização de mecanismos de gestão de financiamento, a gente teve o Fundef, depois tivemos o Fundeb, nós temos o PDDE, e os números apontam o quanto estamos investindo, o Tribunal de Contas mostrou aqui o quanto nós estamos investindo diretamente nas escolas, descentralizando a gestão. Nós temos o PAR que, graças a esta Casa, agora não precisa de convênio para infernizar a vida do Tribunal de Contas. Então, hoje há o controle direto, o repasse direto. Ou seja, nessa área da descentralização da gestão, estamos no caminho certo.

Também estamos no caminho certo na centralização dos parâmetros de qualidade. Ou seja, tivemos os parâmetros curriculares no governo Fernando Henrique Cardoso; nós tivemos os avanços na criação de uma cultura de avaliação com o Ministro Haddad, que foi sensacional. Nós temos hoje no Brasil prefeitos que ficam falando do Ideb o tempo todo, isso é muito importante, eles ficam procurando a qualidade.

Eu acho que a gente peca um pouco no primeiro, que é ampliar os mecanismos de escolha dos gestores. Nós ainda estamos muito presos a programas padronizados e não a programas que possam ser customizados para cada situação e para cada área. Mas eu acho que nós estamos no caminho certo. Qual é o problema? Bom, vale aqui dizer também que essas ideias não são novas. Lá, há 80 anos, o manifesto dos pioneiros já dizia que nós temos que fazer uma combinação entre ação nacional e descentralização.

Desde Anísio Teixeira que a gente está batendo na mesma tecla do ponto de vista dos estudos, todo mundo sabe, mas a gente não pratica. Então, a gente precisa praticar o que já se discutia lá em 1932.

Bom, para finalizar, qual é a nossa proposta? Olha, nós temos a mesma inquietação do Senador Cristovam, nós temos que acelerar isso. Essa situação também está no caminho certo, mas não está no ritmo que deve acontecer. Precisamos acelerar.

Concretamente, qual é nossa opinião para acelerar isso? Porque não podemos amargar esses indi-

cadores educacionais que nós temos hoje, embora estejamos no caminho certo; nós temos que chegar a um resultado melhor.

Então, eu acho que a primeira coisa, que já foi dita pelo Prof. Holland, é uma política mais redistributiva. Não dá para termos uma condição igual para todo cidadão de acesso à educação de qualidade se nós temos Município de primeira qualidade, de segunda, de terceira e de quarta qualidade. Então, essa maneira não é possível; temos que avançar nisso. O Fundef e o Fundeb foram grandes avanços, mas precisamos continuar avançando nesse sentido da redistribuição dos recursos.

Precisamos fortalecer a coordenação federativa com foco na sala de aula. Às vezes o Ministério da Educação se dispersa, fica muito ligado a infraestrutura, a programas de infraestrutura. Ele deveria estar mais ligado à descentralização de recursos e mais focado, eles deveriam trazer mais para si responsabilidade com a sala de aula. Eu acho que ele se esquece um pouco da sala de aula às vezes e fica na periferia, coisas que seriam administradas com mais qualidade – o Tribunal de Contas sabe disso – se descentralizadas. Aspectos de infraestrutura, aspectos de compras poderiam ser descentralizados, ficariam até mais baratos, muitas vezes, e poderiam acontecer.

Eu acho que precisamos criar instrumentos para fortalecer a gestão municipal, com incentivos para atingir metas. Então, precisamos ter programas em que o Município, ao atingir determinadas metas, tem benefícios, como está fazendo hoje o Ministério do Desenvolvimento Social. Ele tem contribuído no sentido de apoiar, incentivar aqueles que cumprem metas.

Precisamos fortalecer o papel de coordenação dos Estados. O Prof. Fernando falou, não sei se foi aqui ou se foi lá na sala. Em algum momento, a gente se esqueceu dos Estados e passou por cima deles. Então, foi direto para as redes municipais e, às vezes até, só para as escolas, esquecendo os Estados.

Olha, nós temos 5.566 Municípios – hoje 66, acho que aumentou um. Como coordenar isso tudo a partir do Ministério da Educação? É preciso ter um papel relevante do Estado que organize as políticas por território e não o Estado cuidando da rede estadual e o Município cuidando da rede municipal. Nós temos que ter uma coordenação territorial, o Estado é importante nisso, a gente tem esquecido muito o papel do Estado.

Eu acho também – quando eu digo “eu acho”, é o Ministério da Educação e a Sase – que a gente precisa fortalecer os arranjos e consórcios, o professor falou da precariedade, concordo. A gente está ainda tateando nisso. Mas, é claro que um conjunto de Municípios pode superar problemas que isoladamente

eles não conseguem. Nós estamos trabalhando isso em Belo Monte, com um conjunto de 11 Municípios e vamos expandir para onde há obras de grande impacto do PAC. É esse o trabalho que o Ministério da Educação está fazendo.

Precisamos também fortalecer os fóruns federativos. Todo sistema tem comissões bipartites, tripartites e nós precisamos, no MEC, avançar nesse sentido e o Ministro vai assinar uma portaria criando uma comissão consultiva com a Undime, que é a organização dos Municípios, das secretarias de educação municipais e com o Consed para ser um protótipo de uma comissão tripartite. Sem contar que nós já temos vários grupos de trabalho e que os programas recomeçam cada vez mais a serem debatidos antes de serem formulados.

E, por último, utilizar o PNE, que está sendo discutido e vai ser votado, para articular e ganhar mais coesão. Nós precisamos fazer um alinhamento de metas de um plano nacional, estadual e municipal. Para isso, nós, do Ministério da Educação, estamos preparando o ano que vem para ser um ano de grande discussão dos planos municipais e estaduais de educação. Já temos um sistema pronto que mostra Município por Município, Estado por Estado, o esforço que cada um deve fazer para atingir as metas nacionais.

Bem, peço desculpas pelo tempo que eu tomei, mas essas são as nossas considerações, do Ministério da Educação.

Estamos à disposição para quem quiser pedir alguma informação a mais. Ali está o meu e-mail. Estou à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Senadora está inscrita.

Antes disso, entretanto, Senadora, vou retomar quase à última frase do Prof. Binho, quando ele diz que nós estamos no caminho certo, mas na velocidade errada. Ou na velocidade insuficiente, absolutamente insuficiente. Isso me traz para o que o Márcio falou sobre a melhoria. Claro que o Brasil não fica parado em nada, este País se mexe. Mas, mesmo nos mexendo, estamos ficando para trás, porque as exigências educacionais de hoje são muito superiores às daquela época, desde a qual a gente já melhorou. Estamos ficando para trás em relação ao mundo, que está melhorando mais em muitos países, em relação à desigualdade que se está acentuando. Está acentuando-se a desigualdade no acesso, estamos sendo um País menos igualitário na distribuição de educação, mesmo aumentando a matrícula. Porque matrícula não significa frequência, frequência não significa assistência até o fim do dia, assistência não significa permanência, permanência não significa aprendizado e, nesse ponto do apren-

dizado, está ficando cada vez mais desigual a nossa situação entre as classes que vão a escolas de alta qualidade pagas e aquelas que ficam em escolas sem qualidade. Porque, mesmo melhorando as de baixo, as de cima estão melhorando mais.

Até pouco tempo atrás, esse negócio de aprender em escola em que você já aprende inglês não existia. Hoje já há, a classe média alta já tem em quantidade. Horário integral ainda era inexistente para todos, hoje já há.

Eu tenho aqui uma série de anotações para cada um, mas eu vou deixar de lado para colocar algumas perguntas que eu gostaria muito de ver aqui, dentro da linha do que falou o Prof. Fernando, de eficiência e de isonomia. Isso é o que a gente deve querer: eficiência e isonomia.

Mas passarei às minhas perguntas.

A primeira: precisamos dar um salto na educação ou basta continuar avançando? Essa é a minha primeira pergunta. A educação, para ficar isonômica e eficiente, tem que dar um salto ou ela tem que continuar como está? O que é um salto? Um salto, por exemplo – não vou defender que seja essa a saída – um CIEPs é um salto. O que é um salto? É o que se está fazendo com duas escolas na cidade de Palmas, em Tocantins; radicalmente diferente, é outra coisa. Não foi apenas melhorar o sistema. Criou-se uma coisa diferente, de alta qualidade. Então, é isso que a gente tem que se perguntar.

A segunda pergunta: é possível um salto dentro do atual sistema ou o salto vai exigir um sistema paralelo ao atual, que vai encolhendo enquanto a gente amplia o outro? Essa é a segunda pergunta. É possível dar um salto melhorando aos pouquinhos tudo ou, enquanto melhora aos pouquinhos, claro, a gente dá um salto criando um novo sistema educacional?

Aí, vem a outra pergunta: esse novo sistema é criando escolas isoladas por aí, como fez o Brizola com os CIEPs, o Presidente Fernando Collor, com os CIACs, ou a gente pode fazer isso de uma maneira concentrada por cidade? Em cada cidade, a gente muda radicalmente o sistema educacional, porque não pode mudar o do Brasil inteiro. E se chegar-se à conclusão de que se precisa de um novo sistema, ele pode ser deixado aos Estados e Municípios ou a saída é o Governo Federal assumir isso? Se deixarmos a experiência do CIEPs para o Estado que quiser, o Município que quiser – o CIEPs moderno, para hoje, estou usando isso só como símbolo, ou essas escolas formidáveis que há em Palmas, que são duas –, nessa velocidade, não vão chegar. Ou a gente precisa federalizar?

A quarta é: a federalização deve ser por escola ou por cidade? Nós federalizamos espalhando pelo Brasil escolas boas, ou a gente revoluciona cidades inteiras com escolas de alta qualidade? Por exemplo, todas as escolas serem no padrão do Colégio Pedro II em uma cidade; depois se faz em outra, depois se faz em outra. E se deve federalizar com a descentralização ou com centralização gerencial e mesmo pedagógica? Porque o Prof. Binho mesmo trouxe a preocupação de como descentralizar a gestão. Estou disposto a analisar se a gente centraliza tudo. Eu me preocupo. As universidades são descentralizadas, embora haja uma carreira nacional; as escolas técnicas têm um diretor local, que tem um grau de autonomia.

Então, essas são as perguntas que eu gostaria de ver respondidas. Tudo isso é uma maneira mais ampla de dizer o que falei no começo: quais as vantagens, quais as desvantagens e quais as dificuldades da federalização? Só que, de certa maneira, eu coloquei mais uma: é preciso ou não é preciso o salto em vez do avanço? É possível ou não é possível o salto, se ele for preciso, deixando a critério de cada Município usar os seus recursos, mesmo com as transferências que já são feitas do Fundeb para dar esse salto?

Quero fazer uma correção. De fato, naquele meu projeto de lei, falo em R\$4 mil de salário, mas a proposta que eu analisei com muito rigor, recentemente, e que mandei para a Presidenta Dilma – na verdade, não tive nenhuma resposta, e já faz um ano e pouco – é de criar uma carreira nacional do magistério, cujo salário seria de R\$9 mil. É uma carreira nova; não é para os atuais. É para os atuais se conseguirem passar num concurso muito rígido, radical, difícil e, ainda assim, ficariam um ano fazendo curso antes de serem confirmados na carreira e não teriam estabilidade plena.

O Binho falou um pouco nisso aí, comparando com o Banco do Brasil. A estabilidade absoluta do professor que não trabalha e que não se aperfeiçoa mata a educação. Nós temos de ter a estabilidade em relação ao Prefeito. O Prefeito não pode demitir professor, Governador, Presidente, mas a avaliação deve permitir. A avaliação deve permitir isso, seja feita por um sistema, pelos colegas ou pelos pais, com algum critério que diga que determinada pessoa não está compatível com o sistema sério de educação. E aí a gente pergunta se aposenta pelo tempo de serviço ou como se faz, mas tem de haver um sistema que crie condições de termos nas escolas aqueles que, de fato, irão dar o retorno que se espera, ganhando o que for preciso.

Para você chegar a esse sistema no Brasil inteiro levaria seis anos e, no final, custaria 6,4% do PIB, pagando R\$9 mil. Ou seja, ainda está abaixo dos 10%, mesmo incluindo o que se gastaria com a universidade.

Então, não é impossível do ponto de vista financeiro. A pergunta é se ele é o correto do ponto de vista conceitual e quais as dificuldades gerenciais para fazer isso.

Mas deixo no ar essas perguntas para depois que a Senadora fizer a sua pergunta.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria saber, primeiro, Presidente Cristovam Buarque, quanto tempo eles terão para responder às suas questões e se o senhor as fez para todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu não tenho problema de tempo. Então, dependerá deles e de vocês. Eu tenho condições de ficar aqui.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou, então, reduzir as questões que eu tenho a fazer porque o que senhor perguntou são matérias sobre o que eu também faria questionamentos, mas o especialista é o senhor nessa matéria.

Eu queria até cumprimentar o Secretário Binho Marques do ponto de vista político, porque, embora seja um técnico, ele fez o reconhecimento de que os avanços obtidos não são de agora; vêm de um esforço continuado de Itamar Franco, que já faleceu, de Fernando Henrique Cardoso.

O senhor fez referência aos sistemas e processos de avaliação adotados pelo ex-Ministro Fernando Haddad, mas também o ex-Ministro Paulo Renato, já falecido e que era do meu Estado, motivo por que faço questão de falar, iniciou esse processo no governo Fernando Henrique Cardoso.

Queria cumprimentá-lo, porque isso dá a dimensão da dignidade de quem é capaz de ver o Brasil com as contribuições que todos os setores deram ao processo.

Quero pedir desculpas por não ter assistido a todas as exposições. Aqui no Senado, temos uma situação complicada, porque, ao mesmo tempo, no mesmo horário, às 10 horas, estavam sendo realizadas três reuniões de comissões técnicas: da Comissão de Relações Exteriores, com matérias importantes – e nós dois somos titulares –; esta; da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Desenvolvimento Regional. Só estou aqui porque o Código Florestal foi postergado para o dia 28. Peço desculpas aos senhores e justifico também que outros Senadores não estão aqui, como gostariam, por conta desse acúmulo de trabalho. Precisamos até adotar mecanismos e processos de racionalidade no nosso enlouquecedor ritmo.

Mas o que me chamou atenção aqui foi, primeiro, o que disse o Tribunal de Contas. Nós falamos muito, Secretário Binho Marques, na questão de salário, na relação salário/desempenho, e não é bem essa a ló-

gica da questão. O Tribunal de Contas me deu a prova de que nós temos de buscar cada vez mais.

Acho que o nosso Brasil é pouco auditado. Segundo o Tribunal de Contas, em 2010, foram prestadas 17.826 contas de convênios do FNDE, de transferências diretas; o mesmo número de contas foi entregue, mas elas não foram analisadas pelo Tribunal de Contas. E mais de 10% não foram prestadas, porque a soma das contas analisadas e das não analisadas dá 35.500, e as não prestadas são 4.336. Isso, para mim, é preocupante, porque não se está avaliando se o dinheiro que é do povo está tendo eficácia e qualidade da aplicação. Então, primeiro pergunto ao Tribunal de Contas se estão faltando condições técnicas e estrutura para fazer a análise, porque essas contas são de 2010 e ainda não foram analisadas; e já estamos em 2012. Nem falo no ano de 2009, porque a situação foi praticamente a mesma.

O Secretário Binho tocou numa questão: estamos num sistema federativo, e o art. 23 da Constituição fala do compartilhamento de responsabilidade. E temos uma situação muito interessante, que é a situação de a União, Estados e Municípios compartilharem responsabilidades. Então, o ensino público federal, por exemplo, o ensino superior está mais concentrado na área da União; o ensino médio, nos Estados; e o fundamental, nos Municípios. Essa descentralização tem realmente um valor muito grande, até do ponto de vista democrático, penso eu. O Município, a comunidade mais diretamente impactada controla mais precisamente.

E vou entrar naquele velho dilema em que batemos muito lá: os desniveis de valores dos salários praticados na educação nos estabelecimentos federais e nas demais instituições públicas de educação já são conhecidos. A situação levou os sindicatos e os parlamentares a criarem o famoso piso dos professores, em 2008, o que provocou reações.

O Rio Grande do Sul, um Estado economicamente forte, é o que o que tem o mais salário da educação. O Rio Grande do Sul não paga o piso nacional. O Ministério da Educação pode responder, mas foi a decisão do Congresso que determinou isso; está executando-se o que foi aprovado pelo Congresso. Mas o Governo poderia, naqueles Estados que tivessem... Ele criou um mecanismo, só que o Rio Grande do Sul está fora disso.

Então, como essa Federação e essa República podem funcionar se não resolvem essas distorções, esses entendimentos, essas interpretações entre Estados ricos e aqueles empobrecidos da Região Nordeste? E, às vezes, lá, escolas públicas funcionam muito bem com resultados excelentes do ponto de vista do aprendizado, mesmo com salários baixos dos professores.

Então, eu queria saber sobre essa contradição, como enfrentar esse problema do piso nacional, que parecia ser, a princípio, uma solução e que não foi resolvido.

Nós, o Senador Cristovam, eu e o Senador Pedro Taques, fomos ao Procurador-Geral da República, Dr. Gurgel, para pedir a ele, digamos, uma manifestação, porque o Supremo determinou a constitucionalidade do piso. Só que ele nos deu a seguinte informação: há duas semanas, recebi aqui prefeitos e governadores dizendo que, se pagarem o piso, irão fechar as contas, e os Estados irão à falência financeira. Como a gente desamarra este nó? A pergunta é para o senhor, mas pode ser também para o Dr. Márcio.

Agora faço uma provocação ao Senador Cristovam Buarque, que não é expositor, mas faço a ele.

Aqui há um dado que o senhor colocou sobre os melhores salários. O primeiro é o Distrito Federal. Tem-se de retirar isso. Isso não é Estado. Aí vem a história, aí é que está o x da questão: metade das despesas das folhas de pagamento dos professores e demais trabalhadores da educação do Distrito Federal – e o senhor já foi Governador e Ministro da Educação –, ao contrário dos outros entes federados, não provém das receitas dos seus impostos, mas do Fundo Constitucional provido pela União. Então, quem paga o salário aqui é a União; não é o Governo do Distrito Federal, não é arrecadação local. Em última análise, são os outros Estados ou os outros contribuintes que se cotizam para proporcionar ao Distrito Federal o privilégio de pagar salários substancialmente melhores e mais altos comparativamente no Brasil.

Qual é a origem histórica dessa política? Evidentemente pode ser que o Juscelino tenha imaginado isso para justificar às pessoas que não queriam enfrentar a cidade empoeirada, que estava recém-nascendo, para atrair o interesse. Pode ser, mas isso já passou há muito tempo. Cinquenta anos ela já fez. Seria justo manter essa forma de financiamento indefinidamente, que acaba dispensando aos brasilienses de contribuir, como os outros brasileiros, para o pagamento dos trabalhadores de educação aqui no Distrito Federal? Essa pergunta faço especificamente para o senhor.

Uma última pergunta para o Prof. Fernando: como superar essas diferenças qualitativas de atendimento na educação pública brasileira entre o sistema do ensino dos três entes federativos? Que caminho o senhor vê para isso?

Para o senhor, Secretário Binho: o Governo Federal, diante da demanda histórica dos brasileiros adultos e jovens que não concluíram o ensino fundamental – 57 milhões, segundo o Censo de 2010 –, tem se empenhado em financiar os cursos de alfabetização

e das duas etapas da educação básica. Entretanto, as matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ainda que financiadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o famoso Fundeb, caíram de 3,5% para 2,5% na etapa fundamental. Como é que se explica essa contradição? Até que ponto isso demonstra o real interesse dos entes federados – é o tema que estamos debatendo aqui – em escolarizar jovens e adultos?

Por fim, conforme depoimentos de prefeitos e secretários municipais de educação, a abertura de turma da EJA implica receber recursos do Fundeb acima da perspectiva dos gastos com essa modalidade de ensino, ao contrário do que ocorre em relação à matrícula em educação infantil ou ensino fundamental com jornada integral. O que está faltando para o Brasil pagar essa dívida social com seus adultos subescolarizados? É uma questão de pacto federativo mal resolvido?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senadora, já que, como Presidente da Mesa, houve a provocação – o que agradeço muito –, vou começar respondendo.

Tem-se de acabar com esse privilégio de Brasília, levando para todos os Estados do Brasil a mesma coisa.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É a melhor coisa. Eu também torço por isso. Esse é o melhor dos mundos, como disse o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não! Não é o melhor dos mundos. É o único mundo que poderá fazer. Por quê? A saída de dizer “não vamos dar os recursos para Brasília” e baixar o salário dos professores de Brasília à metade é um suicídio. Por que não se faz isso em todo o Brasil, e isso vai custar 6,4% do PIB daqui a 20 anos? Então, façamos por cidades. Que se repita o que ocorre em Brasília em outras cidades. Agora, não como é aqui. Aqui o professor é selecionado em um concurso local. Concurso nacional para escolher os professores que irão para essas cidades! Por que os professores de Brasília são pagos pela União, mas o concurso é local? Claro que alguém pode vir de fora para fazer o concurso, mas não há uma abertura nacional, como a gente vê para outras carreiras que têm 200 mil candidatos. Isso é que federalização!

Brasília tem a maior renda *per capita* do Brasil, e o Governo Federal paga os salários. Em Axixá, onde há a menor renda *per capita*, é o pobre do prefeito que paga! Vamos levar para lá também isso! Não faz sentido? (*Risos*.)

É isto que eu quero: a federalização, mas com uma diferença.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o que todos nós queremos, Senador Cristovam! Todos nós queremos isso, Senador Cristovam!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Isso! Então, assuma...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Todos nós queremos isso, Senador Cristovam.

O Secretário Marcos fica olhando ali para o Secretário Binho...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O Secretário Marcos disse que as coisas estão ótimas!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Dra. Miriam Belchior deve ficar lá apavorada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ele disse que as coisas estão ótimas!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Os professores universitários estão em greve. Então...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito bem! Se a senhora quer isso, assuma, junto a mim, a ideia da federalização. Vamos defendê-la e aí vamos ver quais são os problemas: quanto custa? Em quantos anos se pode fazer isso? Em vez de 20 anos, vamos fazer isso em 50 anos. Não vejo outro caminho.

Faço uma provocação agora em outro sentido.

A senhora lembrou bem, em função do que disse o Binho, que já são 20 anos de avanços. Não são 20 anos! Os militares já fizeram coisas boas na educação. Fizeram coisas ruins também, como a demissão de muitos professores. Mas fizeram coisas boas. A merenda não foi inventada pela democracia, mas já vem de muito tempo.

Aí vem minha pergunta: faz 50 anos que a gente melhora, e a gente ainda está nesta situação? Tem de se fazer alguma coisa mais radical!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, é.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É inacreditável! Há continuidade de pequenas, minúsculas políticas de melhoria, e elas não estão dando resultado. A gente tem de assumir isso! É verdade, Márcio, que isso tem melhorado, mas não está dando certo. Essa melhora está muito aquém do que a que o mundo de hoje exige.

Há algum tempo, contratavam-se cozinheiros e cozinheiras analfabetos. Hoje, nos restaurantes, exige-se que eles falem inglês e francês, para lerem as receitas dos outros países pela Internet. Pouca gente sabe disso. Hoje, o grau de educação que é exigido para quase todos...

Acho que foi o Marcelo que, aqui, mostrou que as dificuldades de algumas categorias não existiam algum tempo atrás. Por quê? Porque, há algum tempo,

havia mão de obra. A própria palavra diz: é a habilidade para você ser um soldador, por exemplo. Hoje, não há mais mão de obra, o que é há é operador. Isso é feito eletronicamente por um robô. Você tem de falar a linguagem do robô. Do operador se exige mais formação. E, como a gente não a tem, está lá um navio encalhado em Pernambuco, porque erraram na solda, porque o pessoal não estava preparado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então, há 50 anos de melhoria, e estamos ficando para trás, como tudo indica. Então, é preciso dar um salto, e esse salto é a federalização.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador, nessa questão do ensino, o senhor fez referência ao garçom. Fui relatora do projeto da regulamentação da profissão de cabeleireiro e esteticista nesta Comissão. É um projeto muito antigo e muito importante. Quem de nós não vai a um cabeleireiro, homens e mulheres? Hoje, não é uma questão de vaidade, é uma questão até de saúde. E, hoje, os produtos são usados na manipulação química e na prevenção e precaução, para que não haja a disseminação até de formas de doenças, como a hepatite, por exemplo, que pode ser transmitida no corte de cutícula se o aparelho não estiver bem higienizado e desinfetado. Fui relatora desse projeto, e um dos aspectos que mantive no projeto era que fosse exigido o nível médio de escolaridade, para haver um grau de compreensão mínima do que se está manipulando, em matéria de tinta, porque isso tem a ver com saúde pública. Mas, lamentavelmente, a Presidente da República vetou esse dispositivo.

Acho que a educação no Brasil é fundamental para qualquer passo que se queira dar em matéria de desenvolvimento, seja pela federalização, seja pelo fortalecimento das unidades federativas, seja pelo entendimento de pacto nacional, porque, do jeito que está, como o senhor disse, não pode ficar.

Quero cumprimentá-lo, porque o senhor é o pai do piso nacional dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pois é! Sou o pai do piso, que é de R\$1,4 mil! É muito pouco! Eu assumo! Mas, se fosse mais, não teriam aprovado, porque os governos não têm como pagar! Há governo que não tem como pagar o piso. Assim, ou a gente federaliza a carreira... E aí não trabalho mais, Binho, com a ideia de piso nacional. Trabalho com a ideia de carreira nacional, do piso ao teto, com um sistema único do professor brasileiro. Mas isso leva 20 anos ou mais até para ser implantado. Vamos trabalhar quanto tempo faz.

Vou conceder a palavra, na mesma ordem que a concedemos antes, para que seja respondida a pergunta da Senadora.

Lembro as quatro que eu coloquei. Pergunto se é preciso um salto ou se é preciso apenas continuar melhorando, como temos feito em 50 anos. É possível o salto dentro do atual sistema escolar, ou a gente tem de criar outro, paralelo? Enquanto um vai desaparecendo, outro vai tomando conta. O novo pode ser deixado aos Estados e aos Municípios, ou será preciso que o Governo Federal assuma? A federalização deve ser implantada por escolas, em unidades, ou por cidades? E isso deve ser feito com descentralização ou centralização da gestão?

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Em primeiro lugar, meus cumprimentos à Senadora Ana Amélia, que não estava aqui quando iniciei minha curta intervenção, de 15 minutos. Eu tinha uma vontade enorme de ficar aqui, por três horas, por cinco horas, falando do assunto. Aviso à Senadora Ana Amélia que sou professor universitário, antes de tudo.

O assunto educação é extremamente rico, complexo.

Provavelmente, terei pouquíssimo tempo, até pela necessidade de intervenção dos demais participantes. Gostei muito da intervenção do Binho. Vou encerrar minha intervenção, minha réplica, meu comentário. Gostei muito da intervenção do Binho Marques. Digo isso para retê-lo aqui, nesta sala.

Lembro que política educacional é da alcada do MEC. O Ministério da Fazenda se pronuncia, obviamente, a partir das nossas restrições orçamentárias, pela visão mais completa. A gente não olha só uma despesa, mas o conjunto das despesas. A sociedade sempre solicita ampliações de despesas variadas, o que é sempre...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me por interrompê-lo, mas, em educação, eu não diria que são despesas, nem gastos...

O SR. MÁRCIO HOLLAND – Investimento!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É investimento.

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – É investimento! Perdoe-me por essa colocação. É investimento!

Sobre o que mostrei rapidamente na minha exposição obtive a validação de um órgão regulador, que foi o TCU, que seguiu exatamente a mesma direção do que falei, de que, de fato, o Governo vem fazendo uma expansão de gastos de forma bem acentuada em educação. Ela foi para uma discussão muito interessante colocada pelo Secretário Binho Marques, que era a seguinte: a de que, em primeiro lugar, quando a gente fala em educação, cada investimento tem uma carac-

terística específica e a de que é preciso um equilíbrio entre descentralizar e centralizar, pois essa regra não é comum para todos.

Por muito tempo, convivi – e tenho convivido – com muitos pesquisadores da área de educação. Os resultados, o Binho os mostra, inclusive com alguma ousadia, em uma audiência como esta. Há indicadores econométricos, estimativas em indiferença e em diferença, como ele mostrou. Os dados mostram que a associação, a correlação direta e positiva entre gasto em educação e qualidade da educação não se confirma mundo afora e não se confirma intraestados, porque a educação é a combinação do conjunto não exaustivo de certos fatores. Anotei aqui uma síntese disso. É uma combinação de motivações, e motivações não são meramente rendimento, não são meramente rendimento fixo. É preciso – é uma questão de experiência internacional – avançar para rendimentos variáveis associados à produtividade, o que é uma coisa extremamente complexa quando se fala de educação. A motivação é muito mais do que rendimento, é muito mais do que rendimento fixo, é muito mais do que isso. A educação é também gestão.

Estudos internacionais e nacionais de diversos pesquisadores, o Binho tentou sistematizá-los naquele momento em que ele falou da necessidade de avaliar – deixe-me ver qual *slide* que associa a minha fala à fala dele; é o de nº 18 – a ideia de ampliar os mecanismos de escolha de gestores. Isso está associado a pesquisas que mostram que o diretor importa tanto quanto a verba. É mais ou menos assim. Não sei se está claro. Na essência, é isto: o diretor importa tanto quanto a verba. Um diretor com motivação de transformar a sociedade, qualquer que seja ela, no meio rural ou no meio urbano... Este é um tema que não discutimos aqui: educação no meio rural *versus* educação no meio urbano. Isso faz uma diferença extraordinária. A diferença do diretor é muito grande. Ressalto o papel do diretor especialmente no ensino básico e, mais particularmente, na chamada educação na primeira infância.

Então, a gestão é fundamental. O Binho colocou a questão dos mecanismos de escolha do gestor, que é um viés descentralizador associado à formação de docentes. E aí destaco o papel colocado recentemente pela expansão das instituições federais de ensino no Brasil. O órgão controlador, aqui, mostrou um mapa – não sei foi o TCU ou se foi o Binho. Esse mapa eu poderia fazê-lo. E tenho o mapa do Brasil no que diz respeito à expansão universitária brasileira, que abrange a formação de docentes. Como é que a gente fala em formação de docentes? Universidades esparramadas pelo Brasil afora.

Mais do que isso...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Meu tempo já acabou? (Pausa.)

Ontem, participei de uma discussão sobre o FNDCT no Ministério de Ciência e Tecnologia, mostrando a expansão junta e concomitante do que podemos chamar de mecanismos de infraestrutura para essas unidades. E, hoje, no Brasil, superamos um problema que tínhamos até recentemente: a migração docente. Muitos iam para o centro Sul/Sudeste para se formarem e não voltavam para os outros centros. Hoje, eles se formam nos próprios centros e persistem nos próprios centros, no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste, em outros Estados.

Mais do que isso, o FNDCT vem junto, trazendo infraestrutura de laboratórios de pesquisa, ou seja, isso é formação docente distribuída, esparramada pelo Brasil. Isso é fundamental para resolver parte do problema da formação de gestores, de educadores e de docentes nas diversas unidades do País, superando problemas de desigualdades diversas.

Então, esse negócio é muito importante, essa trava é muito importante e está acontecendo. Por isso, meu otimismo quando vejo essa discussão.

É uma combinação de motivação, de gestão, de formação docente, de métodos educacionais inovadores, e aí está o papel federativo do MEC de monitorar, acompanhar, formar, elaborar sistemas de educação e de avaliação, assunto caro para este País até recentemente. Avaliar um docente, avaliar o resultado de um docente era um problemão. Não se fazia isso no Brasil.

Essa combinação é federativa, como colocou muito bem o Binho. E métodos educacionais inovadores exigem aquilo de que falei na minha exposição: formação docente qualificada e formação de pesquisadores. Nós dobramos a formação de doutores e estamos gestando mais do que o dobro da formação de gestores.

Portanto, caro Senador, vislumbro, para um futuro próximo, que a evolução tem sido schumpeteriana, nos termos do Joseph Schumpeter, tem sido na forma de saltos. Não há dicotomia entre as palavras “evolução” e “salto”, de acordo com a ciência.

Esses métodos educacionais dependem de pesquisa e de desenvolvimento. Os nossos gastos em pesquisa e em desenvolvimento crescem fortemente. Não me vou expor a isso.

Em síntese, tem sido assim, e isso tem dado resultados.

Eu me permito fazer um comentário sobre um trabalho colocado pelo TCU, mostrando um problema de divergência de renda a partir de um estudo. Aquela literatura, que conheço, fala sobre teorias de convergência e de divergência de renda, o que depende

de variáveis de controle, digamos assim. Conforme a variável de controle, obtém-se um resultado ou outro. Conheço um pouco essas pesquisas e os métodos econometrícios delas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Eu sei lhe falar que a essência disso é aquilo que coloquei: a redução da desigualdade de igualdade de renda no Brasil é generalizada nos últimos anos, de acordo com o censo demográfico. Em todos os Estados brasileiros, o Índice de Gini caiu consistentemente, caiu mais rapidamente no Norte e no Nordeste. São dados do IBGE, do Censo 2000, em comparação com o Censo 2010. Isso é convergência de renda, e essa convergência de renda tende a acelerar por conta das políticas públicas já executadas de expansão do ensino e de expansão de centros de pesquisa e de infraestrutura e por conta do fato de que estamos preparados.

Ouvindo o Binho Marques, fico extremamente confortável para dizer que, se assim será, se é essa a orientação de política educacional no Brasil, tenho a certeza de que esses dados, daqui a dez anos, serão ainda melhores. Portanto, os saltos estão acontecendo, com a equação federalismo *versus* descentralização assim desenhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vou passar a palavra ao Fernando, mas, para não ficarmos na semântica, quero dizer que, para mim, a evolução acontece quando se diz: “Vamos melhorar essa escola”. Já o salto acontece quando se diz: “Vou fechar essa escola e abrir outra ao lado, e essa outra vai ser igual às da Coreia”. Isso é um salto. Agora o salto seria irracional se se dissesse: “Vou fazer isso em todas as escolas do Brasil”. Aí não se consegue. Mas fazer em algumas escolas ou em algumas cidades, aí eu acho que é um salto. Essa é a diferença entre salto e evolução.

Prof. Fernando.

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – A metáfora do salto me parece muito apropriada. (Manifestação fora do microfone.)

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – Espera aí: é um salto ou continua avançando? Primeiro, é preciso saber se está avançando na direção certa. Direção certa talvez esteja, a questão é se escolheu o melhor caminho, se é o caminho mais rápido ou se é o caminho mais longo para chegar ao objetivo que se pretende.

A propósito de suas perguntas e da pergunta da Senadora, eu acho que nós vimos tentando avançar na direção certa, mas por meios e caminhos que talvez, a meu juízo, não me parecem os mais apropriados. Por

que estou dizendo isso? Porque um problema – e volto aqui à origem da minha apresentação anterior – sério na discussão da eficiência da gestão pública no federalismo brasileiro decorre das distorções que o nosso federalismo foi acometendo ao longo dos 47, quase 50 anos, da reforma que foi feita em 1965. Como nós não corrigimos os desequilíbrios, nós tentamos resolver o problema impondo regras padronizadas de cima para baixo. São os pisos de toda a natureza, a regulação da política pública federal brasileira que foi aumentando ao ponto de dizer o que cada Estado, cada Município tem que fazer com os recursos que são vinculados à educação, como é o caso do termo específico, mas não só a educação, mas outras políticas em particular.

Então o que acontece? Não por acaso, quando analisamos o Ideb dos Municípios brasileiros, essas diferenças estão reproduzidas no padrão que foi mostrado aqui pelo Secretário. Quer dizer, o fato de o Município ter determinadas características que supostamente lhe dariam condições de apresentar melhor resultado não se materializam na prática. O que está por detrás disso? É preciso estudar. Eu acho que o que está por detrás disso são as diferenças nas capacidades que decorrem dos desequilíbrios federativos que nós acumulamos.

É preciso dar um salto. Mas que tipo de salto? Eu acho que precisamos inserir nesse debate a reforma do federalismo brasileiro, quer dizer, a rediscussão do equilíbrio do federativo, que passa por uma série de instrumentos que não temos tempo de avançar aqui nessa discussão. Criar um salto no sistema vigente ou um salto no novo sistema? Eu acho que esse salto precisa rediscutir o novo sistema federativo. Claro que é uma discussão que envolve aspectos estruturais do desequilíbrio, então é uma discussão complexa, mas que, a meu juízo, precisaria ser travada, tendo como objetivo um horizonte maior no tempo.

Terceiro, se é um salto e se é um novo sistema, criando escolas isoladas ou concentrando nas cidades? E aí a sua provocação da federalização, eu gostaria de dizer que eu não entenderia federalização por uniformização, eu acho que essa também não é a sua... Agora, a federalização, para mim, poderia ter um impacto muito importante se ela criasse, talvez, centros de excelência em cidades – a imagem de Pedro II me parece apropriada – que servissem como padrões de referência e – usando o jargão econômico – como um efeito demonstração, para que as escolas que não estão concentradas nesse regime, administradas pelos Estados e Municípios, pudessem, de fato, tentar emular esse padrão de excelência que seria criado por essa sugestão de centros de excelência. Então acho que não devia ser escola isolada, a proposta de

concentrar em alguns lugares para que esse impacto pudesse ser, de fato, mais efetivo.

Como é que a gente pode trabalhar nessa direção? Eu acho que há instrumentos para isso, porque criamos todo um regime financeiro que garante recursos, mas que não incluem nenhum compromisso com resultados. Quer dizer, temos garantidos 25% dos recursos de todos os Municípios para a educação, mas não há regras que digam que resultados devem ser alcançados em um prazo determinado. Devia estar associado: entregar o recurso com compromisso, com resultado. Aí, sim, poderíamos discutir metas, porque não adianta também fixar metas se as condições para cumprir as metas são desiguais. Então o atendimento é desigual.

Por último, a federalização ou a descentralização? Eu não gostaria de ver isso como uma dicotomia. Eu acho que federalizar, sim, naquilo que for importante para federalizar, quer dizer, o Brasil precisa ter um padrão educacional uniforme Brasil afora, não pode ter padrões educacionais diferentes, senão aquele princípio da isonomia não é atendido. Agora, um padrão educacional uniforme precisa ser acompanhado de iguais condições para que esse padrão seja atendido em toda parte do território brasileiro.

E aí não me surpreendem tanto os dados do Tribunal de Contas da União. Eu acho que nós não podemos imaginar que será possível de Brasília, num processo onde o ensino fundamental está praticamente todo municipalizado, querer controlar as contas de cinco mil quinhentos e cinquenta e não sei quantos Municípios brasileiros. Nós precisamos também ter um regime onde o controle dos tribunais de contas estaduais, de certa maneira, seja complementar ou a ação do federal seja complementar, seja compartilhada, para poder o controle ser de fato efetivo.

Só para completar, eu acho que essa iniciativa de provocar este debate é um momento muito importante para a gente discutir essa questão. Por uma feliz coincidência, o debate federativo brasileiro estava amortecido. Ele surgiu agora por duas questões que não estavam na pauta, ninguém esperava pela decisão do Supremo Tribunal Federal que mandou rediscutir as regras do fundo de participação e pela expectativa que se gerou com repartição dos recursos do *royalty* do petróleo do pré-sal. Isso trouxe à cena um assunto que estava escondido. Eu acho que é a oportunidade de aproveitar que esse assunto veio à cena para provocar essa discussão em um ambiente político maior e, claro, não vamos pensar que vamos fazer uma reforma ampla de um dia por outro, mas pôr uma agenda de debates visando a corrigir os problemas federativos que estão associados à discussão da política educacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Prof. Fernando.

Eu vou passar a palavra a um dos dois, não aos dois. Qual dos dois? Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO RICARDO DE MENDONÇA SALUSTIANO – Bom, respondendo o pergunta da Senadora, na verdade, os dados apresentados não se referem à gestão de prestação de contas pelo Tribunal de Contas da União, se referem à gestão de prestação de contas pelo órgão executor, no caso, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Foram apresentados esses dados dentro do foco da apresentação para mostrar a importância, dentro do sistema de controle, dos controles internos que são executados pelos órgãos executores das políticas públicas.

Então, cabe ao FNDE, além do repasse dos recursos, o acompanhamento, a fiscalização *in loco* desses recursos, o recebimento das prestações de contas, a cobrança das prestações de conta eventualmente não apresentadas, a análise tempestiva dessas prestações de contas, a cobrança às entidades beneficiárias dos recursos das providências eventualmente cabíveis saneadoras e, excepcionalmente, também cabe ao FNDE, nos casos extremos de verificação de prejuízo do Erário, aí sim, a instauração da tomada de conta especial. Essa tomada de conta especial, depois de transitar para a Secretaria Federal de Controle, vai ser atribuição do Tribunal de Contas da União apreciá-la e julgá-la. Então, na verdade, aqueles dados de estoque e deficiências estruturais de conseguir fazer a gestão da análise daquelas prestações de contas se referem ao órgão executor FNDE, e não ao Tribunal de Contas da União.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Depois eu faço comentários. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu passo a palavra, agora, ao Prof. Binho, como último... Obviamente se a Senadora quiser, depois ela.

O SR. BINHO MARQUES – Eu gostaria de dizer ao Senador Cristovam que eu gostaria de separar os governos militares da avaliação que eu fiz a partir do Governo Itamar. Eu não citei Itamar Fernando Henrique, Lula e Dilma apenas para ficar bem na foto com a Senadora, colocando uma sopa de letrinhas de partidos, mas porque, de fato, eles fizeram um trabalho que merece...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A minha avaliação foi republicana, Secretário, não dos partidos.

O SR. BINHO MARQUES – Eu sei. Na minha avaliação, se eu fosse colocar todos os que fizeram alguma coisa interessante pela educação, é claro que

os militares também fizeram alguns projetos interessantes, mas, então, vamos pegar desde Pedro II, que era um encantado. Mas o que eu falei foi uma coerência de propósitos.

Então, a partir do Governo Itamar, com a Conferência Nacional de Educação para Todos, a gente consegue estabelecer mais consensos a respeito da educação. De lá para cá, nós tivemos um caminho traçado. A saúde chegou muito mais facilmente a um consenso a respeito do seu projeto e o SUS é resultado disso. Na educação, não; as divergências eram muito maiores até a gente começar a trilhar um caminho conjunto. A participação do Ministro Paulo Renato, que contribuiu muitíssimo quando eu fui Secretário, foi fundamental.

O que eu trago para cá é: estamos no caminho certo. Existe um projeto que é diferente do projeto dos militares. Por exemplo, quando os militares fizeram a reforma educacional e praticamente destruíram o ensino de segundo grau, na época... É muito diferente! A centralização exacerbada dos militares é muito diferente do que vem sendo feito do Itamar para cá. Então gostaria de separar como o período em que agora nós temos um caminho. Para mim, esse caminho está correto. O que nós precisamos é dar mais foco e ver exatamente aquilo que tem mais resultado para que o investimento possa ser todo centralizado para ele ou pelo menos conseguir a maior parte de investimento. Na minha opinião, o Ministério da Educação precisa assumir mais a coordenação dos processos, do que acontece na escola. Repensar material didático, formação de professores e, nesse sentido, as coisas estão acontecendo.

Sobre a prova nacional, uma carreira que tem uma prova nacional, neste momento, nós estamos realizando os pré-testes com os Estados para a construção de uma prova nacional de ingresso na carreira. Esse é um caminho que está dentro do espírito do federalismo. Eu acho que, para o Brasil, não existe outro caminho a não ser radicalizar no federalismo. O que faltou foi radicalizar na nossa, digamos assim, identidade política com o federalismo. Acho que a gente ficou no meio do caminho. Então, a reforma que precisa ser feita não é necessariamente na educação, mas precisa ser feita uma reforma, eu concordo com o Prof. Fernando, no federalismo.

O que está acontecendo do Itamar para cá é que a educação está forçando a reforma do federalismo quando faz o Fundeb, quando faz o Fundef. Nós estamos mudando as regras do jogo, criando condições de equiparação. Por que a educação não foi adiante? Porque falta uma discussão mais geral sobre federalismo, sobre a reforma fiscal, enfim, às vezes, a educação paga o pato por algo que não está na sua conta, mas

que está na conta de uma discussão mais geral sobre o federalismo no Brasil. A educação, pelo contrário, ela, sim, está forçando a mudança no federalismo. Então eu acho que do Itamar para cá nós avançamos muito. Tenho certeza de que o Ministro Mercadante tem consciência dessa situação e pretende radicalizar no sentido de que a educação possa acontecer de maneira mais articulada e compartilhada. É nesse sentido que ele tem aberto espaços e construído instâncias de negociação e pactuação. Esse é o caminho que nós estamos trilhando e acho que estamos no caminho certo. Esse é o caminho para acelerar.

Então, nós não podemos confundir a importância do federalismo com a necessidade de federalização. Eu sou absolutamente contra um processo de federalização como sendo a possibilidade de resolver os problemas da educação. Pelo contrário, eu acho que a federalização da educação básica é uma ameaça, um grande prejuízo para a educação no Brasil, porque as nossas diferenças são tamanhas que exigem a capacidade de resolver o problema onde ele acontece e ele tem características completamente diferentes. Eu que fui Secretário Municipal e Secretário Estadual tinha grandes dificuldades com o Ministério da Educação para discutir que os projetos padronizados no Ministério não se encaixavam na realidade do meu Estado, e isso acontece no Brasil inteiro. Nós vivemos em um país rico, rico pela diversidade, e essa diversidade tem que ser valorizada pelo federalismo. A grande capacidade do federalismo é resolver o problema com a qualidade, com as características que o problema tem em cada lugar.

O que nós precisamos, como Ministério da Educação, é focalizar mais na construção de capacidade de ter resultados na sala de aula. E para se fazer isso não é preciso rios de dinheiro. Mudanças podem ser feitas apenas com.... às vezes, algumas mudanças grandes podem acontecer apenas com alinhamento. Se a gente fizer um alinhamento de propósitos entre as três esferas, isso já é de grande valia.

Agora, só o alinhamento não resolve. Como disse o Prof. Fernando, nós precisamos também equacionar as diferenças de capacidade de cada ente federativo. E, para isso, a redistribuição dos recursos é fundamental.

Quero lembrar também que o ingresso ao Colégio Pedro II acontece por concurso, por seleção. Então, ele não é parâmetro para a gente dizer que aqui está uma escola que é referência de qualidade porque existe uma distorção quando se avalia os alunos que já têm uma bagagem cultural, científica que vêm da família, da sua condição socioeconômica quando se faz um processo de seleção.

As escolas reais, a vida real são diferentes. A vida real acontece lá no Município e o Município não pode assistir a uma escola federalizada que cai de paraquedas com condições completamente necessárias. Por mais que a gente diga que essa escola não vai ser padronizada, acho muito difícil que ela aconteça sem ser padronizada. Porque não há condições, a começar pelo Tribunal de Contas, que vai querer saber por que o Ministério quer fazer uma escola diferente em cada lugar. Não tem como se pensar numa rede federal sem padronização. E a padronização é inevitável. No meu Estado, rejeitei dinheiro que vinha do Banco Mundial, através do Ministério da Educação, porque queria construir escolas de alvenaria no meio de uma aldeia em que as belas casas dos índios eram feitas de cavaco, de palha, que tinham conforto térmico, qualidade estética e cai de paraquedas ali uma escola para ele começar a questionar a sua própria cultura. Acho que a identidade cultural de cada povo também se reflete na escola e a federalização é uma agressão cultural, do meu ponto de vista.

Se nós pensamos em currículos adequados, a autoestima de cada povo, as características regionais, eu acho que isso é uma grande agressão.

Eu acho que não precisamos ter uma carreira nacional de professores, nós precisamos ter um parâmetro de carreira nacional. Isso, sim, é que nós não temos até hoje. O que nós temos são generalidades, seja no Conselho Nacional de Educação, seja feito pela CNTE, são generalidades; nós precisamos fazer com que essa carreira possa ser mais parametrizada.

E para responder à pergunta da Senadora, pois meu tempo já se esgotou, sobre o piso, que eu acho extremamente pertinente, eu acho que esta Casa teve uma decisão, um ato louvável, de lutar por um piso nacional dos professores. Isso é extremamente necessário. Agora, qual a dificuldade? Nós indexamos esse reajuste salarial ao valor aluno/ano do Fundeb e esse valor não representa o valor de crescimento do próprio Fundeb.

O crescimento do valor aluno/ano, que foi de 22% este ano, e será 21% no ano que vem, não está de acordo com o crescimento dos recursos. Por quê? Porque quando cai o número de alunos – e é o que está acontecendo e isso não é necessariamente uma notícia ruim; às vezes uma correção de fluxo faz com que caia o número de alunos e aí tem a ver também com o EJA; é um dos aspectos, não é apenas esse aspecto –, essa queda é um fator positivo. Porque se corrigiu fluxo, havia alunos com idade defasada, e aí aumenta o valor aluno porque diminuiu o número de alunos, mas não porque aumentou recurso. E aí o valor

aluno/ano é calculado, cresce tanto porque diminuiu o número de alunos e não porque aumentou o recurso.

E aí os Municípios, de fato, não têm condição de pagar. Os Estados, de fato, não têm condição de pagar. E o recurso do MEC que a lei prevê também não é suficiente para complementar esse recurso.

E aí o outro problema é o fato de não termos um sistema nacional de educação. Não há parâmetro para dizer quem não tem capacidade de pagar, por quê? Porque os Estados e Municípios que não pagam nem sempre é porque não têm dinheiro, mas porque há uma má gestão dos seus recursos, porque há professores que não estão em sala de aula, não está na escola, porque ele utiliza recursos da educação para outros fins. Como o Ministério da Educação vai agora avaliar essas condições se não existe um sistema que parametrize isso?

Então, é necessário também ter um sistema para parametrizar.

Para concluir mesmo, eu acho que o sistema nacional de educação é extremamente importante para a equidade, é extremamente importante para repartir a redistribuição de recursos. Ele é extremamente importante para ter padrões, padrões nacionais. Esses padrões nacionais não significam a uniformização das escolas, porque acho que isso é uma grande agressão ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero agradecer a todos, mas, antes de encerrar, eu quero dizer o seguinte: toda proposta que tenho feito de federalização diz “com descentralização gerencial e liberdade pedagógica”. Ninguém sabe como é uma escola boa hoje. Pedagogicamente tem que dar liberdade. E isso é possível.

O SR. BINHO MARQUES – Desculpe interromper. O que eu falei aqui, Senador, foi exatamente isto: a liberdade pedagógica está sendo um dos grandes problemas da educação brasileira. Porque o Ministério da Educação, no lugar de coordenar o aspecto pedagógico, está direcionando – e o seu projeto de lei caminha para isso – para financiamento da educação naquilo que às vezes é periférico.

Nós estamos no caminho certo, mas precisamos focar mais no pedagógico. E essa extrema liberdade pedagógica, para Municípios que não têm capacidade técnica e os professores têm uma formação com dificuldades... Como que uma escola em que 80% dos professores do Brasil vêm de uma péssima qualidade...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Desculpe, mas esta é a escola atual. A minha proposta é uma outra escola, é um sistema novo.

O SR. BINHO MARQUES – Mas a essa nova escola o senhor está querendo dar liberdade pedagógica para os mesmos professores!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não.

O SR. BINHO MARQUES – Porque a formação é a mesma, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas isso não tem nenhum problema, porque o que precisamos é assegurar que o professor tenha a mesma qualificação. O conteúdo a escola vai ter que dizer qual é.

Na verdade, há um ponto filosófico aqui: para mim, uma criança, quando nasce, ela é primeiro brasileira. Hoje não! Hoje ela é primeira acriana. Porque a escola dela é do Acre.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não importa. Ela é brasileira. Aí ela é uma brasileira negra, ela é uma brasileira branca, ela é uma brasileira pernambucana, acriana. Aí tem que ver as especificidades.

Mas, primeiro, hoje, a criança, ao nascer no Brasil, ela não é brasileira. Ela é uma criança da favela, ou é uma criança do condomínio. E a escola é o que faz a brasiliidade.

A Itália é um país que tem muito menos tempo como Itália do que o Brasil. Como se unificou? Lá havia dezenas de idiomas; foi a escola que fez a Itália. E para os mais velhos, o Exército. Foi aí que se colocou todo mundo junto e disse: “Agora, vamos falar italiano. Vamos falar da história.” E aí um currículo central, e os currículos específicos, o que, inclusive, permite o ensino da língua local.

Eu defendo que se ensine a língua indígena, mas com o professor escolhido com alta qualidade. O problema que o Fernando falou é o acesso. Não pode haver diferença de acesso de uma criança para outra conforme o Município ou conforme a família em que nasce. O acesso tem que ser a escola com qualidade, mas o conteúdo da qualidade muda.

E aí vamos pegar o Colégio Pedro II. Os alunos do Colégio Pedro II são especiais. Mas por que eles fazem concurso para entrar no Pedro II? Porque o Pedro II é especial. Senão não haveria fila de gente de madrugada se inscrevendo para fazer o concurso. Aí entram os que já são melhores. E aí a escola fica melhor.

Se todas fossem iguais e ninguém precisasse fazer concurso para entrar nas escolas boas, nós íamos poder ter uma unidade. Mas com diversidade.

Palmas criou duas escolas excepcionais. Sabem o que está acontecendo? Senadora Ana Amélia, veja que absurdo a parcela rica do Brasil. Aliás, quando eu

apresentei um projeto aqui de que filho de parlamentar deve estudar em escola pública, todo mundo achou um absurdo. Em Palmas, as escolas muito boas selecionam as crianças que vão para lá conforme o bairro em que nascem. Os ricos entraram na justiça dizendo que queriam entrar também. E houve juiz que deu ganho.

Então, precisava tirar uma criança pobre e colocar uma criança rica na escola pública. Todos têm que ser iguais para evitar, inclusive, isto de que pobre tem uma escola e rico tem outra. E a gente não faz uma padronização da carreira nas universidades? Por que a gente não deixa, então, cada Estado ter a sua universidade?

Outra coisa: fui Ministro por pouco tempo, é verdade. Mas lá eu recebi muitos parlamentares; eles só vinham pedir por escola técnica. Por que todo prefeito comemora a ida de uma escola técnica federal? E não gostariam que todas as escolas fossem federais? Por quê? Qual é a lógica? É uma festa quando chega uma escola técnica federal numa cidade. Agora, quando se fala que todas as escolas sejam federais, começamos a ter argumentos contrários. É a mesma coisa.

E a escola técnica é específica em cada lugar. Ela é federal, mas ela dá um curso de um tipo profissional diferente de outro, conforme a cidade onde está. Ela adapta o seu currículo.

Nesse ponto, eu sou mais radical. Eu acho que a gestão da escola federal pode ser até sem Município nem Estado. As famílias, os professores, os jovens do segundo grau – eles administrarem! Com padrões nacionais que o Tribunal de Contas fiscalizaria. Mas esses padrões têm que ser pelo resultado que vai se conseguir.

Eu sou mais radical do que todos na descentralização. Nem o prefeito precisa se meter na gestão de uma escola se os pais estiverem preparados. E não é novidade. Na Finlândia, que é um grande exemplo, os professores e os pais é quem selecionam os professores, é quem demite os professores. Eles têm total descentralização. Aqui a gente não pode chegar a esse nível.

Então, a federalização tem que ser buscada, compatível com a descentralização gerencial e a liberdade pedagógica e com padrões nacionais. Eu creio que isso é possível. Agora, isso parte de uma filosofia: a escola é diferente de uma para outra, mas a qualidade é a mesma.

E toda criança – e o Fernando falou nisso – tendo direito isonômico de acesso à educação. Eu não vejo como um país com... Aliás uma frase do próprio Binho, que eu achei formidável: como assegurar educação de qualidade para todos num país heterogêneo, desigual e marcado por tensões intergovernamentais? A essa

sua pergunta eu só vejo uma resposta: a educação sendo nacional. (*Risos.*)

Dou por encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOS- TO DE 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas do dia vinte e nove de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Romero Jucá, Tomás Correia, Cássio Cunha Lima, Armando Monteiro e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 38/2012-CE, de autoria das Senhoras Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia e nº 39/2012-CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinados a discutir **o movimento grevista dos professores das universidades federais**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Marco Antônio de Oliveira, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – MEC; Senhor Ricardo Francalacci Savaris, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS; Senhor Paulo Rioli, Professor da Associação dos Docentes da Academia da Força Aérea; Senhor Gil Vicente Reis de Figueiredo, Tesoureiro da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES; Senhor Lúcio Vieira, Vice-Presidente do Sindicato dos Professores

das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre – ADUFRGS-Sindical; Senhor Cássio Tavares, Professor da Universidade de Goiás – UFG; Senhor Luiz Carlos Gomide, Professor da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Senhora Yeda Regina Venturini, Professora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Senhor Boanerges Cândido da Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná – SINDIEDUTEC-PR e Professor do Instituto Federal do Paraná – IFPR, Senhor Israel de Oliveira Pinheiro, membro do Conselho Deliberativo do Sindicato dos Professores do PROIFES e Senhor José Maria de Almeida, Representante da Central Sindical Popular – CSP-Conlutas. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Marinalva Silva Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES**; **Senhor José Almiran Rodrigues, Diretor da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação nas Universidades Públicas Brasileiras – FASUBRA**; **Senhor Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES**; **Senhora Elane de Souza Mafra, Representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE**; **Senhor Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE** e **Senhor Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior – Ministério da Educação – MEC**. Neste momento, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Vanessa Grazziotin, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra as Senhoras Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, autoras dos Requerimentos, e os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy (não membro) e Cássio Cunha Lima. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36^a Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 54^a Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e subsequente aprovação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A reunião do dia de hoje atende ao Requerimento de nº 38/2012, de autoria da Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin, que Ihes fala, também subscrito pela Senadora Ana Amélia; e ao Requerimento nº 39, de autoria da Senadora Ana Amélia para a realização de audiência pública destinada a discutir o movimento grevista dos professores federais.

Para dar início a esta audiência, solicito ao Secretário desta Comissão, Sr. Júlio Ricardo Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Aqui está a relação dos nossos convidados.

Gostaria de comunicar, e ao mesmo tempo agradecer, a presença do Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins, que é o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e que, nesta audiência pública, representa o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Obrigada pela presença.

Quero anunciar também a presença do Dr. Willian do Nascimento Carvalho, que é o Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Quero agradecer-lhe também a presença.

Quero agradecer a presença do Dr. Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente da Federação dos Sindicatos de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes); e a presença da Sr^a Marinalva Silva Oliveira, que é Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

A SR^a MARINALVA SILVA OLIVEIRA – Doutora do Andes.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Doutora. Não falei?

A SR^a MARINALVA SILVA OLIVEIRA – Não.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Desculpe-me.

Comunico novamente a presença, com muito prazer, da Dr^a Marinalva Silva de Oliveira. (*Palmas.*)

Quero agradecer a presença do Dr. José Almiram Rodrigues, Diretor da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades

Públicas (Fasubra), que está substituindo a Drª Janine Vieira Teixeira.

Uma salva de palmas para ele também, gente! (Palmas.)

É o seguinte: de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, não é permitido manifestação, nem a favor, nem contra. Mas, enfim, nós entendemos que estamos aqui num clima de muita cordialidade, de debate. Então, sejam todos e todas muito bem-vindos a esta nossa audiência pública. Acho que é uma boa hora, um bom momento para ser realizada. Parece que as coisas estão se encaminhando.

Nós temos à mesa cinco representantes do Sinasefe – deve estar chegando mais um – e a União Nacional dos Estudantes. Deveremos, então, ter seis expositores. Portanto, pedimos que todos se atenham ao tempo, em torno de dez minutos, para que possamos guardar um tempo maior para os debates posteriormente.

Vamos ouvir o primeiro participante. Pela ordem aqui, vou convidar a Drª Marinalva Silva Oliveira. Na sequência, passarei a direção dos trabalhos para o nosso Senador Paulo Paim, que tem sido um grande lutador, um grande defensor das causas do Brasil, principalmente dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Drª Marinalva, a senhora dispõe de 10 minutos.

Faltando 1 minuto, a campainha toca. Se preferir antes, não há problema. Mas há ali um cronômetro, que vamos zerar e que está bem fácil de enxergar. Não se preocupe, não, porque vai voltar.

Pode começar, Drª Marinalva.

A SRª MARINALVA SILVA OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas! Bom dia, Senadora; todos que compõem a mesa; Srs. Senadores; companheiros; professores do Andes; a nossa central sindical também; estudantes do CNGE.

Primeiro, eu gostaria de agradecer à Senadora pela iniciativa de fazer esta audiência pública. Isso é extremamente importante, considerando que o momento aponta uma greve forte dos professores da educação federal – Andes e Sinasefe. A nossa greve ainda não terminou porque as negociações foram interrompidas, e até o momento não houve reabertura de negociações. A proposta apresentada pelo Governo foi rejeitada por todas as nossas assembleias, e, por isso, nós continuamos em greve ainda.

Os motivos que nos levaram à greve são dois. O primeiro é a reestruturação da nossa carreira. Temos uma carreira hoje – nas universidades, nos institutos federais, nos Cefets, na educação federal – desestruturada, uma carreira que não tem valorização salarial, uma carreira que atenta contra a concepção de uni-

versidade, de educação de qualidade. Por conta dessa carreira, estamos lutando. Há dois anos protocolamos o nosso projeto de carreira junto ao Governo Federal; ano passado assinamos um acordo com o Governo no sentido de criar um GT para discutir os pontos dessa carreira. Infelizmente esse GT não teve os desdobramentos que a categoria esperava. Após findar vários prazos e a não evolução desse GT, a categoria resolveu deflagrar greve no dia 17 de maio.

Além disso, NÓS temos outro ponto na nossa pauta de reivindicações, que, até o momento, o MEC sequer nos recebeu para discutir: a valorização e as condições do trabalho docente. Esse ponto envolve concurso público para docentes, laboratórios, equipamentos, condições adequadas de trabalho, que os professores atualmente não têm nas universidades, não têm nos institutos. Os professores hoje vivem uma situação de extrema precarização, além da desvalorização da sua carreira. Essa precarização tem diminuído a qualidade no ensino. E nós, compromissados com esse projeto de educação, não podíamos dar outra resposta, após várias tentativas, que não fosse uma greve, e uma greve muito forte, no dia 17 de maio.

É bom ressaltar que essa greve só foi deflagrada após várias tentativas de negociação com o Governo, várias tentativas. Temos todos os documentos, que vamos entregar depois para a Senadora.

Após a deflagração dessa greve, é importante ressaltar também que o Governo só nos recebeu pela primeira vez para negociar no dia 13 de julho, ou seja, após quase 2 meses em greve. O Governo mostrou um descaso, um desrespeito com os professores e com a educação. No dia 13 de julho, o Governo nos recebeu, e essa reunião só aconteceu por conta de pressões em vários lugares. Chegamos a ir à Secretaria da Casa Civil, motivo pelo qual também saiu essa reunião. Então, foi por força do movimento.

Após essa reunião, pelo Ministério do Planejamento, através do Secretário Sérgio Mendonça, com a presença do Secretário Amaro Lins, que está aqui na mesa, e o Secretário da Setec, Marco Antonio, tivemos apresentação por parte do Governo da primeira proposta, que levamos às bases. A categoria rejeitou por unanimidade essa proposta, porque retira direitos dos professores. Um sindicato que se preza e que defende trabalhadores não assina nenhum acordo que retira direitos e desvaloriza ainda mais esses professores.

A partir daí, as assembleias responderam “não”. Apresentamos ao Governo críticas à proposta e também possibilidades para a construção de outra proposta. Isso foi entregue ao Secretário Sérgio Mendonça e ao Secretário Amaro Lins. Isso tudo foi desconsiderado. Foi desconsiderado.

E acho que é importante colocarmos isto, aqui, nesta audiência pública, Senadora: parecia que já havia um simulacro naquele momento, já tudo feito para que o acordo fosse assinado do Governo com a outra entidade, porque na mesa de negociação, nas reuniões seguintes, três entidades, Andes, Sinasefe e Condsef, responderam “não” para a proposta. A maior parte da categoria está nesses sindicatos. Não é possível que o Governo desconsidere o número dos docentes e assine um acordo sem considerar qualquer possibilidade de discussão sobre isso.

A partir daí, fizemos assembleias. Novamente as assembleias disseram que não era para assinarmos o acordo. Respeitamos as decisões de base.

Paralelamente a isso, temos tentando junto ao MEC, quase que diariamente, através de ofícios, de atos ou até por telefone – já falei algumas vezes com o Secretário Amaro – reunião sobre o ponto 2 da pauta, que se refere a condições de trabalho. Esse ponto 2 está ligado diretamente ao cronograma para concurso público a partir daquelas vagas já aprovadas no Senado. Se as vagas já foram aprovadas, qual é o problema de o MEC sentar conosco e começarmos a discutir esse cronograma para concurso?

Sobre infraestrutura nas universidades. Hoje não só temos obras inacabadas. Temos ausência de obras. Temos dossiês de várias universidades e institutos onde professores estão dividindo a mesma sala de aula. Temos dossiês de várias universidades criadas a partir do Reuni onde as aulas estão sendo ministradas em escolas municipais, sem laboratório. Alguns cursos não têm sequer o mínimo para uma educação de qualidade. Isso é real. Isso não é fantasia do Andes. Isso não é fantasia dos professores.

Nesse ínterim, mostrando que estamos dispostos a negociar e que depende do Governo a reabertura das negociações sobre os pontos 1 e 2 da pauta, fizemos uma contraproposta em que flexibilizamos inclusive o piso e o teto do professor. Antes, pedíamos o salário do Dieese e flexibilizamos para aquele proposto pelo Governo. Agora, não abrimos mão de princípios. Isso, não! Abrir mão de princípios para assinar uma proposta que desestrutura ainda mais a carreira docente e que não dá condições de educação de qualidade dentro das universidades é trair a categoria, e esse papel não vamos fazer nunca.

A nossa greve continua forte. Hoje estamos pedindo a reabertura das negociações. Pedimos ao Secretário que está aqui hoje presente, que reabra as negociações, que faça reunião com os docentes. Qual é o problema? Existem pontos para os quais não há impacto orçamentário. Existem pontos que dependem de conversar e de chegar a um acordo. Por exemplo,

concurso público para professores. Isso não depende porque as vagas já foram aprovadas. Então, é preciso ficar claro que deve existir algum problema com o Andes, Sindicato Nacional, que vai além do impacto orçamentário. Se é político, é preciso deixar claro.

A categoria está cada vez mais indignada porque está sendo desrespeitada. A categoria hoje não consegue entrar em prédios públicos. Em nenhum momento, fizemos qualquer coisa que pudesse desrespeitar prédios públicos. Hoje chegamos à frente do MEC, 40 professores, e havia 200, 300 policiais. Isso é um desrespeito com os professores. E quem está fazendo isso com os professores são os próprios professores que estão hoje em outro lugar. Pedimos a reabertura da negociação em respeito à educação, em respeito aos professores das universidades e em respeito aos alunos do comando nacional de greve também que estão em greve, estão apoiando os professores e também têm uma pauta de reivindicação. Pedimos e temos todo o objetivo e a intenção de terminar essa greve, agora, para isso, precisa haver diálogo sobre a pauta de reivindicação dos docentes, porque, até o momento, isso não aconteceu. O que aconteceu foi uma realidade falseada para assinatura de acordo com a outra entidade. E não é possível que o Governo não consiga enxergar que Sinasefe, Andes e Condsef não assinam acordo e acredite que este acordo possa ser bom para a categoria.

Nesse sentido, quero agradecer esta oportunidade que estamos tendo aqui e pedir para os Srs. Senadores, para a Srª Senadora, para o MEC, que está aqui presente, que reabram as negociações com os docentes. Queremos negociar; agora, para isso, é preciso que haja diálogo na mesa e que sejamos convidados para isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Vamos dar continuidade.

Se todos concordarem, Senador Paim, ficarei mais alguns minutos aqui e convidarei para fazer uso da palavra, por 10 minutos, o representante da Federação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra), Dr. José Almiram Rodrigues.

Cumprimento a Drª Marinalva pelo tempo. Muito obrigada, isso contribui muito para os nossos debates.

Gostaria de anunciar a presença aqui entre nós, além do Senador Paim, do Senador Cristovam Buarque também.

Faço questão de anunciar algumas presenças aqui: Dr. Marco Antônio de Oliveira, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Ricardo Francalacci Savaris, Professor da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Paulo Rilli, Professor da Associação dos Docentes das Forças Aéreas; Gil Vicente Reis de Figueiredo, Tesoureiro da Federação do Proifes; Lúcio Vieira, Vice-Presidente do Sindicato dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior de Porto Alegre; Cássio Tavares, Professor da Universidade de Goiás; Luiz Carlos Gomide, Professor da Universidade Federal de São Carlos; Yeda Regina Venturini, Professora da Universidade Federal de São Carlos; Boanerges Cândido da Silva, Vice-Presidente do Sindiedupec, que é Professor do Instituto Federal do Paraná; Israel de Oliveira Pinheiro, membro do Conselho Deliberativo do Sindicato dos Professores do Proifes; José Maria de Almeida, da CSP – Conlutas – Central Sindical e Popular. Então, registro a presença de todos e, ao mesmo tempo, agradeço-lhes.

Muito obrigada.

Passo a palavra ao Dr. José Almiram, que fala pela Fasubra.

O DR. JOSÉ ALMIRAM RODRIGUES – Bom dia a todos e a todas, companheiros professores, estudantes, Senadores aqui presentes e demais companheiros aqui da Mesa! Quero, inclusive, agradecer aos Parlamentares que se empenharam em resolver a questão da nossa greve, acho essa intermediação importante nos momentos de conflito, e ao Secretário da Cesuc, que assinou o acordo conosco.

Assinamos um acordo na última sexta-feira com o Governo e saímos da greve a partir de segunda-feira passada, antes de ontem. Naturalmente que o reajuste oferecido praticamente para todas as categorias, e para nós também, de 15,8%, dividido em três parcelas, foi totalmente insuficiente para o que estávamos defendendo na nossa pauta. Mesmo depois dos 3 anos, continuaremos recebendo esse reajuste, com um piso salarial de apenas R\$1.196,00. Não condiz com a atividade da educação ter um piso salarial tão baixo, como vai ficar em 2015, o menor piso do serviço público.

Mas fizemos ressalvas sobre questões importantes que foram colocadas no acordo, sobre a contraproposta que apresentamos. Essas questões se referem ao aperfeiçoamento da Lei nº 1.191, de 2005, o aperfeiçoamento do nosso plano de carreira, que, para nós, é uma luta constante e muito cara. Ali foram colocados pelo menos três elementos de aperfeiçoamento da carreira, o que achamos importante, além de um novo acordo para discussões posteriores. Resolvemos também dar mais um crédito ao Governo, muito embora, muitas e muitas vezes, nós assinamos, e essas coisas ficam perdidas pelo tempo. Por isso, acontecem as greves.

A Fasubra é uma entidade nova, tem apenas 33 anos, e isso é fruto de assinarmos acordo. A nossa luta

constante é pela valorização, pelo reconhecimento dos trabalhadores técnicos administrativos.

Peguei uma revista de 1968, revista *Realidade*, que antecedeu a *Veja*, que falava sobre a universidade. Na época, os estudantes estavam fazendo uma batalha para ter reconhecimento e participar dos processos de eleição para reitor. Eram os estudantes para dividir com os professores. À época, os trabalhadores técnicos administrativos praticamente não existiam para a universidade.

Após a fundação da Fasubra, em 1978, começamos uma luta constante para valorização desses trabalhadores e conseguimos, não concretizar esse processo, mas dar um passo para esse processo agora em 2005, com a aprovação da Lei nº 11.091, onde somos reconhecidos como trabalhadores técnicos administrativos das universidades.

Lá há uma série de questões que nós defendemos, inclusive temos um projeto para a universidade brasileira, que está em pauta na Câmara dos Deputados e que depois deve vir também para esta Casa: Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, no qual nós defendemos os nossos conceitos de universidade para os trabalhadores.

Dentro do nosso plano de carreira, construímos algumas coisas para discussão que assinamos, como, por exemplo, a discussão da terceirização. Nós queremos fazer a discussão com o Governo sobre o que representa a terceirização no serviço público, em especial na universidade. E digo por quê: porque, na universidade, todos os trabalhos, independentemente, do mais simples ao mais complexo, estão direcionados para a educação. Veja, na universidade, um trabalhador, digamos, auxiliar de agropecuária, trabalha lá no campo, cuidando de uma plantinha, mas, na verdade, ele está cuidando da pesquisa do doutor fulano de tal, está cuidando daquilo lá e tem esse compromisso. Nós queremos fazer essa discussão.

Já em relação à Lei nº 11.091, nós colocamos um artigo que prevê que seria feita essa discussão no prazo de 1 ano. Nunca foi cumprido. No acordo agora, estamos renovando esse compromisso com o Governo de fazer a discussão sobre terceirização num prazo de 180 dias. Esperamos – e estamos atentos para isto – que, dessa vez, seja cumprido.

Temos outras pautas, como a racionalização. Pretendemos aperfeiçoar a questão dos cargos da universidade, que são muitos e de uma época antiga. Está previsto também lá na Lei que isso seria resolvido num prazo de 1 ano, o que também nunca foi concretizado, embora tenhamos tido diversos e diversos meses de negociação.

Nós, trabalhadores da universidade, enfrentamos, nesse período curto da Fasubra, de 33 anos, muitas greves. Mas nós, trabalhadores, não somos trabalhadores que gostamos de fazer greve simplesmente. As greves que aconteceram foram todas justificadas, inclusive fizemos greves importantes em conjunto com os companheiros docentes e estudantes, para defesa da universidade, sem nenhuma pauta econômica, muito embora os nossos trabalhadores sejam os menos remunerados do serviço público.

Em 2000, fizemos uma greve importante. Já em 1986, fizemos uma greve importante para a defesa da universidade, quando procuraram entregar a universidade para o rumo da terceirização. Portanto, temos que relembrar isso para não vulgarizar as greves, principalmente as greves dos nossos servidores técnicos administrativos.

Essa agora que aconteceu, cujo acordo terminamos de assinar, poderia ter sido evitada, se o Governo tivesse tratado com seriedade os processos de negociação. Infelizmente, o que temos hoje é uma tática do Governo para os trabalhadores – não só para nós da universidade, mas para todos os trabalhadores do serviço público: de simplesmente empurrar com a barriga a questão da negociação. Está sempre negociando, mas nunca se chega a um acordo, nunca se chega de fato na...

Para você ter uma ideia, em 2007, nós fizemos uma greve, por conta da falta de negociação, e conseguimos um acordo, por meio do qual tivemos uma elevação da nossa remuneração. E assinamos um acordo, uma pauta, para discutir posteriormente, o que foi feito. Só que tivemos mais de 60 reuniões com o Governo e sequer chegaram-se a apresentar contrapropostas para a pauta. Portanto, a coisa não foi tratada com seriedade.

Por isso, tivemos de decretar novamente a greve para poder avançar. Felizmente, isso aconteceu no ano passado, quando o Governo se negou a receber os trabalhadores, numa posição intransigente de dizer que não receberia trabalhadores em greve. Este ano, felizmente, chegamos a um acordo e estamos dando mais uma chance. Esperamos que desta vez sejam tratadas com seriedade as pautas que estão ficando para depois, porque elas são importantes. Não assinamos um acordo para simplesmente receber um reajuste que sequer recupera a inflação do período que estamos sem reajuste. Nós assinamos um acordo para dar oportunidade às discussões das questões importantes da universidade.

As questões importantes da universidade estão colocadas em grupos de trabalho, com prazo de 120 a 180 dias para discussão e finalização de propostas.

Portanto, essa é a nossa posição. A única forma possível para assinarmos um acordo é esta: a discussão de questões importantes da universidade, que são importantes para nós, que são importantes para os estudantes...

Apoiamos a greve dos companheiros docentes, apoiamos a greve dos estudantes, achamos que o Governo tem de atender também os estudantes na sua pauta. Estivemos no MEC com os companheiros da Universidade Rural de Pernambuco, que vieram denunciar os processos de expansão das universidades, que não estão vindo com qualidade. Portanto, isso é pauta do movimento estudantil, é pauta nossa também.

É preciso que haja concurso público na universidade para resolver a questão do professor, concurso público para trabalhador técnico administrativo. É preciso que os processos de expansão e que o processo da grande movimentação de estudantes, que há hoje em todo o Brasil, tenham garantia de recursos. Isso, hoje, é totalmente insuficiente. É preciso que resolvam a questão dos docentes, que sejam tratados com seriedade também para que a universidade caminhe bem. Para que a universidade caminhe bem, é preciso que todos estejam satisfeitos; para que todo serviço caminhe bem, é preciso que os trabalhadores estejam satisfeitos.

Nós termos assinado um acordo não quer dizer que estejamos satisfeitos com a questão salarial. Assinamos um acordo porque queremos discutir a universidade, e, para isso, é preciso que haja bom-senso do Governo em discutir com seriedade para que cheguemos a bom termo, digamos assim, para fazermos com que a universidade cumpra, realmente, o seu papel, que é o papel que defendemos no nosso projeto, que é alavancar o desenvolvimento no nosso País.

Então, é isso. Muito obrigado. A Fasubra vai estar sempre à disposição para contribuir nos debates. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. José Almiram. O próximo a falar será o Dr. Eduardo Rolim, que representa o Proifes.

Gostaria, neste momento, de convidar, para continuar na direção dos trabalhos, o nosso nobre Senador Paulo Paim.

Dr. Eduardo, V. S^a dispõe de 10 minutos. Pode iniciar.

O SR. EDUARDO ROLIM – Muito bom dia a todos. Queria, antes de a Senadora sair, agradecer-lhe o convite, os requerimentos feitos por V. Ex^a e pela Senadora Ana Amélia Lemos, requerimentos esses que fizeram com que esta audiência pública se realizasse.

Queria cumprimentar o professor Amaro, representante do Ministério da Educação; a professora Mairinalva, representante da Andes; o companheiro João, da Fasubra; e a companheira Elane, do Sinasefe.

Também queria, muito carinhosamente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, meu conterrâneo, um trabalhador de origem que sempre lutou pelos direitos dos trabalhadores e que, com certeza, continuará com esse trabalho no Senado, e o Senador Cristovam, em nome de quem também cumprimento esta Casa. Em relação ao Senador Cristovam, dispensa-se apresentação sobre seu trabalho com a educação e com as questões ligadas aos direitos dos professores.

Queria cumprimentar os meus colegas de diretoria, os meus colegas de entidade, as senhoras e os senhores presentes aqui.

Este momento, na realidade, é muito importante, porque está chegando ao fim um processo de negociação, mais um que os servidores públicos federais tiveram.

É muito importante citar, já de início, que nós, infelizmente, vivemos no Brasil uma situação muito ruim: de não termos o direito à negociação coletiva dos servidores públicos federais. Então, todo ano, para que aconteça a negociação, é preciso que os servidores públicos se mobilizem, porque, ao contrário dos trabalhadores da iniciativa privada, que têm direito à negociação coletiva, têm direito ao acordo coletivo de trabalho, que têm direito ao dissídio, nós servidores públicos federais não temos esse direito. A Constituição nos deu direito à sindicalização, nos deu direito à livre organização, mas não nos deu direito à negociação coletiva; inclusive, não regulamentou nosso direito de greve, que, hoje, é regulamentado por uma lei que não foi feita para nós e não é adequada para responder às questões dos servidores públicos.

De qualquer maneira, esse processo negocial se encerrou, está se encerrando hoje ou amanhã, de uma forma que eu considero exitosa, na medida em que 30 entidades sindicais já assinaram o acordo com o Governo. Nesse sentido, eu saúdo a Fasubra por ter conseguido também assinar o acordo, na sexta-feira, o que considero muito importante para a retomada do trabalho na universidade de uma forma normal e que permita que a universidade possa cumprir o seu papel social.

E é por aí que eu queria começar. Gostaria de dizer para os Srs. Senadores que o fato de a universidade estar tão no centro da discussão nacional, nos últimos dias ou nas últimas semanas, de qualquer maneira, é algo positivo, mesmo que tenha sido em função de uma greve, mesmo que tenha sido em função de um impasse salarial. É positivo porque é fundamental que

o Brasil entenda que só é possível o desenvolvimento nacional sustentável, o desenvolvimento nacional com tecnologia produzida aqui, o desenvolvimento nacional com criação de conhecimento, como tanto fala o Senador Cristovam, se nós tivermos uma universidade forte, uma universidade pública capaz de fazer ensino, pesquisa e extensão, de qualidade, inovadora, produtora de conhecimento. Isso só é possível com trabalhadores valorizados.

Eu queria dar alguns números para vocês. Eu poderia ter feito isso num Power Point, mas eu preferi não fazer, até porque o objetivo aqui é uma discussão mais política do que propriamente numérica.

Eu queria mostrar para vocês, rapidamente, que, em 2007 – parece que faz muito tempo, mas não faz, faz só 5 anos –, um professor titular da universidade recebia, no máximo, R\$7.300. Esse era o salário bruto de um professor titular das universidades, em 2007. Com o acordo que nós firmamos, em 2007 – eu já vou falar desse acordo –, esse professor titular passou a receber R\$12.600, um aumento bastante expressivo, como vocês podem ver, inclusive, muito superior à inflação. Hoje, com um novo acordo que nós estamos firmando – que é o quarto, inclusive –, esse professor titular vai chegar, no ano de 2015, com um salário de R\$17.000. É óbvio – e aí eu concordo com o colega da Fasubra – que os valores, em termos numéricos que foram colocados nesses acordos estão aquém daquilo que nós pleiteávamos, porque nós pleiteávamos uma equiparação com a carreira de ciência e tecnologia, corrigidos os índices inflacionários, já para o ano de 2013, e acabamos aceitando um acordo, cujo impacto orçamentário é pouco menos, inclusive, da metade daquele que nós propusemos.

Mas por que isso acontece? Por que nós acabamos aceitando esse acordo? Por que a Fasubra aceitou o acordo? Por que outras categorias aceitaram o acordo? Porque, na realidade, um processo negocial necessariamente passa por altos e baixos, passa por situações nas quais nós não necessariamente conseguimos tudo aquilo que considerávamos ser possível ser atingido, porque existe uma outra parte, existem interesses sociais, existem interesses de outras partes da sociedade, de outros atores da sociedade, existe uma conjuntura nacional e internacional que um sindicato responsável, que seja capaz de entender os processos negociais como uma etapa de um processo de luta sindical, e não como o fim de toda a sua ação, tem que ser capaz de medir e pesar todas essas questões.

Não é novo que o Proifes tenha assinado sozinho o acordo, como nós estamos assinando agora; inclusive, não é novo que nós tenhamos assinado, em primeiro lugar, esse acordo. Em 2007 – isso é importante

que os Senadores lembrem –, o maior acordo salarial que os professores universitários fizeram, nos últimos 20 anos, foi assinado sozinho pelo Proifes, e, depois, no ano de 2008, assinamos um segundo acordo, que também trouxe questões muito importantes, esse inclusive o Sinasefe assinou conosco.

O que fez esse acordo de 2007 a 2010? Em primeiro lugar, é importante citar que conquistamos nesse acordo aquilo que, na realidade, podemos colocar como princípio, porque na hora em que colocamos todos os itens em uma pauta de reivindicação como princípio obviamente não vamos negociar nunca, nada. Essa é uma postura de ação sindical que diferencia o Proifes de outras entidades.

Na realidade, lá em 2007 reconquistamos aquele que para nós é um dos princípios mais caros para a nossa categoria, que era a paridade entre ativos e aposentados.

Senador Cristovam e Senador Paim, principalmente, que luta muito pela questão dos aposentados, os professores universitários desde 98 recebiam uma gratificação que diferenciava dos aposentados. Com o acordo que firmamos em 2007 os aposentados passaram a receber e continuam até hoje recebendo exatamente o mesmo salário que os colegas ativos, da mesma titulação, da mesma classe e nível que ocupa na carreira. Isso não é menor, isso é muito importante, porque isso reestrutura a ideia de carreira.

Em 2008 firmamos um segundo acordo salarial, que incluiu a criação da carreira de ensino básico, técnico e tecnológico. Porque para nós também era princípio que professores federais, sejam eles do ensino fundamental e médio ou técnico e do ensino superior teriam que ter a mesma valorização. E isso, Senador Cristovam, foi conquistado quando criamos e transformamos a carreira de magistério de 1º e 2º graus em carreira de ensino básico, técnico e tecnológico, permitindo que o Brasil possa fazer uma coisa que eu acho que é muito revolucionária, que é a criação do sistema de institutos federais e a criação e expansão do ensino técnico, interiorizando isso no Brasil.

Tenho certeza de que o Senador comigo concorda que esse é um ponto fundamental do processo.

Por tudo isso, senhores e senhoras, firmamos esse acordo novamente, o quarto acordo, porque sobre o terceiro nem vou falar, esse que assinamos ano passado, de tão ruim que foi. Mas ele foi um acordo apenas emergencial, que assinamos juntos com a Andes.

O acordo que assinamos agora, o acordo de 2012, traz, em primeiro lugar, e isso é muito importante, reestruturação séria na possibilidade de progressão na carreira, professores universitários poderão virar professor titular, independente de concurso público. Pro-

fessores do ensino básico, técnico e tecnológico foram valorizados como nunca tinham sido, inclusive pela criação do reconhecimento dos saberes tecnológicos.

Conseguimos fazer com que o salário do professor chegue, em 2015 – aliás, não em 2015, mas já em 2013 –, aos mesmos patamares de 2010, que são os maiores salários que tivemos desde o Plano Real.

Então, por conta disso, por conta da reestruturação, por conta da valorização salarial expressiva e por conta de entender que uma negociação é um processo onde não se obtém tudo o que se quer, mas que assinamos quando se chega à conclusão de que aquele momento histórico é necessariamente para isso, que assinamos o acordo; é por isso que o Proifes assinou o acordo, porque o acordo é bom para a categoria.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE, (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente da Federação do Sindicato dos Professores.

(*Manifestação da plateia.*)

Vamos fazer um apelo ao Plenário, pessoal: este espaço aqui é democrático, e é permitido aqui, pela orientação do Presidente da Comissão, que haja palmas, sem nenhum problema. Mas vamos evitar a vaia àqueles que pensam diferente.

Pessoal, estamos abrindo espaço para vocês. Já marquei para segunda-feira outra audiência pública, objetivando discutir o direito de greve. Estou muito preocupado. O movimento que está aí é para aprovar um projeto que proíbe o direito de greve. Com essa preocupação, já reservei, para segunda-feira, uma audiência pública com as entidades e vou convidar o autor e o relator do projeto para discuti-lo, mas vocês têm que ajudar. É só um apelo que faço a cada um de vocês. (*Palmas.*)

Quem está aqui está do lado de vocês. Não tenho nenhuma dúvida de que quem está aqui está do lado de vocês. Quero registrar aqui a Senadora Angela Portela, para quem peço uma salva de palmas, comprometida também com essa luta. (*Palmas.*)

Agora, vamos passar a palavra à Elane Mafra, representante, aqui, do Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Elane, por favor!

A SR^a ELANE MAFRA – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e a plenária com os alunos da universidade federal deste País e dos alunos do instituto federal deste País, que é quem nós estamos representando aqui como sindicalistas.

Esta audiência não é salarial, senhores. Ela é pela educação neste País. Eu sou egressa da rede fe-

deral. Eu sou egressa da universidade federal pública, de qualidade, deste País. Quando o Governo não abre negociação com os docentes dos institutos federais, que estamos representando aqui, e com os docentes das universidades, o que eles esperam deste País? Um país que, nos anos da ditadura militar, foi o único do mundo que expulsou seus intelectuais. Foi o único país do mundo que viveu mais de 20 anos numa ditadura militar e que não passou a valorizar a educação.

Então, é de se esperar que este País também não valorize os seus trabalhadores. Nós queremos ser considerados trabalhadores; nós queremos data-base; nós queremos discussão de dissídio coletivo; nós queremos uma universidade de qualidade; nós queremos um instituto federal de qualidade, e não essa expansão que está aí, desarvorada. Eu, quando fui Coordenadora-Geral, no ano passado, viajei este País de Norte a Sul, e o que eu vi foi uma coisa absurda. Não foi a educação que eu tive na Escola Técnica Federal do Amazonas. Eu tenho orgulho de ter sido egressa da Escola Técnica Federal do Amazonas. Tenho orgulho de ser egressa da Universidade Federal do Amazonas, porque a educação que eu tive foi a educação que vocês, alunos, não vão ter hoje, infelizmente.

Se um governo não abre o mínimo que precisamos negociar, conversar, com os seus professores – e acho que todos aqui, ou a grande maioria, viemos de universidades federais, de escolas públicas de qualidade –, é complicado demais. Como é que eu posso ter um país desenvolvido, se não valorizamos o seu profissional da educação, que é básica, que é constitucional? É muito complicado.

Eu gostaria de deixar três perguntas para vocês. O que nós esperamos de um país que não valoriza o seu profissional da educação? Nós somos extremamente profissionais, apesar de não sermos considerados trabalhadores. O trabalhador normal, dito normal, da iniciativa privada, tem data-base, tem dissídio coletivo, e é respeitado o seu dissídio coletivo. Os acordos, muito me engano ou as pessoas têm que pensar nisso, são acordos coletivos de trabalho. Onde é que está o Tribunal do Trabalho, que não vê isso? Nós temos acordos de 2005 que não foram cumpridos. Por que a gente está em greve todo ano? Vocês gostariam de pensar em relação a isso? Porque nós não somos considerados trabalhadores, senhores. E eu gostaria de ser considerada trabalhadora. Eu fiz um concurso público, eu não entrei pela janela, e um concurso público muito difícil, porque a educação neste País é a que mais exige e a que menos paga. Para ser professor da universidade federal, é preciso ter, no mínimo mestrado, e, para ter mestrado, é preciso estudar muitíssimo; não é pouco, não.

Professores, Marinalva, são o princípio deste País. Desculpe a emoção. (*Choro.*) (*Palmas.*)

Desculpe. Eu venho da educação que este País me deu. Eu sou a essência da educação pública deste País e eu não gostaria nunca que isto estivesse acontecendo: os nossos alunos sem aula todo esse tempo. Este País não valoriza a gente como trabalhador. Esse Governo – desculpe e obrigada pela correção – não valoriza este País, não valoriza a educação. Aonde nós vamos chegar em relação a isso? A lugar nenhum, porque nós não teremos futuro, porque nós não somos ouvidos, simplesmente. Nós queremos apenas ser ouvidos. Só isso. Abram negociação, porque nós precisamos ser ouvidos, precisamos renegociar a volta da educação de qualidade na educação federal e nos institutos federais deste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Elane Mafra, que representou aqui o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Vamos passar a palavra agora ao Daniel Iliescu, que é o Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Daniel, com a palavra. Daniel, com a palavra, por favor.

Se precisarem trocar de lugar, troquem.

O SR. DANIEL ILIESCU – Não, já deu.

Em primeiro lugar, boa tarde a todas e a todos presentes. Bom dia ainda, então. Quero fazer só um registro, Senador, na verdade, cumprimentando, primeiramente, o Senador Paim, o Senador Cristovam, a Senadora Angela, e registrando aqui o nosso cumprimento à Senadora Vanessa por ter convocado a audiência. Um registro que considero sempre necessário nesses debates no Senador: demorei uns 15 minutos para conseguir entrar aqui porque se montou uma democracia de difícil entrada no Senado, somente a entrada pelo Portão B. Quando entrei, uns 20 estudantes de graduação e pós-graduação e servidores da UFG, de Goiás, portanto, que devem ter levado algumas horas de estrada para estarem aqui presentes e não puderam entrar. O pessoal da Comissão fez um esforço; depois que a gente pediu, mais 10 pessoas entraram, mas acho que é sempre importante fazer esse registro, porque, quanto mais gente entra no Senado, isso é mais democracia e não menos ordem. Então, que a gente consiga nas próximas vezes se programar para, no mínimo, reservar outros plenários para que as pessoas acompanhem pelo telão.

Quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – (*Fora do microfone.*) ...que você tem razão, é que hoje, efetivamente, todas as Comissões estão

ocupadas, tanto que abri mão de presidir a Comissão de Direitos Humanos, que será presidida pelo Senador Paulo Davim, porque fui convocado para presidir esta e, até há pouco tempo, ele não conseguia instalar a Comissão porque não tinha sala. Na segunda-feira, quando vamos discutir o direito de greve, tem salas vazias; vamos colocar o telão nas outras salas e todos serão recebidos, com livre acesso.

O SR. DANIEL ILIESCU – Maravilha.

Quero continuar cumprimentando meus colegas estudantes aqui presentes, de várias universidades, os colegas professores e funcionários. Quero cumprimentar pela coragem que têm as entidades sindicais dentro desse processo. Cumprimento a Marinalva, recém-empossada presidente do Andes, durante esse contexto de greve. Nossa contato, até então, era com a Marina, pelo Andes. Quero cumprimentar o Eduardo, do Proifes; José Almiram, da Fasubra. Quando começamos a nossa gestão, há um ano, a Fasubra estava em greve e um ano depois vemos esse mesmo ambiente.

Quero registrar, gente, que, na opinião da UNE, Senador e demais colegas, o Brasil vive um momento muito especial de efervescência no debate educacional. Além de a gente presenciar a maior greve das universidades federais da última década, a sociedade brasileira vive um grande debate e o Congresso Nacional vive esse debate – o Senado, daqui a pouco, será pautado por ele –, do Plano Nacional de Educação, que, além da conjuntura da greve, é um debate estruturante sobre as transformações necessárias de que o Brasil precisa por meio da educação. O Brasil é o sexto país em economia no mundo; caminha para ultrapassar a França e se tornar o quinto país, em dois ou três anos. No entanto, somos a 88^a educação no mundo, segundo publicação de março deste ano da Unesco; nº 54 do ranking do Pisa, de publicação científica, o nosso País; 14% apenas da juventude, de 18 a 24 anos, com acesso à universidade; essa é a taxa líquida de acesso à universidade no Brasil. É um índice acima apenas do Haiti na América Latina, estamos muito atrás do Chile, com 27%; da Argentina, com 35%. Segundo o Dieese, as carreiras dos professores estão entre as menos valorizadas no Brasil por tempos de estudo, por anos de formação e a gente tem, apesar desse acesso difícil, um índice de evasão ainda dramaticamente alto, de cerca de 40% ainda nas universidades federais do País.

Essa oportunidade, a greve das universidades federais, ajudou a projetar um debate importante para o Brasil, ao lado dessa discussão do PNE, que tem como principal bandeira, que unifica amplos setores da sociedade brasileira, a luta pelos 10% do PIB e pela vinculação de receita do petróleo para a gente conseguir

atingir esse fim, que isso seja uma estratégia concreta para o nosso País, não apenas um número abstrato.

E, desde o dia 17 de maio, os nossos professores nas federais entraram em greve. Sou estudante de Licenciatura em Ciências Sociais na UFRJ. No dia 11 de junho, os servidores também entraram em greve e, no dia 17 de junho, o movimento estudantil brasileiro realizou um Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais), na cidade do Rio de Janeiro, naquele ambiente da Rio+20, reunindo 337 entidades gerais da nossa rede, das quais 44 DCEs de universidades federais, das 59 existentes. E a principal resolução desse fórum de discussão, o 60º Coneg, o nº 60 da nossa história, foi a convocação de uma marcha nacional a Brasília, que se realizou no dia 26 de junho, que contou com quase 3 mil estudantes de mais de 40 universidades federais, e que, após fazer o seu trajeto tradicional de passeata, foi ao Ministério da Educação exigir uma audiência com o Ministro Mercadante.

O Ministro concedeu essa audiência com 70 lideranças das cerca de 40 universidades federais presentes. Talvez tenha sido a maior audiência pública no Ministério em que o Ministro da Educação tenha recebido os estudantes nos últimos muitos e muitos anos. Após essa audiência com o Mercadante, em que a UNE apresentou o nosso apoio incondicional, a nossa solidariedade à pauta dos professores e funcionários, porque entendemos que, além do plano de carreira, que é a reivindicação fundamental, além das outras reivindicações dessas duas categorias; além disso, lidar com a questão dos direitos trabalhistas, dos direitos dos trabalhadores do nosso País, do avanço dos direitos dos trabalhadores, isso se reflete, sem dúvida alguma, na qualidade do conhecimento que se produz na universidade federal.

Então, além de manifestar o nosso apoio incondicional e a nossa exigência para que o Governo negocie, porque o ambiente que se vive hoje na universidade é o da expectativa pela volta às aulas, mas com vitórias para a greve, não o contrário, apresentamos a pauta de reivindicações dos estudantes, que, além do apoio ao plano de carreira, reivindicam a necessária e já absolutamente retardatária discussão sobre a gestão democrática na universidade, com a eleição direta e paritária, e a gente sabe que, em especial, a Fasubra é uma grande aliada da UNE nesse debate, na universidade, porque a maneira como funciona a gestão na universidade hoje data de tempos sombrios do nosso País.

A apresentação, concordando com o que apresenta a Marinalva, da convocação imediata do concurso público para professores, em especial do concurso que já está homologado, porque há um déficit de docentes

e servidores, que precisa ser recomposto nas universidades; a garantia de recursos para concluir as obras inacabadas, em especial desse processo recente de expansão do Reuni; em especial nos *campi* do interior, que ainda têm infraestrutura precária; em especial as demandas de assistência estudantil. Duas em especial: a ampliação do Pnaes, que é uma conquista recente da UNE, do movimento estudantil, dos DCEs deste País, que, a partir de 2008, consegue rubricar um orçamento específico para assistência estudantil em nosso País, que começou em 200 milhões em 2008 e hoje é de 500 milhões; e, apesar desse avanço gradativo, é absolutamente insuficiente para a demanda de popularização da universidade brasileira em curso no Brasil.

Segundo levantamento da Andifes e segundo os debates que temos feito pelo Brasil, o mínimo de meio bilhão do meio bilhão atual a ser ampliado seria de 1,5 bilhão. A gente deveria triplicar o orçamento da assistência estudantil para ser coerente com o processo de expansão que a universidade vive, mas a gente tem apresentado isso unanimemente dentro dos campos do movimento estudantil que constroem a UNE, um piso de R\$750 milhões.

Esta Casa, o Senado, Senador Cristovam, vai analisar o Orçamento, vai aprovar o Orçamento de 2013. E é uma reivindicação que reforçamos, já apresentada ao Ministro, já apresentada à Presidenta Dilma, de que, no mínimo, tenhamos R\$750 milhões para o Pnaes – o Plano Nacional de Assistência Estudantil –, para investir já em 2013, que é o mínimo que garante um equilíbrio nessa expansão, agravado e, na verdade, fortalecido – essa é uma contradição dessa greve – pelas políticas que temos conquistado. Porque são vitórias dos estudantes, são vitórias da UNE, são vitórias do movimento educacional, das entidades educacionais do nosso País: um Enem – Sisu, que democratiza o acesso à universidade em nosso País, interioriza a oportunidade e tem vencido preconceitos na sociedade brasileira; as cotas, que também sofriam oposição de dentro do movimento – e que hoje é quase imoral ser contra elas dentro do movimento educacional, mas já não foi assim há um tempo –, e foram aprovadas por unanimidade no STF; foram aprovadas nesta Casa.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, que foi um dos lutadores pela aprovação das cotas nesta Casa. A interiorização promovida pelo Reuni, abertura de novos cursos, tudo isso – já para ir tentando concluir – amplia enormemente a demanda por assistência estudantil, que já era deficitária. E, dentro da ampliação do orçamento da assistência estudantil, a nossa reivindicação é que se concentrem, de forma decidida, investimentos em restaurantes e moradias universitárias. O custo da alimentação e dos aluguéis, em especial

para esses estudantes que, pelo Sisu, saem de seus Estados de origem para estudarem numa universidade federal, são absolutamente sufocantes e expulsam os universitários das universidades.

Se nos pautamos pela orientação, Paim – já concluindo –, quero reivindicar uma fala não caricata, mas que está em sintonia com o debate que a universidade brasileira vive. É uma frase do Ernesto Che Guevara de que a universidade precisa se pintar de povo, se pintar de negro, de mulato, se pintar com as cores do povo. O povo não pode entrar em universidade e depois ser expulso por fatores econômicos, que é o que acontece na grande maioria dos casos.

Portanto, essa greve é uma greve diferente da greve dos anos 90, porque ela não responde à privatização e ao sucateamento. É uma greve que grita as dores do crescimento, é uma greve de uma universidade que sentiu o gostinho de vitórias, sentiu o gostinho da ampliação do acesso, de mais concursos para professores, de mais investimento, mas são absolutamente insuficientes essas vitórias. E a universidade ainda não está preparada e muitas vezes não quer receber o povo que começa a entrar na universidade.

Então, para se vencer esse corporativismo, esse elitismo que ainda marca a universidade brasileira, é muito importante que o Governo... E a gente teve uma audiência com a Presidenta Dilma, para finalizar de fato, na quarta-feira passada, em que a gente apresentou essa reivindicação dos 750 milhões, para que se conclua de forma positiva para os trabalhadores a negociação com os docentes, a negociação com os técnicos, porque a negociação com os estudantes o Parlamento vai ter um papel fundamental para isso. É a ampliação de recursos para assistência estudantil, e é a concentração de investimentos em restaurantes e moradias.

Por fim, eu queria reivindicar que este Senado, que os Senadores da Casa se comprometam com a bandeira fundamental para a solução dessa e das futuras greves, que é a bandeira dos 10% do PIB para a educação, que só vai ser alcançada com investimento dos *royalties* e do Fundo Social do Pré-Sal para a Educação, e foi uma grande vitória a gente conquistar o compromisso da Presidenta Dilma, que agora precisa se efetivar na aprovação dessas leis no Congresso.

Obrigado. Vamos à luta por mais vitórias para a educação pública no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Daniel, presidente da União Nacional dos Estudantes.

Agora vamos...

O SR. DANIEL ILIESCU – Eu só queria registrar, pois vejo máscaras do Honestino Guimarães, nosso mártir: neste ano em que a UNE faz 35 anos...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vamos segurar, Pessoal! Não é aqui que se vai decidir. Vocês estão ocupando um espaço legítimo aqui para mostrar que a greve está aí e que querem negociar. Então, vamos encaminhar dessa forma.

Daniel, já lhe dei 5 minutos a mais em relação a cada um da Mesa. E aí os outros vão reclamar.

O SR. DANIEL ILIESCU – Honestino, Paim, “encararia de frente” essa luta. Jamais daria as costas. “Encararia de frente”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daniel, Pessoal, vamos continuar a nossa audiência, e faço um apelo a cada companheiro, a cada companheira que está aqui, para que possamos desenvolver os trabalhos com a tranquilidade que sempre tivemos aqui no Senado durante esses já dez anos em que estou aqui. Nunca tive nenhum tipo de problema com os movimentos sociais. Quando alguns diziam que eu iria ter, eu não tive. Disseram que iriam ocupar, que iriam fazer, que iriam quebrar, mas não fizeram coisíssima nenhuma. Foi sempre num alto nível, como eu sei que vai ser a audiência no dia de hoje.

Eu passo a palavra agora para o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Sr. Amaro Henrique Pessoa Lins.

V. S^a terá o tempo também de dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Bom dia a todos os presentes.

Incialmente, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, que preside esta Mesa; cumprimentar o Senador Cristovam Buarque; cumprimentar a Senadora Angela Portela; cumprimento os colegas representantes dos nossos sindicatos: a Marinalva, da Andes – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior; o Eduardo, do Proifes – Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior; cumprimento também a Elane Mafra, do Sinasefe – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; o José Almiram, da Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras; e cumprimento aqui o Daniel Iliescu, Presidente da UNE; cumprimento os demais colegas professores, servidores e técnicos administrativos, estudantes aqui presentes; e cumprimento meus colegas do Ministério da Educação também aqui presentes.

Eu gostaria, Senador Paulo Paim, primeiro de manifestar a grande satisfação de, representando aqui o Ministério da Educação, participar desta audiência

pública. E eu tenho motivos de sobra para isso, porque dois terços da minha vida eu vivi dentro da universidade.

Estava conversando agora com Marinalva e Eduardo, e eu dizia o seguinte, Senador Cristovam: Quando eu entrei como professor da UFPE em 1978, os dois estavam ainda na escola básica. E tive 5 anos como estudante dessa universidade. Então, são 40 anos dentro da Universidade Federal de Pernambuco. De modo que eu fico muito à vontade e muito feliz de hoje, representando aqui o Ministério da Educação, participar deste debate.

Mas eu gostaria de, brevemente, fazer um pequeno histórico para que nós compreendamos o que é que nós estamos discutindo e qual o ambiente em que nós estamos hoje.

Como já foi mencionado, em 2011, o Governo Federal estabeleceu um acordo com as representações dos sindicatos dos docentes, e esse acordo previa um reajuste de 4%, a partir de março de 2012, e a incorporação de duas gratificações – a Gratificação Específica do Magistério Superior e a Gratificação Específica de Atividade Docente da Educação Básica, Técnica e Tecnológica.

O Ministro Mercadante assumiu o Ministério da Educação em janeiro de 2012, quando me fez o convite para assumir a Secretaria da Sesu. Eu a assumi em 27 de fevereiro. Então, há apenas 6 meses. Nesse processo, quando foi estabelecido o grupo de trabalho, para discutir as questões colocadas, tivemos, infelizmente, a trágica perda do nosso negociador do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva. Isso aconteceu em 19 de janeiro.

Isso trouxe certa dificuldade ao processo de negociação, retardando um pouco esse processo, mas havia, naquele momento, uma discussão acumulada. Então, logo assumi a Sesu, por exatamente determinação do Ministro, discutimos, na Sesu e na Setec, os diversos pontos que haviam sido negociados, para que pudéssemos apresentar uma proposta.

Mas, para mim, uma data muito importante foi o dia 10 de maio. Por quê? Porque, neste dia, a direção do Andes, à época ainda era a Professora Marina, pediu a negociação com o Ministro Mercadante, toda a diretoria esteve lá. Nessa conversa, eles colocaram: “Ministro, o Governo negociou, e não cumpriu o acordo, porque não foi aprovada ainda a gratificação e a incorporação.” E o Ministro Mercadante, com essas palavras: “Acordo precisa ser cumprido.” De imediato, na presença dos sindicatos, ligou para a Casa Civil e colocou: “O Governo não cumpriu um acordo.” Era o PL nº 22/03, que estava em discussão no Congresso, e tinha 180 propostas de emenda. Esse projeto não ia sair.

Então, o Ministro, com muita clareza: “Nós precisamos honrar esse acordo.” Logo à tarde, ele estava na Casa Civil. Encaminhou-se à Presidente Dilma Rousseff. Compreendendo a importância de cumprir esse acordo, ela resolveu assinar a Medida Provisória nº 568. De imediato, os efeitos, a partir de março de 2012, eles foram incorporados já em junho no salário dos professores, com a incorporação das gratificações.

Isso é muito importante, para mostrar que, desde o início, permanentemente, o Governo esteve aberto a negociação, e nós, na Sesu e na Setec, recebemos as representações sindicais a qualquer momento.

Então, foram muitas as oportunidades que tivemos de discutir tanto com o Andes quanto com o Proifes.

Outro ponto, Srs. Senadores, demais presentes, que estava sendo colocado, era a dificuldade em se aprovar o PL nº 2.134, que tratava da definição dos novos quadros docentes e técnicos administrativos, da mesma forma o Ministro Mercadante – inclusive, Senador Paulo Paim, quero agradecer publicamente ao Senado que, no prazo de apenas uma semana, quando este processo veio para cá, o Projeto, ele foi aprovado em tempo recorde – já teve a oportunidade de explicitar esse agradecimento ao Congresso por essa atenção.

Esse PL é muito importante. Que fique claro para todos. É um PL que aprova 77.178 cargos efetivos, dos quais 19.569, para professores do magistério superior, 24.306 são professores de ensino básico tecnológico e 27.714 para os cargos de técnicos administrativos do plano de carreira.

Então, isso demonstra o processo, o ciclo virtuoso, que vive a universidade brasileira hoje. Precisamos, com a participação de todos, avançar ainda mais.

Gostaria rapidamente de apresentar, mas vou ser muito breve, porque meu tempo é curto, esse quadro. Estamos discutindo em 2012, num momento completamente diferente do que tínhamos há dez anos. Em 2003, tínhamos 45 universidades neste País; hoje, temos 59 universidades e mais quatro estão sendo discutidas neste Congresso. Nós tínhamos 148 novos *campus* existentes, acrescentamos mais 126. Se olharmos lá os recursos investidos, quase R\$10 bilhões investidos nessa infraestrutura, na recuperação da antiga e da nova, na contratação de docentes – até hoje, 21.400 docentes foram contratados; só neste ano, vamos abrir concurso para mais 8.019.

Próximo, por favor.

Gostaria, na verdade, de me concentrar nesse mapa. Esse é o mapa do Brasil. Todos nós o conhecemos, só que este mapa, há dez anos, só tinha aquelas bolinhas amarelas nas capitais dos diversos Estados, quase nada lá no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e

hoje é pintado de verde e amarelo, porque esse verde foi iniciativa do Governo Federal e do Ministério da Educação de dar oportunidade a milhões de jovens espalhados por este País, que jamais puderam sequer pisar na porta de uma universidade pública de qualidade, como as nossas instituições federais. Temos mais 47 pontos vermelhos, que a identidade do Governo da Presidente Dilma, num processo de dilatação desses 47 novos *campus* que estamos agilizando, para que, o mais rápido possível, eles estejam disponíveis, a fim de que os jovens tenham acesso à educação de qualidade.

Próximo, por favor.

Aqui temos os nossos institutos federais, uma verdadeira revolução no ensino tecnológico deste País. Sou oriundo da Escola Técnica Federal de Pernambuco, com muito orgulho. Fiz lá o curso técnico de estradas, que terminei há muito tempo. Orgulho-me de ter sido aluno de escola pública federal, que agora estamos fortalecendo neste País.

Próximo, por favor.

Então, para que tenhamos um quadro geral do que significa essa discussão, hoje, da carreira docente e do técnico administrativo. Temos, na nossa carreira, 68 mil professores ativos e 37 mil professores aposentados. Temos 59 mil docentes em dedicação exclusiva, o que significa 85% do nosso quadro docente. Como é natural, temos 68% desses professores, com título de doutor; 26%, com título de mestre; 4%, de especialista; e 2%, de graduado.

Nós todos sabemos que a tendência da universidade, hoje, no mundo inteiro, é qualificar os seus docentes e ter a titulação de doutor, porque a universidade é o espaço da geração do conhecimento e o espaço de formação cidadã, através do novo conhecimento gerado nas nossas instituições.

Então, esse quadro é importante, mas comprendemos qual foi a proposta apresentada.

Próximo, por favor.

Temos aqui as duas carreiras: Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que a maior parte aqui já conhece.

Podemos passar para o próximo.

Qual era a proposta apresentada pelas representações sindicais? Reduzir para três os níveis das carreiras, e nós aceitamos. Então, na primeira proposta apresentada na mesa, ela ficou aberta, e nós recebemos, Srs. Senadores, apenas uma proposta de alteração, que foi da representação do Proifes – recebemos um documento por escrito –, e nenhuma outra mais foi apresentada na mesa de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Atenção, atenção, por favor. Vamos ouvir todos. Depois, haverá um debate entre os convidados. Temos

de ouvir todos. O Senador Cássio Cunha Lima, que foi Constituinte comigo, veio aqui prestigiar o nosso debate tão importante sobre o movimento dos servidores e as greves.

Então, palmas para o Senador Cássio Cunha Lima. (*Palmas.*)

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Muito bem. Queria dizer que, após a apresentação dessa proposta, o Ministro Mercadante foi ao Plenário da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que congrega todos os reitores das universidades federais, abriu um amplo debate, recebeu 15 propostas para serem acrescidas ao projeto inicial. Então, a partir das propostas que saíram da proposta por escrito do Proifes e da Andifes, nós elaboramos uma nova proposta final, que foi levada para discussão na mesa de negociação. E, a partir daí, nós fechamos um acordo.

Próximo, por favor.

Só para se ter um resumo dessa proposta, nós criamos uma classe de professor, ou seja, trouxemos para dentro da carreira o professor titular, que antes era um cargo isolado – isso era uma demanda antiga das universidades – dando mais estabilidade e retrocedendo alguns benefícios a esses professores titulares. Nós criamos um cargo isolado. Por quê? Porque a Andifes colocou que é importante ter um quadro isolado para trazermos professores de outras universidades do Brasil e do exterior como professores titulares das nossas instituições. Atendendo a demanda dos sindicatos, reduzindo para treze os níveis da carreira, nós reduzimos dois níveis em auxiliar e assistente, tornamos a carreira mais atraente para os novos professores. Os professores que vão entrar hoje – exigência da Constituição de 1988 – precisam entrar no primeiro nível, mas eles vão entrar no primeiro nível doutor, com salário de R\$8,6 mil. E, em apenas três anos, terminado o período probatório, eles vão passar a perceber R\$10 mil como professor adjunto nível 1, doutor. E essa é uma grande conquista. Peguei a tabela das universidades paulistas, falei com os reitores e lá o professor tem um valor praticamente igual, para andar no primeiro nível da carreira, eles levam cinco anos, enquanto recebe o titular das universidades paulistas R\$12,5 mil, o titular da universidade federal, R\$17 mil. Aí, nós vemos a valorização do Governo Federal para a carreira do magistério superior e dos técnicos administrativos das nossas instituições.

Pode passar, por favor.

Bem, não vou me deter mais em comentar. Falta apenas 1 minuto.

Queria que passasse.

Eu queria concluir, então, essa fala, Srs. Senadores e demais presentes. Que nós todos, docentes – nos quais eu me incluo –, saímos dessa greve de cabeça erguida, porque nós fomos a carreira que melhor negociação teve entre as diversas carreiras do Governo Federal. Ninguém na Esplanada, nenhum ministério conseguiu obter os ganhos que os docentes e os nossos servidores técnico-administrativos tiveram.

Eu faço, na verdade, um apelo para que todos nós... Vamos retomar as nossas atividades, vamos retomar esse ciclo que nós estamos vivendo, vamos dar atenção aos nossos 1,2 milhão de alunos na rede federal, que eram apenas 600 mil dez anos atrás. Vamos dar atenção a isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, faço mais um apelo, pessoal. Todos terão direito a falarem. Os representantes de vocês estão aqui na mesa, eles vão perguntar, os Senadores vão falar. Agora, se vocês começarem a gritar daí... Não é que vou mandar evacuar, porque nunca farei isso, nunca farei. Mas também não ajuda a boa conversa que nós queremos, no fim disso tudo, ampliar no entendimento entre o movimento paredista e o Governo.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Obrigado, Senador.

Pessoal, eu queria dizer a vocês o seguinte: nós todos somos responsáveis pela educação superior neste País, não apenas o Governo Federal. Cada professor tem que ser o exemplo na sala de aula e a hora de dar exemplo é agora. Nós tivemos os nossos ganhos na carreira e nos nossos salários, vamos retornar com a responsabilidade que nós temos com a qualidade das nossas instituições federais de educação.

Quero dizer a vocês que as discussões terão continuidade após a greve, as discussões sobre a infraestrutura aqui colocada. O Ministro Mercadante, na reunião que teve com os estudantes, já falava o nosso presidente Daniel, já montou um grupo de trabalho que já teve sua terceira reunião...

O SR. DANIEL ILIESCU – Vai ser hoje.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – ... – vai ser hoje à tarde – acompanhando exatamente a evolução dessa infraestrutura e definindo as prioridades. Essa discussão vai ter continuidade.

Nós estamos discutindo a questão, por exemplo, do Pnaes, que, à medida que a universidade abre as portas para aqueles jovens das classes de menor poder aquisitivo, as universidades precisam melhorar a sua infraestrutura, ter restaurante universitário, ter residência para os estudantes e oferecer melhores condições de esporte e lazer dentro das nossas instituições. E é isso que nós estamos fazendo agora.

Não podemos perder tempo. O País exige de nós um momento de muita responsabilidade. Sabendo disso, a carreira que melhor negociação teve no Governo Federal, só agora nós temos 7,5% de perda de arrecadação, e todos nós precisamos ter consciência desse momento.

Então, em nome do Ministro Aloísio Mercadante, Senador Paulo Paim, demais Senadores presentes, Senador Cássio Cunha Lima, nordestino como eu, obrigado pela presença, Senador Eduardo Suplicy, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e de falar para uma plateia tão especializada num debate como este.

O Ministério da Educação continua à disposição para que possamos, após a greve, retomar toda essa discussão, porque a negociação realmente não existe mais. Isso já foi fechado, os recursos já estão no orçamento do Ministério da Educação, que já foi encaminhado, e nós precisamos agora marchar. Vamos para a frente, porque temos muita coisa ainda para fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Amaro Henrique Lins, Secretário de Educação Superior.

Pessoal, o debate começa agora e vai se desenrolar da seguinte forma: os senhores, naturalmente, vão continuar como estão, estão se portando bem. Alguma coisinha sempre acontece, mas vamos para os primeiros inscritos, que são os Senadores. Depois volta para a Mesa, que vai falar.

Quanto ao tempo, pessoal, eu concedi de fato 20 minutos para o Secretário, porque cada um aqui falou por 10 minutos. Se somarmos o tempo de todos, vocês verão que ele foi o único que falou em nome do Governo. Foi uma questão de justiça.

(Manifestações da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, calma. Calma, pessoal. Estou dando uma explicação para vocês e não omiti os fatos. Eu concedi a ele 20 minutos. Para os outros eu dei 10 minutos, porque somente ele falou em nome do Governo.

Vamos para o debate. Quanto às perguntas, a Mesa vai responder. Os painelistas poderão falar, mas agora é a vez dos Senadores.

Está inscrito o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, cada um ou dois representantes das diversas categorias que carregam o futuro do Brasil, que são os professores e servidores das nossas instituições educacionais, eu quero parabenizar a Senadora Angela e, ao mesmo tempo, fazer uma autocrítica a todos nós.

Esta audiência deveria ter sido convocada na primeira semana em que a greve foi decretada. (Palmas.)

Eu fiz questão de dizer que é uma autocrítica, porque sou desta Casa e não convoquei, apesar de, quando veio aqui o Ministro Mercadante – e já faz um bom tempo –, ter perguntado a ele o que nós, do Senado, poderíamos fazer para intermediar essa situação de greve e, obviamente, atender às reivindicações ou convencer de que não era possível, mas com a nossa participação.

O resultado é que tivemos esse semestre nefasto para a educação brasileira. Esses últimos 6 meses ficarão na história do Brasil. Um semestre em que quase em todos os lugares houve greve de professores da educação de base, em alguns lugares, por mais de 100 dias, em que houve uma greve talvez das mais longas, senão a mais longa nas universidades federais e nos institutos tecnológicos e um semestre em que foi divulgado o IDEB que reprovou o Brasil no vestibular para o futuro. O Brasil hoje é um país reprovado, talvez querendo fazer uma recuperação.

Estamos reprovados na educação, e isso não provocou, da parte do Governo, uma convocação de ministérios todos. Eu não vi a Presidenta ligar para o Presidente do Senado e da Câmara e dizer: “Eu quero que me ajudem para superar esse problema.” Eu não vi a Presidenta dizer: “Não podemos gastar mais.” E eu daria razão a ela. Se ela nos dissesse: “Diga de onde tirar o dinheiro.”, eu diria de onde tirar o dinheiro. Só 20 bi foram de subsídios para a indústria automobilística, ou seja, são opções erradas. (Palmas.)

Isso demonstra uma crise que vai muito além dos salários, das condições físicas. Vai muito além.

Hoje a discussão é essa. E eu quero insistir na disposição que eu e outros aqui temos de tentar intermediar ao máximo, até porque, Professor Amaro, eu entendo as dificuldades financeiras, mas não se pode dizer que terminou a negociação, até porque acredito que no dia em que terminar a greve devemos negociar o futuro da instituição com outras necessidades que ela tem. (Palmas.)

Essa negociação é permanente. Mesmo que o Governo tenha chegado ao limite ainda se pode negociar, porque há outras fontes de onde tirar dinheiro. E ainda que não haja nenhum lugar de onde tirar dinheiro, supondo que a Constituição não permitisse – e não temos tempo de fazer uma reforma constitucional –, mesmo assim valeria à pena continuar negociando para discutir o futuro.

Quero me colocar à disposição nesses últimos momentos, porque creio que na hora em que o Governo mandar a proposta orçamentária talvez fique difícil, embora possa enviar projetos para mudar o orçamento... Aqui, todo o tempo, nós mudamos o orçamento. (Palmas.)

É uma prerrogativa do Congresso que exercemos todos os dias.

Então quero deixar clara a minha intenção, a minha preocupação diria mesmo patriótica em termos um sistema educacional, do mais baixo ao último nível, funcionando bem.

A Elane fez uma pergunta que considero fundamental. Está aqui: por que temos greve todo ano? Essa é uma pergunta-chave.

Não adianta querer resolver essa greve se sabemos que no próximo ano haverá outra. Por que temos greves todos os anos? Algo está errado. E o sistema educacional não funciona em soluções: para, retoma... Até porque a recuperação de aulas – vamos falar com franqueza – não recupera aula perdida. Ela evita um prejuízo maior.

Professor Amaro, já sugeri ao MEC que começemos a discutir com as entidades e com outras forças nacionais o que fazer para que não sejam necessárias greves daqui para a frente. Não se trata de proibi-las, mas que não sejam necessárias.

Como perceber que não tem futuro um País em que a educação não funciona bem? E quero dizer que me preocupa ainda mais a educação de base.

O Daniel observou que temos um dos menores índices de alunos na universidade proporcionalmente à população. Mas, Daniel, a razão disso é que nós temos um menor número de jovens terminando o ensino médio em proporção com a população total. E ainda não inventamos uma universidade em que possamos aceitar 13 milhões de analfabetos, 40 milhões de analfabetos funcionais.

Então ou a gente resolve a educação de base ou não vai ter universidade, no seu conjunto, boa. Pode ter uma, duas, três, quatro, cinco, porque ela seleciona os melhores dos melhores e tem um pinguinho de gente de alto talento. Mas não vai haver um número grande de pessoas com talento.

Eu sei que não é hora de se discutir isso, Professor Amaro, mas nós estamos numa crise mais profunda do que essa, mais urgente, que é a do salário. A do salário é a mais urgente, mas nós temos uma mais profunda. Nós perdemos a legitimidade da empregabilidade. Muitos jovens que saem com diploma não conseguem emprego, o que não havia, eu nem digo no tempo do Amaro, quando a Marinalva estava na educação infantil. No meu tempo não tinha nascido ainda.

Então não há mais a empregabilidade que havia. Nós não fazemos o conhecimento avançar na mesma velocidade que o resto do mundo faz, daí tantas entidades, empresas e pessoas isoladas. Nós não conseguimos fazer com que o conhecimento seja disseminado apenas pela universidade. Hoje o conheci-

mento é disseminado por uma quantidade enorme de instituições. Nós não descobrimos ainda como fazer o funcionamento da educação de forma multidisciplinar, e hoje não tem outro jeito. As grandes áreas de ponta não refletem apenas uma profissão; elas refletem o casamento de diversas formas de pensar. Nós estamos numa crise muito mais profunda.

Na eleição lá na Universidade de Brasília, onde dou aula toda semana, eu coloquei a minha preocupação, porque não vi os candidatos e as candidatas discutindo com mais profundidade a crise universitária. Nenhum. E, aliás, meu artigo, que eu publiquei provocando isso, nem resposta teve de nenhum dos dez candidatos ou candidatas.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, me colocar à disposição, como já me coloquei uma noite, aqui, em que a Marinalva estava, como 2 meses atrás coloquei para o Ministro, como liguei para ele faz 1 mês, mais ou menos, querendo saber até como poderia ajudar na hora em que fez o acordo com vocês, Prof. Eduardo, mas eu quero, também, cobrar que, na hora em que essa situação terminar, a gente continue as negociações, mas não só para uma possível revisão do orçamento, visando a aumentar o salário, mas também para uma negociação visando a mudar a universidade.

A universidade dos trabalhadores, que, aliás, eu conheço o projeto da Fasubra e já o elogiei muito quando ele foi publicado, e faz tempo, mas ali está faltando dizer que os trabalhadores brasileiros não têm recebido, nem seus filhos, a educação de base necessária para entrar na universidade. Então, é a falsa universidade dos trabalhadores. É uma universidade para poucos trabalhadores. (Pausa.)

Não há universidade para trabalhador se filho de patrão estuda em escola diferente de filho de trabalhador, e nem é democracia plena. E filhos de Deputado e Senador também, se vão para a escola privada e os filhos do povo para a escola pública.

Nós temos de fazer uma revolução e não apenas reivindicação, é nisso que eu queria chegar. (Pausa.)

Temos de discutir a reivindicação. A reivindicação é mais urgente, mas a revolução é mais necessária.

Eu quero pedir, então, ao Prof. Amaro, como encarregado da Sesu, que abra as negociações, assim que terminarem as negociações das reivindicações, para a revolução de que a educação brasileira precisa.

Eu gostaria muito que o momento para isso fosse o PNE, que, a meu ver, é um plano que não revoluciona nada, apenas coloca algumas metas novas, dando continuidade ao PNE 1, que ninguém se lembra que houve, e ao tal do PND, se não me engano, que o Ministro Haddad apresentou, que ninguém nem se lembra que houve.

Então, vamos aproveitar esse momento para discutir uma revolução, e não só na educação, uma revolução visando a construir, no Brasil, um sistema nacional do conhecimento e da inovação, sistema esse que sem a universidade não funciona e com a universidade em greve, também não, e, portanto, com professor e funcionário descontentes, não.

Sem educação de base de alta qualidade igual para todos, independentemente da renda e da cidade onde mora, nós também não vamos ter o sistema nacional do conhecimento e da inovação.

Está, aqui, o meu apelo para que as negociações sejam mantidas, mesmo o Governo dizendo e mostrando, até, que não tem recursos e nos cobrando que diga de onde tirar.

Eu estou pronto a entrar nesse debate, mas também já pensemos na negociação posterior, não das reivindicações, mas da revolução de que a gente precisa na educação.

É isso, Presidente, que eu tenho para colocar.
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Senador Cristovam Buarque, considerado, aqui no Senado, o Senador mais especialista, digamos, na área da educação.

Eu quero anunciar, também, que, por iniciativa do Senador Cristovam e do Senador Cássio, está havendo, nesta Comissão, um ciclo de audiências públicas: "Educação e Federalismo – Educação Básica: responsabilidade do Governo Federal?".

São sete encontros. A segunda audiência será no dia 30 de agosto, às 10h, na próxima quinta-feira.

Palestrantes: Daniel Cara, Danilo de Melo Souza, Gilmar Soares Ferreira e Marcelo Medeiros.

Termino dizendo que quem tem educação tem futuro.

Passo a palavra para o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Senador Cássio Cunha Lima.

Suplicy, só permita que eu... O Prof. Cássio Tavares me entregou um documento chamado "Carta Aberta aos Parlamentares do Congresso Nacional – A universidade, o projeto do Governo para a carreira docente e o futuro do País".

Eu peço, então, que a Secretaria distribua a todos que quiserem receber esse documento, que é de cinco páginas e faz uma análise da educação no País.

É isso, professor? Levante o braço, professor.

Esse é o professor!

Vamos lá.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero cumprimentar

a Profª Marinalva Silva Oliveira, Presidente da Andes; Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente do Proifes; Daniel Iliescu, Presidente da UNE; William do Nascimento Carvalho, Coordenador-Geral do Sinasefe; Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior; e Sr. José Almiram Rodrigues, Diretor da Fasubra.

Sr. Presidente, eu estava com obrigações e responsabilidades de votação na Comissão de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos há pouco e só agora pude vir aqui participar. Juntamente com o Senador Cristovam Buarque, o Senador Cássio Cunha Lima, avalio como importante o esforço de negociação. Eu tenho participado de diálogos, de esforços nesse sentido, inclusive encaminhei há 3 semanas ofício da Profª Marinalva e outros dirigentes à Ministra do Planejamento e também ao Ministro Aloizio Mercadante. Pude transmitir aos dirigentes dos docentes e servidores das universidades como o Governo chegou à conclusão de que não haveria espaço, do ponto de vista financeiro, para melhorar aquilo que havia sido oferecido e que havia sido objeto de entendimento com o Proifes e com outras entidades.

É importante examinar, ao mesmo tempo, a necessidade de normalizar a situação. Eu, como professor de ensino superior na Fundação Getúlio Vargas, fico imaginando o que seria ficar 2, 3 meses sem realizar a atividade docente, o prejuízo que isso causa, do ponto de vista dos estudantes, dos professores, dos alunos. Acho que todo o esforço no sentido de chegar a um entendimento é muito importante, prezado Diretor Amaro Henrique Lins, que aqui representa o Ministro Mercadante e todo o Governo, bem como a Ministra Belchior, mas acho importante também que possa a comunidade de servidores, de professores ver as necessidades prementes que acontecem em todo o País.

A Presidenta Dilma precisa simultaneamente estar atenta aos seus objetivos de erradicação da pobreza extrema e à promoção do crescimento do País, inclusive para que possam os recursos surgirem e, em um breve espaço de tempo, termos o atendimento daquilo que os servidores e professores avaliam como justo. Que possamos chegar a uma situação de equidade para com todos. É importante que estejamos sempre levando em conta os objetivos e os princípios de justiça. Todas as pessoas precisam ter o acesso a um conjunto de liberdades básicas fundamentais, que deve ser estendido a todos. Precisamos levar em conta o princípio da diferença. É muito importante, em uma ocasião como esta, que quaisquer diferenças socioeconômicas que existam em uma sociedade só se justifiquem se forem em proveito dos que menos têm e de maneira a prover igualdade de oportunidades a todos.

Então, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo esforço na condução dessa missão muito difícil. Mas todo esse esforço que V. Ex^a aqui sintetiza por todos nós é muito importante.

Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eduardo Suplicy, já está conosco a autora do requerimento, de volta, como havia se comprometido, a Senadora Vanessa Grazziotin. (*Palmas.*)

Com a palavra o nobre Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Paulo Paim, Presidente desta audiência, deste debate importante para o Brasil e para o nosso futuro; a minha saudação, na sequência, a Daniel, José Almiram, Amaro, Marinalva, Eliane e Eduardo; cumprimento o Senador Cristovam, o Senador Suplicy, a Senadora Vanessa. Quero também pedir desculpas por ter chegado já com os depoimentos feitos, as participações realizadas. Mas, no Senado, nós temos este dilema todas às manhãs: uma multiplicidade de eventos e, como não temos o dom da uni presenças, eu, particularmente, estava na CPMI da Cachoeira, num importante depoimento do Cavendish, que não começou ainda. E trago também as escusas do Senador Vital do Rêgo, que na condição de Presidente daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, não pode estar aqui presente, mas solicitou que trouxesse as suas explicações, até porque, há 15 dias, na nossa cidade natal, Campina Grande, na Paraíba, fizemos discussões com o movimento grevista e lá pudemos ouvir de perto as preocupações centrais que movimento apresenta. E o que se espera, de maneira efetiva, é que se encontre uma solução para o problema nos dois prismas que o Senador Cristovam, com muita competência e o brilhantismo de toda vez, coloca: a solução emergencial das demandas que estão sendo apresentadas sobre o aspecto empresarial e aquilo que se pretende de um Brasil melhor para o futuro com as mudanças revolucionárias – usando a expressão de Cristovam – de que a nossa educação necessita.

E não se venha falar aqui de finalização de negociações porque o que se viu foi à posição do Governo de encerrar unilateralmente essas negociações. (*Palmas.*)

São coisas distintas. E falo com muita tranquilidade, Amaro, porque fui prefeito três vezes, fui governador duas vezes e, em alguns momentos, o governo tem que chegar e finalizar as suas posições, até porque é preciso estancar desgastes de um governo que se quer apresentar absolutamente monopolista do pensamento da sociedade brasileira. E isso eu vejo com muita preocupação, sobretudo na academia, que sempre teve uma postura de vanguarda e que, historicamente, so-

nhou viver este instante e vive hoje um dilema no que diz respeito a manter a sua postura de vanguarda e, no dia em que a academia aderir a qualquer que seja o governo, nós estaremos condenando este País a Venezuela ou coisa que o valha. (*Palmas.*)

Portanto, o que nós queremos, neste instante, é sacudir este País, fazer com que ele reflita sobre o seu futuro. E aqui não vem nenhuma visão senão a da preocupação como tema central, para que nós possamos compreender que o que os professores, funcionários, estudantes que aderiram à greve também, desejam é elogiar aquilo que representa avanço, expansão. Aquele mapa todo colorido em verde e amarelo que foi apresentado, Amaro, é digno de elogio. É louvável, desde que não represente, como está acontecendo hoje, a precarização do nosso ensino. (*Palmas.*)

Não adianta expandir quantitativamente com o sacrifício qualitativo, como eu ouvi na reunião em Campina Grande de que hoje na Paraíba e em algumas unidades, nós temos salas com cem alunos. Cem alunos! (*Palmas.*)

Então, se faz toda essa apresentação quantitativa da expansão, que é louvável desde que não represente, como está acontecendo hoje, essa precariedade.

O que os professores pedem? Pedem uma carreira, um horizonte de futuro. (*Palmas.*)

Pedem uma perspectiva para o amanhã, para que o jovem possa se sentir estimulado a ingressar na carreira do Magistério.

Da forma como está sendo concebida a proposta do Governo, é absolutamente desestimulante para qualquer cidadão brasileiro entrar na carreira do Magistério, muito menos se qualificar. (*Palmas.*)

Muito menos se qualificar! Porque, na proposta, todo mundo começa com o mesmo piso e se cria uma referência de titulação onde, com o passar do tempo, quem tem doutorado vai sendo progressivamente penalizado. Isso é uma contradição! É uma enorme contradição quando se fecha a proposta em longo prazo.

Mas essa não é a preocupação central que tenho, porque, de uma forma ou de outra, esses entendimentos conjunturais ocorrem, até porque não há greve que dure para sempre. Não há paralisação que seja eterna. Por mais longa que seja a greve, um dia ela se encerra, por razões óbvias. Não precisa justificar isso.

Agora, quero deixar claro, até porque – vou repetir – já fui Prefeito por três vezes e Governador por duas vezes, que, quando foi necessário, já usei esses expedientes de dizer: “Olha, ou vocês aceitam, ou nada, porque vamos ter que mandar para o Congresso o orçamento”.

E isso não é uma proposta, não é uma posição sincera, porque o Governo quando quer – e aqui com

a maioria esmagadora, absoluta que tem –, aprova propostas em 24 horas. (*Palmas.*)

O Governo, quando quer, coloca numa só medida provisória desde criação de cargos à fixação de propostas. É o que estamos debatendo aqui neste Senado, já.

O Governo, quando quer, com medida provisória rasga o Regimento, rasga a Constituição. Então, basta o Governo querer.

Portanto, queridos companheiros, não aceitem o argumento de que tem um prazo fatal, porque quando o Governo quer, manda e desmanda neste Congresso. (*Palmas.*)

Faz, manda e desmanda neste Congresso; e nós sabemos que isso acontece aqui com frequência, com regular frequência.

Não é justo, não é – desculpem a expressão – leal usar o argumento do prazo da apresentação da proposta orçamentária como fator de – desculpem se a expressão é chula – “ou dá ou desce”. Ou aceita, ou aceita, ou aceita. Ou tudo, ou nada. Não pode ser assim. (*Palmas.*)

Todos nós compreendemos que qualquer Governo tem limites orçamentários, tem limites financeiros e deve, naturalmente, ter responsabilidade sobre o equilíbrio fiscal do País. Agora, nós temos de escolher o modelo. É o modelo de um Estado ou de um governo que desprestigia suas funções de Estado e suas carreiras de Estado, como, por exemplo, os professores e os funcionários das instituições federais de ensino, em detrimento de uma estrutura de cargos comissionados que não para de crescer.

Não vou entrar aqui no mérito de que o Brasil tem muito... (*Palmas.*)

Não vou entrar aqui no mérito de que o Brasil está com um número exagerado de Ministérios. Já não sei quantos são, se 37, 38 ou 39. Mas é um modelo, sim, que exige uma reflexão, porque para o mesmo país em que faltam recursos para os professores e funcionários das instituições de ensino, para os delegados e agentes da Polícia Federal, para fiscais da Agevisa, não faltam recursos para se criarem cargos comissionados, que crescem de forma desmedida e descontrolada no País, nos últimos anos. É preciso compreender isso.

O Senador Cristovam disse: “De onde tirar o dinheiro?” Vamos olhar apenas para os incentivos fiscais da indústria automobilística; e não é só aí que encontrámos recursos para atender às reivindicações, por mais justas, dos professores. O fato é que nós temos de aproveitar esse ensejo. A greve é longa; ela é penosa para todos os lados. Ninguém faz greve com um sorriso no rosto; ninguém faz greve por dilettantismo; ninguém faz greve por prazer. Quando se chega a um momento como este, com um governo que tem

credibilidade extrema com todos esses movimentos sociais... Façamos uma análise: o que está perdendo talvez um pouco... E bom que assim seja, porque no dia em que a academia aderir ao governo o País para. A gente tem que querer sempre mais, tem que exigir mais. É muito preocupante quando se vê instituições que se atrelam. E isso é fruto da história do Brasil. É bom que isso seja analisado; é bom que seja discutido. Só que isso custará um preço muito alto para as próximas gerações.

E aí vem, para concluir a minha fala, a experiência que tive como Governador. Recomendo que todos olhem para a experiência paraibana de autonomia da Universidade Estadual da Paraíba. Lá tivemos um modelo que pode ser, sim, a solução para os problemas que estamos enfrentando hoje. E o que é esse modelo? Autonomia plena, conforme previsto na nossa Constituição. Quem define a política salarial da universidade é a universidade com o seu conselho. A universidade é quem define a política salarial. Hoje, os salários praticados na Universidade Estadual da Paraíba são compatíveis com boa parte das reivindicações que estão sendo feitas e são superiores aos praticados pela Universidade Federal do nosso Estado, que deve ser idêntico ao restante do País.

E, lá, a grande discussão, qual é? É o bolo do orçamento, onde fixamos um percentual do orçamento do Estado, que foi crescendo ano a ano. Recentemente, tivemos aqui uma audiência pública para discutir um embate que houve entre o atual Governo do Estado e a Universidade no que diz respeito a esse percentual; porém, fixa-se um percentual da receita, repassa-se às universidades e cada um vai definir a sua política salarial. É assim que está preconizado na nossa Constituição e que nunca foi levado adiante. É preciso avançar nisso.

Portanto, quero não apenas trazer, para encerrar definitivamente, a minha palavra de solidariedade ao movimento, mas a reflexão para que este instante sirva como fermento e como adubo para que possamos pensar o Brasil do amanhã no que diz respeito a essas relações entre entidades de classe, a academia e os governos, quaisquer que sejam eles, porque, do contrário, vamos ter que engolir essas buchas de canhão. Um discurso que não é verdadeiro; um discurso – e me desculpe a força da expressão, Amaro, pois não quero ofendê-lo nem tampouco ofender ao Governo – que é um discurso falacioso... (*Palmas.*) Um discurso de que as negociações devem ser encerradas agora sob pena de termos prazo.

Quantas vezes, meu Deus, este Congresso foi convocado extraordinariamente para votar o orçamento? Quantas vezes este Congresso esteve reu-

nido extraordinariamente para discutir orçamento? Portanto, que não se use esse prazo para finalizar as negociações. Que se mantenham essas negociações em respeito aos professores, aos funcionários, aos estudantes, em respeito à educação e em respeito ao futuro do Brasil. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Cássio Cunha Lima.

Como havíamos combinado, eu, em nenhum momento, vou me posicionar contra as palmas, seja para quem for, da Mesa ou do plenário. O que nós combinamos é que não teremos vaias para ninguém. Assim foi combinado e está sendo feito de forma muito tranquila aqui por todos.

Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, os Senadores aqui presentes, todos os representantes dos corpos docente e discente, estudantes, técnicos administrativos que aqui estão e o representante do Ministério da Educação.

Quero dizer que eu me comprometi em apresentar um requerimento, quando estive também, Senador Cássio, na Universidade Federal do Amazonas, dialogando tanto com o Sindicato dos Técnicos Administrativos, como com o dos docentes, como com o dos próprios estudantes. Cheguei aqui e, logo no dia seguinte, apresentei um requerimento nesta Comissão para que fizéssemos esse debate. Isso porque também entendo que todas as pendências, todos os problemas precisam ser resolvidos através do diálogo e através da negociação. Quisera que hoje não houvesse necessidade mais desta audiência, por conta de acordos feitos, de greves concluídas.

Entretanto, quero começar aqui – serei muito breve, Senador Paim –, dizendo que sou da época, lá no finalzinho do regime militar, de que quem fazia greve éramos só nós, os estudantes; professor não fazia greve. Éramos nós que fazíamos greve, e a gente fazia piquete para não deixar o professor entrar em sala de aula, porque àquela época ainda era regime de exceção, e já trabalhávamos e lutávamos muito para melhorar a qualidade da educação.

Infelizmente, não pude ouvir todas as exposições e as observações feitas pelos Senadores que aqui se manifestaram, mas creio que, primeiro, temos que entender que estamos diante de um momento emergencial. De alguns problemas da vida, parte tem que ser revolvida emergencialmente e a outra parte, talvez a mais importante, nós precisamos trabalhar a resolução. Acho que estamos diante de um problema que requer essas duas questões.

Quero então, desde já, Dr. Amaro, somar-me àqueles que falam da necessidade da continuidade do diálogo. (*Palmas*.)

Agora, para que o diálogo continue, é preciso que as partes estejam com disposição para dialogar. Eu me criei nessa vida, eu estou Senadora, mas eu aqui cheguei não por ser uma grande empresária ou porque aqui represento o movimento patronal, não. Comecei militando no movimento estudantil, depois no movimento sindical e fui para o Parlamento; primeiro, a Câmara de Vereadores, Câmara Federal e agora aqui no Senado. Então, tenho certa experiência de como os movimentos se portam, e tenho a convicção absoluta de que todos os avanços que conseguimos no Brasil foi através da luta organizada – não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. Se a universidade, hoje, não é privada, se a universidade não foi privatizada, se não se instituiu... Porque hoje é muito fácil falar, é fácil falar, e hoje quem fala bonito se esquece de dizer que há dez anos queria estabelecer o ensino pago neste País. (*Palmas*.)

Temos que relembrar isso e que isso só não aconteceu graças a uma resistência que tivemos. Esquecem de falar que decreto chegou a ser assinado pela Presidência da República no passado para fechar as escolas técnicas federais, para fechar, para acabar, para extinguir as escolas técnicas federais.

Acho que não podemos nos esquecer daquele momento, até trabalhar de forma didática para ver o que acontece hoje e como podemos avançar no dia de hoje. Acho que expandir foi um passo importante, tem sido um passo importante. E eu venho lá do Norte. Até um dia desses – nosso Estado é o maior do Brasil, com 62 Municípios, incluindo a capital –, a maior parte dos Municípios não tinha universidade. Hoje, todos os Municípios têm universidade, têm curso superior. Alguns ainda à distância, mas a grande maioria já presencial. Isso é um avanço muito importante. As escolas técnicas federais, que queriam acabar, estão lá na divisa entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, onde a maioria da população é indígena; mas não é por isso que não tenha que ter universidade lá.

Agora, expandir basta? Claro que não. A expansão tem que vir junto com a qualidade. E como vamos conseguir? Daí eu acho que, mesmo sem ter ouvido, mas o Senador Cássio se referiu à intervenção, principalmente do Senador Cristovam, precisamos trabalhar uma política efetiva de valorização do processo educacional brasileiro de todos os níveis, do fundamental até o nível superior, e de qualificação.

O Brasil está tendo que mandar gente estudar fora, mas, em minha opinião, não é esse o único passo. Precisamos trazer gente de fora também. Precisamos,

nesse momento, trazer gente de fora para ajudar a formar nossas cabeças pensantes aqui, e aqui onde? Não só no Sudeste, Senador Paim, em todas as regiões, em todas as regiões do País.

Então, eu acho que o que precisamos fazer é, a partir de resolvidos esses problemas conjunturais, faço mais uma vez um apelo, Dr. Amaro: vá ao Ministro da Educação, solicite ao S. Ex^a que se forme novamente a Mesa. É importante que isso aconteça. (*Palmas.*)

Porque sei que o MEC tem boa vontade, sei que tem. Sei que o Governo da Presidenta Dilma tem boa vontade. Não tivesse boa vontade, não teríamos todo esse investimento que no passado não existia, e nós temos esse investimento hoje, nós temos esse investimento.

Eu poderia dar outro exemplo. Quando eu cheguei à Câmara dos Deputados, em 1999, a nossa luta era por um salário mínimo de US\$100. Hoje, o nosso salário mínimo é de US\$300, Senador. Estávamos lá na Comissão do Trabalho, não é, Senador Paim? Hoje, o salário é de US\$300. Temos uma política de valorização do salário mínimo. São conquistas? São, são conquistas. Então, não tem por que dizer “acabou aqui”. Não tem. Vamos sentar à mesa e ver se é possível, um pouquinho mais adiante ou não, e pelo menos estabelecer isso. A nossa luta tem sido árdua aqui, sabe para quê? Porque não adianta também a gente querer tapar o sol com a peneira, a educação vai estar resolvida no País no dia em que entendermos que, de fato, ela é prioridade. E como ela pode se transformar em prioridade? Na hora em que conseguirmos estabelecer um vínculo dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo para a educação, pelo menos a metade, que é aquilo que nós defendemos. Já foi aprovado aqui. Sem isso, a greve pode até acabar hoje; daqui a quatro ou cinco anos, ela vai voltar novamente. Mais um ano? Se não for dos professores, vai ser dos estudantes, vai ser dos técnicos administrativos.

Então, é isso. E essa luta é nossa, essa luta é do Parlamento, essa luta é do movimento social para convencer o Governo da importância de colocar 10% do Produto Interno Bruto para a educação, de colocar pelo menos a metade dos *royalties* para a educação; para a educação, claro, pública. (*Palmas.*)

Mas, enfim, o que precisamos fazer é entender que é um momento delicado que o Brasil vive, porque não estamos isolados do mundo. O Brasil faz parte de um sistema econômico mundial perverso, é verdade, e cada vez mais interligado. Então, nós sofremos ainda muito com essa crise econômica internacional que atinge os países fortes.

O Governo brasileiro faz movimentos importantes? Faz. Quando a Presidenta diminui as taxas de

juros, contra tudo e contra todos. E aí eu falo mais em relação àqueles que são os detentores dos grandes meios de produção – e hoje dinheiro na especulação rende mais do que dinheiro na produção. Nós estamos invertendo essa lógica; não tem sido fácil. A Presidenta Dilma compra uma briga muito séria, e com o mundo, quando tem a coragem de baixar as taxas de juros. Isso é muito importante.

Então, não vai ser aquela coisa menor que vai manchar a melhor política que nós já tivemos para o Brasil. A melhor!

Olha, quando se fala em Venezuela, eu prefiro elogiar a falar mal, eu prefiro elogiar a Venezuela a falar mal, porque, apesar de todos os percalços, está havendo uma tentativa lá de dividir riqueza, de inclusão social. E isso é muito importante.

Deixo aqui o meu apelo. Sei, reconheço o grande esforço, esse esforço que o Governo Federal vem fazendo, essas sementes que estão sendo plantadas. Estão sendo colhidos bons frutos, e não é uma questão menor como essa que deve atrapalhar tudo o mais.

Vamos sentar. Vale a pena mais uma tentativa. Acho que todos aqui falaram a mesma linguagem: levem o nosso apelo para sentarmos à mesa e ver como conseguimos resolver, porque estudantes estão sofrendo com o semestre praticamente perdido, e não podemos também exigir dos estudantes esse sacrifício. Sou uma das que tiveram que adiar muito, por vários anos, a minha formatura por conta de inúmeras greves. A grande maioria, aliás, nós é que fazíamos, para chegar a esse momento de os professores terem a liberdade de fazer, e os servidores, os seus próprios movimentos, as suas próprias greves.

Muito obrigada, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin, autora do requerimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Apenas para pedir desculpas porque eu tenho que retornar à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que está tomado o depoimento do Sr. Cavendish, cumprimentar a todos que compuseram e compõem a Mesa, saudar os que estão no auditório do plenário e também me despedir dos colegas Senadores, agradecendo a paciência e tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Cássio Cunha Lima, que se retira neste momento, depois de fazer o seu depoimento de apoio ao movimento. (*Palmas.*)

Passamos a palavra, neste momento, à Mesa.

Vou pedir para que cada um da Mesa, nas suas considerações finais, se tiverem alguma pergunta, questionamento a fazer ao Prof. Amaro, ele responderá no final. Se possível, que cada um fique em seus cinco minutos. São 12h27 e começo com a Presidenta...
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela pede que se inverta. Vamos inverter, então. Vamos inverter aqui a ordem.

Vamos começar com o José Almiram Rodrigues, diretor da Fasubra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Paim, o Senador Cristovam deu a mim a tarefa mais difícil. Infelizmente, nós estamos na mesma condição do Senador Cássio: correndo de um lado para o outro, com vários compromissos. Eu, inclusive, perdi a votação da pessoa indicada para o Conselho de Valor Monetário. Mas aqui é assim: nós temos que nos sacrificar. Nós dois temos outras comissões para onde temos que ir. Então, pedimos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A gente entende.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas eu acho que este debate aqui, gente, foi muito importante para todos nós, tanto para vocês quanto para o próprio Governo Brasileiro.

Nós temos que sair, eu e o Senador Cristovam, mas fazemos isso com o coração partido. Não é, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu também tenho que sair, mas quero dizer a todos vocês que estão aqui que o importante nesta sala, além de vocês da Mesa, são os cinegrafistas, porque, se eles ficarem aqui, o Brasil inteiro vai ver esta audiência. Isto é o que importa: despertar o Brasil e, através disso, meu caro conterrâneo e reitor da minha universidade *mater* de Pernambuco, despertar também o Governo, e o Governo exigir de nós que demos soluções, que demos propostas, que demos respostas responsáveis.

Valeu a pena. Muito obrigado. E lamento ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos aos dois Senadores Vanessa Grazziotin e Cristovam Buarque. (*Palmas.*)

Vamos para os nossos encaminhamentos. Na ordem que recebi da Mesa, vou começar do último para o primeiro.

Você será agora a última.

Passamos a palavra a José Almiram Rodrigues, diretor da Fasubra.

O SR. JOSÉ ALMIRAM RODRIGUES – Uma pergunta que foi colocada e que a gente tem que res-

ponder é sobre a questão da greve: todo ano tem que haver greve dos trabalhadores das universidades ou greve na educação?

O objetivo não é simplesmente fazer greve. Nós ficaríamos, inclusive, muito felizes se não precisássemos fazer greve. Mas há momentos em que, infelizmente... E essa responsabilidade é muito divida. Nós, neste momento, estamos assinando um acordo em que temos quatro pautas a serem discutidas posteriormente. Nós esperamos que o tratamento dado não seja o que foi em outros momentos, quando assinamos acordos que, infelizmente, o Governo não cumpriu.

Também quero registrar que nós finalizamos um acordo com todas as categorias do serviço público sob muita pressão também por conta da tática adotada pelo Governo, que é uma tática muito ruim de negociação. A tática do Governo de apresentar proposta ou de receber os trabalhadores somente no prazo final da negociação, para não dar tempo para, de fato, negociar. Portanto, são momentos ruins, e a gente espera que não seja preciso fazer greve tão cedo, mas é preciso que seja tratado com seriedade o que está sendo acertado. A gente, na verdade, está dando mais uma oportunidade para que isso seja feito.

E com toda a dificuldade, o mais importante para nós é a defesa da universidade. Em alguns momentos, nós fizemos greves somente para defesa das universidades, momentos em que foram ameaçadas de privatização ou de outras situações. E neste momento, inclusive, em que estamos assinando um acordo, nós temos uma preocupação muito grande com a discussão dos assuntos pertinentes a universidade de qualidade.

Felizmente, nós conseguimos manter uma unidade. Nós damos todo apoio à Andes, que continua em greve, que enfrenta toda uma problemática. Felizmente, mantendo uma unidade, nós temos uma única entidade representando os trabalhadores técnicos administrativos. Aliás, temos uma parceria: o Sinasefe representa os técnicos administrativos que estão nos institutos hoje e nós representamos os que estão nas universidades.

Temos de criticar a posição do Governo quando ele escolhe uma entidade para negociar, porque se ele diz que vai finalizar a negociação e há duas entidades que estão representando os professores, tem de negociar com as duas ou pelo menos com a que representa mais. No entanto, ao que parece, houve uma inversão e a negociação foi feita com a que representa menos. Portanto, temos de fazer esta crítica aqui. (*Palmas.*)

Se há o compromisso do Governo com a educação, ele tem de resolver o problema, não é simplesmente impor. Se você impõe qualquer coisa para alguém, você não está resolvendo o problema. Esta

situação que está colocada – desculpem-me dizer –, de que “se não resolver, no próximo ano haverá greve de novo”, o MEC, como representação da educação, tem de buscar resolver o problema e, ao que parece, ele não está resolvido. Para nós está resolvido, mas temos de manifestar aqui este apoio aos companheiros e companheiras, assim como aos companheiros estudantes, que estão nesta luta. É preciso também que sejam atendidos.

Nós, trabalhadores da universidade, estamos retornando. Aceitar o acordo não foi uma posição unânime dentro da federação, nas diversas instituições que representamos, mas, como direção, nós valorizamos bastante o acordo que foi feito, sim. Valorizamos porque, nos últimos anos, por termos uma carreira que avançou bastante, inclusive em termos de gestão, o Governo tem apresentado propostas para destruir o que nós construímos. Nós valorizamos porque nós conseguimos não só manter, mas aperfeiçoar e assinar também um acordo que, para frente, vai trazer avanços. Nós esperamos que cada um cumpra a sua parte para que isso seja possível e possamos viver em tranquilidade e harmonia.

A função do sindicalista, hoje, não é só fazer greve, mas é preciso que haja, dos dois lados, essa compreensão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi José Almiram Rodrigues, da Fasubra.

De imediato passamos a palavra à Elane Mafra, da Sinasefe.

A SR^a ELANE MAFRA – Eu gostaria que os Senadores estivessem aqui até para que eu pudesse fazer um agradecimento ao Senador Cunha Lima e parabenizá-lo por ter escutado os trabalhadores. Ele foi para dentro da universidade, como a Senadora Vanessa Grazziotin, que foi para a Universidade do Amazonas.

Escutar os trabalhadores é essencial, saber o que está acontecendo com essa expansão, o que está acontecendo com o Reuni, o que está acontecendo com o Pronatec, o que está acontecendo com o dinheiro público. Isso é essencial para que se tomem posições com relação ao que está acontecendo com a educação.

Respondendo ao Senador Cristovam Buarque, quero dizer que não é nos últimos meses que a educação vem passando por uma situação nefasta, ela vem passando por isso no mínimo há 30 anos. Então, culmina com o que temos hoje: greves todos os anos.

Nós não fazemos greves porque queremos, mas porque ela é o último instrumento de negociação com o patrão. Se nós tivéssemos dissídio coletivo, se nós tivéssemos índices todos os anos, como todos os trabalhadores têm, nós não faríamos greve. Se nós tivés-

semos investimentos de 10% do PIB para a educação, nós não faríamos greve. Nós não queremos fazer greve; a greve é o último instrumento de negociação com o patrão, porque nós gastamos todas as nossas solicitações de mesa antes de chegar à greve. A greve não é algo intrínseco ao sindicalista, o sindicalista está aqui para negociar pela classe trabalhadora.

Então, não é a greve que nos faz trabalhadores ou sindicalistas, é o movimento contrário que é feito àquele que o sindicalista quer: negociar e sermos respeitados enquanto trabalhadores.

Outra questão que o Senador Cristovam Buarque colocou. A revolução de que precisamos na educação tem de ser exigida e ser feita, mas ela foi feita às avessas. Nós, que temos mais de 40 anos – coloco-me nessa posição –, tivemos uma educação básica, uma educação de nível médio e uma educação de nível superior excelentes. Que revolução foi essa dos governos que vieram de 25, 26, 30 anos atrás, que acabaram com a educação? Cada Senador, cada Congressista deste País deve pensar nisto: onde foi que o Brasil errou? Porque foi um erro, e um erro muito grande. A educação fez a revolução às avessas neste País. Quando a Coreia, o Japão, a Alemanha foram devastados pela Segunda Guerra Mundial, no que investiram para serem as potências que são? Na educação.

Por que este País não fez a mesma coisa? Por que ele investe dinheiro público no Sistema S e não nos institutos federais? Por que ele investe dinheiro, como disse o Senador Eduardo Suplicy, na miséria extrema e não na educação? Se tivesse investido na educação deste País, não haveria miséria extrema, senhores! Não se teria de segurar os bancos, com juros altíssimos, porque não temos educação. (*Palmas.*)

Quando a educação deste País for levada a sério e os profissionais da educação forem respeitados – é só o que nós queremos, respeito pelo trabalhador, por quem faz este País crescer, ou qualquer país, não é só este... Se a educação for prioritária, nós não faremos greves, não deixaremos milhões de alunos sem aula, não vamos, como a Vanessa disse – fomos do mesmo período na universidade –, pegar os nossos diplomas e as nossas formaturas e adiá-los por anos e anos, porque ninguém recobra os anos que vamos ficar sem nos formarmos. Ninguém vai nos dizer: vocês não vão ter perdas na educação de vocês. Não é greve que trouxe isso até aqui, foi a displicência de governos com a educação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Elane Mafra.

Passamos a palavra ao Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu.

O SR. DANIEL ILIESCU – Queria valorizar este espaço. É importante que o Senado Federal, ainda que concordando com a ressalva que o Cristovam fez, de forma tardia, traga para dentro desta Casa o debate sobre a greve.

Cumprimento nossos companheiros das entidades de educação aqui na Mesa, cumprimento o Prof. Amaro. Como informou, às 14 horas, começará a terceira reunião de uma comissão fruto desse compromisso... No dia em que fizemos a Marcha Brasília e a audiência com o Ministro Mercadante, com as 70 lideranças, um dos compromissos que o Ministro assumiu e está efetivando é a criação de uma comissão de trabalho que debata a expansão com qualidade, não só a atual expansão, mas que jogue luz ao novo impulso para a expansão das universidades federais. Essa é uma resultante desse processo que tem ser afirmada.

Essas críticas à expansão rápida que o Brasil teve não poderiam redundar em uma opinião de que a educação está contraposta à qualidade. Esse é um discurso, na nossa opinião, mesquinho, conservador, que ignora as reais necessidades do País de democratizar oportunidades para um Brasil mais democrático e soberano. Muito pelo contrário, a expansão da universidade, em nossa opinião, reforça a qualidade, amplia a demanda e a pressão da sociedade por qualificar a universidade brasileira. Então, é de mais expansão e não de menos expansão que a universidade federal precisa. No entanto, uma expansão com qualidade, com investimentos na carreira, com investimentos em pesquisa, com investimentos em assistência estudantil.

E essa comissão tem a tarefa de elaborar um olhar sobre a assistência estudantil para pautar a política de governo nesse sentido. Participam dela pela UNE duas pessoas: eu, representando a maioria do movimento, e o Yuri Pires, estudante que representa a oposição na UNE. É uma comissão que tenta dar voz à pluralidade do movimento, que é imprescindível, é uma marca forte das entidades do movimento educacional.

Eu queria frisar também uma questão importante. A Senadora Vanessa Grazziotin exprimiu isso após a fala do Senador Cássio Cunha Lima. Entendemos que a educação deve ser uma bandeira suprapartidária, uma bandeira que deve, de fato, mobilizar a sociedade brasileira e comprometer o Congresso Nacional e o Governo Federal com avanço na educação. Não é toa uma audiência como esta reúne pessoas de diferentes espectros políticos. Eu queria cumprimentar o companheiro Zé Maria, dirigente nacional do PSTU, que está aqui, no plenário; a dirigente do PCdoB, como a Vanessa; dirigente do PSDB, como o Cássio Cunha; dirigente do PT, como o Paulo Paim, envolvidos na questão do debate da solução da greve.

Agora, acho importante que a gente tire como avaliação dessa greve, de fato, que a greve que se dá em 2012 não é a dos anos 1990 – não é a greve dos anos 1990. E há que se cobrar, Prof. Amaro, porque acho que o Governo oscilou nessa greve – oscilou em medidas de mais diálogo e democracia e em medidas de mais truculência e falta de diálogo.

Em que pese esta Comissão representar um avanço no diálogo com o movimento estudantil por parte da Sesu e do MEC, é inadmissível a posição expressa pelo Advogado-Geral da União, Sr. Adams, de que processaria criminalmente os reitores que não concordassem com a orientação do corte dos servidores das universidades.

Se essa não é uma greve como a dos anos 1990, um governo que se pretende diferente de um governo da década de 1990 não pode tratar os trabalhadores nos termos em que essa medida da AGU e de outras medidas que permearam esse debate sobre a greve foram enunciadas.

No entanto, a gente reafirma essa perspectiva do diálogo. A posição da UNE é de apoio às entidades educacionais, é nosso compromisso ter a solidariedade independentemente do teor das propostas, porque a gente respeita as entidades nas mesas de negociação.

Achamos que, do ponto de vista do investimento, não há solução fácil, não há solução conjuntural. Ou o Brasil – e aí é aquela declaração absolutamente infeliz e irresponsável do Ministro Mantega de que os 10% do PIB podem quebrar o Estado brasileiro. Ou o Brasil faz uma auditoria da dívida pública, ou seja, para de pagar juros para banqueiro para investir em educação, para não quebrar o Estado brasileiro, ou imediatamente vincula a receita do petróleo, para atingir os 10% do PIB em educação e de fato garantir o investimento estruturante na educação do País.

Então, é nossa expectativa que as aulas voltem, porque já sabemos que vai haver aula em janeiro, fevereiro, dezembro, mas que valerá a pena, se os professores, funcionários e estudantes saírem fortalecidos, bem como a universidade pública em nosso País. (*Palmas.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Daniel. Agora ficou no tempo.

Vamos de imediato ao Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior.

Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – Vamos trocar de lugar, porque aqui é complicado. O cantinho ali está pouco privilegiado para falar, na realidade.

Eu queria começar... Quanto tempo tenho, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco.

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – Cinco.

Eu queria começar, dizendo que o movimento sindical é autônomo de partidos, é autônomo de governos, mas tem que saber muito bem discernir o que fizeram os governos neste País.

O Proifes não se engana com discursos fáceis. O Proifes conhece a realidade da universidade, sabe o que a universidade pública brasileira passou na década de 1990. E nós entendemos muito bem o que significam palavras, às vezes, vazias ao vento também.

Eu queria também dizer para o companheiro da Fasubra que respeito suas posições, a sua fala aqui, também. Queria dizer-lhe que o movimento sindical hoje é muito mais complexo do que já foi e, talvez, por isso exija das entidades uma capacidade de compreender as mudanças.

É bem possível que a Fasubra assine sozinha o acordo com os técnicos administrativos, se o Sinasefe decidir não assinar. Isso não vai deslegitimar o acordo da Fasubra, não.

Então, é importante que os movimentos sindicais se respeitam. E eu diria que não cabe aos professores influenciar o movimento dos técnicos e dos estudantes, e, da mesma forma, não cabe aos técnicos influenciar o movimento dos professores. Deixem que nós resolvemos os nossos problemas.

Agora, eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá, pessoal! Ele tem 5 minutos.

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – Eu queria falar para o Senador Paim, que está aqui e que já conhece o processo que levou a essa divisão no movimento dos professores – já conversamos bastante sobre muitos temas: sobre previdência, sobre aposentadoria, sobre questões relacionadas à negociação coletiva também – que é muito importante que o Congresso Nacional encare esse processo como um processo que precisa valorizar a universidade e os professores.

Não cabe ao Congresso também decidir qual movimento sindical é mais ou menos legítimo. Isso quem decide é a categoria, é a base. O que o Congresso Nacional tem de fazer é votar a proposta que melhor represente e que melhor seja um avanço para o País.

Então, peço ao Senador Paulo Paim que interceda fortemente para que esse projeto de lei, que está chegando aqui nesta Casa na semana que vem, seja aprovado o mais rapidamente possível a fim de que seus efeitos também tenham valor o mais rápido possível.

Esse acordo que o Proifes assinou com o Governo – e lembro que não é o primeiro, já é o quarto – mudou a face da universidade brasileira ao longo dos anos. Nos últimos 20 anos, os salários dos professores universitários tiveram uma mudança quantitativa e qualitativa. Nós sabemos bem disso e a universidade também. A universidade conhece o processo que está vivendo. A universidade, numa consulta que foi feita no País inteiro, Senador Paim, com milhares e milhares de professores, entendeu que era o momento de assinar o acordo, porque um processo de negociação passa por fases, por etapas.

Eu me somo às palavras dos Senadores que aqui falaram de que é preciso sempre negociar. E essa sempre foi a proposta que nós trouxemos para a mesa de negociação. No entanto, nem sempre foi feito assim. O Governo errou muito nesse processo de negociação e já dissemos isso para o Ministro, já dissemos isso para o Sérgio Mendonça, já dissemos isso para o Amaro, para o Alécio, para todos que estão aqui.

Essa proposta que foi apresentada em 13 de julho já existia no dia 15 de maio. E o Governo poderia tê-la colocado na mesa, o que simplificaria e muito o processo. O erro principal do atraso no processo foi do Governo, que, tenho certeza, sabe muito bem o porquê de ter feito isso.

De qualquer maneira, chegamos a um momento importante: a universidade vai ter uma valorização expressiva, Senador Paim. A carreira, hoje, é mais atrativa, as pessoas vão poder chegar ao topo mais rapidamente. O que é importante...

Lembra quando conversamos sobre a questão da reforma da Previdência há pouco tempo? Eu dizia que a metade dos professores das universidades não tem mais aposentadoria integral; todos os que entraram depois de 2004. E para esses professores foi pensada uma carreira em que se chegue mais rapidamente ao topo.

Nós também pensamos no mérito acadêmico, porque do Proifes não se espere uma proposta que inverta a lógica da qualificação e da valorização da titulação, porque queremos, sim, uma universidade grande, como diz o Daniel – aliás aproveito para cumprimentá-lo porque não o fiz no início –, e também para dizer que a universidade tem que crescer, porque muito melhor do que uma universidade com 100 alunos, como foi dito aqui, é uma universidade sem alunos.

Muito obrigado a todos. Estaremos sempre à disposição do Congresso para continuar este debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Eduardo.

De imediato, tem a palavra agora a Srª Marinalva Silva Oliveira, Presidenta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

A SRª MARINALVA SILVA OLIVEIRA – Muito obrigada, Senador.

Gostaríamos de iniciar a fala agradecendo este espaço. É muito importante este momento de debate. É uma pena que o MPOG não esteja presente, mas acho que é importante outras audiências como esta para que possamos discutir.

Não gostaria de entrar em algumas questões específicas sobre a carreira, que o Prof. Amaro colocou, porque o debate não é sobre a carreira, mas, sim, sobre a greve, sobre os pontos da greve, e o nosso objetivo central neste momento é pedir a reabertura das negociações.

Mas vou tocar rapidamente em algumas questões. Vou ver se tenho tempo para isto. Em primeiro lugar, Prof. Amaro, já fizemos este debate no dia 3 de julho. Lembro-me bem a data porque foi a única reunião que aconteceu, por força de um ato em conjunto com os comandos de greve. Temos concepções diferentes sobre o que significa expansão.

O que foi feito foi a expansão do número de alunos, mas esta não foi proporcional – e o MEC sabe disso, tem esses dados – à contratação de professores, haja vista que há mais de dois anos está suspenso o concurso para professor efetivo. (*Palmas.*)

Isso é um dado, não é política. Estão aí os dados. Então, não vamos maquiar a história.

A outra coisa é sobre a carreira. Essa carreira apresentada desestrutura, é uma carreira que não valoriza a titulação, diferentemente do que o Proifes e o MEC têm dito. E vou dizer por que ela não valoriza a titulação. Porque mantém uma retribuição de titulação em valor nominal. Em um governo onde se tem o compromisso em valorizar a titulação, isso deveria ser incorporado no vencimento básico. (*Palmas.*)

É importante colocar esse detalhe. E outros pontos: fere a autonomia universitária, não valoriza a DE. Enfim, uma série de coisas.

Outro detalhe, Prof. Amaro, acho que realmente... E hoje eu tive mais certeza ainda de que devemos ter reuniões, porque o senhor fez uma fala que infelizmente, ou foi um equívoco ou o senhor não sabe muito bem o que aconteceu. (*Palmas.*)

O Andes apresentou a proposta de carreira docente, Prof. Amaro. O Andes protocolou a proposta de carreira docente em 2010, o Andes protocolou a proposta de carreira docente em fevereiro de 2011, o Andes protocolou a proposta de carreira docente no início da greve. (*Palmas.*)

Professor, não estou compreendendo, fomos os primeiros a apresentar proposta e como o senhor diz que negociou com o Proifes, porque foi o único que apresentou proposta. Isso não é verdade. (*Palmas.*)

Temos ofícios...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vou novamente fazer um apelo. Tínhamos combinado, a audiência está muito bem e se eu interromper ela perde o tempo dela.

As palmas estão liberadas.

A SRª MARINALVA SILVA OLIVEIRA – É preciso, professor, verificar, porque nós entregamos, nós apresentamos na mesa pontos da proposta que poderiam ser negociados; agora, se o Governo não está lendo, não está vendo, é outro ponto que precisamos discutir, inclusive no sentido do simulacro da negociação do que foi no dia 1º de agosto. Essa é outra questão que precisa ser discutida. (*Palmas.*)

Dentro desse propósito, o que temos a colocar aqui, principalmente para o MEC, aqui representado pelo Prof. Amaro e por todos os outros que sempre participam da mesa de negociação, a Dulce, o Alésio, é que queremos a reabertura de negociações, tanto é que apresentamos uma contraproposta que justamente abre mão de reajustes salariais pela reestruturação da carreira. Até o momento, nós não tivemos uma resposta oficial do MEC, a não ser agora que o Prof. Amaro diz. Na imprensa, temos lidos que o Ministro da Educação diz que sequer vai analisar.

Então, o que o Governo mostra neste momento? Que o intransigente é ele, porque uma contraproposta, no mínimo, você poderia abrir uma mesa para ouvir a entidade e, a partir daí, decidir se vamos continuar negociando ou não.

Então, o apelo que fazemos é diferente do seu apelo. Atenda, faça reunião, reabra a negociação, porque os professores precisam ser respeitados e eles não estão sendo respeitados pelo Ministério da Educação, órgão público que tem o dever de fazer isso. (*Palmas.*)

A partir daí, sim, a partir daí não vamos atender a apelo, mas vamos seguir o caminho normal. Sabemos que tem pauta de reivindicação que é imediata e sabemos também que há necessidade de continuar discutindo posteriormente.

Então, finalizamos no sentido de pedir para que todos os Senadores façam o mesmo dos que estavam aqui: peçam reabertura de negociação para os docentes e ao MEC diretamente para que marque essa reunião e não faça apelo de pedir trégua mais uma vez, porque já demos trégua o suficiente.

Essa greve foi deflagrada por excesso de trégua. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Marinalva Silva Oliveira. (*Palmas.*)

Mais uma vez peço a todos que só fiquemos nas palmas.

Antes de passar a palavra ao representante do MEC, Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior, vou passar a palavra, neste momento, à Senadora Ana Amélia, que foi uma das autoras do requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Paulo Paim, expositores que acorreram e acolheram essa convocação, caros participantes aqui.

Primeiramente, gostaria de pedir desculpas de não ter estado ao longo de toda audiência pública como faço sempre sendo autora de requerimento ou coautora, no caso, com a Senadora Vanessa Grazziotin e a Senadora Lídice da Mata.

Gostaria de dizer que agradeço muito ao Senador Paulo Paim, porque, como sindicalista, com Senador que representa a categoria dos trabalhadores em todos os setores, tenho convicção conduzindo com muita competência e habilidade política esta audiência pública.

Queria dizer, independente de não ter assistido esta audiência, mas já me manifestei várias vezes em plenário fazendo uma queixa à intransigência do Governo em relação ao movimento grevista.

Penso que o partido que está no Governo tem a prática da paralisação como forma de protesto para exigir seus direitos. Discutir as condições financeiras do Governo é uma questão que todos terão rationalidade suficiente, cautela e prudência para examinar isso. Agora o que não pode, exatamente, é haver um fechamento para o diálogo em uma matéria tão relevante quanto essa e que envolve milhares não só dos grevistas, mas dos alunos das universidades, das escolas que estão paralisadas.

Sou favorável. Já cobrei do Governo uma retomada do diálogo, que é o único caminho possível para encontrar uma solução para isso. Como fez um pedido a Marinalva, estou aliada aos demais Senadores que aqui já se manifestaram defendendo no Senado Federal, nas instâncias que nós temos, seja aqui na Comissão de Educação, Esporte e Cultura ou em outros foros do Senado Federal, uma abertura de diálogo com o Governo e as lideranças do movimento grevista, respeitando a decisão tomada pelas outras categorias que aceitaram o acordo com o Governo, porque a democracia é exatamente isto: é a forma que a gente tem de uma convivência harmoniosa, pacífica e, sobretudo, respeitosa com a demanda que é de todo caráter legítimo.

Agradeço mais uma vez ao Senador Paulo Paim. Marinalva, estou, estamos à disposição de todos os

que estão aqui a continuar nesse esforço para construir uma solução que seja o equilíbrio, porque a melhor solução é sempre o equilíbrio.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi a Senadora Ana Amélia, coautora do requerimento.

Para encerrar nossa Mesa, vamos ouvir e peço a atenção de todos, porque as nossas audiências públicas não terminam hoje. É só lembrar que, segunda-feira, às 9 horas, as entidades foram todas convidadas para discutir o direito de greve. Sinto que há um movimento, e naturalmente sou contra, senão não teria sido sindicalista, de querer proibir o direito de greve. Regulamentar é diferente. Apresentei um projeto de que a Senadora Ana Amélia foi relatora, que vai na linha da regulamentação. Mas já há um movimento para aprovar outro projeto que surgiu há poucos dias, que já está com relator e com parecer, espero, não finalizado, que vai na linha de proibir. E aí nós discordamos.

Com a palavra agora, então, o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Boa tarde a todos.

Senadora Ana Amélia, obrigado pela oportunidade, pelo convite para estar aqui hoje nesta audiência.

Gostaria de, então, utilizar os 5 minutos para colocar algumas questões importantes a partir do que foi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem dez minutos.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Então, melhor.

Gostaria de, em primeiro lugar, colocar algo que foi falado aqui hoje em diversos momentos, tanto pelos Senadores quanto pelos membros da Mesa.

O Senador Cristovam no início colocou que o Brasil precisa de uma revolução na educação. Gostei muito da colocação da Elane, que lembrou que os países da Europa, após a Segunda Guerra, conseguiram o desenvolvimento econômico que têm graças aos investimentos em educação.

Gostaria de lembrar o que foi que aconteceu na Europa do pós-guerra. Senador Paim, na Europa do pós-guerra, lembro bem a história – tive oportunidade de viver na Inglaterra por um tempo e me interessei muito pela história da educação – por que a Inglaterra conseguiu dar a volta por cima? Depois da guerra, a Europa estava destruída, os prédios, as universidades, as escolas, e eles foram dar aulas no túnel do metrô. Eles não tinham uma escola, bancos escolares, e foram para o metrô dar aulas porque diziam que a guerra ia acabar, mas o país precisaria retomar e que eles não podiam desanimar.

E todos nós conhecemos o nosso querido Paulo Freire, pernambucano, educador. O que Paulo Freire dizia? O espaço da sala de aula não é apenas limitado às paredes e a um quadro-negro. A sala de aula é um espaço onde professor e estudante participam de um processo dialógico e aprendem enquanto ensinam.

Por que digo isso? Digo isso porque, hoje, depois desse processo, dessa revolução de que falava o Senador Cristovam, o país que, em cinco anos, consegue dobrar o número de estudantes em suas universidades... Hoje vejo que alguns reclamam! Vá lá perguntar ao jovem que acabou o seu curso? Eu fui reitor de uma universidade até recentemente. Ouvia, todos os dias, depoimentos desses alunos. Vá perguntar a eles se ele está achando ruim uma universidade quando antes não tinha nenhuma? Que pode não estar ainda com a máquina xerox funcionando, mas pergunte a esse jovem se ele não acha que valeu a pena? Pergunte a seus pais? Em Vitória de Santo Antão, uma servidora nossa me disse quando entrou: "Reitor, eu tenho a alegria de meu filho estar estudando nesta universidade." E nós iniciamos esse *campus* com a estrutura de uma pequena escola que foi cedida pela prefeitura. Não era um laboratório, não tinha um laboratório como o que se tem hoje e já implantado lá no interior de Pernambuco.

Mas eu digo isso para entender que o que nós estamos vivenciando hoje é uma revolução. Quando o nosso Presidente Daniel fala que a discussão hoje não é a de 90; não o é em diversos aspectos! Em 2003, as universidades públicas estavam na pré-falência, as universidades estavam parando de pagar as contas, as universidades estavam tirando lâmpadas para economizar energia e reduzindo sua conta de telefone à metade. As salas de aula, nós tínhamos...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pessoal, vamos assegurar a palavra ao nosso convidado. E alguns que queiram continuar conversando, não há problema: o corredor está ali e é enorme. Vão ali fora e continuem conversando, e os que querem ouvir fiquem aqui dentro. Ele ouviu a todos, pessoal. Ele não reclamou de nenhum. Foi criticado, ouviu e ouviu. Agora é seu espaço e é o mínimo que podemos fazer. Então, convido àqueles que não queiram que fiquem ali no corredor, não há problema nenhum. Nós vamos continuar a audiência. (Palmas.)

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS –

Obrigado, Senador.

Eu quero dizer o seguinte, pessoal: em 2003, havia departamento com metade do seu corpo docente em regime precário. E mesmo assim ainda tinha metade do corpo docente necessário para as atividades que estavam planejadas nas universidades. E todos os que

estão aqui e que eram dessa época sabem disso. Nós estamos falando com muita clareza o que acontecia.

Eu quero dizer o seguinte: hoje, estamos fechando o orçamento já para o ano que vem. Em todos estes anos, a partir de 2003, as universidades tiveram a recomposição de orçamento muito acima da inflação. Nenhuma universidade hoje deixa de realizar uma obra por falta de recurso disponibilizado pelo Governo Federal. Então, nós estamos em outro momento. Estamos discutindo reajuste salarial em cima de uma base que foi o maior salário que nós já tivemos em 2010. Nós estamos recompondo um salário em cima de um pico salarial e garantimos, em todas as categorias, reajustes muito acima da inflação.

Senador Paim, o senhor sabe perfeitamente do que aconteceu neste País a partir de 2003. A nova página que nós estamos escrevendo no livro da história de nosso País. Quero dizer, hoje, e sendo muito objetivo, que uma característica do Governo Federal ao qual sirvo apenas há seis meses, como membro da equipe do MEC, uma característica do Ministro Mercadante é a transparência e a sinceridade. Não sei se há alguém aqui daquela reunião, da qual eu falava, do dia 10 de maio. O Ministro Mercadante disse à direção da Andes:

Nós estamos à disposição para dialogar e para negociar. Agora, nós não vamos blefar em nenhum momento. O que nós colocarmos, tenham isso como verdade, porque nós não vamos blefar. Nós não vamos apresentar propostas de mentira, porque nós queremos negociar e não queremos enrolar ninguém.

E é muito importante saber quando se inicia uma greve. E ele dizia: "É um equívoco iniciar a greve neste momento. Nossa prazo é 31 de agosto. Vamos negociar. Não vamos entrar em greve porque esse não é o caminho."

E houve uma medida imediata, como a que eu já falei, a Medida Provisória nº 568, recompondo nosso salário, como havia sido acordado em 2011.

Eu queria dizer a vocês que eu vim aqui hoje substituindo o Ministro Mercadante, e ele me colocou o seguinte: "Diga a verdade das negociações". E em todo momento nós estivemos abertos à negociação. Eu, pessoalmente, recebi com minha equipe da Sesu e a mesma coisa na Setec os representantes sindicais por várias vezes. A proposta do ano de 2010 eu recebi, e nós a discutimos com a ex-Presidente Marina e com o Diretor Schuch. Discutimos na minha sala e vimos cada ponto; e a partir dali também discutimos muitos desses elementos dentro da proposta que nós apresentamos e cujo acordo foi fechado.

Então, a questão é a seguinte: em respeito à mesa de negociação, em respeito a todos os interlocutores, nós não podemos tomar decisão e depois voltar atrás. Foi dito na mesa: o que acertarmos aqui está definido; o que acertarmos aqui vai para o PL de carreira, que inclusive já foi encaminhado à Casa Civil, onde estão incluídas todas as propostas, tudo aquilo que foi acordado naquela mesa. O que o Governo estaria dizendo hoje se voltasse atrás quando ele apresentou uma proposta? Pediu, deu prazo para que todos apresentassem propostas por escrito. A proposta de 2010 foi colocada naquela época e, a partir da negociação da Mesa inicial, é que precisávamos receber pontos, como foi feito pelo Proifes e como foram incluídas pela Andifes as propostas de pontos. Não recebemos nada por escrito.

(Manifestações da plateia.)

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS –

Calma, pessoal, dá licença!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – A Marinalva está aqui na mesa. Se precisar fazer algum esclarecimento, a Marinalva faz.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS –
Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Não precisa ninguém se manifestar no plenário.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS –
Eu quero dizer, então, que foi dado um prazo. A negociação sempre foi coordenada pelo Ministério do Planejamento. O Sérgio Mendonça coordenou essas discussões, e, no prazo acordado, não tínhamos outra proposta, sentamo-nos à mesa e assinamos um acordo; um acordo que traz grandes benefícios para toda a comunidade docente e técnico administrativa das universidades e dos institutos.

E a palavra do Ministro Mercadante é: “Fechamos esse acordo. Não existe mais espaço. Nós não vamos fazer uma negociação de outro acordo, porque é aquilo que foi acertado à mesa, em respeito a todos os interlocutores que estavam ali.”

Agora, foi colocado hoje por diversos Senadores aqui: o Governo está à disposição para continuar o diálogo logo após o encerramento dessa greve. Vamos retomar a discussão sobre a infraestrutura, sobre as condições de trabalho. E o Governo jamais se opôs a fazer isso. Eu quero dizer a vocês o seguinte: nós temos o maior respeito até mesmo porque nós somos professores também dessa mesma universidade. Nós não estamos em lados opostos.

Então, a proposta do Ministério da Educação, a proposta do Governo é: vamos retomar nossas atividades com a qualidade devida, recompondo o calen-

dário e vamos continuar uma discussão que sempre aconteceu entre o MEC e as universidades.

Senador Paulo Paim, eu quero, em nome do Ministério da Educação, do Ministro Mercadante, agradecer a oportunidade de estar aqui. Estaremos sempre, desde que sejamos convocados, para discutir todos os temas que tratam da educação neste País.

Quero dizer aos meus caros colegas professores e servidores técnicos administrativos que nós todos temos a responsabilidade de avançar ainda mais nessa revolução da educação no Brasil. Nós estamos com a responsabilidade agora da continuidade; consolidar a implementação dos novos *campi* das nossas universidades e fazer o planejamento para o futuro, do tanto ainda que nós temos que fazer.

Portanto, agradeço, Senador Paulo Paim, mais uma vez, a oportunidade e coloco-me à disposição desta Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Esse foi o Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins, que falou pelo MEC.

Como eu havia dito, a Marinalva só quer fazer um esclarecimento, e depois eu darei o encaminhamento daquilo que eu percebi nesta audiência pública.

A SRA. MARINALVA SILVA OLIVEIRA – Bem, Prof. Amaro, nós temos todos os documentos que foram protocolados. Inclusive, Senador Paim, entregamos aqui, hoje, à Senadora Vanessa um *kit* com todos os documentos protocolados desde o início das negociações, ou seja, desde o início de 2010 até os dias atuais. Inclusive, Prof. Amaro, eu lhe entreguei, pessoalmente, na mesa de negociação, por três vezes, esse documento; eu lhe entreguei, pessoalmente, na mesa de negociação.

Então, gente, é bom ter um pouco de cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está feito o esclarecimento.

A SR^a MARINALVA SILVA – Eu lhe entreguei pessoalmente e, além de ter-lhe entregado pessoalmente, nós temos todos os documentos protocolados, e foi entregue aqui hoje, na Comissão de Educação, o *kit* com todos esses documentos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, pessoal.

Eu só quero, neste momento, fazer a leitura que me foi pedida aqui.

A Associação Nacional dos Estudantes Pós-Graduados solicita à Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal e ao Ministério de Educação que encaminhe à Capes e ao CNPq a solicitação da suspensão ou prorrogação dos prazos de qualificação

e defesa que os pós-graduados precisariam cumprir, mas que, em virtude das greves docente e administrativa, não poderão ser cumpridos.

Os estudantes não podem ser prejudicados pelas greves que eles entendem legítimas. É isso. Só isso. (*Palmas.*)

Então, passo às mãos do Prof. Amaro.

Pessoal, primeiro uma coisa que quero dizer para vocês que considero de suma importância: eu sinto que há, inclusive nos editoriais dos grandes jornais, um movimento muito forte, a partir do movimento que vocês fizeram, um contramovimento para aprovar aqui, no Congresso, uma lei antigreve, que sou radicalmente contra.

Por isso, tive o cuidado de aprovar o requerimento, e vamos fazer o debate na segunda-feira, na Comissão de Direitos Humanos, porque entendo que o direito de greve é também uma questão de direitos humanos, para que a gente faça o contraponto e não permita que um projeto que vá proibir o direito de greve seja aprovado.

Regulamentar, numa ampla discussão que envolva os trabalhadores da área pública, da área privada, governo, quem quiser discutir, eu não vejo problema algum. Discutir! Agora, aprovar... E, se eu não tivesse me movimentado ontem, tinham-no aprovado hoje, pela manhã. Conseguí apresentar o requerimento ontem, ainda em plenário, pedindo que esse projeto seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Assuntos Sociais. E, claro, nas duas Comissões, nós temos como segurá-lo, mas temos que estar – digamos – em estado de alerta para não proibir que um direito legítimo dos trabalhadores brasileiros e no mundo desapareça no Brasil. Eu acho que nós não vamos permitir isso. Isso, sim, é antidemocrático se acontecesse. (*Palmas.*)

Meu amigo – permita-me que assim eu diga – Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário do MEC, eu senti que há um apelo aqui de todos os Senadores que usaram a palavra e eu aqui tenho que, neste momento do encerramento, sentir a vontade dos Senadores. Eu fui sindicalista muitos anos, fiz inúmeras greves também, mas acho que a capacidade de um sindicalista não se mede pelo número de greves – deixo bem claro que entendo isso – e, sim, pela forma como ele encaminha o movimento e sei que a greve está num momento delicado para todos: para os alunos, para os professores, para o Governo também não é bom, e não é bom para nós, do Congresso Nacional. Então, seria muito bom, e percebo que há possibilidade de um pequeno ajuste nos encaminhamentos de nós resolvemos a questão da paralisação. Não precisa me responder agora. Você

já colocou a sua posição. Por favor, eu vou dizer isso: não me responda agora.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Eu não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não responda, estou pedindo que não me responda.

Então, fica o apelo da possibilidade de que os setores que estão em greve sejam recebidos por uma comissão e ali estabeleçam o diálogo. Não estou dizendo aqui quem deve ou não deve ceder mais ou menos nem estou colocando posição, mas acho que seria importante.

O Zé Maria inclusive me ligou – eu estava no Rio Grande do Sul, lembro-me – e você me disse: “Paim, eu acho que está perto para um entendimento, faltaria – acho – um ajuste na mesa que talvez nem interfira muito em grandes – eu vou usar esse termo para não ir mais além – questionamentos e fico por aqui, mas é possível”.

Todos nós queremos que se volte à atividade normal – professores, alunos, enfim todas aquelas categorias que participaram desse movimento, que, queiramos ou não, foi um marco. Foi um marco, não é? Eu mesmo tive oportunidade de participar de alguns caminhos, nos entreveros da vida, e percebi a grandeza do movimento.

Então, fica aqui o pedido para que haja uma reunião, eu diria de conciliação, e isso pode ser feito em nome da Comissão de Direitos Humanos. Isso não quer dizer que alguém vá ter que abrir mão de posições já firmadas, mas todos nós sabemos que tanto a assembleia dos trabalhadores tem que ser flexível num momento como esse, como eu entendo que o Governo de que faço parte também pode ser flexível sem ferir posições já tomadas em relação a outros trabalhadores.

Fica aqui o apelo e, assim, eu encerro esta audiência pública, só lembrando que haverá outra audiência aqui às 14h30, hoje à tarde, que vai discutir Ética e Prática Profissional: Diversidade Sexual e Direitos Humanos.

Mas queria também agradecer a vocês, pessoal, que estiveram aqui, eu acho que a audiência foi num altíssimo nível, todos vocês do Plenário, como da Mesa. Claro que alguma coisinha ou outra, ao natural, sempre acontece. Mas foi um grande momento, mostrou que nós estamos preparados para sair desse caminho difícil da greve, de cabeça erguida, todos.

Parabéns a vocês, militantes, dirigentes e também ao MEC. Uma salva de palmas a todos! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13h18.)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE****ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOS-
TO DE 2012.****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Marta Suplicy**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Ana Amélia, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Tomás Correia, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 40/2012-CE, de autoria da Senhora Senadora Marta Suplicy, destinado a discutir o tema “**Ética e Prática Profissional: Diversidade Sexual e Direitos Humanos**”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Bruno Monteiro, chefe de gabinete da Excelentíssima Senhora Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário; do Senhor Olmar Klich, Chefe da Divisão de Assessoria Parlamentar do Conselho Federal de Psicologia – CFP e dos representantes da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Ivanilda Figueiredo, Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhora Raimunda Ferreira, Primeira Secretária do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Senhora Patrícia Corrêa Sanches, Membro da Comissão de Direito Homoafetivo da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro – OAB/RJ; Senhor Pedro Paulo Bicalho, Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia – CFP e Senhora Deputada Federal Érika Kokay**. Finda a apresentação dos ex-

positores, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Marta Suplicy, determina à Secretaria da Comissão a inserção em ata da Nota de Desagravo, assinada pelo Conselho Federal de Psicologia, referente ao caso da psicóloga Tatiana Lionço. Na oportunidade, manifesta sua indignação pelo desrespeito às prerrogativas profissionais da psicóloga, que teve a sua fala proferida em seminário, editada a sua revelia. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezesseis horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marta Suplicy**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião atende o Requerimento nº 40, de 2012, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a discutir o tema Ética e Prática Profissional: Diversidade Sexual e Direitos Humanos.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Ricardo Linhares, que acompanhe os convidados e os leve a tomar assento à Mesa.

Convidados: Srª Ivanilda Figueiredo, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Srª Raimunda Ferreira, Primeira-Secretária do Conselho Federal de Serviço Social; Srª Patrícia Corrêa Sanches, membro da Comissão de Direito Homoafetivo da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro; Sr. Pedro Paulo Bicalho, Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; e a Deputada Federal Érika Kokay, que está a caminho.

Quero agradecer a presença de todos, cumprimentá-los e informar que esta audiência será transmitida na íntegra pela TV Senado e terá cobertura da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e

do Instituto Legislativo Brasileiro, que retransmite para todas as Assembleias Legislativas e outras entidades.

Qual foi a ideia que nos levou a propor esta discussão? É que nós temos tido reiteradas vezes aqui no Senado manifestações que não condizem com a ética profissional, e essas manifestações reverberam e são acatadas por pessoas que desconhecem códigos, que muitas vezes desconhecem as próprias entidades que se portam, postulam, se regram e se comportam de acordo com suas leis e regras que estão em vigor há muitas décadas. Então, acredito ser oportuno fazer uma discussão em torno do que vem a ser a ética profissional. Para isso, foram convidadas V. S^as, que certamente terão uma palavra de esclarecimento para ajudar a aclarar essa questão, que é uma questão bastante debatida, mas que geralmente suscita muitas controvérsias. Cada um terá quinze minutos para fazer sua exposição. Se usar menos tempo, não há problema.

Vamos começar com a lista de convidados dando a palavra à Sr^a Ivanilda Figueiredo, assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SR^a IVANILDA FIGUEIREDO – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço muitíssimo o convite da Senadora Marta Suplicy, em cujo nome cumprimento toda a Mesa. É um prazer estar aqui hoje representando a Secretaria de Direitos Humanos, em especial a Ministra Maria do Rosário.

A Ministra Maria do Rosário me pediu para falar em seu nome sobre todas as preocupações que a Secretaria de Direitos Humanos tem e sobre todas as políticas que temos adotado no sentido de criar um ambiente, uma cultura, uma educação em direitos humanos que valorize a diversidade, que valorize o respeito à diferença.

Eu gostaria de pedir licença a vocês agora para apresentarmos um pouco do que tem sido feito na Secretaria em relação a isso e, em especial, colocar o nosso acordo que está sendo firmado com o Conselho Federal de Psicologia, que tem muito a ver com o que a Senadora colocou há pouco, que é a questão da ética profissional e da independência das profissões. A Secretaria de Direitos Humanos está em fase final de formalização desse acordo, que nas próximas semanas vai ser assinado entre a Secretaria e o Conselho Federal de Psicologia.

Esse acordo visa, por um lado, o estabelecimento, em parceria com o Conselho Federal e, portanto, com os Conselhos Regionais de Psicologia, de comitês estaduais de combate à homofobia e, por outro lado, também tem o intuito de reforçar a nossa convicção na independência dos psicólogos, na importância do Conselho, na importância de o Conselho ter firmado

resoluções que apóiam a diversidade humana. Então, esse acordo também tem a perspectiva de reforçar o nosso apoio à resolução do Conselho que estabelece que a orientação sexual não pode ser tratada como uma questão de desvio psicológico.

Esse acordo foi firmado no dia 28 de junho, que é o dia nacional para a questão do orgulho LGBT, e hoje venho aqui falar dele no Dia da Visibilidade Lésbica, o que é bem interessante. Estamos marcando essas datas sempre com a perspectiva da afirmação de direitos.

A Secretaria de Direitos Humanos, no ano passado, realizou uma Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, e uma das vertentes que foi votada e decidida pelo plenário foi justamente o combate à discriminação, o combate à homofobia. Nós temos realizado diversas ações para cumprir esse intuito. Uma delas é essa do estabelecimento de comitês estaduais de combate à homofobia, justamente tentando fazer com que onde se está mais próximo das realidades os Poderes locais possam também se responsabilizar por evitar que atitudes homofóbicas aconteçam e também por repará-las quando chegarem a acontecer. Sabemos que, infelizmente, as situações ainda são muito graves e muitas vezes não temos, nos Poderes locais, uma estrutura estabelecida.

A Secretaria de Direitos Humanos tem informações de que hoje nós temos entre 400 e 500 cidades que têm serviços contra a discriminação LGBT. Se nós pensarmos que no Brasil há mais de 5 mil cidades, esse número ainda é muito pequeno, mas é um número a que se deve fazer referência, porque um tempo atrás não tínhamos sequer esse número. Ainda precisamos de muito mais. Do mesmo modo, temos doze conselhos municipais LGBT, o que também é um número muito pequeno.

Diante disso e diante do número de ocorrências de homofobias no Brasil, nós recentemente lançamos um estudo, a Coordenação LGBT lançou um estudo, que demonstra que são comunicadas mais de 18 violações de direitos humanos da população LGBT por dia ao Poder Público federal. Então, é uma situação extremamente grave, até porque sabemos que esse número, na verdade, é muito maior; sabemos que esse número é subnotificado, porque ele vem de quem nos liga para reportar uma violação – e sabemos que há inúmeras violações que acontecem no dia a dia que não são reportadas a ninguém, e nós não temos como saber delas, o Poder Público não tem como obter esses dados.

Então, é muito importante termos pioneiramente lançado esse estudo da Secretaria, que conta com informações tanto do Ministério da Saúde, pelas informações do SUS, como com informações da Secretaria

de Políticas para Mulheres, através do 180 e do Disque 100, do Disque Direitos Humanos. Juntando todas essas bases e fazendo uma análise do ano de 2011, verificamos esse número de violações.

Dentro disso, verificamos também outras características muito preocupantes: a violência contra lésbicas, contra travestis e transexuais ainda é muito invisibilizada. Apenas 3% das violações contra lésbicas são reportados e, contra travestis, também é baixíssimo o número de violações reportadas no Disque e nos serviços. No entanto, sabemos que há um número altíssimo de mortes noticiadas nos jornais: mais de 50% das mortes noticiadas nos jornais são mortes de travestis e transexuais.

Diante de toda essa situação, a Ministra Maria do Rosário assumiu um compromisso com relação a essa questão e lançou agora os comitês estaduais em parceria com o Conselho Federal de Psicologia – estamos trabalhando para que eles se estabeleçam em cada Estado. Além disso, agora também estamos enfatizando muito isso dentro das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Essas diretrizes estão para ser lançadas agora e, dentro delas, está justamente o respeito à diversidade, a não discriminação.

Então, é nosso compromisso na Secretaria de Direitos Humanos que essa educação em direitos humanos tenha esta vertente: que proteja a diversidade humana, a diversidade de cada um de nós e que nós consigamos criar, através dessa educação, uma educação em direitos humanos, uma cultura de respeito, de paz, de tolerância.

Então, essas são algumas das iniciativas que temos apresentado nessa área, e eu gostaria realmente de destacar a importância de os conselhos estarem aqui hoje, de o CFP estar aqui e de os demais conselhos profissionais poderem nos apoiar justamente quando vamos para Municípios e Estados que, muitas vezes, ainda não têm uma estrutura de defesa contra discriminação, de defesa da população LGBT. Precisamos desse apoio, e os conselhos estão em todos os Estados.

Ainda é muito importante para nós que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados possa também entrar nessa parceria em relação aos comitês estaduais e que outros conselhos profissionais possam se juntar a nós, para que possamos realmente fazer um combate efetivo à homofobia em todos esses espaços.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada pela colaboração. Para mim, foi uma novidade o que foi falado, e acho muito importante essa parceria, porque, se não houver uma organização, de proteção mesmo, o que acaba funcionando como prevenção, nós demoraremos muito mais tempo a ter esse respeito à diversidade.

Aproveito o ensejo para colocar a quem está assistindo à reunião que existe um site de apoio ao Estatuto da Diversidade Sexual, e o site é – vou pedir, se for possível colocar – www.estatutodiversidadesexual.com.br.

Primeiro, agradeço a presença da Deputada Erika Kokay, que acabou de chegar e que tem sido uma lutadora na Câmara pelos direitos e pela ética, não só em relação à profissão, mas na política e em todos os setores. Quero parabenizá-la e agradecer a sua presença aqui no Senado, conosco, nesta Mesa no dia de hoje.

Passo a palavra à Sr^a Raimunda Ferreira, Primeira-Secretária do Conselho Federal de Serviço Social.

A SR^a RAIMUNDA FERREIRA – Em nome do Conselho Federal de Serviço Social, quero, primeiro, dar um boa-tarde a todas as pessoas aqui presentes e cumprimentar a Mesa, em nome da Senadora Marta Suplicy, autora do requerimento que originou esta audiência.

Eu queria saber se é possível projetar o roteiro que organizei para trazer alguns elementos do que o Conselho Federal de Serviço Social tem discutido nesse campo. (Pausa.)

É possível?

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu não sei se eles já souberam... Já?

A SR^a RAIMUNDA FERREIRA – O.k. De toda forma, adianto que o Conselho Federal de Serviço Social junto com os Conselhos Regionais de Serviço Social compõem o que nós chamamos conjunto CFESS-CRESS. Esse conjunto vem, desde a segunda metade da década de 70, construindo o que nós concebemos como um projeto ético-político de serviço social.

Como projeto profissional se fundamenta numa perspectiva que hoje se recusa, de forma firme, ao histórico conservadorismo marcado pela profissão de Serviço Social, esse fazer profissional é pensado a partir do compromisso com a liberdade e a justiça social – e isso está consolidado no código de ética promulgado em 1993 – e entendidas essas categorias na perspectiva da emancipação humana como horizonte societário, para além da emancipação política.

Pode passar.

Trazemos a compreensão da liberdade, aqui apresentada, entendendo o ser humano como sendo capaz de liberdade e, como tal, capaz de fazer e realizar escolhas, construir seus projetos de vida, que entendemos ser historicamente determinados.

A justiça social, para nós, é entendida em uma concepção que nos remete à defesa de uma socialização do que é socialmente produzido, mas apropriado privadamente dentro dos marcos dessa sociedade que se estrutura a partir da lógica do capitalismo.

Portanto, esse projeto pretende e ousa fazer a crítica a esse sistema.

Eu trago esses elementos para entender como discutimos ética profissional, direitos humanos e, dentro disso, a diversidade sexual.

Lembro que hoje é o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Também já sinalizamos que o CFESS apoia o PLC nº 122, que criminaliza a homofobia.

Como compreendemos essa crítica? A partir do que entendemos como liberdade. Portanto, a partir desses elementos e dessas categorias trazidos para o nosso código de ética. Entendemos a crítica profunda, firme, severa aos preconceitos dentro de uma análise de suas múltiplas formas de manifestação, entendendo essas expressões do preconceito inscritas dentro da cotidianidade na sociedade burguesa, cujas manifestações são resultado de uma persistência dos juízos provisórios construídos. Entendemos que esses juízos e essas manifestações são fundados na desinformação, na alienação, no moralismo, no conservadorismo, no conformismo e em uma lógica que naturaliza e banaliza os processos sociais. Essa forma de preconceito atinge não só, nesta sociedade, a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, a população que entendemos hoje LGBT, mas também se estende a várias formas de opressão de gênero, raça, etnia, classe.

Pode passar. Nessa compreensão, entendemos o ato, a atitude de amar como necessidade do gênero humano. E, como tal, é um direito situado na vida privada e na vida pública dos sujeitos. Entendemos a sexualidade como uma dimensão da individualidade humana. Portanto, ela resulta de um complexo articulado de processos sociais, culturais, políticos e econômicos historicamente determinados e se constrói por meio da interação entre indivíduos e as estruturas sociais.

Dessa forma, entendendo essa conjuntura e dentro da sociabilidade hoje vigente, o padrão de sexualidade dominante é o da heterossexualidade compulsória. Por sua vez, trata-se de um sistema de dominação instituído, legitimado social e historicamente como um modelo, uma norma, um dogma, uma prática natural inquestionável.

Portanto, na experiência da heterossexualidade, não há dicotomia entre a dimensão pública e a dimensão privada. Nesse sentido, é legitimada socialmente por meio da família, da mídia, das legislações, do acesso às políticas sociais.

Pode passar. Tratando-se da experiência homoafetiva, as alternativas estão predeterminadas ao silêncio, ao ocultamento, à negação, à vida dupla. Nesse sentido, trago aqui alguns elementos dessa estrutura que hoje nós denominamos como conjunto CFESS/CRESS,

por meio de sua organização. Através dos encontros nacionais que acontecem anualmente, nesse espaço definimos nossa agenda de lutas; portanto aquilo que definimos como prioridades dentro da compreensão da profissão é o que eu trago aqui para vocês.

Em 2005, definimos como nossa tarefa dar continuidade às campanhas nacionais de defesa dos direitos humanos, priorizando o combate, a discriminação e os preconceitos, respeitando a diversidade, além de realizar uma campanha nacional em defesa da liberdade de orientação sexual.

Sinalizo aqui que o CFESS, através desses encontros nacionais, define uma agenda. Foi nesse espaço que, em 2008, também definimos promover, a cada gestão, uma campanha nacional de defesa dos direitos humanos, em articulação com os movimentos de defesa de direitos humanos.

Pode passar, por favor.

Nesse sentido, trago aqui algumas campanhas, que, a partir dessa decisão, foram empreendidas pelo conjunto CFESS-CRESS.

Na gestão 2002/2005, assumimos como tarefa uma campanha que trouxe como debate “O Serviço Social mudando o rumo da história: reagir contra o racismo é lutar por direitos”. Na medida em que definimos uma campanha como essa numa gestão, nós fazemos uma série de ações, de procedimentos e de mobilizações no Brasil todo, a partir da estrutura dos Conselhos Regionais, em torno do tema definido.

Em 2005/2008, a campanha da gestão assumiu o tema “O amor fala todas as línguas. Assistente Social na luta contra o preconceito”. Essa campanha teve uma repercussão importante no espaço da categoria, apesar de vários questionamentos, inclusive de profissionais – porque não é uma categoria homogênea –, que queriam saber por que o Serviço Social vai tratar desse tema.

E nós colhemos elementos ao longo da campanha, que ainda hoje é muito atual, os quais mostram o quanto foi acertado lançar essa campanha.

Em 2008/2011, lançamos na gestão a campanha “Direitos humanos: trabalho e riqueza no Brasil”.

Mais precisamente agora, em setembro, no encontro nacional em Palmas, vamos lançar a campanha “Combater a violência no enfrentamento da desigualdade social: toda violação de direitos é uma forma de violência”.

Pode passar.

Esse é o cartaz da campanha. Inclusive essa campanha foi apresentada na Conferência Mundial em Estocolmo, recentemente. Essa é a peça que tornou pública a campanha “O amor fala todas as línguas.

Assistente Social na luta contra o preconceito". O do lado é da campanha contra o racismo.

Pode passar.

A campanha "O Amor fala todas as línguas. Assistente Social na luta contra o preconceito" teve alguns desdobramentos. Trago aqui sobretudo a Resolução nº 489, do CFESS, de 2006, que estabelece normas, vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual, por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, assumindo, portanto, o compromisso – na forma de uma resolução – de que essa categoria profissional se recusa e pune, na medida em que entende isso como uma atitude que não é condizente com a categoria profissional.

Uma resolução mais recente, de 2011, permite à assistente social travesti e ao assistente social transexual a utilização do nome social na carteira de identidade e na cédula de identidade profissional.

Estou dando um panorama muito rápido – até em função do tempo também –, para dizer como o Serviço Social vem-se inserindo, de forma muito firme, muito intensa e muito determinada, nessa discussão.

E destaco também o apoio e o reconhecimento do Movimento LGBT brasileiro, bem como do Grupo Cellos, de Minas Gerais, que concedeu, em 2011, o VI Prêmio de Direitos Humanos e Cidadania de Belo Horizonte, intitulado "Nosso Voto quer respeito, nossa luta é por direitos". Esse prêmio foi em consequência desse envolvimento e dessa campanha que o CFESS tem assumido publicamente, na defesa dos direitos humanos, em especial, no tema aqui tratado.

Pode passar.

Essa foto ganhou um prêmio nessa Conferência Mundial de Serviço Social em Estocolmo, realizada recentemente, em maio de 2012, aliás, em junho de 2012. O autor dessa foto é o Diogo Adjuto, que é o Assessor de Comunicação do CFESS. Um deles, o outro está aqui, o Rafael. Muito obrigada.

A foto, intitulada Entre a Cruz e a Espada, deu ao CFESS, na categoria voto popular, o concurso de fotografia nessa Conferência Mundial de Serviço Social.

Pode passar.

O CFESS também se faz presente nas marchas que têm mobilizado essa discussão e esse debate, como a Terceira Marcha em Brasília, em 2012.

E antes de trazer a reflexão da Agnes Heller sobre o preconceito, queria pontuar rapidamente mais algumas questões que entendemos ser importantes para esse conjunto, para essa categoria no Brasil. São algumas defesas que temos trazido para o debate em relação a essa questão.

Então, num rápido panorama, numa síntese rápida das questões em que o CFESS tem-se envolvido, quero destacar alguns compromissos que essa categoria tem assumido: crítica à sociabilidade do capital e sua apropriação mercantil em todas as dimensões da vida social, em particular às demandas advindas do reconhecimento da diversidade humana; a valorização da diversidade humana com reconhecimento da livre orientação sexual e livre identidade de gênero no âmbito de todas as políticas sociais; a defesa da autonomia dos movimentos sociais, além da articulação permanente com o Movimento LGBT e outros sujeitos coletivos para a aprovação imediata do PLC nº 122, de 2006, que criminaliza a homofobia; o reforço às lutas, no âmbito do Legislativo e do Judiciário, em defesa da liberdade de orientação sexual e livre identidade de gênero, assegurando à população LGBT os direitos de adoção, constituição de família, direitos sucessórios, dentre outros.

(Soa a campainha.)

A SR^a RAIMUNDA PEREIRA – Estou terminando.

Dar continuidade ao debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados e no acesso às políticas públicas para a população LGBT; por fim, realização do processo de discussão e publicização do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos LGBT nos espaços de debates do conjunto CFESS/CRESS e o apoio à discussão em outros espaços públicos.

Termino com essa reflexão de Agnes Heller, que afirma que "todo o preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha ao deformar e, consequentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo".

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Sr^a Raimunda Pereira.

O Conselho Federal de Serviço Social, através do seu pronunciamento, acabou de apresentar uma belíssima posição em defesa dos direitos humanos.

Isso me fez pensar no último Censo do IBGE, de 2010. Está sendo publicada no jornal *O Globo* uma série de reportagens esmiuçando o censo, e um dos números mais interessantes diz respeito exatamente ao novo conceito de família no Brasil.

Aqui nós podemos falar no abstrato, mas ali são números. Mais de 50% das famílias hoje no Brasil não são mais as famílias que nós conhecemos no século passado: pai, mãe e filhos. A diversidade é tamanha que me pareceu extremamente interessante. As famílias vão de agrupamentos de amigos a casal homem com homem, homem-mulher, casal de casados sem

filhos, casal que não é casado com filhos, enfim, é uma enorme diversidade.

E é exatamente o respeito a isso que a sociedade já vive é que estamos buscando, e esta audiência pública visa a esse objetivo.

Nesse mesmo censo do IBGE, também me chamou atenção que o número de casais de lésbicas é maior do que o de homossexuais masculinos declarados. Isso também me pareceu bastante interessante, porque é sempre muito escondido. É muito rico. Vale à pena, quem estiver nos assistindo, se debruçar, porque essa matéria já está há vários domingos no jornal *O Globo* e é interessantíssimo o esmiuçar desses dados.

Vamos agora passar a palavra a Srª Patrícia Correia Sanches, que é membro da Comissão de Direito Homoafetivo da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro – OAB/RJ.

Por favor.

A SRª PATRÍCIA CORRÊA SANCHES – Boa tarde a todos. Primeiramente, quero agradecer o convite. Também agradecer e parabenizar a Senadora Marta Suplicy por mais essa importante iniciativa no tocante ao tema da diversidade sexual.

Eu trouxe aqui alguns eslaides, só para podermos seguir aqui uma ordem de raciocínio.

Dentro da temática ética, vamos verificar que uma série de situações precisa, ainda, ser pautada, precisam ser modificadas. Eu acredito que só nessas reuniões, só no debate público, só no debate aberto, conseguimos que as modificações sejam realizadas.

Dentro dessa questão, vamos mostrar que a capacitação profissional ainda precisa ser bastante regulada, bastante pautada, e ainda, até mesmo, precisa ser incentivada dentro dos conselhos profissionais.

Pode passar.

Bem, eu trouxe aqui alguns dados, até corroborando as falas da nossa Senadora: há 60 mil casais homoafetivos declarados no País, pelo Censo do IBGE de 2010. É óbvio que, de 2010 para cá, muitos outros casais já podem dizer-se casais, até porque a liberdade começa a tomar rumo. Então, há 60 mil casais declarados, e entende-se ainda que o número pode ser até dobrado dentro dessa situação, porque muitos ainda não conseguiam nem culturalmente, nem se sentiam à vontade, nem protegidos para se assumirem como casais.

Também saliento o aumento das habilitações e deferimentos de adoção a casais homoafetivos. Isso tudo, obviamente, está dentro do contexto da afetividade, porque o que pauta hoje todas as relações familiares não é nenhuma lei econômica, não é nenhuma regra social e, sim, a afetividade. Por isso, hoje estamos

pautados pela socioafetividade. A afetividade é que une todos os grupos, principalmente os grupos familiares.

Agora, é importante saber o legislador, que às vezes tem medo de se expor na hora de um debate legislativo, que não é a lei que cria a afetividade. Nenhuma lei vai impedir que as pessoas se amem. Nenhuma lei vai impedir que duas pessoas residam juntas sob o mesmo teto, independentemente de cor, raça, sexo. Nenhuma lei vai fazer isso. Então, é importante salientar que, deixando o legislador de legislar, o legislador está virando as costas para essa realidade que está sendo demonstrada no Censo, no próprio Censo nacional. São 60 mil famílias declaradas em 2010, e o número pode ser o dobro. O número de famílias habilitadas à adoção aumenta cada vez mais. Essa é realidade, e a legislação não muda a realidade, porque não foi ela que a fez.

A legislação que se propõe é uma legislação protetiva. E, no momento em que se protegem essas relações, faz-se com que essas pessoas e todos esses grupos estejam incluídos na sociedade. Ora, é muito mais fácil lidar com pessoas incluídas, porque o respeito passa a ser outro. Os próprios conselhos regionais e federais profissionais vão poder capacitar melhor os seus profissionais. Isso é importante.

Então, são dados que estão aí. A lei não cria isso. Os vínculos afetivos não são criados pela legislação, e negar essa realidade é cegar o próprio Estado democrático de direito, é virar as costas para a realidade. E isso não é democrático. Ser democrático é encarar a realidade, ser democrático é respeitar a diversidade.

Vejam as consequências danosas que a nossa sociedade também acaba gerando: 266 homicídios no Brasil computados – porque há aqueles que não são apurados por essa causa – em 2011, por motivo de homofobia. E friso que esse dado aí pode ser o dobro, pode ser qualquer outro, e o próprio IBGE não faz esse tipo de levantamento também. O Grupo Gay da Bahia, que faz esse tipo de levantamento, apresenta esse número de acordo com as ocorrências. Muitos e muitos homicídios ocorreram sem que fossem computados. Estou falando de homicídio, mas há também as lesões corporais, as lesões de ordem moral, que também.

E cresce também o número de transexuais incluídos no programa transexualizador do Sistema Único de Saúde. Olha que fantástico o programa de total inclusão da sociedade nesse contexto. Isso foi superimportante isso, porque está trazendo dignidade para pessoas que estavam praticamente dentro da linha do suicídio. Esse programa traz, demonstra uma realidade. São números e contra números não há como reagir, a não ser reagir para diminuí-lo. O fato de não estamos preocupados, o fato de não estarmos legislando

causa homicídios; não legislar causa homicídios, não legislar causa lesões à dignidade, à vida das pessoas.

Vejam, senhores, uma coisa importante: dentro desse contexto temos o Judiciário e o Executivo trabalhando. Ora, na falta de lei, o nosso juiz vai ter que buscar outras fontes do Direito e nada melhor do que o fato social, que é a fonte material desse direito. Estão aí mais de mil situações judiciais tratando da temática da homoafetividade em todas as suas formas. No outro quadro vimos famílias homoafetivas; em outro, vimos a questão dos crimes; e, em um terceiro, a questão da transexualidade. Isso é a realidade. O Judiciário está tendo que resolver essas questões.

O grande problema é que a falta de uma lei nacional, na falta de regras de cunho federal faz com que as decisões não sejam igualitárias, faz com que as pessoas tenham tratamentos diferenciados dentro da mesma Federação.

Vejam, senhores, querem injustiça maior do que a pessoa que mora no Sul ter uma visão do Direito, e a pessoa que mora no Norte ter outra? No momento em que tivermos uma regra para regular tudo isso, a situação mudará, porque não ficaremos dependendo de fatores subjetivos de cada magistrado, embora veja que o Judiciário anda a passos largos, porque foram mil decisões em todo o Brasil para proteger os direitos da população LGBT.

O STF, por unanimidade – é preciso falar mais alguma coisa? Precisamos debater alguma coisa sobre realidade? – a nossa Corte Suprema reconheceu as entidades familiares que sejam públicas, contínuas e duradouras, não importando o sexo das pessoas, porque se assim o fizessem estariam discriminando. Ora, a nossa Constituição Federal diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de cor, raça e sexo. E, detalhe, somos signatários da ONU, que também determina a mesma coisa. Então, estarmos de encontro a esse tipo de entendimento é estarmos de encontro à democracia, é rasgar a Carta Constitucional, conseguida com muito suor.

Não podemos permitir essa realidade. Temos que forçar, temos que fazer com que o Legislativo também faça o seu trabalho. Por que o Legislativo, por que o Judiciário, o Executivo estão vendo isso acontecer, e o Legislativo não está? É importante mobilizarmos para isso, porque no momento em que o Legislativo não legisla a injustiça acontece, os crimes acontecem.

Ora, no momento em que os homicídios, em razão de acidente de trânsito aumentam, faz-se uma lei para diminuir; no momento em que a violência doméstica aumenta, faz-se uma lei para forçar a diminuição. Agora, no momento em que os crimes em razão da orientação sexual aumentam, ninguém faz nada!

Senhores, é contrário a qualquer regra, seja ela divina, de Estado, ir de encontro à vida, permitir a violação à vida, a violação à dignidade! Onde isso está escrito que é permitido? De forma alguma!

É importante também ressaltar o trabalho do poder Executivo de alguns Estados e Municípios que vêm criando suas secretarias, suas coordenadorias e que estão dando atenção à diversidade sexual, estão dando atenção. Como foi dito aqui hoje, os números são pequenos. São 500 cidades que têm serviço de apoio, num país que tem mais de 5.000 Municípios. É pouco, muito pouco. Apenas 12 conselhos municipais LGBT é muito pouco, porque não há mobilização.

Para terminar, é importante falar sobre o Estatuto da Diversidade Sexual. O Estatuto propõe uma legislação única. Ora, se não tivéssemos tendo os nossos direitos sendo atingidos, atacados, vilipendiados, não precisaríamos de lei. Só existe no Código Penal homicídio, porque alguém mata alguém; caso contrário não precisaria estar ali. Ora, se preciso de um órgão normativo é porque a realidade está aí e ela precisa ser regulada.

Então, há a proposta do Estatuto da Diversidade Sexual com 109 artigos propondo regular 18 temas diferentes. São 18 títulos diferentes, que vão desde o direito à vida, à dignidade até a própria criminalização dos atos atentatórios à população LGBT; trata da sexualidade, ou seja, é um estatuto da vida. E não só da vida LGBT, mas da vida de todos nós, porque, no momento que um particular está sendo atingido, toda a sociedade está sendo atingida, a dignidade de todos nós está sendo atingida.

Os princípios básicos não precisam estar escritos, não precisam estar explícitos, mas estão lá. Dignidade, já ouviram falar? Acho que está na mesma Constituição que tenho e está na sua. Dignidade, igualdade, não discriminação, direito à vida e o direito à felicidade.

Essa felicidade aí parece algo novo. Onde? Aristóteles já dizia que o homem vive em busca da sua felicidade, não é novo. Agora é novidade o direito à felicidade? Como assim?

Para encerrar, acho importante lembrarmos uma frase do nosso Ministro Ayres Britto que diz:

Reconhecer direitos aos homossexuais. Quem ganha? Os homossexuais, as famílias dos homossexuais, os amigos, todas as pessoas que com ele se relacionam. Quem perde em reconhecer esses direitos? Ninguém.

Boa tarde. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Gostei muito do pronunciamento, porque foi realmente nos pontos, Dr^a Patrícia Sanches, da OAB do Rio de Janeiro, por que temos lutado muito aqui no

Congresso Nacional há mais de décadas. A senhora colocou, com muita propriedade, exatamente o ponto e principalmente essa fase que estamos vivendo agora: não legislar causa homicídios.

Estamos vendo exatamente os frutos da inéria do Legislativo, porque o Judiciário realmente tem avançado. Por exemplo, o primeiro projeto da união homoafetiva, feito há 16 anos na Câmara, ainda lá se encontra, enquanto que o Judiciário avançou e já permite a união homoafetiva.

Estamos com um projeto na Casa, que já passou na primeira comissão, está na segunda, onde será aprovado também, porque está com parecer favorável do Senador Requião, para que sejam mudadas as palavras no Código Civil que diz “união entre homem e mulher” para “união entre pessoas”. Então, aos poucos caminhamos.

Mais que tudo devemos pensar em uma fala da Srª Raimunda Ferreira, do Conselho Federal de Serviço Social, que a antecedeu: estamos falando de relações humanas, de amor, de laços, de afeto e que isso não tem cabresto, não tem direção. Ninguém nasce querendo fazer assim ou assado. Não há como engessar o ser humano. É esse respeito, é essa diversidade que temos que respeitar.

Vou passar a palavra ao Sr. Pedro Paulo Bicalho, que é o Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

O SR. PEDRO PAULO BICALHO – Senhoras e senhores, boa tarde.

Cumprimento a Senadora Marta Suplicy e, ao cumprimentá-la, cumprimento também os demais companheiros da Mesa.

Estamos aqui para falar acerca da ética profissional.

Entendo que a problematização da ética profissional se configura um potente dispositivo de enfrentamento à violência. Em relação à temática aqui recortada, a questão da diversidade sexual, podemos pensar que se faz importante pensar a questão da violência principalmente porque vivemos em um país que, desde 1989, tem a violência como segundo lugar na causa de morte. Quando fazemos um recorte no segmento juventude, essa passa a ser, então, o primeiro lugar das causas de morte.

Em relação à diversidade sexual, podemos pensar não somente na violência física, mas principalmente na chamada violência simbólica. Quando avaliamos, por exemplo, as leis penais dos países que compõem esse mundo em que vivemos, verificamos que uma série deles possui em seus códigos penais a incriminação do ato homoafetivo. Isso significa, portanto, que vivemos em um país cujo Código Penal que não

incrimina tais práticas, porém, esse é um país em que mais se matam homossexuais. Como acabou de ser apresentado, quase um homossexual por dia é morto neste País por conta de questões homossexuais.

Alguns dados nos fazem pensar também acerca da violência simbólica, que aqui se faz presente. Uma recente pesquisa verificou que um quarto dos alunos das escolas públicas brasileiras não gostaria de ter colegas homossexuais, sendo que 40% dos responsáveis por esses alunos afirmam que não gostariam de ter o seu filho com um colega homossexual. Desses mesmos alunos, na mesma pesquisa, apenas 36% afirmaram que consideram que bater em homossexuais é uma violência. Portanto, mais de 60% não considera violência bater em homossexuais. Alguns outros dados: 15% dos estudantes acreditam que a homossexualidade é uma doença; 4% dos professores não gostariam de ter alunos homossexuais. Mais uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo aponta altos índices de racismo, sexismo e homofobia na população brasileira, sendo que, desses três, o racismo e o sexismº diminuem de acordo com a trajetória escolar, a homofobia não.

Isso significa, portanto, que, quando discutimos homofobia ou quando discutimos diversidade sexual para além das chamadas violências físicas, precisamos cada vez mais problematizar as chamadas violências simbólicas. Entendemos que os conselhos profissionais são importantes dispositivos para se discutir e se regulamentar uma série de questões acerca disso.

Quando, por exemplo, pensamos no ato genocida, podemos pensar que genocídio não é apenas o assassinato físico. É também genocídio quando impedimos que brasileiros e brasileiras reconheçam o seu desejo como legítimo. Isso também é um genocídio, porque matamos as possibilidades autônomas de existir. Entendemos que isso, portanto, é uma questão extremamente importante para ser discutida. Podemos pensar simbolicamente em uma faca como objeto que serve para matar, mas precisamos lembrar que, para que essa faca sirva como uma arma, precisa ser constantemente amolada. É preciso que problematizemos: quem são os atuais amoladores de faca? Quem são os amoladores de faca e com quais discursos se amolam facas?

Em 2009, a Universidade Federal do Rio de Janeiro estabeleceu uma pesquisa em que se verificou que cerca de 70% dos homossexuais fluminenses um dia foram encaminhados ao psicólogo para curar a suposta doença da homossexualidade, sendo que desses 50% foram encaminhados foram pelos pais. Isso significa que nós, psicólogos e psicólogas, temos muito a dizer sobre isso, já que existe uma afirmação no imaginário

social de que somos nós os profissionais responsáveis para estabelecer uma proposta de cura para o que a Psicologia, desde 1999, pela Resolução nº 001/99, não afirma como sendo uma patologia.

A Resolução nº 001/99, que, portanto, há mais de 10 anos existe entre nós, psicólogos, não serve apenas como uma proposta punitiva. Não é apenas uma resolução que serve para punir psicólogos. Entre as mais de mil decisões judiciais sobre do tema diversidade sexual no Brasil, percebemos que a resolução do Conselho Federal de Psicologia tem sido usada como um importante discurso para se falar acerca dessa discussão. Portanto, precisamos cada vez mais afirmar a possibilidade de os conselhos profissionais autonomamente construírem as suas resoluções, sim, porque essas resoluções não servem apenas para punir; elas servem para pautar.

Entendemos que uma grande função dos conselhos profissionais brasileiros seja pautar determinados discursos, já que não são profissões que não produzem discursos quaisquer. São discursos científica e socialmente legitimados como discursos de poder. Portanto, se são discursos de poder, é preciso que esse poder seja regulado; é preciso que esse poder seja pensado em seus limites éticos de atuação.

Uma série de pessoas que ainda pretende promover a chamada terapia de reversão argumenta que os homossexuais, ao procurá-los, os procuram voluntariamente. É preciso também discutir a questão da vontade. Se entendemos que desejo é produção, entendemos, portanto, que vontade também é produção. Se vivemos em um país homofóbico, é extremamente plausível que pessoas que vivenciem o desejo homossexual procurem os conselhos, os profissionais para fazer com que se livrem do que é causa de preconceito, que é causa de violência.

Precisamos pensar, portanto, qual seria a nossa atuação ética nessa discussão. Precisamos curar os homossexuais por viverem um desejo diferente daquilo que é socialmente entendido como normal ou devemos pensar em ações para se discutir a homofobia e fazer dela, sim, algo a ser problematizado, e não o desejo homossexual?

Portanto, senhores, precisamos cada vez mais lembrar que, em nome da proteção e em nome do cuidado, uma série de violências, uma série de exclusões e uma série de sofrimentos são produzidas. Precisamos cotidianamente pensarmos acerca dessa questão. Em nome da proteção e do cuidado, que formas de sofrimento e de exclusão temos produzido?

Entendo que os conselhos profissionais são importantes atores para se pensar essas formas de sofrimento, essas formas de exclusão que são produ-

zidas em nome da proteção e em nome do cuidado, sobretudo com seres profissionais que versam acerca do cuidado, como, por exemplo, o Conselho Federal de Serviço Social e o Conselho Federal de Psicologia.

Precisamos cada vez mais fazer desta discussão uma discussão importante e uma discussão fundamental para que todos nós, brasileiros e brasileiras, não continuemos vítimas, cada vez mais, de violências simbólicas em nome da proteção e em nome do cuidado.

Gostaria de fazer a leitura de uma nota de desagravo, tendo em vista que estamos aqui para discutir a ética:

O Conselho Federal de Psicologia vem publicamente manifestar o seu apoio à psicóloga Tatiana Lionço, que foi desrespeitada em suas prerrogativas profissionais ao ter as suas manifestações no Seminário Diversidade se Aprende

na Infância, organizado pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias e Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, posteriormente editados, à sua revelia, em vídeo intitulado Deus salve as crianças. O vídeo, cuja abertura é feita por Parlamentar daquela Casa Legislativa, está publicado na Internet e é composto por frases recortadas e arranjadas, dando outro sentido à fala da psicóloga.

Conforme pode ser observado no vídeo completo, a psicóloga Tatiana Lionço, em seu pronunciamento no mencionado Seminário, ocorrido em 15 de maio último, destacou de modo geral a necessidade de atribuir o status de sujeito de direitos às crianças e adolescentes, conferindo-lhes o direito à dignidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Dessa forma, suas contribuições foram na direção da superação de preconceitos e discriminações, bem como do enfrentamento à violação dos direitos humanos, conforme preconizam a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Ética Profissional do Psicólogo e também a Resolução CFP 001/99 que estabelece normas de atuação em relação à questão da orientação sexual.

Assim, por considerar nefasto o ato de agravio de utilizar o discurso da psicóloga na tentativa de disseminação de preconceito e discriminação, o Conselho Federal de Psicologia vem, por meio desta nota, repudiar, veementemente, tal situação ao tempo que manifesta sua solidariedade à psicóloga que, por meio de sua fala, reafirma compromisso da Psicologia na garantia, na promoção e na defesa dos direitos humanos.

Conselho Federal de Psicologia.

Recentemente, no dia 27 de agosto último, a Psicologia brasileira completou cinquenta anos de regulamentação. Cinquenta anos em que pretendemos

manter forte e firme nossa autonomia, que se constrói coletiva e democraticamente com todos os psicólogos, que são hoje quase 300 mil em Território Nacional, acerca de nossas resoluções e acerca daquilo que nós psicólogos entendemos como limite ético de nossa profissão. Portanto, pretendemos, nestes cinquenta anos de história, continuar a ser protagonistas de nossa profissão e continuar a protagonizar aquilo que nós entendemos como ética.

Psicologia Brasileira 50 Anos: Muito a Comemorar, Muito Mais a Fazer. Que essa psicologia esteja a serviço da sociedade e que seja, de uma vez por todas, entendida não somente como ciência e profissão, mas principalmente como um saber político. E assim o é por quê? Em nome dos direitos humanos, em nome da promoção da garantia e da defesa desses mesmos direitos, nós fazemos desta profissão uma profissão que deve ser, cada vez mais, vinculada às discussões de cunho ético e de cunho político, entendendo o exercício profissional não apenas como o exercício de legislações e de normas, mas principalmente como exercício do que se deva ser problematizado, e que esta problematização esteja além da própria Psicologia.

Portanto, cumprimento todos os psicólogos e psicólogas na passagem dos cinquenta anos de nossa profissão e, em especial, nossa Psicóloga e Senadora Marta Suplicy, agradecendo-a pela realização desta audiência sobre tão importante tema.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Psicólogo Pedro Paulo de Bicalho.

Eu me sinto muito orgulhosa de nossa profissão e das posições que o Conselho Federal de Psicologia vem tomando todo esse tempo. Tivemos agora, recentemente, aqui no Senado uma comemoração pelos cinquenta anos dos psicólogos, em que tudo o que V. S^a acabou de colocar foi reiterado.

Quero também determinar à Secretaria a inserção em ata da nota de desagravo. Manifesto aqui minha indignação pelo ocorrido e minha solidariedade à psicóloga Tatiana Lionço, aqui presente. V. S^a tem a solidariedade de todos os psicólogos e, acho, que a de todos os cidadãos brasileiros, porque manipulação de uma fala é algo bastante sério. Nesse sentido que ocorreu, ele fere não somente à senhora, mas a todos nós.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra agora, para encerrar as manifestações, a Deputada Federal Erika Kokay.

A SR^a ERIKA KOKAY (PT – DF) – Eu gostaria de desejar uma boa-tarde a cada um e a cada uma de vocês, saudar os que compõem a Mesa e o faço na figura da Senadora Marta Suplicy, que tem uma luta histórica, corajosa, belíssima em defesa da diversida-

de sexual. Eu diria que quando não se ousava fazer essa discussão nas tribunas do nosso Parlamento, a então Deputada Marta Suplicy ousou formatar um projeto que dormia ainda, diria eu, nas gavetas absolutamente mofadas da nossa homofobia institucional. Mas eu queria saudar, muito profundamente, a Senadora Marta Suplicy e começar a minha fala me somando às expressões de solidariedade à Tatiana Leôncio.

Eu estava presente nessa fala, no seminário realizado pela Comissão de Direitos Humanos, de que eu tenho a alegria de ocupar a Vice-Presidência neste momento, e também pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal. Naquela ocasião, nós tivemos uma fala absolutamente nítida, absolutamente lúcida da Psicóloga Tatiana Leôncio, na perspectiva de que nós possamos desconstruir uma construção histórica, social que foi estabelecida neste País e, diria, em grande parte do mundo, que é uma construção homofóbica.

Quando nós falamos que a homofobia é uma construção cultural, nós não queremos jogar sobre a cultura ou considerar a cultura como um tapete espesso, embaixo do qual jogamos todas as violações de direito e justificamos essas violações. Mas quando nós dizemos que existem construções culturais, nós queremos dizer que não há uma naturalidade nas expressões homofóbicas; elas são construídas. E, se são construídas, podem ser desconstruídas.

Neste País, já houve a criminalização da homoafetividade e a “patologização” da homossexualidade, a que alguns querem retornar. Hoje a homossexualidade está retirada do Código Internacional de Doenças e não há mais a compreensão, em qualquer espaço, de que exista qualquer tipo de patologia na homoafetividade. Alguns querem retroceder ao que a ciência evoluiu; retroceder.

Muitas vezes penso eu que algum tempo atrás havia mais literalidade nas expressões antidemocráticas, na luta por uma verdadeira democracia, na luta por uma sociedade em que tivéssemos mais – ou tínhamos – dignidade humana, o que é previsto na nossa própria Constituição como princípio fundamental. Havia mais literalidade. O que está acometendo e vitimando a Psicóloga Tatiana Leôncio é uma expressão das mais brutais, uma expressão pós-moderna, eu diria, de uma lógica que permeou a ditadura militar de forma muito intensa. São os tanques, as baionetas, as botas que se expressam, porque é o impedimento, inclusive, da liberdade de falar, da liberdade de expressão. É uma expressão, portanto, metafórica dos tanques, das botas, das baionetas que este País vivenciou. É uma expressão das salas escuras da tortura; as salas escuras da tortura que este País vivenciou e que não deixaram

apenas a sua marca e a sua cisão entre corpo e alma das pessoas que foram diretamente torturadas, mas que deixaram as suas marcas em todo o País.

Por isso, Tatiana, a luta é em defesa; o desagravo que fazemos nós neste momento é aos ataques que você tem sofrido e vai para além da defesa em si da sua fala ou da defesa do exercício da sua condição profissional. É uma luta em defesa da democracia e da própria liberdade. Eu acho que isso é que está em jogo e que a gente precisa pontuar e dar nitidez.

Creio que, quando nós lutamos contra a homofobia, nós lutamos para que haja um reconhecimento da condição humana. Todo ser humano é um ser afetivo, aqui já foi falado. Todo ser humano é um ser faltante e é um ser querente. Nós temos querência, nos temos desejos, nós temos afetos. E, quando se impede a expressão do afeto, nós, em verdade estamos impedindo a expressão da condição humana, nós estamos impedindo o exercício da condição humana. Muitas vezes, há uma cisão que se impõe entre o privado e o público, que aqui já foi falado pelo Cefess, como se houvesse espaços escondidos para a identidade sexual se expressar e como se ela não fosse parte da própria vida e parte da forma como as pessoas se reconhecem como tal e da forma como elas se relacionam com outras pessoas e como elas entendem a sua existência no mundo. Por isso digo que combater a homofobia neste País e assegurar o direito à diversidade sexual significa lutar e colocar no centro da agenda do País a necessidade do respeito ao outro, impedindo a violência que significa a subalternização do outro ou impedindo a desumanização simbólica.

Penso que este País teve três grandes traumas na sua história: o colonialismo, a escravidão e a ditadura. O colonialismo, quando os nacos de terra foram concedidos aos amigos do rei; e aqueles que se sentiam donos da terra também se sentiam donos das crianças, das pessoas, das leis, da forma, da norma e do que é natural. E penso também que a escravidão, que é um processo de desumanização literal, é seguida neste País por um processo ou por uma ditadura que também desumaniza e arranca da população, do povo brasileiro a possibilidade de refletir e de agir sobre o seu próprio País. É como se o País fosse arrancado. Digo isso porque isso é uma teia e é uma construção que tem um fio condutor, que é o fio da desumanização que está em curso neste momento na história deste País.

Portanto, nós temos uma sociedade que assassina por volta de 40 mil pessoas todos os anos, particularmente os jovens e os jovens negros. Uma sociedade com esse nível de subalternidade construída, que vai fazer com que nós tenhamos uma assimetria e nós

estejamos rasgando a possibilidade da construção de uma cultura de paz.

Por isso ou o País assume a necessidade de enfrentar, com todas as suas forças, as expressões de ódio, as expressões de subalternização e de desumanização simbólica ou vamos nos distanciar da construção de uma sociedade em que não tenhamos o medo das ruas, nem o medo das noites, nem tenhamos medo da nossa próxima existência.

O DNA do sexism, do racismo, da homofobia, do adultocentrismo é exatamente o mesmo. É a mesma digital que se constrói. Por isso, colocar na agenda do País a necessidade da desconstrução da homofobia, seja a institucional, seja a homofobia cotidiana, que ceifa ou ceifou quase 300 vidas em 2011, significa trabalhar na perspectiva de que o conjunto da sociedade reconheça que todas e todos são iguais em direitos e que todas e todos têm o direito de libertar o beijo, tem o direito de libertar o afeto.

Penso eu que a sociedade que provoca ou que expressa indignação com relação ao afeto tende a naturalizar as formas de violência como ela tende a naturalizar uma norma ou uma heteronormatividade, considerada como se fosse natural, e negar uma própria forma de ser, e negar uma própria forma de existência, portanto despersonalizar e provocar um profundo sofrimento.

Penso eu que nós temos de colocar na agenda do País, para além da eliminação da fome de pão – porque essa tem ficado para trás a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, continuado por Dilma Rousseff. Estamos eliminando a fome de pão neste País. – é preciso saciar outras fomes, porque ser humano tem fome de muita coisa. É preciso saciar a fome de justiça, a fome de igualdade de direitos, a fome de paz, a fome de afeto, a fome de liberdade, para que nós possamos sentir e ter a noção exata de que vivemos em um País realmente democrático e de que a nossa Constituição, que fala em dignidade humana, não está sendo rasgada todos os dias.

Por isso, penso que há necessidade de haja um processo de prevenção. É fundamental que nós possamos introduzir nas agendas isso que já foi falado pela Secretaria de Direitos Humanos, que é o respeito à diversidade, para que nós possamos entender que a condição de sermos diferentes não pode representar uma sociedade com desigualdade na execução dos direitos e na expressão da própria condição humana.

Por isso a importância que estejamos envolvendo o conjunto das políticas públicas que tem avançado, mas que, muitas vezes, avança de forma pontual e é preciso que nós tenhamos um conjunto de políticas públicas. Por isso, a importância da aprovação do Es-

tatuto da Diversidade Sexual, para que nós tenhamos um conjunto de políticas públicas, porque elas são enganchadas uma nas outras, porque os direitos também são enganchados, os direitos são inter-relacionados, são indivisíveis e, portanto, as políticas públicas que asseguram os direitos também são inter-relacionadas – devem ser – e também são indivisíveis. E para além disso, abrir os espaços das expressões, para que as pessoas possam libertar o beijo, para que as pessoas possam libertar os afetos, para que todos os armários possam ser abertos e as pessoas possam ser como são, sem se sentirem agredidas ou vítimas de uma dor, que é uma dor absolutamente desnecessária e que não corresponde à vivência humana.

Digo isso, porque é óbvio que nós temos um processo de desumanização em curso, um processo de desumanização simbólica, que é um processo que cria ovos de serpente, penso eu, para que tenhamos uma sociedade cada dia mais estreita na sua condição de ser uma sociedade em que caibam todos e todas – estreitada esta condição e esses espaços para o exercício da vida, o exercício da cidadania e o exercício da própria condição humana. Por isso, penso eu que temos que ter uma investida, eu diria, na perspectiva de construirmos redes, que possam, reconhecendo a nossa incompletude institucional e a nossa incompletude humana, fazer frente a uma reação que existe na perspectiva de que nós tenhamos continuada uma lógica homofóbica e uma lógica de ódio. Uma lógica homofóbica que transborda e não fica ensimesmada ou dentro de uma redoma. Se as facas são afiadas, como diz o representante do Conselho Federal de Psicologia – e eu acredito que são afiadas –, é mais grave ainda, porque muitas vezes elas são afiadas nas tribunas dos instrumentos ou dos órgãos que deveriam apregoar a democracia e fazer valer a nossa Constituição.

Muitas vezes, elas são afiadas nos púlpitos onde se deveria falar de amor, onde se deveria falar de acolhimento humano. Nesse sentido é que nós estamos enfrentando na Câmara Federal um projeto de decreto legislativo que busca retirar e modificar o Código de Ética dos psicólogos, no Conselho Federal de Psicologia. Busca modificá-lo para dizer que é possível e é necessário – entre aspas – “curar” a homoafetividade. Desconhece-se que a homoafetividade sempre existiu. Sempre existiu e foi encarada de forma diferente, de acordo com as relações e com os olhares culturais, sociais e econômicos de cada época.

Portanto, a homoafetividade sempre existiu. Alguns queriam que, neste século XX, que elas ficassem nas masmorras, as suas expressões ficassem nas masmorras, que as pessoas andassem cindidas. Alguns ainda dizem que a homoafetividade pode ser exercida

dentro da sua própria casa ou dentro do seu próprio quarto, mas não pode adentrar às ruas deste País.

Por isso, eu vou encerrar dizendo que existem inúmeros desafios que estão postos neste momento, para que nós possamos mostrar o quanto irreal é a proposta de PDL para modificar o Código dos psicólogos e psicólogas deste País, onde se busca a cura do que não é doença, e onde se utiliza um diploma não em defesa das pessoas, e não em defesa da dignidade humana, mas como instrumento de opressão.

Até os anos 70, havia, neste País, as terapias de reversão e havia ainda os choques, para, numa lógica behaviorista, associar a afetividade à dor, o que é absolutamente desumano, absolutamente cruel e significa um profundo retrocesso na construção da nossa própria democracia.

Encerro, lembrando, mais uma vez, Leminsk, que diz que isso de se querer ser exatamente o que se é ainda vai nos levar muito além. Por isso, os Conselhos que defendem os direitos, que defendem as pessoas, que defendem os seres humanos, que defendem a possibilidade e a construção de oportunidades para que o ser humano possa exercer essa bela mágica e tortuosa condição humana devem prosseguir na sua luta em busca de uma ética, do respeito ao ser humano, do respeito à democracia, do respeito à sociedade, que implica o respeito à diversidade.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Deputada Érika Kokay, também psicóloga, que fez uma veemente, eu diria, reflexão de muito bom senso, muito forte, com a sabedoria de sempre, sobre o momento que vivemos hoje não só no Parlamento, mas no Brasil, de acirramento de posições – tema levantado também pelo Psicólogo Pedro Bicalho – com implicações até escolares, nas nossas crianças e no professorado, de preconceito de raça, de gênero e também sobre a homossexualidade.

É interessante notar – acho que V. Ex^a o fez – como todas essas questões dependem de época. Na história, elas já tiveram tratamento diferente. E estamos vivendo aqui, e observamos os Estados Unidos, na campanha que agora está em curso, na disputa presidencial, alguns aspectos desse acirramento. Lá, no entanto, a questão da homoafetividade já está muito mais solucionada do que aqui. Mas as questões permanecem muito prementes, e vai ser uma discussão que, espero, não percorra este século, porque já deveríamos ter colocado uma pedra sobre isso, e estamos aqui, no Parlamento, como V. Ex^a disse na Câmara, a discutir a retirada de direitos de questões já tão bem resolvidas pelo Conselho de Psicologia não só do Brasil, mas do mundo. Não foi uma coisa que começou aqui; foi algo deliberado até pela Associação de Medicina

Americana, há tanto tempo atrás, ou seja, o fato de que a homossexualidade não é doença.

Eu gostaria de registrar aqui a presença de uma equipe da Secretaria de Direitos Humanos, liderada por Bruno Monteiro, chefe de gabinete da Ministra Maria do Rosário. Fico muito feliz de V. S^a aqui estar. Temos que registrar também a presença de Olmar Klich, chefe da Divisão de Assessoria Parlamentar do Conselho Federal de Psicologia, que está em nome da Associação Nacional dos Pós-graduados.

Quero dar um depoimento pessoal acerca da questão de se querer mudar regras do Conselho de Psicologia. Fico pensando que tipo de psicólogo se propõe a curar a homossexualidade, porque qualquer pessoa que tenha qualquer traquejo e experiência de consultório, atendendo pessoas homossexuais, sabe que tanto um hetero como um homossexual chegam ao consultório porque sentem dor. Muitas vezes, ele não discrimina dor do quê. Não discrimina que tipo de angústia, o que o faz sentir-se tão mal. Compete ao profissional entender o que é isso. E, como sabemos que a homossexualidade não é doença – trabalhando anos e anos com essa questão, você também acaba reiterando essa concepção – as pessoas sofrem muito, principalmente no caso da homossexualidade, pela dificuldade de aceitação que há no meio em que convivem.

Quando a pessoa não consegue assumir-se na sua integridade como pessoa, do jeito que é, como sente em coisas sobre as quais não tem controle, como pode ser uma pessoa feliz? Como pode ser feliz quando tem que ou disfarçar ou então assumir e ser bombardeada de todos os lados, principalmente no primeiro momento?

É outra pesquisa que saiu. Eu não lembro agora qual foi o instituto – acho que foi Datafolha –, mas que também muito me surpreendeu. A primeira violência e reação tem... A primeira, não, a maior em números estatísticos tem sido na própria família. Então, tudo isso são questões em que temos de tentar avançar e trabalhar em prol de uma sociedade mais harmoniosa.

Eu gostaria, antes de passar a palavra para os minutos finais, de dizer que ontem houve uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que concedeu a licença-maternidade, por adoção de uma criança, para um casal homoafetivo; eram dois homens. E digo que tenho um projeto nessa direção também, permitindo tanto ao homem quanto à mulher obter a licença-maternidade, independentemente da orientação sexual que tenha.

Também temos um projeto, aqui nesta Casa, de mudança do nome social, porque hoje depende do benéplácito da instituição mudar ou não. E temos também

um projeto para que a operação de transexualidade seja feita com muito menos dificuldade do que hoje. Esperamos conseguir avançar, ainda nessa sociedade a qual percebemos ser tão difícil e preconceituosa.

Eu vou passar a palavra, para dois minutos de considerações finais, a todos os membros.

Com a palavra a Deputada Federal Erica Kokay.

A SR^a ERICA KOKAY (PT – DF) – Eu gostaria de me despedir de vocês. Vou ter que sair imediatamente, pois tenho outra agenda nesse momento. Mas digo da importância de podermos fazer essa discussão, pois há um processo de reversão que é extremamente violento.

Inclusive, a Senadora dizia sobre a primeira discriminação, que via de regra vem da família quando não há uma correspondência do imaginário ou das projeções que são feitas do ponto de vista do gênero, porque se prepara o gênero ainda no útero. E isso significa uma profunda falta de espaço dentro das relações mais atávicas, profundas e permanentes, que são as relações familiares.

Lembraram do Dia da Visibilidade Lésbica. Neste ano, em Brasília, foi feita uma caminhada e uma discussão acerca da visibilidade na Lei Maria da Penha.

(Soa a campainha.)

A SR^a ERICA KOKAY (PT – DF) – E ali nós vimos, Senadora, que houve uma pesquisa que indicava que 54% ou 52% da população não sabiam que as relações homoafetivas femininas, as lésbicas, estavam protegidas – eu diria assim – pela Lei Maria da Penha. Então, é importante a visibilidade e que todos e todas possam expressar o seu afeto e a sua condição humana.

Agradecendo, mais uma vez, a oportunidade, eu me despeço de vocês.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Deputada Erica Kokay.

Passo a palavra à Sr^a Ivanilda Figueiredo, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SR^a IVANILDA FIGUEIREDO – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui nesta audiência pública.

Como foi dito pela Sr^a Patrícia Correa, realmente ainda temos uma necessidade muito grande de legislações, no País, que tratem desse tema. Mas é realmente um prazer enorme estar aqui na presença da Senadora Marta Suplicy e da Deputada Erica Kokay, que no Parlamento estão representando esses direitos e durante muito tempo, historicamente, estão nessa luta pela afirmação dos direitos humanos da população LGBT.

Então, nós nos somamos aqui, como Poder Executivo representando a Ministra Maria do Rosário, a essa luta que não é fácil. Realmente, como a Senadora colocou, há um recrudescimento. Há muitas forças

contra as quais nós temos que lutar. Nós estamos aqui para afirmar esses direitos e a necessidade de uma educação em direitos humanos inclusiva.

Eu gostaria de colocar neste momento mais uma vez o convite ao Conselho Federal da OAB e ao Conselho Federal de Serviço Social, para que participem conosco desse debate em relação aos comitês estaduais de combate à homofobia.

Como eu comuniquei a vocês, nós já estamos com um acordo em andamento com o Conselho Federal de Psicologia e gostaríamos de contar também com a presença dessas outras entidades, desses outros conselhos, para reforçarmos essa atuação nos Estados e nos Municípios, para que realmente, na localidade, nós possamos fazer a prevenção à homofobia e o combate à homofobia quando ela ocorrer.

Quanto ao que a Deputada Erica Kokay colocou em relação à Lei Maria da Penha, observa-se que na Secretaria de Direitos Humanos, quando fizemos essa pesquisa com relação ao Disque Direitos Humanos, sobre o que eu falei anteriormente, foi colocado que grande parte das homofobias ocorre dentro de casa. E a Lei Maria da Penha também serve para essas ocasiões, para as ocasiões em que, dentro de casa, as pessoas estão sofrendo violência. Então, isso é também muito importante.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Sr^a Evanilda Figueiredo.

Passo a palavra à Sr^a Raimunda Ferreira, Primeira Secretária do Conselho Federal de Serviço Social.

A SR^a RAIMUNDA FERREIRA – Primeiramente, quero agradecer imensamente, em nome do Conselho Federal de Serviço Social, a oportunidade de compartilhar algumas reflexões sobre essa temática.

Nessas iniciativas e conselhos, temos uma aproximação bastante importante e estratégica com o Conselho Federal de Psicologia nessa e em outras temáticas.

Entendemos que a decisão de um conselho de uma categoria profissional assumir publicamente algumas defesas como essas é bastante acertada. Essa é uma decisão que não passa impune pela sociedade. Essa mesma sociedade se organiza de forma hipócrita, de uma forma em que não cabem todas as expressões, de uma forma em que reina a intolerância. Portanto, é isso que nos move a combater a intolerância cotidianamente, diariamente.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a RAIMUNDA FERREIRA – Para encerrar, quero dizer que estou compondo as fileiras dos que acreditam que é possível construir um mundo onde caibam todas as expressões de afeto e de amor, todas as expressões políticas e ideológicas. Enfim, é preci-

so que este mundo se constitua de forma que caibam todas as expressões.

Por fim, quero informar que, de 4 a 6 de setembro, em Palmas, no Tocantins, realizaremos um seminário nacional que vai discutir essas e outras questões, o 1º Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos.

Portanto, é compromisso deste Conselho aprofundar e trazer para a agenda da nossa profissão esse debate, na esperança, na certeza de que é possível construir outro mundo, onde a intolerância seja banida, onde caibam expressões de todas as formas, para que, assim como diz a campanha, o amor possa falar todas as línguas.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Sr^a Raimunda Ferreira.

Com a palavra, a advogada Patrícia Corrêa Sanches, da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ).

A SR^a PATRÍCIA CORRÊA SANCHES – Primeiramente, quero ressaltar a honra de estar aqui na presença de vocês, participando deste debate, principalmente ao lado da nossa super Marta Suplicy, por tudo que ela significa para esse assunto, para toda essa temática, para toda a população LGBT.

Quero dizer também que a OAB vem se firmando como bastião da democracia, que sempre foi, também na criação de suas comissões de direito homoafetivo ou comissões de diversidade sexual pelo Brasil afora. Em quase todos os Estados da Federação, já há comissões que tratam dessa temática, o que é importante também ressaltar.

Eu também queria destacar a importância da Dr^a Maria Berenice Dias, Desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que também cunhou o termo da homoafetividade, e, através dela, todo esse movimento está sendo possível dentro da OAB e dos Tribunais.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a PATRÍCIA CORRÊA SANCHES – Eu queria ressaltar a campanha pelo Estatuto da Diversidade Sexual. Por favor, acessem o site www.estatutodiversidadessexual.com.br e participem da campanha pela apresentação do Estatuto por iniciativa popular, o que vai ser muito importante. Precisamos somente de 1,4 milhão de assinaturas. Tenho a certeza de que, rapidamente, com a ajuda de todos, vamos conseguir vencer mais essa batalha.

Mais uma vez, muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Dr^a Patrícia.

Com a palavra, o Psicólogo Pedro Paulo Bicalho.

O SR. PEDRO PAULO BICALHO – Agradeço, mais uma vez, por termos pautado essa discussão aqui, no Senado Federal.

Lembro que o que estamos debatendo aqui são as relações de poder que transformam diferenças em desigualdades. É importante lembrar que essa desigualdade não se refere apenas a um dos lados que torna os sujeitos diferentes pelo exercício do seu desejo. A homofobia não se refere apenas a homossexuais, mas se refere a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, porque, afinal de contas, sustentar aquilo que é reconhecido como papel da heterossexualidade também é algo que produz uma série de sofrimentos.

Recente pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora versa a respeito de meninos versa a respeito de meninos que se consideram heterossexuais e que não gostam de futebol. O sofrimento gerado por esses meninos que não gostam de futebol e esse gosto ou não gosto não tem nenhuma relação com a sua orientação sexual. Trata-se de uma homofobia que atinge a todos nós, que atinge aqueles que vivenciam diretamente, por seu desejo não heteronormativo, mas também atinge a todos aqueles que precisam sustentar, a cada dia, uma heterossexualidade imposta por padrões, padrões sempre referenciados a determinadas relações de poder que constroem a sociedade em que vivemos.

Lutar e enfrentar tais relações de poder me parece ser uma grande função não somente dos conselhos profissionais, em termos da legislação e daquilo que eles entendem como limites éticos do exercício profissional, mas principalmente de todos nós, brasileiros e brasileiras, que pretendemos e queremos, com a nossa luta diária, um País mais justo e mais democrático.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Psicólogo Pedro Paulo de Bicalho.

Eu quero agradecer a presença de todos os palestrantes, que tanto contribuíram para mais um aporte de conhecimento, bom senso, experiência e posição de seus conselhos frente à questão ética que hoje atinge todas as profissões.

Aproveito para comunicar a pauta de amanhã, quinta-feira, às 10 horas, da 38^a Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em que haverá um ciclo de audiências públicas. Vai ser a segunda audiência sobre o tema “Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?”. A autoria do Requerimento nº 73/11 é dos Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti. Os convidados são Daniel Tojeira Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Danilo de Melo Souza, Secretário da Educação

do Estado do Tocantins; Marcelo Medeiros, Professor da Universidade de Brasília; e Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Formação Sindical.

Agradeço a todos.

Esta audiência está encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 38^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia trinta de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Ana Rita, Ana Amélia, Cyro Miranda, Magno Malta, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, Tomás Correia, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro e Kátia Abreu. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública (Segunda) do “Ciclo de Audiências Públicas Educação e Federalismo”, atendendo ao Requerimento nº 73/2011-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti, destinado a debater o tema “Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Professor Heitor Gurgulino de Souza, Secretário Geral Emérito da Associação International de Presidentes de Universidades – I.A.U.P. e Ex-Reitor da Universidade das Nações Unidas; Senhora Nêmora Arlindo Rodrigues, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB; Senhor Professor Vamireh Chacon, Professor Emérito da Universidade de Brasília – UnB; Senhor Professor Fernando Seabra Santos, Universidade de Brasília – UnB e Senhor Professor Neantro Saavedra-Rivano, Professor Emérito da

Universidade de Tsukuba, Japão. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Daniel Tojeira Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Senhor Danilo de Melo Souza, Secretário da Educação e Cultura do Estado do Tocantins e 3º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; Senhor Marcelo Medeiros, Professor da Universidade de Brasília – UnB e Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Senhor Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento e a Senhora Senadora Ana Amélia. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e um minuto, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom dia para cada uma e para cada um.

Vamos dar início a esta reunião de audiência pública com a finalidade de discutir os assuntos relacionados a uma possível ou não, aos prós e aos contras e à forma de se fazer uma federalização da educação de base no Brasil.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 73 desta Comissão, de minha autoria e dos Srs. Senadores Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti, para a realização da segunda audiência pública do Ciclo de Audiências destinadas a debater Educação

e Federalismo – Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Jô Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Como convidados temos: o Daniel Cara, que é Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o Danilo de Melo Souza, que é 3º Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação; o Marcelo Medeiros, que está a caminho, que é Professor da Universidade de Brasília, e o Gilmar Soares, Secretário de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Quero informar que esta audiência está sendo transmitida pelo site da TV Senado, no endereço www.senado.gov.br/tv, e pelo Instituto Legislativo Brasileiro, no endereço www.senado.gov.br/sf/senado/ilb.

As perguntas podem ser enviadas aos convidados por meio do Alô Senado pelo telefone 0800-612211, ou por formulário disponível no site www.senado.gov.br/alosenado, ou pelas redes sociais na página do Alô Senado, no Facebook, ou pelo Twitter@alosenado.

A audiência tem ainda a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e do Instituto Legislativo Brasileiro.

Portanto, temos uma boa cobertura para que este assunto seja debatido em uma escala nacional.

Quero registrar as presenças de pessoas que me orgulham que estejam aqui: o Prof. Heitor Gurgulino de Souza; a Profª Nêmora Arlindo Rodrigues; o Prof. Vamireh Chacon; o Prof. Fernando Seabra; e o Prof. Neantro Saavedra-Rivano.

Só para dizer quem são: o Prof. Heitor Gurgulino é ex-Reitor da Universidade de São Carlos, ex-aluno e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e Reitor da Universidade das Nações Unidas por dois períodos, ou seja, por dez anos. O Prof. Vamireh Chacon é um notável Professor pernambucano – desculpe o pleonasmo de notável e pernambucano –, que tem como pecado ter sido o meu professor. E muito me orgulha ele estar aqui. O Prof. Fernando Seabra Santos, é ex-Reitor da Universidade de Coimbra, o que mostra que escolheu a UnB para ficar aqui um tempo, no seu período de pós-reitoria, escrevendo um livro – que tenho o prazer de fazer o prefácio – sobre a universidade e sua internacionalização. O Prof. Neantro Saavedra é um colega meu, da Universidade de Brasília, que, durante longo tempo, ficou como Professor na Universidade de Tsukuba, no Japão. A Prof. Nêmora é Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, a quem agradeço muito a presença.

Vou passar a palavra, inicialmente, ao Prof. Daniel, por 20 minutos. Mas, como queremos ouvir todos,

seria bom que ficassem nos 20 minutos. Eu não vou ficar cortando a palavra, Daniel.

Eu só quero dizer que esta reunião ocorre – e voltarei, no final, a falar sobre isso – em um semestre que, para mim, me parece muito nefasto para a educação brasileira. É um semestre de greves generalizadas por todo o País, talvez a mais longa greve das universidades federais no Brasil, e dos resultados do Ideb, que demonstraram que nós fomos reprovados no vestibular, para o futuro, porque nossas escolas públicas tiveram nota de 3,7.

Senadora Ana Amélia, é muito bom tê-la aqui.

Então, este é um semestre nefasto. Ao mesmo tempo, é um semestre de esperança pela aprovação do PNE, que pode ser, não vou dizer o documento chave para mudar a educação, mas, no mínimo – pode ser isso também –, o ponto importante para o debate de como ter uma boa educação.

E é nesse espírito que estamos aqui para perguntar se a saída dos 3,7 na nota das escolas públicas, na nota de 4,2, incluindo aí as federais, que são as melhores públicas e incluindo as particulares. Se o salto destes 4,2 para uma nota que nos permita não apenas passar sofrivelmente, mas sermos aprovados com uma boa nota para o futuro, se a saída seria a União, a República, o Estado brasileiro assumir responsabilidades sobre a educação das nossas crianças. Este é o objetivo desta audiência.

E é nesse sentido que eu, com muita satisfação, passo a palavra ao Daniel Cara.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – Bom dia a todos e todas.

Em primeiro lugar, queria agradecer e parabenizar o Senador Cristovam Buarque por haver tido a iniciativa, no Brasil, de se debater a educação na perspectiva do federalismo.

É consenso no debate educacional brasileiro, se considerarmos os principais autores que analisam as políticas públicas de educação, que o federalismo desempenha papel importante no resultado das políticas públicas educacionais, e atualmente não desempenha um papel positivo.

De fato, o Governo Federal tem uma atribuição constitucional, aliás, várias atribuições constitucionais, mas ele tem se ausentado do debate educacional. Ele poderia fazer muito mais do que aquilo que ele vem fazendo.

Eu trouxe uma apresentação em que gostaria – pode passar para o próximo quadro também – de começar fazendo uma análise sobre os modelos de federalismo, uma análise rápida sobre os modelos de federalismo; depois, embarcar no federalismo brasilei-

ro, para dizer como ele opera a questão educacional dentro desse modelo federativo.

O principal modelo de federalismo do mundo é o modelo dos Estados Unidos, em que a experiência federalista pretendeu estabelecer um governo central forte. Os Estados Unidos, quando se tornaram independentes, estabeleceram uma confederação, uma confederação frágil, muito baseada no debate institucional marcado pelas contribuições de Montesquieu, em *O Espírito das Leis*. E uma das conclusões que se tem sobre o federalismo estadunidense é que ele tentava superar o modelo confederado, que era um modelo que gerava dispersão de autoridade pública. Então, você tinha uma dispersão, tanto no sentido da segurança dos Estados Unidos, como também uma dispersão em termos da forma de executar o governo em cada uma das 13 repúblicas confederadas, dos 13 Estados confederados, você tinha diferenças muito fortes em relação à forma como se compreendiam as leis e como as leis eram operadas.

Nesse sentido, foi criado o federalismo, nos Estados Unidos. *O Federalista* – na minha opinião – é a principal obra, depois de *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, de ciência política, em termos de construção, uma obra que influencia a construção das instituições. Ele acaba sendo construído, por cerca de 80 artigos, pelo Hamilton, o Madison e o Jay, que estabelecem uma nova forma de visão da política em que o federalismo pode somar tanto aspectos de autonomia, como também um Estado central forte.

Eles tentaram construir um mecanismo institucional em que a autonomia dos Estados era preservada, mas ela não abria mão, ela não era contraditória com a constituição de um Estado central forte.

Bom, essa constituição que *O Federalista* anima é uma constituição, nos Estados Unidos, que até hoje permanece, com algumas mudanças, mas, sem dúvida alguma, é uma experiência bem-sucedida de construção intelectual e de construção institucional.

Em contrapartida, no próximo eslaide – o próximo –, eu trato do federalismo no Brasil.

Ao passo que, nos Estados Unidos, o federalismo procurou criar um governo central forte, no Brasil, o processo foi o oposto. O federalismo tentou estabelecer a autonomia dos Entes federados em resposta à demanda das províncias e das lideranças locais das províncias. Então, é um federalismo que se preocupa em responder ao anseio de autonomia de governo de elites locais.

O mote principal do federalismo brasileiro, que surge com a República Federativa do Brasil, na época os Estados Unidos do Brasil, é o repasse de poder

de autogoverno para os Estados. Então, ele tem uma pauta altamente descentralizadora.

O aspecto interessante do federalismo brasileiro é que, nos momentos ditoriais – Era Vargas e durante o regime militar – o federalismo brasileiro é um federalismo que se caracteriza pela retomada da força do governo central. Então, na Era Vargas inclusive foram estabelecidas leis que buscavam mitigar as próprias identidades locais dos Estados. Então, não poderiam ter bandeiras, não poderiam ter feriados próprios. Então, o governo central passa a ser o grande ente de gestão da República. Isso marca um aspecto interessante também, pois, se se fizer uma análise a partir da República Velha, quanto maior for o período democrático e quanto mais intenso for o período democrático maior é a necessidade por autonomia, maior é a demanda por autonomia.

No próximo eslaide, vamos perceber um aspecto que, praticamente, define o capítulo da educação e a forma como a educação vai ser vista também na Constituição Federal de 1988, que é o começo da pauta da municipalização – eu até quis grifar.

Eu trouxe os eslaides com todos os textos, porque fica como material para a Comissão de Educação. De qualquer maneira, todos desses argumentos estão dispostos em um artigo que vai ser lançado numa revista da CNTE, na semana que vem, sobre federalismo e educação. A CNTE tem uma revista chamada *Retratos da Escola*, e o Gilmar é um dos grandes líderes da construção dessa revista.

Mas o Anísio Teixeira, no Congresso Nacional de Municipalidades, em 1957, defende a municipalização da educação na compreensão de que a política da educação quanto mais próxima for do governo local maior é a possibilidade de o cidadão pressionar pela qualidade dessas políticas.

Então, para concluir essa primeira fase, o federalismo brasileiro é um federalismo dispersivo. Ele tenta emanar poder de autogoverno para os Estados e, a partir de 1957, com Anísio Teixeira, que é um dos principais educadores da história do Brasil, começa se fortalecer uma pauta de municipalização na educação, que vem em paralelo a uma pauta de municipalização dos direitos sociais como um todo.

Esse é um aspecto importante para marcar também o nosso momento atual, que é o momento de uma forte defesa da municipalização, mas que não vem acompanhada da necessidade de recursos que isso gera e também da distribuição de recursos entre União, Estados e Municípios.

Bom, passada essa primeira introdução, queria trazer para vocês algumas conclusões que a bibliografia na ciência política aponta quase como quase con-

senso em relação aos Estados federativos. Primeiro, que eles produzem níveis mais baixos de gasto social. Então, os Estados federativos, como eles dispersam recursos, eles acabam conseguindo otimizar esses recursos. Em compensação, embora os níveis de gastos são mais baixos, a abrangência e cobertura dos programas sociais também são menores. Então, você gera um nível mais baixo de gastos, mas também há menos cidadãos acessando direitos. Eles tendem a tornar mais difíceis os problemas de coordenação dos objetivos das políticas. Então, no caso da educação, é muito difícil em um Estado como o Brasil, isto se repete em outros Estados federativos, você estabelecer uma política de educação que consiga cumprir com os seus princípios e missões por todos os países, por todas as regiões dos países. E as políticas nacionais tendem a se caracterizar por um mínimo denominador comum.

Qual é o nosso exemplo mais claro na educação? É o piso nacional salarial para os profissionais do magistério. Então, é o patamar mínimo que tem que ser cumprido por todos os Estados e Municípios brasileiros.

O problema é que esse patamar mínimo, muitas vezes, fica além das possibilidades de alguns orçamentos municipais e estaduais, em que pese, não é, Gilmar, muitos Estados e Municípios não cumprem as vinculações constitucionais.

Bom, esses são os dilemas federalistas no conjunto, apontados pelo conjunto da bibliografia. E, nos próximos eslaides, analisamos o que a bibliografia também aponta como a solução para os dilemas federativos.

A primeira questão é que os Estados federativos dificilmente eles conseguem retornar a modelos de Estados unitários, porque eles atendem a anseios de elites políticas e se conformam elites políticas. E a certeza que se tem na bibliografia é que o sucesso de um federalismo... Então, quais modelos federativos que têm tido bom resultado? Por exemplo, o modelo federativo alemão, que é bem diferente do brasileiro, o modelo federativo dos Estados Unidos, embora agora também tenha um problema grave lá em relação aos municípios, mas o segredo é a capacidade de coordenação das políticas públicas, estabelecer espaços de coordenação das políticas públicas, sempre com a missão de resolver e superar as desigualdades e corrigir as simetrias interfederativas.

Então, sabemos que, nesse sentido, o Brasil ainda tem um caminho muito longo a trilhar em termos de ter um federalismo bem-sucedido. Eu acho que esse é o motivo inclusive aqui dessa audiência.

Bom, o que o Texto constitucional – pode passar – fala sobre educação e federalismo? Qual seria a solução da nossa Constituição para a resolução desse problema de coordenação federativa?

Primeiro aspecto é a cooperação federativa, que está no art. 23, parágrafo único. O segundo é o art. 211 da Constituição Federal, que é o regime de colaboração, que deixa bem claro que a União deve colaborar técnica e financeiramente com Estados e Municípios na execução da política de educação, com o objetivo de garantir um patamar mínimo de qualidade – que é aquele aspecto que eu coloquei anteriormente do mínimo denominador comum – e o art. 214, que estabelece o Sistema Nacional de Educação, articulado pelo Plano Nacional de Educação.

O Senador Cristovam Buarque tem uma preocupação de articular, além do Sistema Nacional de Educação, um sistema nacional do conhecimento, que traria, junto com o Sistema Nacional de Educação, a preocupação também de articular a política de educação com a política de ciência, tecnologia e inovação. É muito promissora essa possibilidade. Quer dizer, teríamos uma política mais consistente e mais sistêmica, porque vai da creche até a produção de conhecimento, até a pós-graduação de forma mais coordenada.

Tudo aquilo que significar coordenação das políticas é positivo em termos de federalismo. Então, eu acredito que a gente deve sempre apostar nesse aspecto de coordenação.

Bom, os próximos eslaides, eu não vou ficar muito neles, mas eles dissecam o que, de fato, está disposto na Constituição. Quero só chamar a atenção para o art. 211, que, para mim, é o artigo mais objetivo, porque ele diz claramente que a União deve ter uma função redistributiva e supletiva, e ela não vem cumprindo com esse papel, como eu vou mostrar daqui a pouco com dados.

E o próximo texto, o do art. 214, que é do Plano Nacional de Educação que, nesse momento, se encontra preso na Câmara dos Deputados, em um recurso de plenário, aguardando deliberação. Tentamos derrubar esse recurso através de um requerimento de paralisação de tramitação desse recurso. Até o dia 18 de setembro a gente tem que resolver essa situação, caso contrário é possível que o PNE fique preso na Câmara dos Deputados por um período muito extenso. E é importante vir para o Senado, porque também apostamos que o Senado, aqui está o Paulo de Sena Martins, que é Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, é autor de um dos melhores livros sobre o Fundeb, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, e o Paulo concorda comigo – acredito –, de que o Senado é a Casa para discutir, tanto as fontes de recursos para o PNE, como também a distribuição federativa desses recursos, porque é a Casa da Federação.

Vamos lá.

Quais são os problemas do federalismo brasileiro?

O federalismo brasileiro convive com três grandes desigualdades e três grandes assimetrias. A primeira é a assimetria regional – eu trouxe um gráfico para exemplificar isso – em que a participação do Sudeste, que é a linha azul, é muito mais relevante do que a soma de todas as outras Regiões do Brasil em termos de riqueza. A participação do PIB regional do Sudeste está próxima de 70% a 58%, na série histórica, do PIB brasileiro. Então, o PIB regional do Sudeste é maior do que o PIB de todas as outras Regiões somadas.

A segunda região, a Região Sul, é uma Região que não consegue bater 20% do PIB regional. A Região Nordeste é irregular; a Região que mais cresce é a Centro-Oeste; a Norte está estabilizada.

Então, temos aí uma enorme desigualdade regional, que precisa ser resolvida e que contempla uma série de assimetrias.

O dramático é que, em educação, a riqueza do Sudeste não corresponde a resultados educacionais. Então, além de tudo, tem o problema grave de gestão dessa riqueza do Sudeste.

O próximo eslaide.

O outro problema é que existe uma enorme desigualdade horizontal. Então, entre Municípios e entre Estados há uma enorme desigualdade, que também é fruto da desigualdade regional. Mas é importante ela ser observada no seu fenômeno específico.

Então, a Firjan fez uma análise, para exemplificar aqui essa desigualdade horizontal, que, dos 5.266 Municípios pesquisados, só 95 Municípios, que é a penúltima linha do ponto 2, têm boa capacidade de gestão fiscal. O que significa que eles têm arrecadação própria. Então, num conjunto de 5.266 Municípios analisados, só 95 têm capacidade de gerir um orçamento suficiente para dar conta das necessidades legais que eles têm como Ente federado de cumprir com políticas sociais e também com políticas de infraestrutura, políticas que atendam às necessidades dos cidadãos.

Então, ali, no ponto 3, só existem 95 governos locais, municipais orçamentariamente autônomos no Brasil. O dramático disso é que, como dizia o Franco Montoro nas suas pesquisas sobre o federalismo, o inferno é que o cidadão vive no Município; ele não vive no Estado, não vive na Federação. Ele vive no Município. É ali que ele estabelece a vida dele e ali que estabelecem as relações sociais e tem acesso aos seus direitos.

O outro problema que temos no Brasil é a desigualdade intrafederativa, ou seja, entre os Entes federados.

Então, a União é um Ente federado que arrecada 57% de tudo aquilo que é produzido em termos

de tributos no Brasil. São recursos disponíveis por arrecadação líquida. Este é um dado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

Todos os Estados e o Distrito Federal, unidos, correspondem a 25% daquilo que é arrecadado e está disponível para investimento. E os Municípios ficam só com 18%; e, dramaticamente, os Municípios concentram a maior parte das matrículas da educação básica e de saúde também. Inclusive a regulamentação da Emenda nº 29, da forma como foi feita, ela penaliza ainda mais o Município.

Próximo.

A participação dos Entes federados no gasto público global em educação demonstra como essa desigualdade na arrecadação ainda rebate de forma mais desigual ainda no investimento em educação.

A cada 1 real investido em educação no Brasil, em 2009, a União colocou 20 centavos contra 41 centavos dos Estados e Distrito Federal, e 39 centavos dos Municípios. O que significa que o Ente federado que mais arrecada é o que menos contribui com uma política social que, no mínimo, só na educação básica, atende a 43 milhões de brasileiros, só considerando os estudantes, consideradas as famílias, o patamar é muito superior em termos de abrangência da política de educação.

Próximo eslaide.

Trabalhando na perspectiva do que seria uma correlação perfeita entre capacidade arrecadatória e esforço para o cumprimento dos 10% do PIB, nós observaríamos que a União, em 2000, tinha uma participação ainda menor em educação; em 2009, que é a barra vermelha, ela tem uma participação maior, mas se vê que Estados e Municípios avançaram mais, mas o esforço que ela deveria fazer para cumprir com os 10% do PIB é muito maior do que o esforço de Estados e Municípios, isto sendo uma correlação perfeita. É claro que correlações perfeitas normalmente não são realidades políticas. Mas é para chamar a atenção do dado de que a União colabora com muito pouco. Praticamente os Municípios já estão com a corda no pescoço; os Estados estão muito próximos disso, e a União é quem teria possibilidade de aumentar aí a participação no investimento em Educação.

Outro tema agora, aprofundando o debate sobre a educação e também um pouco que explica os resultados do Ideb.

A distribuição de recursos na Educação, por nível e etapa, ela não é uma distribuição bem-feita. Ao contrário do que muitos analistas e articulistas têm dito, a educação superior ela não retém todos os recursos da área, ou mais recursos na área; ela retém 15%. É claro

que a cobertura é pequena. Então, o custo aluno/ano da educação superior, que é de cerca de R\$15.500 e R\$19.000 por aluno/ano é muito superior do que na educação básica. Mas ela tem cumprido com os 15% com a distribuição que acontece na maior parte dos países. Normalmente, esse é o esforço que se faz de ensino superior. Alguns países vão para 20%, outros vão para 10%, 15% é uma média. O ensino médio fica com 15%; o ensino fundamental I fica com 32%; o ensino fundamental II fica com 30% e a educação infantil com 8%.

Então, a etapa da educação que menos recebe recurso, isso é muito grave, é a educação infantil, inclusive porque é uma etapa fundamental para a garantia de experiência cognitiva e social das crianças.

Então, essa questão é resultado da implementação do Fundef. O Fundef, em termos de cobertura, foi uma política bem-sucedida, em termos de qualidade, não. Mas foi um primeiro passo e é preciso agora conseguir uma distribuição melhor dos recursos na educação básica, especialmente.

Nesse sentido também o Governo Federal, como função redistributiva e supletiva, poderia colaborar, colocando recursos de forma mais pontual através de programas ou através do Fundeb, como eu vou defender mais à frente.

Aqui é só para mostrar para vocês como se dá a evolução por cada etapa e modalidade. Vocês percebem que o ensino superior, que é o tracejado, ele praticamente mantém uma reta. Então, ele não teve nem aumento nem redução de recurso comparado ao PIB, em termos de participação. A educação infantil subiu muito pouco e o ensino fundamental continua numa linha muito acima das demais de evolução.

Na minha opinião, o que é grave é o ensino fundamental e a instabilidade do ensino médio, que é uma curva instável: ela sobe e desce, sobe e desce. Acho que isso é um ponto com que temos que nos preocupar com a educação infantil e com o ensino médio.

Os resultados do Ideb, lembrados aqui pelo Senador Cristovam Buarque, deixam muito claro esse problema.

Como que a gente deve, então, agora tentando partir para o caminho de buscar alternativas, eu considero, e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação considera que a pergunta do seminário – se o Governo Federal deve participar da educação básica –, temos certeza que sim; e tem certeza que sim, porque inclusive há um dispositivo constitucional.

Nós temos dúvidas, até porque é uma tradição que foi estabelecida ao longo da história, se é possível, de fato, federalizar a educação básica como um todo. Mas federalizar pode significar tanto à assunção do

Governo Federal de todas as matrículas da educação básica – isto achamos muito difícil, é uma tarefa política muito difícil de ser executada, praticamente impossível; praticamente, porque em política nada é impossível –, mas federalizar pode ser sinônimo também de o Governo Federal assumir a responsabilidade constitucional, e é uma responsabilidade que ele vem evitando tomar sua parte nessa responsabilidade, porque ele tem se ausentado dessa responsabilidade.

Em que sentido que achamos que o Governo Federal poderia participar de maneira mais objetiva?

Basicamente garantindo um patamar de investimento e políticas de gestão, acordadas com Estados e Municípios. Então, o Sistema Nacional de Educação não é um sistema só de distribuição de recursos. É um sistema também de determinação de normas, determinação de estratégias de trabalho, de políticas de avaliação, é nisso que acreditamos. E tratando especificamente do aspecto do recurso, porque se a gente fosse discutir aqui estratégias pedagógicas, normatizações, eu passaria ainda mais do tempo, do que eu já passei, são quase três minutos que eu já superei o meu tempo. Então, a gente trabalha com um critério aqui de investimento, que é o critério do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI), que é um estudo feito por nós, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e assumido como referência pelo Conselho Nacional de Educação. Ineditamente o Conselho assume um estudo da sociedade civil no Parecer nº 8, de 2010, da Câmara de Educação Básica.

O CAQI determina o padrão mínimo de qualidade, em termos de investimento, com base no art. 4º da LDB, inciso IX, que vai dizer que o padrão mínimo de investimento tem que ser baseado na quantidade e variedade mínima de insumo para a garantia do processo de ensino aprendizagem.

Quais são os insumos educacionais mais importantes? Relação de professor por turma. Então, trabalhamos numa relação negociada com a Undime, com o Consed, discutida com especialistas, com professores de sala de aula, com professores e diretores sindicalizados ou não, com forte participação do CNTE, que é membro do nosso comitê diretivo. Então, calculamos o patamar mínimo de qualidade a partir desses insumos, inclui também valorização dos docentes, piso, carreira, um trabalho grande de levantamento de insumos sobre bibliotecas nas escolas, laboratórios de informática, quadra poliesportiva coberta; no caso das creches, lactário, então, tem todo um trabalho de levantamento de insumos e de tomada de preço nacional. Fizemos uma tomada de preço correta.

É claro que o Custo Aluno Qualidade não contempla nenhuma estratégia de sobrevalorização dos

preços ou superfaturamento. Então vocês podem achar que os valores são baixos. É o Custo Aluno Qualidade da ética também. Temos que trabalhar com essa perspectiva.

Então, no Nordeste, para vocês terem uma ideia, nós estamos muito abaixo daquilo que deveria ser investido, especialmente na creche, em educação básica. Então, o esforço seria a União complementar aquilo que não foi conseguido cumprir pelos orçamentos municipais e estaduais.

Próximo eslaide.

Só para fazer uma resposta, eu sei que esse dado é um dado que o Senador Cristovam Buarque tem trabalhado bem e também é um dos motivadores desta audiência pública, realizamos um estudo matemático até sobre aquilo que o Senador Cristovam e outros especialistas já tinham apontado, não é? A gente pegou o desempenho do Brasil no Pisa para responder àqueles que dizem que recurso não importa em termos de qualidade da educação; não é a variável mais relevante. Então, a gente pegou o desempenho do Brasil no Pisa e dividiu o desempenho do Brasil no Pisa em três categorias: o desempenho geral, em que o Brasil ficou na 54ª posição; o desempenho das redes públicas municipais e estaduais, que o Brasil cairia com a pontuação dessas redes para a 59ª posição. O que significaria que o Brasil só ficaria à frente dos países que excluem mulheres nas políticas de educação. E quem exclui mulher obrigatoriamente vai mal. É uma correlação praticamente perfeita, não é? E o Brasil, se tivesse como desempenho a rede pública federal, ele estaria na 7ª posição. O desempenho da rede pública federal é equivalente à 7ª posição. O que significa isso? Significa que há, na rede pública federal, sistemas de vestibulinho, de seleção de alunos, isto, claro, é uma variável importante. É mais fácil trabalhar com os alunos que têm, teoricamente, melhor desempenho, mas esse desempenho também, e essa seleção é causada pela enorme qualidade da rede pública federal, que tem um custo/aluno de R\$7.200, custo/aluno médio, isto em 2009, ao passo que a rede pública municipal e estadual tem um custo/aluno de R\$2.300. Então essa desigualdade também explica. E a própria oferta de insumos é o que vai também determinar a pressão pela seleção, porque muitos alunos querem, obviamente, estudar nas melhores escolas.

Para concluir, eu já falei demais, tentando dar uma alternativa bastante pragmática ao problema federativo, como um primeiro passo rumo à federalização da educação no sentido de o Governo Federal assumir o seu papel de função, distributiva, redistributiva e supletiva da educação, nós fizemos uma análise e aprovamos, na Conferência Nacional de Educação Básica, uma

emenda no sentido de tornar o Fundeb, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, um Fundo mais robusto.

Para isso teríamos que ter uma complementação da União, que hoje está em cerca de R\$9 bilhões a R\$10 bilhões, ela teria que subir para cerca de R\$40 bilhões, quer dizer, quase 1% do PIB, e teria que ser quebrado o sistema de balizes. Por quê? Porque os Municípios – o Danilo quando era Presidente da Undime de Tocantins, e representante da Undime, ele concordava com isso e tenho certeza que dentro do Consed ele também concorda –, efetivamente, precisam de mais recursos para garantir a universalização da pré-escola e eles têm mais matrículas de anos iniciais e anos finais do ensino fundamental. Então, quebraríamos o sistema de balizes para que os Municípios pudessem receber esse recurso.

Com uma complementação equivalente a R\$40 bilhões no Fundeb, e a campanha tem uma boa trajetória no Fundeb porque nós ajudamos a construir o Fundeb – o livro do Paulo inclusive retrata, não é, Paulo, essa questão –, inclusive os Estados mais ricos da Federação receberiam recursos. O Estado da Senadora Ana Amélia, que é o Rio Grande do Sul, receberia de R\$3 bilhões a R\$4 bilhões para a garantia desse padrão mínimo de qualidade.

Então, acreditamos que, usando os mecanismos da Constituição, regulamentando e trabalhando especificamente sobre o Fundeb, conseguiríamos dar um salto de qualidade no sentido do Estado federativo brasileiro ser um Estado mais justo em termos da oferta de política de educação.

A Senadora Ana Amélia trouxe uma questão importante: não pode ser só educação. Tem outras políticas importantes, como a política de saúde. Mas, em relação à educação, o caminho está mais fácil de ser trilhado, através do Fundeb e dos mecanismos constitucionais.

Senador, peço mil desculpas por haver me estendido, mas agradeço muito a oportunidade de estar aqui com vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Daniel, quero dizer que a sua extensão no tempo valeu bastante a pena. Depois vou voltar a comentar a sua fala.

Quero agradecer ao Marcelo que está aqui conosco.

Passo a palavra ao Prof. Danilo de Melo Souza.

O SR. DANIL DE MELO SOUZA – Bom dia a todas as pessoas presentes.

Gostaria de, em nome do Consed, agradecer o convite para participar desse debate importante sobre

educação e federalismo no Brasil, expor um pouco o pensamento do Consed e parabenizar o Senado Federal, o Senador Cristovam, sempre militante, buscando discutir com profundidade os grandes problemas da educação brasileira.

Quero parabenizar o Daniel pela exposição, e dizer que, realmente, nós temos de ter essa visão federalista da educação. Portanto, obviamente, nós concordamos que os Municípios, no Brasil, precisam de um maior aporte de recursos da União e inclusive dos Estados propriamente ditos.

Nesse sentido, o Estado de Tocantins, eu diria, faz a lição de casa. Hoje é o único Estado do Brasil que, por exemplo, exercitando o regime de colaboração, apoia de maneira sistemática as redes municipais de ensino, não só em transporte escolar, aquisição de equipamentos e de veículos, mas, inclusive, no apoio à formação continuada e inicial de professores da rede municipal.

No Parfor, no Estado do Tocantins, havia uma desistência muito grande dos profissionais das redes municipais, porque eles não conseguiam se manter fazendo o curso no período de férias, o Estado hoje viabiliza uma bolsa, que é importante para esses profissionais.

O nosso entendimento, o entendimento do Governador Siqueira Campos, é de que os alunos do Município hoje serão os alunos do Estado amanhã e serão também os alunos da rede federal de ensino. Portanto, é preciso pensar educação no Brasil a partir de um pacto federativo.

Algumas considerações importantes.

Quero dizer que a educação brasileira passou por um forte momento de inclusão. Isso ainda não foi concluído, ainda temos muito o que incluir em termos de pessoas privadas de educação de qualidade.

Os grandes desafios – e aí também a nossa fala coincide com a do Daniel – realmente estão relacionados, hoje, à educação infantil e ao ensino médio. Especificamente, quanto à educação infantil, temos de pensar, e todos os estudos internacionais mostram o quanto a pré-escola decisivamente prepara as crianças para o sucesso no desempenho escolar nas séries e etapas seguintes.

Os países que melhor resolveram o problema educacional no mundo também articulam essas políticas, principalmente para as populações vulneráveis, pensando não só na escolarização das crianças, mas no seu desenvolvimento. Daí que a saúde, a educação e a assistencial social devem formar um todo, de maneira transversal, de maneira a dar o suporte necessário para aquelas populações, que estão em uma

situação de maior fragilidade, superarem os grandes problemas educacionais.

No ensino médio, isso está diretamente relacionado ao nosso problema de competitividade, e diz respeito àquilo que a educação, no Brasil, nesse momento, deixa de oferecer ao sistema produtivo, ao desenvolvimento da nossa economia, uma maior inclusão, como um todo, porque nós não conseguimos construir um ensino médio para todos. E esse ensino médio também não respira um ambiente de preparação dessa juventude para o desenvolvimento do País. Então, são questões que tem de ser efetivamente bem equacionadas.

O ensino fundamental passa por um processo bem melhor, em termos de qualidade de inclusão. Mas o nosso grande desafio é o ensino médio e a educação infantil, notadamente e principalmente a pré-escola.

Essa forte inclusão, obviamente, trouxe a diminuição de indicadores de rendimento. Estamos em um processo de recuperação, mas, efetivamente, incluir mais pessoas em situação vulnerável, quando se avalia essa inclusão, esses indicadores baixam, esse desempenho baixa.

É preciso fazer, como diz o Daniel, um acordo sobre padrões, prioridades e financiamento da educação.

O eslaide seguinte, por favor.

O Brasil é uma República Federativa, os Entes desta República são autônomos, mas são desiguais – e aqui já foi mostrado em dados –, e os recursos disponíveis são diferenciados, havendo carência em muitos.

É preciso pensar a condição especial do Norte e Nordeste. Inclusive o último resultado do Ideb mostra que são os cinco Estados mais ricos e mais populosos que fazem basicamente a qualidade da educação para cima. Os demais Estados, nas suas dificuldades e carências, realmente não conseguem atingir a média nacional.

Então, é preciso pensar que há uma relação entre pobreza e educação, analfabetismo e pobreza, baixo investimento educacional e, consequentemente, resultados que não são significativos.

Adiante, por favor.

A qualidade da educação escolar oferecida deve ser a mesma. Nós somos uma Federação, e uma federação que se preza não pode pensar os seus indivíduos como indivíduos de segunda, terceira e quarta categorias. Nós temos de pensar isso de maneira estratégica, até para poder pensar o desenvolvimento mais articulado do País, da Federação como um todo.

Isso diz respeito à ideia de harmonia da Federação, que impõe essa compensação das desigualdades. Portanto, os níveis mais amplos devem promover equidade, principalmente a União. Também os Governos

estaduais devem fazer um esforço todo especial no sentido de construir um sistema educacional público de referência.

Não é tarefa só da União, embora seja a União a maior arrecadadora e o Ente que menos investe, tem que investir em volume maior e, inclusive, ter capacidade de coordenar essas políticas de maneira estratégica e efetiva.

O posicionamento do Senador Cristovam, inclusive, é um posicionamento na perspectiva da federalização da educação básica. Essa é uma ideia interessante que vale a pena ser debatida nesse debate e em outros.

Para isso, a Constituição Federal prevê o regime de colaboração, art. 211. A função redistributiva e supletiva da União, com assistência técnica e financeira. A cooperação técnica e financeira do Estado para a educação infantil e o ensino fundamental ofertado pelos Municípios.

Há um problema que precisa ser resolvido, inclusive na perspectiva da legislação da LDB. Na opinião de muitos estudiosos, e nossa também, a educação da criança pequena deve estar sob a responsabilidade dos Municípios, porque tem maior *know-how*, a sua rede é mais adequada.

A educação das crianças maiores deve ser pensada sob a responsabilidade do Estado. E quanto à educação superior, a União deve realmente entrar com o seu esforço, mas, na perspectiva da colaboração, apoiando tanto os Municípios quanto os Estados para que eles possam, a partir das suas experiências, das suas redes, das suas infraestruturas – formação de profissionais, carreiras, etc. – atuar com maior qualidade nesses níveis de ensino.

Adiante, por favor.

Nos últimos anos, esse movimento de inclusão coloca importantes desafios. Se observarmos aqui, rapidamente, a população e as matrículas disponíveis, nós temos aí uma taxa de 85% de pessoas de 15 a 17 anos incluídas na escola pública brasileira, mas metade desses estudantes ainda está no ensino fundamental. O problema da distorção idade/série é um problema que tem de ser enfrentado com políticas de qualidade, com expansão de jornada, com educação integral, com maior qualidade, com a pré-escola chegando para todas as comunidades.

A população de 6 a 14 anos, 98% escolarizada. Mas aí nós temos, em números absolutos, 731 mil pessoas, crianças e jovens, fora da escola. Então, não é um número desprezível, e precisa ser observado. São populações do campo, são populações quilombolas, são populações indígenas e outras muito empobrecidas nos grandes centros, que estão fora da escola, e que não podemos deixar que isso se perpetue.

Adiante, por favor.

Os resultados do PISA demonstra que nós conseguimos um certo avanço. Mas esse padrão de resultados não é o desejado, conforme foi relatado aqui. É preciso fazer muito mais do que isso. Nós estamos perdendo, vamos dizer assim, a corrida do desenvolvimento e da competitividade, porque a nossa educação não acompanha. Nem mesmo os investimentos privados são suficientes. Se nós saíssemos aqui da esfera da discussão pública e fôssemos comparar o que as famílias de outros países investem com recursos privados em educação é bem superior o que as famílias de classe média alta investe. Então, temos uma tradição de pouco investimento que perpassa todas as famílias, as mais pobres, as mais ricas, e o Estado brasileiro não consegue se posicionar de maneira mais estratégica em relação a esse problema.

Adiante, por favor.

É preciso reverter essas desigualdades dos padrões de infraestrutura escolar. E aí é o que o foi colocado aqui: a rede federal de ensino evidentemente é mais bem equipada, tem melhores laboratórios, os planos de carreira dos profissionais são mais adequados, a sua remuneração também é mais adequada. Os insumos, todos eles, são melhores distribuídos e de maneira mais correta do que se faz com a rede pública, no geral, principalmente as redes municipais.

Daí, obviamente, o próprio Consed, nós reconhecemos a importância de investir, inclusive, cada vez mais nas redes municipais, especificamente na educação infantil e nas séries iniciais, para podermos superar essas desigualdades.

Da remuneração e desenvolvimento dos profissionais e educação eu já falei; organização pedagógica e curricular; gestão educacional...

O problema do currículo é um problema muito sério Senador. Temos de fazer uma reflexão profunda a respeito do currículo da educação básica no Brasil, especificamente o currículo das séries finais e o currículo do ensino médio. Eles não servem ao conjunto do povo brasileiro. Eles estão amarrados em uma armadilha perversa, relacionando-se à ideia do vestibular. Eles estão reféns, digamos assim, de uma perspectiva que foi montada há muito tempo, inclusive com amplo apoio das camadas médias do Brasil.

É preciso tornar o ensino, a educação média e a educação das séries finais uma educação que realmente desperte as crianças e os jovens para as competências e habilidades necessárias a uma economia moderna, que não é uma economia que deseja apenas pessoas letradas e alfabetizadas em termos matemáticos, mas também pessoas criativas.

É preciso pensar essa mudança curricular profundamente. É preciso reverter os padrões de financiamento da educação básica, principalmente a participação da União.

Aí, realmente, eu trago um dado mais atualizado.

Vamos a seguinte, por favor.

A União participa com apenas 14% do esforço de financiamento para a educação básica – pouco mais de R\$23 bilhões. Isso realmente é incompatível com o desafio que nós temos na educação básica.

Então, um pacto federativo passa, realmente, por uma discussão, ainda que não estejamos querendo colocar a corda no pescoço do Governo Federal, mas é necessário que se pense, inclusive de forma transitória, de forma mais efetiva, sinalizando por meio do Plano Nacional de Educação uma progressiva elevação do gasto federal na educação básica.

Se não fizermos isso não adianta todo esse conjunto de discussões e de estudos e de reflexões. É preciso colocar mais recursos.

Obviamente, há o problema da gestão, mas não é só uma questão de gestão, é uma questão também de falta de recursos. Na Região Nordeste, por exemplo, isso é muito grave, e em algumas cidades empobrecidas também das Regiões Sul e Sudeste.

Claro que existem desperdícios. Existem cidades que recebem muitos recursos advindos dos royalties do petróleo e que não conseguem fazer com que esses recursos sejam utilizados de maneira racional, para produzir qualidade e inclusão.

Mas não é por isso que nós vamos aqui dizer que não é necessário. É preciso que a União – e acho que o Governo Federal tem essa consciência, todos nós temos, se as condições hoje são adversas, mas é preciso fazer um pacto. É preciso pactuar isso, estabelecer metas e caminhos, para que possamos chegar, no prazo de uma década ou mais, resolvendo essa questão.

É necessário pensar que se nós educarmos o Brasil, observando a qualidade da educação por uma década, por uma década e meia, nós daremos o grande salto educacional, o grande salto da qualidade e o grande salto da competitividade, que todos nós reclamamos, para que este País cresça, para que o PIB possa ser uma realidade a partir da competência do nosso povo, e não só do que nós, às vezes, ficamos reféns de uma economia fortemente calcada ainda nos agregados primados. É preciso agregar valor a isso, e isso se faz com educação de qualidade, com mais investimento federal.

Nesse sentido, a ideia de federalizar, de aportar mais recursos é algo pelo qual devemos realmente lutar – todos nós.

É necessário estabelecer adiante essa agenda com eixos norteadores, determinando os custos, a oferta. O CAQI é um estudo sério, estruturado, fundamentado, que nos dá condição de saber por onde andar. É uma referência importante.

Como o Daniel colocou aqui, é um custo não corporativo, é um custo não patrimonialista, é um custo real, exequível. É possível fazer, e temos de pensar estudos semelhantes para poder fazer essa agenda. Determinar a capacidade de atendimento de cada Ente de maneira muito organizada, evitando-se a competição por recursos e matrículas, o que é muito comum em alguns Estados e Municípios.

Isso atrapalha a organização do sistema de ensino, assim como a judicialização da educação. É preciso repensar o custo do transporte escolar, para que o transporte escolar seja um mecanismo de inclusão, e não um ralo por onde grande parte dos recursos, principalmente o das prefeituras, Senador, diria eu, são até desperdiçados. São crianças que passam seis horas dentro do transporte escolar para ter pouco mais de quatro horas de aula por dia. Então, é preciso repensar essa estratégia, porque isso não favorece as comunidades do campo, isso não favorece os profissionais da educação no campo e nem gera qualidade educacional.

Então, são coisas que precisam ser vistas.

Definição de procedimentos estratégicos de cooperação e a consolidação de sistemas permanentes de acompanhamento e de avaliação. Isso para não ficarmos em um debate raso. Queremos mais recursos e, chegando esses recursos às comunidades, efetivamente, às comunidades escolares, nós temos de responder com qualidade.

E, então, a comunidade, de forma transparente, deve cobrar de cada Ente federado, de cada escola, de cada profissional da educação, de cada família a sua corresponsabilidade nesse esforço.

Finalizando, a questão não está talvez na organização federativa da educação brasileira, mas nas formas, nos meios e na repartição de recursos com que ela é implementada.

Quero agradecer a oportunidade e nos colocar à disposição e parabenizar Senado.

Essa é a discussão estratégica e importante para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Muito obrigado, Prof. Danilo.

A SR^a ANA AMÉLIA (PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (PP – RS) – Eu queria apenas fazer, Senadora municipalista que sou, lamentando profundamente não poder ficar para ouvir, espero poder voltar, porque tenho uma demanda importante sobre Fundo de Garantia, um relatório que temos de concluir com o Senador Cyro, mas eu queria apenas, Senador cumprimentá-lo, porque hoje está-se discutindo aqui o diagnóstico conhecido dos problemas que estão não só na área da educação, mas também na da saúde.

Esses números confirmam exatamente essa injusta distribuição dos recursos, a concentração na rica União, a prima rica da Federação; os primos remedados, os Estados; e os primos pobres, os Municípios.

Foram muito contundentes os dados, tanto do Daniel quanto do Secretário Danilo, a respeito desse grande dilema que nós temos. Eu sou de um Estado rico, Rio Grande do Sul, um Estado considerado politizado, desenvolvido, porém, um Estado que paga o mais baixo salário para os professores. Não cumpre a determinação legal do piso nacional dos professores. Então, é uma situação absolutamente complicada.

Tenho conversado muito, quando vou, e pelo número de alunos adolescentes – porque a responsabilidade do ensino médio é dos Estados –, há falta de vagas, porque não houve investimento pelo Estado. Então, há falta de vagas. Aonde vai esse aluno? Evasão escolar. Aí fica essa exclusão que o secretário nomeou. Nós temos, praticamente, a população do Uruguai fora da escola. Isso é uma coisa dramática para um País jovem como o nosso, um País com tantas oportunidades, com tanta capacidade, com uma inteligência natural do brasileiro, com uma habilidade criativa para desenvolver e não há economia que faça.

Todos os países – a Finlândia especialmente, dizem que hoje é o case mais notável, nós temos estudado nesta Comissão – revelam, realmente, que o investimento na educação, na criança, na educação infantil até o ensino superior e a valorização do professor. Tudo está junto: é o recurso, mas é, também, uma avaliação da gestão feita nas escolas.

O jornal *Correio Braziliense*, desta semana, fez uma instigante matéria fazendo um comparativo – eu considerei criativo – entre o aumento da renda de prefeituras onde o Ideb foi mais baixo. Chegou a uma conclusão, eu diria, vergonhosa: onde houve o maior aumento da renda do prefeito houve o menor índice de Ideb. É um dado que temos que, também, examinar. Como é que o gestor está trabalhando? Como é que seria esse recurso?

O secretário falou bem da questão do transporte escolar. Eu recebi um dado dos pais de minha secretária, que é do Ceará, sobre uma entidade em Croatá, no Ceará. Lá, as crianças tem que caminhar

mais de 5 quilômetros para pegar o ônibus escolar para ir para uma escola. A escola é que tinha que chegar à comunidade; não a criança ter que, exaurida e, às vezes, até sem o café da manhã, ou sem o almoço, ir para a escola. Muitas vezes, ela vai em busca da merenda escolar. Então, é todo um cenário, digamos, desafiador para nós aqui no Senado.

Nosso mestre em educação, Senador Cristovam Buarque, eu queria também renovar o cumprimento por ter aberto esta discussão sobre o federalismo. Eu, também, penso que essa questão levantada pelo Senador Cristovam da federalização do ensino fundamental, precisamos discutir, realmente, isso com profundidade porque, talvez, esse seja o caminho, ou o começo da solução. Talvez a União, sensibilizada, com receio de que ela tenha que aportar mais recursos, acabe tomando iniciativas próprias, espontâneas, que venham atender essa demanda crucial da educação em nosso País.

Então, eu queria cumprimentá-los e, se puder, voltarei aqui, Senador Cristovam, depois da demanda na questão do fundo de garantia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senadora Ana Amélia, como sempre, suas colocações são muito pertinentes, e eu agradeço que tenha pedido a palavra porque vai ter que sair, como, aliás, esta Casa exige. Mas como a senhora vai sair, eu queria fazer um comentário. Primeiro, fico muito contente de ver uma municipalista sensível à federalização, e, segundo, que não se chocam. Eu quero que os Municípios tenham mais dinheiro livre para as coisas que ele deve fazer.

Agora, eu quero que as crianças fiquem livres da falta de dinheiro dos Municípios para a sua educação, e que o Brasil fique livre da falta de conhecimento. Então, nós estamos libertando três coisas. Isso significa prestígio na base, fortalecimento da base. E a ideia, inclusive, é de federalizar a carreira do professor e dos funcionários, federalizar os padrões, a qualidade da escola, mas descentralizar a gestão e a liberdade pedagógica. Sou contra Brasília decidir como vai ser o método de alfabetização de crianças, ou qual é o conteúdo do curso de História, salvo uma base. Então, creio que a gente pode se juntar muito bem, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já estou nessa, Senador Cristovam. Por favor, conte comigo. Essa palavra...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos fazer uma...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa palavra tem assustado muito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Estou de acordo. A palavra não é boa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente, mas é uma forma de chocar para provocar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É verdade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que é preciso dar esse tom.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É. Há um pouco dessa estratégia de chocar, mas há, também, um pouco de incompetência de criar uma palavra melhor, porque as outras, como nacionalizar... Eu já cheguei a pensar até em “brasileirizar” a educação. Mas terminamos deixando federalizar por falta de outra e porque choca. Isso é positivo, esse choque, que faz a gente despertar para o assunto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque essa questão da municipalização foi muito bem destacada pelo Daniel quando ele falou que os controles sociais no Município são muito maiores. O prefeito é, digamos, visado, e também porque ele precisa prestar contas. Às vezes, quando o IBGE altera o número dos alunos, ele já afeta a receita que vai receber dos programas como o Fundeb, por exemplo. Então, é muito importante essa municipalização, porque o cuidado é direto, é impacto direto. E, agora, como nós estamos em uma campanha municipal, também temos o momento oportuno de alertar a sociedade para aqueles líderes políticos que tenham um compromisso com a questão da educação e da saúde, especialmente.

Parabéns, Senador Cristovam, por essa iniciativa brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu aproveito para passar a palavra ao Sr. Gilmar Soares Ferreira, que, aqui, fala em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA – Muito bom dia a cada um e cada uma presente neste espaço. Quero cumprimentar o Senador Cristovam pela iniciativa valorosa do ponto de vista do debate da questão educacional no País. Quero cumprimentar os companheiros de Mesa, Danilo, Daniel, Marcelo. Quero cumprimentar os pesquisadores, professores, os companheiros de profissão. Quero cumprimentar João Monlevade, um ilustre colaborador, hoje consultor do Senado; foi um dos que contribui grandemente para a questão da luta pela qualidade na aprendizagem no País.

Antes mesmo de iniciar, quero fazer um convite para o lançamento da nossa revista *Retratos da escola*, cujo número que será lançado no dia 4, vai tratar especificamente da questão do federalismo. O lançamento está marcado para as 18h30, no auditório da

CNTE. Quem puder participar, nós vamos estar lá e, com certeza, será um momento importante de tomarmos conhecimento de uma vasta produção. O próprio Daniel já apresentou hoje um resumo do seu artigo, que está contido na revista.

Também quero convidar para a marcha nacional. Nossa luta pelos 10% do PIB, nossa luta pelo piso nacional ganham um momento de intensificação, no dia 5, quando estaremos fazendo uma marcha, em Brasília, com uma vigília do dia 5 para o dia 6, trazendo essa questão, na semana da Independência, de que um País soberano e autônomo precisa garantir à maioria da população o ensino de qualidade. Essa é a luta, e todos estão convidados para participar da nossa marcha nacional.

Sobre a questão do tema, já percebi que alguns consensos, do ponto de vista de discutir federalismo, se vai ser federalização, já há aqui um consenso de que o tema é amplo e deveras complicado. Quero ver se contribuo um pouco mais para entender esse grau de complexidade, que é tratar de uma condição de federalização da educação básica em um país com um contexto histórico, político e socioeconômico desafiador.

Espero contribuir um pouco do ponto de vista de falar em nome da Confederação nesses termos.

Quero começar com uma constatação histórica para elucidar as dificuldades de se pensar o federalismo na educação básica no Brasil. Desde a descoberta do Brasil – e aqui solicitei ajuda de João Monlevade com a sua tese –, temos sérios problemas com relação à questão estrutural do Estado no atendimento das necessidades da maioria da população.

A questão é que, em termos de Brasil, o Estado sempre esteve limitado a interesses de grupos que sempre buscaram uma condição política de domínio político para ter domínio econômico. É nesse prisma que se forma, em nível de País, uma elite nacional que pensa seus interesses umbilicais, mas não tem a opção por questões que afetam a maioria da população, como a questão da saúde pública e a questão de uma escola pública de qualidade socialmente referenciada.

No caso da educação, por primeiro, nós falamos de um País que é inaugurado na negação do direito à escola. Cinquenta anos para que pudéssemos ter a primeira escola primária. Seguiu-se a condição de um Estado que postergou sua responsabilidade para com o ensino, delegando-o aos jesuítas. Depois de 200 anos, a reforma de Pombal como a primeira experiência de Estado na educação, eivada de arranjos econômicos e políticos locais, sem assegurar o financiamento devido.

Derivou-se daí uma história de políticas de governo e sucessivas reformas que, com o aumento do atendimento da demanda, seguiu um percurso de maior

fragilização do processo escolar, sem as devidas condições na escola básica, na linguagem de hoje, seja nas condições de infraestrutura e de materiais pedagógicos, seja de profissionais efetivos, bem formados e bem pagos salarialmente.

São 5 séculos que, ou não se investe na educação básica ou se investe pouco, como aqui largamente já foi frisado. E o pior, quanto ao pouco que se investe, facilmente se constatam desvios de finalidade, que acompanham uma certa flexibilização legislacional, tornando difícil a sua fiscalização. Portanto, o que a Senadora aqui falou tem limitações do ponto de vista do Município, da fiscalização, em que pese toda uma legislação estabelecendo os conselhos de fiscalização do Fundeb. Mas a eficácia deles, hoje, é questionável.

Há que se ter claro: tal condição de baixo investimento em escola básica pública não é acaso, mas é fruto de uma intensa disputa de classe, num País pensado para ser exportador de matérias primas, hoje *commodities*, que favorecem algumas famílias agroexportadoras e também industriais, mas que deixam um passivo ambiental, outro trabalhista, outro social e, por consequência, político. Neste País, não haverá muito espaço para que os filhos e filhas da classe trabalhadora possam frequentar escola pública de qualidade socialmente referenciada.

Pelo modelo de desenvolvimento que temos, a elite industrial e do agronegócio, que até participam da cena de representar a necessidade de se investir em educação, na prática, age no sentido de fazer valer mesmo só os seus propósitos de acumular mais. Então, educação e escola pública de qualidade é jargão para época de eleição, para ganhar votos. O problema é o mandato de quem é eleito depois. Financiado pelo dinheiro privado, a sua postura e a sua prática não corresponderão aos princípios e às ideias que ele pregou durante a sua campanha.

Olhemos a história das reformas educacionais e tentemos responder por que elas não prosperam. A resposta poderá ser encontrada nos fundamentos da nossa existência enquanto projeto inicial de Nação, uma Nação construída sempre com ditames de cima para baixo e não respeitando as reais necessidades da população. Portanto, reformas feitas “para” e não “com” o povo.

Essa é uma condição de negação, inclusive, do protagonismo do sujeito, de todo cidadão e cidadã, que, já na educação, precisa ter respeitada a sua condição, seja ela qual for. Portanto, nas nossas escolas, hoje, talvez, o maior componente de violência é não termos as condições para dialogar com os alunos, para, a partir da realidade dos alunos, garantir aquilo

que o Prof. Danilo coloca aqui, que é a discussão da questão curricular.

Por isso mesmo, nosso sistema de comunicação é um aliado fundamental da educação para explicar os interesses dessas elites dominantes, que, no discurso, aceitam que é preciso mais investimento e transformação da educação, mas, na prática, não agem assim. Podemos analisar essas elites, porque muitas delas possuem os maiores meios de comunicação. Olhemos, então, para essa realidade. O que constatamos? Que os meios de comunicação, que deveriam dar um suporte para as escolas, do ponto de vista do tratamento das questões fundamentais, colocam uma programação que, durante o dia, possibilita a entrada, nos lares deste País, do lixo estadunidense, norte-americano, estadunidense; e os programas que são educativos são passados dez, onze horas da noite ou na madrugada e na manhã de sábado e de domingo, quando, com certeza, alunos extenuados pelos processos escolares, profissionais extenuados pelos processos escolares terão muito pouca condição de estar diante de uma televisão para assistir a esses programas.

Esse é o tipo de pensamento de um País que formou uma elite que não pensa para a população; pensa para si. E que ela domina os meios que o Estado poderia se utilizar para socializar um projeto que transformaria, de fato, a vida da maioria da população, e não consegue fazer isso porque esse Estado não está a serviço da maioria da população. Então, é nesse sentido que a escola pública, hoje, carece de ser enfrentada, de fato, com a participação da União.

Garantir a escola de tempo integral. Garantir a escola de tempo integral é uma condição que não vai acontecer com programas em que o aluno venha no contraturno, e que, muitas vezes, as contratações para os programas atuais do Governo para ampliar o tempo do aluno na escola são em contratações precárias de profissionais da educação. Não se vai garantir escola pública de qualidade pensando escola de tempo integral para o aluno nessas condições.

Ensino profissionalizante. Quando existe nas escolas de educação básica neste País, carece de toda a sorte de infraestrutura e de pessoal. Lamentavelmente, ainda temos, neste País, a condição de que a escola tem que estar a serviço do mercado e não a serviço da formação para a cidadania, não negando a condição de formar profissionais. Mas, lamentavelmente, ainda é essa mentalidade que coabita neste País.

Olhemos as mudanças legispcionais neste País; todas sempre pautadas pela ausência do ente federal na educação ou, quando estabelece a participação, estão sempre na condição “deverão”, “poderão”, numa condição que, na prática, não garante, de fato, a efetiva

cooperação ou colaboração no desenvolvimento dos processos educacionais. Esse é um limite da legislação constitucional brasileira.

Há, sim, um pacto de tolerância. Falou-se muito em pacto aqui hoje, do ponto de vista do federalismo, que já existe e careceria de um pacto para que, de fato, nós pudéssemos estabelecer a verdadeira proporcionalidade de investimento, de acordo com a arrecadação. Mas o que observamos é que, de fato, há um pacto de tolerância ao se pensar a educação escolar para as maiorias. O pacto é de que se toleram programas de Governo em educação, mas não se toleram políticas de Estado em educação.

Como bem observou Dermeval Saviani, ao apontar em um de seus textos, por ocasião da Conae: “Países desenvolvidos superaram o analfabetismo, e o caminho não foi outro senão o da instalação de um sistema nacional de ensino, único caminho a partir do qual foi eliminado esse analfabetismo.”

E esse sistema nacional estabeleceu a sua atuação, a atuação do Ente nacional no investimento, principalmente no investimento da educação básica. Portanto, levando em conta a ausência do País, da Nação, do ponto de vista do investimento, que já foi apresentado aqui hoje, na educação básica, qual então vai ser o nosso retrato na educação? Qual vai ser o nosso resultado de Ideb, de Pisa?

Se bem que, para mim, para nós, na nossa leitura na CNTE, nem um nem o outro responde à realidade, à avaliação da realidade da educação brasileira. Mas qual é a nossa realidade legisacional, da Constituição de 1988, que este Congresso estabeleceu em termos de regime de colaboração? O que que foi regulamentado? O que a LDB fala de sistema?

Na LDB, nós temos uma condição de respeito aos sistemas, inclusive facultando que os Municípios podem optar, para formar um sistema único junto com o Estado. Que condição este Congresso tem buscado refletir para regulamentar essa condição? Porque aí, sim, estaria uma condição de federalização da educação básica. Passaria por a União favorecer onde Estado e Municípios, conjuntamente, poderiam atender a demanda, para evitar inclusive essas concorrências que nós temos hoje; por exemplo, lá em Mato Grosso, meu Estado, nós temos, na mesma quadra, duas escolas, atendendo a mesma demanda do ensino fundamental, disputando alunos.

São questões que nós temos que colocar aqui, porque este Congresso, passados quantos anos depois de 1988? Quanto tempo vamos levar ainda para que regulamentemos o regime de cooperação, o art. 23 da Constituição Federal? Como querer educação

e escola pública básica de qualidade, se a base está desprovida das condições mínimas para garantí-la?

E aí o Senador Cristovam, em seu artigo publicado em *O Globo*, dia 25, como bem nos falou também Demerval Saviani, por ocasião da Conae, mudar a realidade da educação básica passa por maiores investimentos na educação básica; portanto, maior presença da União nos investimentos da educação básica, não há que ser diferente, não pode ser diferente. Ou nós temos esse caminho ou nós vamos aprofundar – e eu vou falar aqui numa linguagem... – tragédias que nós estamos vivendo, em que o exemplo maior é Realengo, o exemplo maior é Realengo.

Mas eu quero lembrar aqui que, em vários Municípios, aumentam as tragédias de alunos que eliminam, através de uma arma, a vida de outros alunos, como aconteceu em Cuiabá, Mato Grosso, dentro de uma escola de educação de jovens e adultos. Então, esse é um desafio fundamental que, no ponto de vista deste debate, nós entendemos que, mesmo com a fragilidade da lei constitucional, o que nós temos hoje, do ponto de vista da existência dos sistemas, numa condição que a Conae trabalhou, da articulação desses sistemas, é possível – e também da questão do financiamento – resolver o problema educacional do País. Então, não é tolerável que o ente que mais arrecada seja o que menos investe educação.

Não é prudente que o ente que menos arrecada do bolo tributário nacional seja responsável pela educação infantil e fundamental, que exige grandes investimentos. A CNTE chama aqui atenção para a perversa política de municipalização das matrículas, na rede municipal do ensino fundamental, neste período de Fundef, Fundeb.

Eu vou aqui pegar só um exemplo de um Município de Mato Grosso, Sinop. No ensino fundamental, a rede estadual tem 1.500 alunos no ensino fundamental – anos iniciais, anos iniciais. A rede estadual tem 1.500 alunos, o Município de Sinop tem algo de 13 mil alunos.

Há uma inversão de atendimento hoje, no ensino fundamental, os Municípios estão atendendo os alunos dos anos iniciais, e o Estado atendendo os alunos dos anos finais do ensino fundamental. Detalhe: os alunos dos anos iniciais têm o percentual menor no Fundeb. Os alunos dos anos finais têm um percentual maior de captação de recurso do Fundeb.

Ora, o que acontece? Quando um Município assume os alunos dos anos iniciais do Fundeb, do ensino fundamental, ele assume o aluno e só recebe do Fundeb uma parte dos recursos que teriam que acompanhar o aluno, porque o Estado, quando coloca de alguns impostos o percentual de 20% lá na cesta do Fundeb,

ele fica com cinco. Ao passar, ele teria que aplicar os 25, mas na cesta do Fundeb, só vão 20.

Quando o Estado repassa esse aluno para o Município, ele só passa 20% de alguns impostos e fica com 5% desses impostos. Então, é lucro para o Estado hoje repassar aluno dos anos iniciais para a rede municipal. E aí o Estado ainda se livra de transportar aluno, de alimentar o aluno, de construir, de reformar, de formar professores, de fazer concurso – essa é a grande contradição que nós temos num procedimento originado com o Fundef-Fundeb.

Já vi que o meu tempo está esgotado, vou tentar concluir.

Então, a CNTE chama atenção para essa condição, porque ela é fundamental. Resolver esse problema é você garantir com que o Município, de fato, possa ter condição de oferecer escola de melhor qualidade. Outro problema é da matrícula da educação infantil: a corrida aos alunos do ensino fundamental tem feito com que os administradores não atendam à demanda da educação infantil. E aqui um detalhe importante que entra, numa outra condição, que para se falar em federalismo, federalização, tinha que se falar em uma coisa que ninguém fala, reforma tributária.

Reforma tributária é fundamental. Só em Mato Grosso, entre 2004 e 2010, R\$400 milhões só de um imposto, o imposto do dinheiro detido na fonte, foi desviado da educação. Nós não estamos falando aqui da isenção e da renúncia fiscal, do que significa num Estado produtor do agronegócio você isentar 100% da produção de soja, da produção de algodão, de girassol e adjacências. O que significa isso? Significam 25% em 15 anos.

Um professor da universidade federal fluminense fez um estudo de que a isenção fiscal em Mato Grosso estaria da ordem de R\$1 bilhão. Quanto que é 25% de R\$1 bilhão? Isso há 15 anos. O PIB de Mato Grosso aumentou significativamente nesse tempo, eu falo de Mato Grosso, porque sou de lá, só para dizer para vocês o que significa uma reforma tributária do ponto de vista de garantir mais recursos para a educação.

Então, o atual texto da Constituição Federal, que determina as prioridades no atendimento aliado à política de fundos, nós temos entendimento de que ela é significativa, induz os Municípios a ampliar matrículas no ensino fundamental, repassando parcela de seus recursos para o Estado, quando a regra deveria ser o contrário. Há questões do Fundeb que necessitam ser revistas, para que possamos avançar na questão do pagamento do piso, como, por exemplo, garantir aos Municípios que comprovarem não ter condições de pagar o piso, receber recurso da União, independentemente se o Estado recebe ou não complementação

da União, porque hoje há uma trava de que o Estado que não recebe recurso da União, mesmo que o Município comprove que ele não tem condição de pagar o piso, não pode pedir ajuda aqui da União; essa é uma questão que tem que ser pensada aqui. A saída passa pela regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, passa pelo incentivo aos Estados e Municípios, para que possam buscar constituir o sistema único, como previsto na LDB, esse é um caminho que nós defendemos.

Desafios, quero falar agora, já encerrando, de desafios permanentes ao Sistema Nacional de Educação que articule o atendimento da demanda entre os entes, de acordo com a sua capacidade para a garantia da aprendizagem em nossas escolas públicas, para além do debate de uma federalização da educação básica. Ou seja, se é a União aquele que vai garantir a educação básica, primeiro ponto é o financiamento, como já falei, quem mais arrecada mais tem que investir em educação. E aí a reforma tributária tem que garantir que a educação tenha de fato respeitada a sua condição de arrecadação.

Por isso, lamentável a política que o Fernando Henrique Cardoso criou aqui de criação de contribuição, e não de impostos, que, lamentavelmente, o Governo atual não supera, CID e assim por diante.

Segunda coisa, aperfeiçoar as formas de colaboração entre os sistemas – e aí a necessidade de o Congresso regulamentar o art. 23 da Constituição Federal.

Outra coisa, definir melhor a prioridade de cada ente no atendimento da demanda. Essa coisa que está na Constituição de que cabe ao Município atender educação infantil e o ensino fundamental é perversa, porque isso abre um precedente para o Estado dizer: atender ensino fundamental é obrigação do Município. Então, essa é uma condição também sobre a qual o Congresso deveria abrir espaço para debater essa questão.

Outra questão, a fiscalização da aplicação dos recursos da educação, a regulamentação da lei do Fundeb, em que pese tocar no assunto, mas ela não garante centralidade do acompanhamento do conselho do Fundeb. Por exemplo, as contas das Prefeituras dos Estados nos tribunais de contas são aprovadas sem os pareceres dos conselhos do Fundeb. Busquem, vão buscar qual é de fato a participação do conselho. Não é respeitado.

Então, como os tribunais de contas aprovam conta da educação sem ouvir o conselho? Aliás, há uma pergunta que nós temos que fazer: e o Conselho Nacional? Aqui há dois integrantes do Conselho Nacional, que este ano não se reuniu ainda.

E aí chegou até mim uma notícia de que vai haver diferença de custo-aluno nos próximos meses, vai diminuir provavelmente, o impacto é imediato, mas, nos anos anteriores, em que houve a arrecadação, garantiu um valor maior por aluno, foi repassado só no outro ano. São questões que nós temos que resolver, porque todas essas impactam, do ponto de vista do atendimento, da demanda.

Valorização profissional. Estão ali os companheiros que querem uma carreira federal para os profissionais de educação, com a camiseta, e é importante a luta. Mas nós temos limites nessa luta, companheiros, temos limites e entendemos o seguinte: hoje não precisaríamos estar sonhando com uma carreira nacional, e quero dizer assim, que nós, na CNTE, não temos uma posição clara sobre isso, mesmo porque, pelo contexto histórico que eu coloquei aqui para vocês, as limitações de uma disputa do Estado, de um Estado Nacional, que está a serviço de grupos, de elites, não está a serviço da maioria, porque, se estivesse a serviço da maioria, já teria colocado neste País diretrizes nacionais de carreira.

Ora, o que acontece em termos de carreira neste País? Vou pegar o exemplo de Pernambuco. Sabe qual é a diferença do professor de nível médio para o professor com habilitação em licenciatura plena? É de 5%, já foi de 0,97. Ora, que professor vai ter motivação para continuar buscando a sua qualificação profissional, sendo que ele sabe que a mudança da carreira do nível médio para superior vai ser de 5%; ou para especialização, de 10%, 15%; ou para mestrado de 20%, 25%? Responda-me. São condições fundamentais. Portanto, nós temos diretrizes nacionais de carreira no Conselho Nacional de Educação, mas não temos em legislação federal; essa é uma questão.

Outro ponto na valorização profissional, a jornada compatível com a do aluno. Lamentavelmente, o viés de discussão da jornada do professor hoje aqui é para aumentar o tempo do professor em sala de aula, com graves consequências para a saúde do educador e para a aprendizagem do aluno. Porque um professor que trabalha mais do que 20 horas, na relação direta com o aluno, atrai sobre si toda a sorte de doença – muitos em depressão, muitos buscando a morte. E, sem condição, porque um professor que trabalha mais do que 20 horas o período, na relação direta com o aluno, que tempo ele vai ter de pesquisar, de planejar, de reunir com os pares, de reunir com pais e mães?

Então, discutir federalismo passa por essas questões aqui também. E aí qual é o instituto que nós temos na Constituição Federal? Acúmulo de cargo, acúmulo de cargo. A grande maioria, 50% ou mais da nossa categoria de professores trabalham duas jornadas para

ganhar o que deveriam ganhar por uma. São questões sobre as quais esse Congresso tem que se debruçar, porque, no instituto da dupla jornada, respondeu a quem na história? Responde hoje a uma condição de escola de qualidade?

E, para encerrar, dizer rapidamente que nós não vamos ter também condição de um federalismo que seja ele respeitador das condições regionais, se garantirmos, de fato, o pacto federativo, a questão da gestão democrática nos sistemas, a questão de um plano nacional de educação que leve em conta um sistema nacional articulado e a questão de leis nacionais estruturantes, com o exemplo da questão de diretrizes de carreira e, principalmente, o patamar de investimento de 10% do PIB na educação.

Espero que tenha contribuído aqui, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Fique certo de que contribuiu muito não só pelo conteúdo, mas também pela vibração que passou para todos nós. Eu, no final, vou fazer alguns comentários.

E agora eu passo a palavra ao Prof. Marcelo Medeiros.

O SR. MARCELO MEDEIROS – Muito bom dia a todos e a todas aqui! Eu gostaria de começar, cumprimentando o Senado Federal, o Senador Cristovam Buarque, e agradecendo os meus colegas pelas apresentações, elas foram todas muito instrutivas, aprendi bastante aqui; na verdade, espero corresponder à altura do que foi feito aqui.

Tenho alguns argumentos que são relativamente simples, mas, antes de começar a apresentar o que eu tenho a dizer especificamente, eu queria dizer o que foi feito e, para isso, quero publicamente agradecer a participação de uma equipe do Ipea que me ajudou a fazer uma série de coisas, para preparar esta minha apresentação. O que nós fizemos lá? Nós fizemos duas coisas: primeiro, fizemos uma série de simulações, uma série de estimativas, baseadas em dados do IBGE, sobre o que aconteceria se a gente tivesse um nivelamento por cima da educação brasileira. Ou seja, se fizéssemos, mais ou menos, vou explicar em mais detalhe mais adiante, mas, mais ou menos, se a gente nivelasse a educação brasileira, a qualidade da educação brasileira ao padrão de São Paulo.

E a segunda é que... – isso obviamente são simulações, elas sempre são falhas, ninguém é ingênuo em relação à precisão dessas coisas. Então, para complementar, nós levantamos diria que talvez seja arrogante dizer toda, então, quase toda a literatura brasileira sobre desigualdade educacional, para tentar encontrar resposta para algumas perguntas que eu vou colocar aqui e, fundamentalmente, minha apresentação se refere a essas duas coisas, a esse conjunto de simulações

com os exercícios de natureza estatística e a esse levantamento dessas pesquisas anteriores, algumas de qualidade muito boa, outras questionáveis, etc.

Quando você falou da questão dos custos, os custos de qualidade questionável, não ruim, mas, enfim... Basicamente, o que eu vou apresentar é, discutindo o resultado dessas coisas, para tentar não falar da federalização como um todo, mas de um tópico particular da discussão da federalização que é um tópico de extrema importância, que é a redução das desigualdades regionais. Fundamentalmente, minha apresentação é muito menos sobre as especificidades de um regime de federalização da educação, nacionalização ou, de fato, a palavra sempre difícil de definir exatamente, é muito mais sobre o que devemos esperar de um processo de federalização em termos do que devemos esperar de um aumento do nivelamento da qualidade da educação brasileira.

Temos várias justificativas evidentemente para federalizar ou para fazer com que o Governo Federal assuma as responsabilidades em relação ao ensino básico – acho que foi muito bem apresentado, desnecessário eu mencionar qualquer argumento adicional neste sentido. Mas, indiscutivelmente, uma das razões para isso ser feito é reduzir a palavra talvez mais precisa seja o fosso que existe entre regiões diferentes do Brasil, e a pergunta central é ótimo. Suponhamos que, de fato, consigamos fazer com que o Governo Federal, dentro da União, assuma esse papel mais pesado, vamos assumir que, de fato, consigamos elevar muito a qualidade da educação brasileira. O que devemos esperar disso?

E, para sintetizar o argumento, antes de eu começar a entrar nos detalhes maiores é que o meu argumento é de que não devemos, embora isso seja muito importante, nós não devemos esperar mudanças radicais na distribuição de educação brasileira, embora possamos elevar bastante a educação. Eu concluo inferências a partir disso, não devemos esperar que, mesmo nivelando toda a educação brasileira ao padrão de São Paulo, a nossa posição no Pisa suba muito mais do que ela já está. E vou tentar demonstrar isso, porque meu argumento será de que não precisamos apenas nivelar em termos de São Paulo.

Na verdade, precisamos subir muito mais do que isso, ultrapassar São Paulo em um nível muito superior. Eu tenho muito pouca dúvida de que reduzir desigualdades regionais é um tema crucial para a federalização, então eu assumo isso como um ponto dado.

Meu argumento é, mais uma vez, bastante direto, bastante simples. Um nivelamento da qualidade por cima é necessário, mas esse nivelamento vai ser

insuficiente para reduzir as desigualdades regionais no Brasil. Talvez eu devesse esclarecer por quê.

Praticamente toda a pesquisa brasileira sobre desigualdade regional entre pessoas, em termos educacionais, chega à conclusão de que o principal determinante do nível educacional das crianças é a sua origem socioeconômica. O que está por trás disso? Está por trás disso o grau de educação da sua família. Basicamente, muito mais importante do que renda, por exemplo, é o nível educacional dos pais das crianças. É o principal determinante e determina, pelo menos, metade dos efeitos que temos em educação. Dependendo do estudo, um pouco mais; dependendo do estudo, um pouco menos.

Como regra geral, apenas para conduzir o argumento, metade da educação brasileira não é determinada pela qualidade das escolas, mas pela característica das famílias com que essas crianças vivem. E não é difícil imaginar por quê. Metade do tempo que as crianças passam de um dia útil, por exemplo, é com as suas famílias. A escola, no máximo, fornece quatro ou cinco horas de instrução por dia, sem mencionar que, nos fins de semana, as crianças são educadas em casa. Sem mencionar, também, que, embora o nosso debate sobre educação geralmente confunda educação com escola, essa é uma confusão inadequada, é incorreta. Na verdade, uma parte maior da educação das crianças talvez aconteça fora da escola, especialmente em termos que não são, propriamente, os conteúdos curriculares. É uma parte imensa da educação das crianças, no que diz respeito a algo que será muito importante para prosseguir no sistema educacional, como, por exemplo, valores, disciplina, enfim, um desenho de um plano educacional individual. As crianças também desenham para si planos educacionais. Tudo isso acontece muito mais nas famílias do que na escola.

Portanto, não se pode obviamente confundir – e sequer os pesquisadores fazem isso, justiça seja feita – educação com escola, sem querer diminuir, evidentemente, a importância que a escola tem nesse processo todo. Independente da desigualdade na qualidade das escolas, o ponto central é que existem desigualdades educacionais nas famílias, que já estão consolidadas. É praticamente revertê-las. É impossível educar a massa – praticamente, como disse o nosso colega, nada no mundo é virtualmente impossível. Mas seria incrivelmente difícil educar a massa de população que já é pouco educada no Brasil que são pais e mães. É basicamente impossível reverter isso, pelo menos num prazo razoável de tempo. Talvez consigamos, e eu acho que eu sou bastante otimista nisto, reverter o problema que a gente tem na qualidade do ensino atual, mas é

praticamente impossível reverter o que aconteceu no passado, por razões eu acho que bastante evidentes para todo mundo aqui dentro. Bom, por que isso é praticamente impossível? Por que é praticamente impossível reverter a baixa educação dos pais e das mães? E por que a educação dos pais e das mães tem um peso muito grande no desempenho educacional das crianças, inclusive no desempenho do que consideraríamos conteúdo pedagógico – desempenho, por exemplo, em exames de matemática e de português? O fato é que existe uma inércia que nos amarra, uma inércia que impede que nossas mudanças atuais nos sistema educacional tenham grandes impactos em curto prazo. Essa inércia é uma amarra, uma âncora muito grande, que impede que a gente consiga dar um salto em relação à nossa situação atual, mesmo que a gente tenha uma reforma educacional, na verdade uma revolução educacional. Suponhamos que, amanhã de manhã, acordemos e tenhamos um sistema educacional de excepcional qualidade no Brasil. Ainda assim, seguindo o resultado das pesquisas que temos, ainda vamos demorar muito tempo para isso. Por que é que eu estou insistindo muito nesse ponto? Eu estou insistindo nesse ponto não para ser desesperançoso, ao contrário. Eu estou insistindo nesse ponto porque o recado que eu tenho, o argumento que eu defendo aqui é que educação é um investimento de longo prazo de maturação. Porque é um investimento de longo prazo de maturação e porque é muito amarrado ao passado, ele é mais urgente do que vários outros tipos de investimento.

Eu me lembro muito da década de 80, década perdida, etc. Foi razoavelmente rápido você promover a retomada do crescimento da economia brasileira em sete anos. De 90 para 97, a economia brasileira já estava dando sinais acelerados de crescimento. Em dez anos, a economia já tinha revertido completamente isso. Em educação, isso não acontece. E, justamente porque isso não acontece, é mais urgente do que outras coisas, como, por exemplo, mexer na infraestrutura da economia e esse tipo de coisa.

O problema que temos... Eu não quero ser alarmista – porque no meu papel de pesquisador isso nem caberia –, mas existe algum alarmismo nesse sentido e ele existe por várias razões. Uma delas é que a sensação que, às vezes, eu tenho, quando eu converso sobre educação com as pessoas, é que estamos numa corrida educacional, e ninguém percebeu isso ainda. Enquanto nos mexemos de maneira relativamente lenta, em termos educacionais, há países que estão disparando na nossa frente. É claro que é sempre difícil comparar o Brasil com a Finlândia. Eu acho que é quase que injusto. É mais ou menos como me colocar

no ringue com o Mike Tyson do outro lado, entendeu? É covardia intrínseca. Mas o ponto é que não é só a Finlândia que está disparando. Países como o México, que seria nosso competidor mais honesto no peso pena, estão se acelerando também. Para não mencionar outros países europeus que, também, seriam competidores – Portugal, etc. Países que, tipicamente, teriam que competir nas áreas em que o Brasil competiria, do ponto de vista educacional, também estão se acelerando. Então, mais urgente ainda é a nossa aceleração nesse sentido.

Obviamente, a minha apresentação era sobre isso, mas o que eu quero enfatizar, por causa dessa âncora, é que o que temos que decidir tem que ser decidido rápido. E por quê? Porque é um processo de federalização, de nacionalização da educação ou de construção de um sistema nacional de educação. Isso tudo é lento. Ele vai passar por uma série de trâmites. Tem que haver uma mobilização política de porte muito grande, tem que regular uma série de coisas e começar a mudar o sistema. E nada disso é rápido. E, porque nada desses processos é rápido, eu acho que as decisões têm que ser tomadas com uma rapidez possível – evidentemente a pressa é inimiga da perfeição. Então, tem que se chegar a um ponto em que aceleramos o máximo possível, evitando erros de maior problema.

O meu ponto é o seguinte. Geralmente, os pesquisadores separam os determinantes do desempenho escolar em três grandes grupos. O primeiro grupo é o que chamamos de estrutura escolar, que envolve a qualidade dos professores, a infraestrutura física das escolas, a qualidade da administração escolar e da microgestão escolar. Na gestão escolar, existe a microgestão, que é a escola, e a macrogestão, que é o sistema. A microgestão escolar, mas também a macrogestão, a gestão do MEC, etc. Enfim, todos os fatores que a poderíamos associar a uma escola mais diretamente.

O segundo grupo é um pouco difuso, é o que geralmente se chama de ambiente, que é a qualidade dos alunos, porque os alunos não aprendem só com os professores, eles aprendem também com seus colegas. Por isso que a seletividade, para as escolas federais, é tão importante e tem tantos frutos. Em parte, é porque você selecionou os melhores, então, obviamente, selecionando os melhores, você tem um desempenho melhor, mas, em parte, é porque você botou todos os melhores juntos. Então, as crianças aprendem umas com as outras. E não é só isso. O ambiente das crianças também é influenciado pelo acesso ao transporte e a uma série de outras coisas.

E o terceiro grupo são as características, os atributos das famílias, em que o peso maior é a qualida-

de dos pais – em particular, para as meninas, o nível educacional das mães e, para os meninos, o nível educacional dos pais. Existe uma separação de gênero, inclusive intrafamiliar, que tem sua importância. Isso já foi demonstrado por pesquisadores que me antecederam, e muito.

Bom, o ponto é que o Governo, seja qual for o nível, pode mexer muito bem em um desses três conjuntos, que é o conjunto escola – infraestrutura, salário dos professores, qualificação dos professores, etc. Ele tem alguma flexibilidade para mexer no segundo nível, que é o nível ambiente. Ele pode melhorar o sistema de transporte, ele pode fazer algumas coisas nesse sentido, alguma realocação de alunos, alguma distribuição nesse sentido. Contudo, ele não tem praticamente nenhum controle sobre o terceiro grupo, a terceira categoria, que são as famílias. Ele não pode reverter a história passada brasileira, ele não pode voltar atrás. Então, ele tem um problema muito grande. Por quê? Porque esse terceiro grupo é o mais importante para o desempenho educacional.

Então, tentando responder à minha pergunta “O que devemos esperar de uma federalização da educação brasileira?” No curto prazo, não devemos esperar muito. Por quê? Porque as famílias são o grande determinante. Para podermos esperar muito, e agora vem o meu argumento principal, nós temos que descobrir um mecanismo para suplementar o efeito que as famílias têm na educação das crianças. Basicamente, o que seria esse mecanismo? Quando olhamos os resultados de pesquisas, descobrimos que o simples fato de os professores, de qualquer nível escolar, atribuírem dever de casa para as crianças aumenta muito o desempenho das crianças nas escolas. O simples fato de atribuir isso, sem mensurar a quantidade, etc. Eu tenho certeza de que, se tivéssemos um refinamento maior dessa mensuração, esse efeito seria ainda maior. Você, simplesmente, pergunta para o professor: “Você atribui dever escolar?”. E o professor diz: “Sim”. Esse simples “sim”, independente de ser muito ou pouco, já muda muito o desempenho das crianças. O que isso nos mostra? Isso é um primeiro sinal de que você fazer as crianças gastarem o seu tempo na educação, fora do ambiente escolar, é algo muito importante para a educação. Esse é um resultado brasileiro, mas esse é um resultado que se replica em quase todos os estudos mundiais que eu tive a oportunidade de ler. Em quase todas as vezes que eu encontrei pesquisas sobre isso, eu encontrei, exatamente, esse mesmo resultado.

Segundo ponto. Um pequeno aumento na carga horária dos alunos. A carga horária pode ser aumentada de duas maneiras: a carga horária diária ou a carga horária ao longo dos dias letivos. Você pode aumentar o

número de dias letivos efetivos ou você pode aumentar a carga ao longo de um dia – o número de horas. Não necessariamente o aumento de carga do número de horas do dia deve ser em sala de aula, pode ser em esportes ou em outras atividades. Bom, um pequeno aumento da carga horária de dias ou da carga horária ao longo de um ano também tem impactos muito expressivos na educação das crianças. E é fácil imaginar por quê. Quando uma criança sai e volta para casa onde os pais são muito pouco educados e, com alguma frequência valorizam muito pouco a educação, esses pais ou vão atribuir tarefas domésticas ou vão deixar esse menino brincar na rua – para colocar de maneira um pouco rude. Mas o fato é que é fácil de entender: vai para a rua, vai brincar e não aborrece. E por uma série de razões. Às vezes, as condições de casa não são boas para o estudo, há muito barulho. Enfim, não é difícil imaginar por quê. Quando você retém essa criança na escola, mesmo que você não a tenha empenhado em aula, em sala de aula, como por exemplo, em uma sessão de estudo – como acontece na maior parte dos países desenvolvidos, em que os meninos vão para uma biblioteca, que, na verdade, é uma grande sala de estudos, não é uma biblioteca no sentido clássico da palavra “depósito de livros” –, elas são, nesse ambiente, em maior ou menor grau, forçadas a estudar. Forçadas é uma palavra horrível, mas, enfim, elas são induzidas a estudar, a realizar alguma atividade de natureza acadêmica. Normalmente, isso aconteceria nas famílias de alta renda, nas famílias de alto nível cultural, os pais – geralmente a mãe – vão dizer: “Agora você não vai brincar. Primeiro você faz o dever de casa, depois é que você vai para a rua”. Como nas famílias de nível socioeconômico mais baixo isso não acontece com tanta frequência, alguém tem que suplementar isso, e o papel para se fazer isso é o papel típico da escola.

Então, aqui eu volto ao meu ponto. Temos um problema. Temos uma âncora do passado chamado nível socioeconômico nas escolas. É difícil superar isso, mas a maneira principal para se superar isso é suplementar o papel que as famílias têm, no sistema educacional, com a escola. Isso implica uma coisa que custa muito caro, que é alargar a duração do ensino, para um ensino não só, se possível, integral ao longo do dia. É bom para as crianças, é bom para os seus pais, que estão no mercado de trabalho, para as mães, principalmente, que vão para o mercado de trabalho. Talvez, seja bom para a segurança dessas crianças, porque um ambiente escolar é muito mais seguro, imagine, do que a periferia de uma metrópole. O ambiente escolar é muito mais seguro do que o ambiente da rua. Talvez seja socialmente melhor para as crianças,

porque elas vão poder conviver melhor com os seus colegas. Então, até para dimensões extracurriculares isso seja positivo. Isso seguramente é melhor para o desempenho. Eu não estou nem discutindo desempenho de valores, desempenho de responsabilidade, etc. Eu estou discutindo uma coisa rasteira: o desempenho de matemática e de português. Isso, provavelmente, será muito melhor.

Então, eu não tenho a resposta de como deve ser uma federalização. Eu não tenho a resposta de como deve ser um sistema nacional de educação. Eu, de fato, não tenho uma resposta técnica para isso, eu tenho as minhas opiniões pessoais. Mas eu tenho certeza de uma coisa, de que este debate tem como um dos panos de fundo muito importantes a redução das desigualdades regionais. Ele deve passar, necessariamente, por duas coisas: por um esforço gigantesco, que vai envolver despesas que não estão dentro da capacidade municipal, de tornar o nosso sistema de ensino um sistema de ensino em tempo integral e, eventualmente, não só alongar o número de anos letivos escolares, mas também alongar o número de horas. Alongar o ano letivo é mais fácil e mais barato, porque os professores são pagos independente de eles estarem ou não em sala de aula. Alongar as horas, e deve duplicar, provavelmente, o tamanho da nossa força de trabalho escolar ou alguma coisa do tipo. Teria que se fazer as contas exatas para isso e eu não fiz nenhum plano. Apenas estou falando aqui das minhas intuições, mas não tenho dúvida de que, para suplementar esse peso imenso que as famílias têm, você tem que arrumar um mecanismo de empenhar o tempo das crianças em uma escola de tempo integral. Como deve ser exatamente essa escola é um debate totalmente separado daquilo que tenho a dizer aqui. Para fazer isso, acho impossível depender do sistema municipal. Claramente o sistema municipal não tem os recursos necessários, a não ser que façamos uma reviravolta, que viremos de cabeça para baixo o sistema tributário. Eles não têm e não terão nos próximos dez ou vinte anos, que é o tempo de que precisamos para implementar isso.

Então, não tenho dúvidas de que o Governo Federal tem que assumir a responsabilidade que tem nesse campo. Não tenho dúvida também de que os governos municipais não têm capacidade administrativa necessária para fazer isso. Isso envolve pontos de fôlego muito maior. Não tenho dúvidas também de que, sem fazer isso, a nossa esperança no futuro, na corrida educacional, será muito pequena. Vamos perder. Não há muito para onde fugir, é quase que uma inércia demográfica: ou corre agora ou se perde seguramente, lá na frente.

Finalmente, para agradecer, menciono a motivação que esse estudo me deu, essa apresentação me deu. O convite do Senado me fez empenhar-me nisso. Tomei duas decisões que talvez eu possa mencionar para agradecer: a primeira decisão é de que vou levar a sério, vou fazer – já juntei a equipe – um relatório sobre como esses estudos brasileiros têm implicações para a desigualdade educacional. Espero ter isso pronto em dois ou três meses, não sei de quanto tempo vamos precisar para fazer isso. E outra decisão é levar a sério esses exercícios de simulação. Vamos fazer isso com um grau de sofisticação um pouco maior, para tentarmos imaginar qual seria o impacto de um nivelamento por cima da educação brasileira no futuro. Isso é importante para tomarmos decisões no futuro de políticas públicas.

Agradeço muitíssimo, Senador, pela oportunidade. Foi muito gentil ter recebido o convite em nome do Senado, naturalmente. Agradeço a atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque Bloco/PDT – DF) – Professor Marcelo, muito obrigado ao senhor. Agradeço a todos, e quero dizer que vou ficar esperando esse seu trabalho. Quem sabe, faremos uma audiência sobre essas conclusões.

Faço alguns comentários sobre o que foi falado aqui. Primeiramente, de uma maneira geral, quero dizer que foi uma das melhores audiências públicas a que assisti. Houve uma complementação muito boa. Não fugiram ao tema, o que, em geral, acontece muito aqui, ou seja, convidamos para falar de uma tema e, cada um fala de coisa completamente diferente. Hoje, ficaram todos no assunto. Quero fazer aqui alguns comentários rápidos sobre cada um.

Primeiro, Marcelo, quando você compara a Finlândia ao Brasil, você disse que seria Mike Tyson contra um de nós. Mas é preciso saber que a Finlândia, há 40 ou 50 anos, tinha uma educação raquítica e sem nenhum treinamento técnico. É o resultado de um esforço sistemático ao longo de algumas poucas décadas, sem falar que é um país que tinha acabado de perder uma guerra para a União Soviética, de perder parte de seu território, um país que recebia ajuda do Unicef para alimentar suas crianças.

De trás para frente, quero fazer divulgação do debate que o Gilmar disse que vamos ter sobre federalismo, no dia 4 de setembro às 18h na sede da CNTE, que fica no Edifício Venâncio V, no que chamamos aqui de Conic. Gostei de ver a ênfase, como você falou, na participação da União. Esse é um ponto comum, todos estamos de acordo. A discussão é acerca de como essa participação se daria. Quero dizer que, se a participação ocorrer apenas transmitindo dinheiro,

transferindo dinheiro, não vai dar certo. Basta olhar os Municípios que recebem *royalties* do petróleo. Os Municípios que recebem *royalties* do petróleo recebem dinheiro da União, do conjunto da sociedade brasileira, e eles não estão entre os melhores indicadores. Não consegui levantar agora – tentei –, mas, no Ideb, esses Municípios não estão bem. Então, não basta transferir o dinheiro. É preciso ter algum tipo de interferência, nacional, federal, do Brasil, da União.

Você tem razão quando diz que precisamos falar em tributação. Mas, ao falar em federalizar com a adoção da União dos custos, já estamos trabalhando com tributação indiretamente. Precisamos aprofundar isso. O que vai acontecer com os recursos que os Municípios e Estados gastam hoje? Eles passarão para a União para que ela invista? Dá para liberá-los disso? Então, precisamos trabalhar também isso.

Finalmente, quero dizer que, quando falamos em federalização, pelo menos no meu trabalho, se trata muito mais do que simples dinheiro. É criar uma carreira nacional do magistério cujo salário – calcula-se – deve ser de R\$9 mil, que é a média dos países que você citou, Marcelo: Finlândia, incluindo o Chile, que está um pouco abaixo. A média é R\$9 mil por mês, o que dá R\$9 mil por ano de custo médio por aluno. Hoje, as federais estão em R\$7,2 mil. Agora, está em quanto? Perto de R\$8 mil? Calculamos R\$9 mil para a carreira. Mas, deve-se levar em conta o seguinte: para entrar nessa carreira nova, há um concurso difícil. Depois do concurso, o aprovado tem que ficar um ano estudando para que se identifique inclusive a vocação. Por quê? Porque, quando se paga muito bem em uma carreira, uma das coisas que acontecem é o fato de pessoas que não gostam daquela atividade virem em busca do salário. Vamos ter, pagando bem, pessoas que não gostam de educação, mas que vão querer ser professores. Digo até que é capaz de Herodes se candidatar a professor do ensino fundamental. Então temos que identificar a vocação, o gosto a capacidade. Depois disso – e, aí, a polêmica será grande com os sindicados – tem que se exigir dedicação exclusiva. Não poderá ter outra fonte de renda. Quem achar pouco procure outro trabalho. Tem ainda que ter 2/3 em sala de aula, 1/3 fora. Além disso, tem direito à sabbática a cada 7 anos.

Mas temos que mudar o conceito de estabilidade. Mantém-se a estabilidade em relação aos políticos: governador, prefeito, presidente não podem demitir professor, mas, se ele não é aprovado na avaliação, perde o cargo. Tenho chamado isso de estabilidade responsável. Acabar a estabilidade seria uma tragédia. Imaginem prefeito demitindo professor. Não. Prefeito não pode demitir professor, nem governador, nem presiden-

te, nem os pais. No entanto, tem que haver um critério que analise aquele que está desempenhando bem as funções ou não está; quais aqueles que, no processo de seleção, os selecionadores erraram. Esse é um ponto muito polêmico, mas vamos ter de enfrentá-lo.

Quanto ao que disse o Danilo, faço mais uma provocação sobre o que o senhor falou. Não é uma contestação à sua fala, é uma provocação. Quando os aeroportos entraram em crise, o Presidente da República Lula demitiu o Ministro da Defesa, contratou outro, deu carta branca, colocou dinheiro, cuidou dos aeroportos. Há quinze dias, tivemos uma notícia pior do que aeroportos atrasados: o Ideb de 3,7 nas escolas públicas. É pior, porque quando o voo atrasa, nós, que estamos lá, ficamos com raiva, indignados, mas, salvo um ou outro caso de grandes emergências, há restaurantes ali, que a empresa termina pagando, há ar condicionado, o cidadão está protegido em local de segurança e se toma outro avião. Mas, quando um país fica sem aula, quando o país tem nota baixa, é como se o aeroporto de onde decola o país para o futuro parasse. Quando temos greve, quando temos notas baixas, o avião Brasil está parado. E não vimos uma fala da Presidenta Dilma. Não a vimos convocando os Ministros para saber o que estava acontecendo. Eu não a vi chamando os Senadores e dizendo: "vocês aí, Senadores, 81, ganhando altos salários, o que estão fazendo? Digam o que é preciso fazer." Não a vi fazendo isso. O Líder do Governo aqui não falou isso. E pior: o Ministro da Educação, que não tem culpa nenhuma disso – primeiro, porque não é culpa de ninguém individualmente; segundo, porque ele está aí há apenas oito meses – foi dizer que a gente tinha melhorado em vez de dizer que foi uma tragédia. É como se tivesse agora um terremoto de sete na escala hitcher e alguém dissesse que no ano anterior foi de oito e meio. Não se pode dizer que um terremoto é menos grave do que o outro. Terremoto é grave. Não vimos essa preocupação da parte do governo.

Estou de acordo quando você coloca – e achei muito interessante – quais são as desigualdades: infraestrutura, remuneração, organização pedagógica e gestão. Não vejo como superar essa desigualdade se cada Município ou Estado tem que responder com seus próprios recursos, e nem se a gente faz pequenas transferências de recursos. Ou se adota a escola pelo Brasil inteiro, pela União, ou a gente trata as crianças como brasileiras e não como tocantinenses, ou a gente não vai dar o salto.

A ex-Senadora Heloísa Helena tinha uma frase de que eu gosto muito: "É preciso o Brasil adotar uma geração de suas crianças, e essa geração vai adotar o Brasil depois." Temos que fazer um esforço e fazer

essa adoção, mas não vejo como fazê-lo, Daniel, sem a União ter um papel fundamental. O desafio é como fazer isso respeitando as especificidades. Muito vem; vamos discutir isso, mas isso existe em todas as outras áreas. Ninguém levanta a ideia de que o Banco do Brasil tem que ser diferente em cada cidade, porque estas têm as suas especificidades, ainda porque a gente tem um sistema único de moeda. A Senadora Ana Amélia falou em municipalismo, mas ninguém defende a municipalização da moeda ou cada cidade ter a sua moeda, nem a defesa nacional ser feita pelo Município.

Também por conta de sua fala, lembrando que a União financia apenas 14% do custo, o que tem a ver também com uma coisa dita pelo Gilmar, ontem o Ministro Mantega lançou mais um pacote para facilitar a venda de automóveis, abrindo mão de R\$5 bilhões em impostos – R\$5 bilhões! E já havia sido de R\$20 bilhões essa renúncia, tão somente para atender o nosso gosto por comprar mais carros. E nem se trata mais da questão dos empregos, porque empregos na indústria automobilística a gente conseguaria, por exemplo, comprando transporte escolar, ambulância ou rádio patrulha. Assim se conseguiria isso.

Ontem tivemos aqui um debate – aliás muito interessante – com os professores das universidades que estão em greve e com um representante do Ministro... Está aqui um. Muito interessante, não foi? E, aí, eu disse que não existe isso de não ter dinheiro; o que existe é de onde sai o dinheiro. Estou de acordo com a responsabilidade fiscal, mas não sou favorável a gastar mais do que se arrecada. Porém, o que se está pedindo é pouco se comparado ao Produto Interno Bruto brasileiro; é pouco se comparado com a receita brasileira, quase 40% de um Produto Interno Bruto tão grande. Agora, vamos discutir de onde se tira.

Agora, finalmente, eu quero falar sobre as colocações do Daniel, que me tocaram muito, porque ele é um dedicado a isso, é um missionário do assunto. Eu quero dizer que os Estados Unidos são um país feito da soma de estados, mesmo assim, como você disse, é um estado forte. O Brasil não é um país feito da soma de estados. Os Estados são pedaços do Brasil. Filosoficamente, nós somos o Brasil dividido em Estados, não uma soma de estados unidos em torno do Brasil. Então, nós estamos mais perto da federalização do que eles.

Agora, eu fiquei pensando aqui em uma forma de colocar o debate. Eu acho que a gente precisa de um governo forte para fazer uma educação forte e, depois de todos educados, a gente pode até tirar a fortaleza do Estado. A gente pode ter uma sociedade com muito menos governo, mas só depois de educar todo mundo. Aí é possível que as coisas funcionem bem

mesmo sem um Estado forte. Contudo, enquanto não houver essa revolução na educação, nós não vamos ter um Estado forte.

Eu estava conversando ontem sobre essa ideia de que nós dividimos o Brasil entre uma direita que defende o crescimento do bolo para depois distribuir e uma esquerda que defende distribuir para depois o bolo crescer. E eu pergunto: ninguém está discutindo qual o sabor do bolo que a gente quer? E, ao final, o bolo ficou grande, porque o nosso bolo não é pequeno. Mas faz parte do sabor do bolo ainda: mortalidade infantil, cem mil mortos em acidentes de trânsito ou por violência; faz parte ainda 13 milhões de analfabetos, 40 milhões de analfabetos funcionais, ineficiência. Isso tudo faz parte do bolo. A gente tem que dizer, então, que tipo de bolo a gente quer. E de uma coisa eu não tenho dúvida: o condimento para o bolo é a educação. É até possível que o bolo exija, claro, infraestrutura, exija uma poupança maior – 17% para o Brasil é um índice muito baixo –, mas o condimento que vai permitir um bolo que nos satisfaça no gosto e não apenas no tamanho... Porque, prato cheio de comida ruim, só quando a gente está com muita fome. A gente tem que ter um prato bem servido mas gostoso. Hoje, no produto brasileiro, a gente soma tudo, não só o número de carros e eletrodomésticos, e, quando a gente soma todo o conjunto do que se faz na sociedade brasileira hoje, o gosto não está sendo bom.

E eu quero dizer também a vocês, sobre esse negócio dos Estados Unidos, que eu tenho defendido, embora ainda não tenha tido a coragem de propor uma emenda constitucional nesse sentido... Antes de ontem, eu tive coragem de propor uma mudando a forma como se escolhe os Ministros do Supremo, que é uma vergonha essa maneira, até pela suspeita que a gente fica, mesmo que eles sejam isentos e neutros. Mas a gente fica em dúvida. Porém, essa outra eu não tive coragem.

Eu tenho vontade de propor que o nome do Brasil, que já mudou, não só porque foi Vera Cruz, mas porque já foi, como quando eu era pequeno, Estados Unidos do Brasil. Os militares é que mudaram para República Federativa do Brasil. Eu acho que a gente tem que dizer “República do Brasil” e ponto, tal como a República do Chile, a República Francesa.

O que muda com isso? É que se passa a ter o conceito do conjunto e não o conceito de uma união de partes. E eu sou, nesse sentido, unitário. Alguns dizem que o unitário é menos democrático do que o divisionista. Eu acho que não tem saída. Para mim, o Brasil é algo muito maior que a soma dos Estados. E olhem que sou de um Estado arrogante, que é Pernambuco. (Risos.) Olhem que sou de um Estado que fez até uma

República do Equador durante o Império. Mas, mesmo assim, eu sou, primeiramente, brasileiro; eu me sinto Senador da República representando o Distrito Federal; não me sinto Senador do Distrito Federal junto à República brasileira. E esse conceito é determinante para saber como é que a gente vai querer que seja a educação, se federal ou não.

E, para concluir, no que se refere aos comentários, eu quero dizer que aquela sua observação de que as federais estão em 7º lugar no PISA eu não havia percebido. Justo eu que vivo defendendo tanto as públicas federais. Eu fiquei surpreso com isso.

Não sei se deu tempo de preparar, mas eu vou concluir mostrando os resultados do Pisa para as escolas públicas federais. Eu acho que o melhor argumento para a federalização, embora levando em conta o que disse o Daniel de que hoje os que entram nas escolas federais vêm com uma seleção... É verdade! Já não é o menino comum; já é um menino ou uma menina especial, cada um deles. Então, já é uma diferença. Mas, se a gente universaliza para que não precise dessa seleção, eu tenho a impressão de que não haverá grandes perdas se a gente fizer isso desde o começo.

Vocês podem ver, por exemplo, aqui... E eu tenho explicado até a federalização dizendo que federalizar é fazer toda escola igual ao Colégio Pedro II ou igual aos colégios militares – respeitando a liberdade pedagógica, é claro; ou igual às escolas técnicas federais, ou os institutos de aplicação, que obtiveram a maior de todas as notas.

Então, olhem aí: a nota do Brasil foi 5, ou seja, passou raspando. A privada, 6,5, que é sofável; a pública, 4,7. Mas, na pública, nós temos 6,6 de média na escola federal, melhor que a privada. Esse é um exemplo de que a federalização é um caminho. Depois se discute quanto custa ou como é que se faz. Aliás, eu já digo: o custo de um programa de federalização, pagando, Gilmar, R\$9 mil ao professor, pagando bem ao servidor, depois de vinte anos, é 6,4% do PIB. Claro, depois de vinte anos levando em conta o aumento do PIB a uma taxa de 3%. É capaz de a gente ter mais que isso – historicamente tem tido.

Então, vamos passar mais. (Pausa.)

Aí você vê os anos iniciais do ensino fundamental.

Qual foi a melhor nota?

O Colégio de Aplicação João XXIII, que é de Juiz de Fora, tirou 7,5.

Vamos passando, só para mostrar.

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco tirou 8,1.

Não sei qual foi a maior nota de todas, Waldery. Você sabe? Foi essa? Essa foi a maior nota, incluindo as das escolas particulares? (Pausa.)

Pois é! Olhe aí! É uma escola pública! A gente critica a escola pública, como se a escola pública fosse ruim. Não! O que é ruim é a escola pública sem dinheiro, sem apoio, levando em conta a seleção que se faz. Então, aí já vão bons alunos.

Vamos continuar!

O resultado do Ideb referente ao desempenho das escolas públicas federais foi bastante superior não somente na média, mas também na distribuição. Vale a pena ver essa distribuição no histograma. Olhe aí! Se você verificar as federais, você verá que as notas delas estão concentradas. Poucas ficaram abaixo de 5. Poucas ficaram abaixo de 5. A imensa maioria ficou acima de 5, um número grande ficou entre 6 e 6,5, e algumas atingiram números maiores.

Vamos passar!

Vocês vão ver que a taxa de aprovação evolui. Aquele vermelho em cima se refere às escolas particulares. A taxa de aprovação maior é verificada nas escolas particulares. Mas, embaixo, vêm as escolas públicas federais. A média, se você pegar aquele melhor, deve ser melhor.

Você vê aí embaixo as outras. Você, se olhar as outras, verá que é capaz de, ali dentro, haver diversas em que há a tal da promoção automática. É bem capaz que haja aprovação com base na promoção automática! E, para mim, promoção automática é como você dar alta a um doente pelo tempo em que ele está no hospital, sem nem tirar a temperatura dele para saber como é que anda.

Se a gente continua, a gente vê a taxa de abandono. Veja que a da particular continua acima, mas as federais estão... Acima, não! Aqui, é o contrário. Lá embaixo, as particulares, poucos alunos as abandonam; nas federais, há um abandono próximo. Mas houve um pico de abandono ali, e a gente não sabe ainda o porquê.

Vamos continuar!

Todos os indicadores são melhores.

Quanto ao português, as federais estão acima da média do Brasil, das estaduais e das municipais.

Vamos em frente!

Aquela ali era uma certa série. Esta era a oitava. Aquelas eram as primeiras séries; ainda está acima.

Em Matemática, está acima. E, quanto à Matemática, depois, vou surpreender vocês. Nos anos maiores do ensino fundamental, está acima.

Vamos em frente!

Quanto ao português, onde é que estão as municipais? Aqui, fica bonito, porque, se você passar rapidamente, você vai ver como essa pirâmide vai se deslocar para a direita. Está vendo? Por quê? Vocês

viram como ficaram, no final, as federais? Porque está lá na frente a nota de um pedaço de cada um delas.

Volte para trás, só para o pessoal ver.

Olha, olha! Veja como vai ficando para baixo. Está vendo?

Não entendi por que esse número 140 está sót o ali.

Vamos continuar, vamos passar adiante!

Agora, vamos ver isso, e aí a gente termina.

Nesta semana, houve uma coisa muito interessante, que foram as Olimpíadas de Matemática, que é algo muito interessante existente no Brasil. Aliás, devo dizer aqui, de público, que estive com a Presidenta Dilma, há pouco mais de um ano, e com alguns Senadores que ela recebeu para o almoço, e ela estava entusiasmada com as Olimpíadas de Matemática. E eu lhe disse: "Não sei se a senhora sabe...". Não! Ela sabia. Ela estava entusiasmada com o desempenho, a performance dos colégios militares. Eu disse: Presidenta, é isso que a senhora tem de fazer. A senhora tem de espalhar colégio desse tipo pelo Brasil. Não vai conseguir substituir todas durante seus quatro ou oito anos, mas vai dar um salto, e o próximo continua. E ela pediu um estudo.

Eu já estava com um livro pronto sobre isso. Parei a publicação do livro, fiz uma carta para a Presidenta e a mandei, creio, em julho, logo depois disso. E nunca tive a menor notícia, nunca soube se isso foi estudado, analisado. E ali, em quatro páginas e em mais uma no meio, com gráficos, dizia-se como fazer, quanto custa, com essa ideia dos R\$9 mil. Eu soube que alguns ao redor dela ficaram achando engraçada a ideia de pagar R\$9 mil a um professor, como se isso fosse coisa de lunático. Lunático seria aquele que, hoje, propusesse o aumento do salário de todos os professores para R\$9 mil, porque não haveria condições para isso, e isso nem teria um impacto tão grande na educação. Mas, num processo de 20 anos, em que se contratam 100 mil novos professores a cada ano, aumentando ainda para R\$4 mil o salário dos professores das cidades que não passarem nesse concurso novo, mas que se integrarem ao sistema novo, isso não é muito, corresponde a 6,4%. Ainda sobram 3,6% para os outros setores. É capaz de nem precisar dos 10%, se olharmos bem. De vez em quando, troco uns e-mails com o Daniel sobre isso. A gente, agora, está fazendo a conta do que falta para os outros setores, e aí é capaz de se chegar aos 10%.

Vejam como foram essas Olimpíadas de Matemática! Vejam o resultado!

As Olimpíadas são feitas só para as escolas públicas. Então, não é possível compará-las com as particulares. Mas olhem: há diversos níveis. No nível

1, 91 das 200 medalhas foram das federais. Mas o que vocês têm de se lembrar é que essas federais têm somente 18 mil alunos. As outras, juntas, têm 14 milhões de alunos! Então, 18 mil alunos obtiveram metade das medalhas. É como se um país bem pequenino tivesse medalhas equivalentes à soma das medalhas de muitos países. No nível 2, esse número cai um pouco, de 91 para 85. Mas você veja como isso se mantém. Lá são 73 medalhas. Mas ali, no nível 3, são somente 100 medalhas. Então, de 100 medalhas, 73 medalhas foram das escolas federais, que são pouquíssimas e que atendem a pouquíssimos alunos.

Vamos continuar!

Se analisarmos de forma ponderada pela população dos alunos, considerando que só há 18 mil lá e que há 14 milhões ou 15 milhões aqui, veremos que quase 100% das medalhas foram para as escolas federais.

Creio que, com isso, a gente está terminando. Esse é o último? (Pausa.) Não, não é o último.

Esses são alguns detalhes. Isso é interessante, na linha do que você nos apresentou, Daniel. A gente comparou – o Waldery, que está aqui, foi quem fez para mim o estudo – em que posição estaria o Brasil só com essas notas das federais verificadas nas Olimpíadas de Matemática. Qual a posição em que a gente estaria? A gente estaria na 12ª posição no Pisa, ou seja, uma posição muito decente, muito decente! Por que a gente não pode, então, assumir o 12º lugar ou o 10º lugar no Brasil inteiro? Isso não se faz de repente, mas num processo de 20 anos. É o que calculo. Pode

ser um pouco mais, pode ser até um pouco menos. Então, isso é possível!

Terminamos.

Este é o livro em que coloquei isso. Ele tem esta capa, e vou publicá-lo de novo com novo título, porque me disseram que ninguém quer saber o que é Revolução Republicana na Educação, que ninguém entende o que é isso. E a capa não chocava. Estou pensando em colocar uma capa que vai chocar pra caramba! Alguns acham até que eu não deveria colocá-la. Um editor me sugeriu ontem que eu substituísse o arame farpado por uma corda, porque corda dá a impressão de que a gente desata e arame farpado é difícil de desatar. Mas, se colocar uma corda, isso não vai chamar a atenção de ninguém.

O Brasil está prisioneiro da situação da educação. E espero que um encontro como este ajude quem nos assistiu ou quem vai nos assistir depois, quando isso for reproduzido, quando publicarmos isso. Espero que este encontro ajude o Brasil a encontrar o caminho, seja o da federalização ou outro qualquer. Não vou dizer que é esse o caminho e que não há outro. Espero que a gente esteja ajudando o Brasil a encontrar o caminho, e, quando isso acontecer, nós brasileiros vamos ter de agradecer a vocês. E eu já lhes agradeço desde agora.

Obrigado. (Palmas.)

Está encerrada esta reunião, esta audiência.

(Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 01 minuto.)

Edição de hoje: 172 páginas
(OS: 14721/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

